

Sandra Magna Guadanini

**DESIGNAÇÃO:
DAS CATEGORIAS DA LÍNGUA ÀS CATEGORIAS DO DISCURSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG

2010

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

G897d Guadanini, Sandra Magna.
Designação [manuscrito]: das categorias da língua às
categorias do discurso / Sandra Magna Guadanini. – 2010.
216 f., enc.

Orientador: Wander Emediato de Souza.

Área de concentração: Lingüística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia : f. 221-238.

Anexos: Glossário.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Referência (Lingüística) –
Teses. 3. Significação (Linguística) – Teses. 4. Semântica –
Teses. 5. Discurso midiático – Teses. 6. Enunciação – Teses. 1.
Souza, Wander Emediato de. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418

Tese intitulada *Designação - das categorias da língua às categorias do discurso*, defendida por SANDRA MAGNA GUADANINI em 26/03/2010 e aprovada pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores:

Wander Emediato de Souza - UFMG
Orientador

Prof. Dr. Paulo Henrique Mendes de Aguiar - PUC/MG

Prof^a. Dr. Hugo Mari – PUC/MG

Prof^a. Dra. Gláucia Muniz Proença Lara - UFMG

Ida Lucia Machado - UFMG

Dedico este trabalho a Deus, pela bondade suprema;
ao meu pai (in memoriam) e à minha mãe, pelas lições
de fé e obstinação;
aos meus queridos amores - Jorge, pelo incentivo,
interlocução e companheirismo;
e Eric, pela compreensão, ternura e carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, prof. Dr. Wander Emediato, de modo particular, por aceitar dirigir esta tese. Meu agradecimento especial pelo estímulo, pela confiança e pela condução em todas as etapas deste trabalho.

Aos professores - Dr^a Gláucia Muniz Proença Lara, Dr^a Ida Lucia Machado, Dr. Hugo Mari e Dr. Paulo Henrique Mendes Aguiar – por aceitarem participar desta banca examinadora, o que muito contribuirá para nossas reflexões.

Ao meu amado, Jorge, de modo muito especial, pelos momentos que se dispôs a escutar, a dialogar e a opinar de maneira respeitosa e construtiva. Jamais esquecerei o incentivo, a colaboração e seus gestos de companheirismo tão constantes ao longo de toda minha trajetória.

Ao meu querido filho, Eric, pelas inúmeras vezes que se vendo tolhido de minha presença, embora ainda criança, buscou, quando pôde, compreender esse meu novo lugar.

Aos meus familiares e amigos, pelos gestos de apoio e compreensão. Particularmente, a minha irmã, M^a Heloísa, pela colaboração e torcida.

Ao Dr. Geraldo Henrique P. Kleinsorge, que de médico a médico amigo, soube dosar efetiva e afetivamente, os preciosos conselhos, numa demonstração de compreensão e apreço.

Aos professores, colegas e amigos do curso de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG, particularmente, àqueles que, de uma maneira ou de outra, foram parceiros nesta caminhada: M^a Aparecida Silva Furtado, Cláudio Humberto Lessa, Simone Mendes, Maria Clara Maciel.

À Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pelo apoio à qualificação profissional, concedendo-me a liberação das atividades docentes durante grande parte do curso.

RESUMO

Nesta pesquisa, delineamos alguns contornos conceituais que envolvem as categorias *designação* e *denominação*, as quais, dentro de certa tradição, são tomadas uma pela outra como sinônimas, muito frequentemente, nas substituições. Nosso principal objetivo é compreender e explicar o fenômeno da *designação no discurso*, tendo em vista que esse conceito, dentro de abordagens teóricas distintas, pode abrigar, por conseguinte, definições que variam segundo a perspectiva adotada. Buscando uma interface entre a Semântica referencial e a Análise do Discurso, nosso ponto de partida está balizado nas considerações teóricas de Kleiber (1984, 1994), para quem a noção de *denominação* é colocada em oposição à de *designação*. Sustentamos que as relações referenciais de *designação* têm estreita relação com o trabalho de ordenação do sentido ao qual se entrega o sujeito e aquilo que ele percebe no mundo fenomenal, na medida em que a *designação*, ao mesmo tempo, nomeia, refere e qualifica o objeto de sua referência. Em virtude disso, no processo de comunicação, ela se constituiria, *a priori*, por um tipo de “(re)nome” criado por um designador para estabelecer uma ligação entre um ser e uma predicação, tendo em vista uma determinada intenção e posicionamento. Sob o prisma de uma abordagem que enfatiza o sentido social e os efeitos produzidos na inter-relação comunicativa, nós nos apoiamos sobre as contribuições da Teoria Semiollingüística de Charaudeau, acerca dos *Modos de Organização do Discurso*, nesse domínio, nós sublinhamos que todo discurso é uma forma de ação sobre o outro. Assim, partimos da noção de *designação* – e do lugar que ela ocupa no plano da língua – para observar seu funcionamento na dimensão do discurso, através de exemplificações extraídas do campo midiático.

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, nous cherchons à préciser des contours conceptuels liés aux catégories de la *désignation* et de la *dénomination*, qui, à l'intérieur d'une certaine tradition, sont généralement prises l'une par l'autre, comme synonymes. Notre principal objectif est de comprendre et d'expliquer le phénomène de *désignation* dans le discours tout en partant d'approches théoriques distinctes, dont les définitions varient selon la perspective adoptée. En proposant une interface entre la Sémantique Référentielle et l'Analyse du Discours, nous partons des considérations théoriques de Kleiber (1984, 1994), pour qui la notion de *dénomination* s'oppose à celle de *désignation*, et nous essayons d'aller plus loin et voir le fonctionnement de celle-ci dans des activités dites discursives. Nous soutenons que les relations référentielles de *désignation* ont une étroite relation avec le travail d'agencement du sens du discours mené par un sujet, dans la mesure où la *désignation* en même temps nomme et réfère, et qualifie l'objet de sa référence. Ce faisant, dans le processus de communication, elle se constituerait, *a priori*, par une sorte de travail de « (re)nomination » créée par un sujet designateur pour établir une liaison entre un être et une prédication, en vue d'une certaine intention. Sous le signe d'une approche qui emphatise le sens social et les effets produits dans la relation communicative, nous nous appuyons sur les contributions de Patrick Charaudeau, soit sur ses *Modes d'Organisation du Discours*; dans ce domaine nous soulignons que tout discours est une forme d'action sur l'autre. Ainsi, nous partons de la notion de désignation – et de la place qu'elle occupe dans le domaine de la langue - pour observer son fonctionnement dans la dimension du discours, à travers des exemplifications et des études de cas puisées dans le champ médiatique.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 - Esquema de uma situação monolocutiva, envolvendo a <i>designação</i>	18
Figura 2 – Esquema de uma situação monolocutiva, em que o destinatário 2 – alvo da <i>designação</i> – integra a instância de recepção	19
Figura 3 – Quadro representativo de alguns paradigmas do léxico mental, conforme Siblot (1998)	34
Figura 4 - Quadro de ocorrências de algumas <i>designações</i>	110
Figura 5 - Formação do sentido na <i>denominação</i> e na <i>designação</i>	111
Figura 6 - O processo de passagem: da <i>denominação</i> à <i>designação</i>	111
Figura 7 – Atos locutivos e seu modo operacional	148
Figura 8 – Paralelo entre índice e manchete de reportagem em espaços distintos da revista	174

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	
CAPÍTULO 1. Uma problemática sêmio-discursiva	13
CAPÍTULO 2. Das categorias da língua às categorias do discurso	25
CAPÍTULO 3. Delineamento da Pesquisa	41
3.1. Semântica Referencial e Análise do Discurso: uma possibilidade de análise	41
CAPÍTULO 4. Contornos conceituais	51
4.1. Nominalização, nomeação e nominação: lados distintos de uma mesma moeda	51
4.1.1. Nominalização	51
4.1.2. Nomeação	57
4.1.3. Nominação	59
4.2. Principais abordagens em torno do ato de nomear	60
4.2.1. A perspectiva de Paul Siblot: a praxemática	60
4.2.2. A perspectiva de George Kleiber: a semântica referencial	67
4.2.3. A perspectiva de Pierre Cadiot: a semântica indexical	74
4.3. Denominação <i>versus</i> designação: por uma diferenciação conceitual ...	76
PARTE II - ANÁLISES DE CASOS	
CAPÍTULO 1. A <i>designação</i> na mídia	82
1.1. <i>Designação</i> entre contrato de informação e estratégia de captação	92
1.2. Estudos de caso de estratégias de <i>designação</i> na mídia impressa	94
1.2.1. Estratégias de <i>designação</i> nas chamadas de capas de revista: exemplo de uma representação de um movimento social na mídia impressa	94
1.2.2. A tríade: mídia, acontecimento e informação	94
1.2.3. A capa e os procedimentos de colocação	96

1.3. O viés cômico da <i>designação</i> nos textos de humor de José Simão	103
1. 3.1. Da especificidade do humor nas piadas de Macaco Simão: a <i>designação</i> em evidência	104
1. 3.2. A <i>designação</i> pelo viés do humor: o uso das formas neológicas ..	108
CAPÍTULO 2. Tipos de <i>designação</i>	113
2.1. Por uma tipologia das <i>designações</i>	113
CAPÍTULO 3. <i>Designação</i> e Modo de Organização do Discurso	147
3.1. <i>Designação</i> e Modo Eunciativo	147
3.1.1. <i>Designação</i> , Modalidade, Modalização e <i>Desinscrição</i> <i>enunciativa</i>	149
3.2. <i>Designação</i> e Modo Descritivo	156
3.2.1. Procedimentos linguísticos para <i>Nomear</i>	157
3.2.2. Procedimentos linguísticos para <i>Localizar-situar</i> e <i>Qualificar</i>	160
CAPÍTULO 4. A dimensão argumentativa da <i>designação</i> na mídia	164
4.1. O pré-construído e seu papel argumentativo junto à <i>designação</i>	168
4.2 A dimensão argumentativa da <i>designação</i> e a mobilização do “ethos” no discurso midiático	170
4.3. O papel da <i>designação</i> no tratamento da informação e sua dimensão argumentativa	173
4.4. O lugar da <i>designação</i> nos enunciados <i>objetivizados</i>	176
 PARTE III – CONCLUSÃO	
Considerações Finais	182
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
 PARTE IV - GLOSSÁRIO	203

INTRODUÇÃO

A relação entre linguagem, pensamento, cognição e realidade vem reaparecendo no crivo de recentes discussões, em que os termos *referente*, *referência* e *referenciação* são tratados sob perspectivas nem sempre confluentes. Autores como Marcuschi (1998)¹, Mondada e Dubois (1995)², Koch (2006)³ dentre outros adotam uma visão que se opõe a uma certa concepção filosófica, segundo a qual as *práticas linguísticas refletem diretamente as coisas*⁴, ao defenderem a posição de que *as categorias utilizadas para descrever o mundo alteram-se tanto sincrônica quanto diacronicamente*.⁵ Quando pensamos esse problema numa perspectiva discursiva, entendemos que, em certas situações, não se trata simplesmente de referir, mas de utilizar – em um ato intrinsecamente discursivo – as potencialidades dos nomes com uma certa finalidade interacional. Isso significa que se apropriar de um nome da língua não seria, nesse sentido, um tipo qualquer de categorização, mas aquela que foi “engatilhada” no momento da interação discursiva. Vejamos, a seguir, Mondada e Dubois⁶:

A variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos. A “mesma” cena pode, mais geralmente, ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos. [...]. (Givón, 1989; Lambrecht, 1994; Berthoud; Mondada, 1995).

A inclusão do *referente* na relação palavra-mundo, bem como nas discussões acerca do mecanismo de produção do sentido não é algo recente e tem sido objeto atual de reflexão de estudiosos da linguagem que buscam ampliar sua compreensão, aliando a ele outros elementos também importantes como a percepção, a (re)categorização, a cognição, inclusive, apontando para a

¹ MARCUSCHI, Luiz. “Referência e cognição: o caso da anáfora sem antecedente”. Apud KOCH, I. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, Ca 5, 55.

² MONDADA, L. e DUBOIS, D. in: KOCH, I. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, Ca 5, 55

³ KOCH, I. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, Ca 5, 55

⁴ CAVALCANTE, M. “Apresentação”. In: MONDADA, L.; DUBOIS, D.; APOTHÉLOZ, D. *et all. Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, 10.

⁵ MONDADA & DUBOIS, *apud* KOCH, 2004: 54.

⁶ MONDADA, L.; DUBOIS, D.; APOTHÉLOZ, D. *et all. Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.25.

instabilidade das relações entre as palavras e as coisas ⁷, ao considerar os referentes [...] *não uma entidade congelada que herdamos e transferimos, mas uma instância de referencialidade constitutivamente indeterminada e efêmera.* ⁸

Nesse cenário, encontra-se uma concepção de que [...] o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sócio-cognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto. ⁹ Lembramos Blikstein (1995), para quem a significação linguística é tributária do referente e que este, por sua vez, é construído pela dimensão perceptivo-cognitiva.

O sentido, como demonstra Larsson, *só existe na e pela intersubjetividade.* ¹⁰ Nessa mesma direção, Kleiber nos esclarece que:

Isto não exclui evidentemente, assim como me recordou Georges Lüdi (comunicação pessoal), que haja diferenças de estabilidade de acordo com os domínios das entidades: é claro que os objetos concretos - digamos, para resumir, aqueles percebidos pelos sentidos - beneficiam a priori de uma estabilidade intersubjetiva maior que os objetos abstratos "sociais". Não se pode, no entanto, tirar partido das flutuações que pode conhecer o sentido de um termo como 'amor', por exemplo, para concluir, com teorias na moda, que o sentido de um termo não tem nada de preestabelecido, mas é o resultado de uma perpétua (re) negociação discursiva.¹¹

Nessa dimensão, o processo de intersubjetividade tem sua relevância no mecanismo de produção do sentido, portanto, para uma estabilidade semântica, mas isso não significa inexistência de *zonas de instabilidade*, isto é de *domínios onde se exerce plenamente a subjetividade e onde os interlocutores podem aceitar ou recusar a atribuição de determinada propriedade a uma entidade* – ressalta Kleiber.

12

⁷ MONDADA e DUBOIS, 2003: 17.

⁸ CAVALCANTE, 2005:125.

⁹ MARCUSCHI, *apud* CAVALCANTE, 2005: 126.

¹⁰ LARSSON *apud* KLEIBER, 1997: 13.

¹¹ Tradução nossa de: *Ceci n'exclut évidemment pas, ainsi que me l'a rappelé Georges Lüdi (communication personnelle), qu'il y ait des différences de stabilité selon les domaines des entités: il est clair que les objets concrets – disons, pour aller vite, ceux perçus par les sens – bénéficient a priori d'une stabilité intersubjective plus grande que les objets abstraits « sociaux ». On ne peut néanmoins tirer parti des fluctuations que peut connaître le sens d'un terme comme 'amour', par exemple, pour conclure, avec théories à la mode, que le sens d'un terme n'a rien de préétabli, mais est le résultat d'une perpétuelle (re) négociation discursive.* (KLEIBER, 1997: 13.).

¹² KLEIBER, 1997: 13.

A dinamicidade que envolve os processos de que dispomos para representar aquilo que percebemos da realidade nos faz reconhecer que o tipo de emprego efetivamente realizado a partir de uma categoria nominal – nomes e sintagmas nominais – traz implicações para as relações entre linguagem, práticas discursivas e realidade. É preciso, portanto, indagar sobre os reflexos desse uso, quando um nome ou um enunciado concentra, simultaneamente, as funções: nomear, predicar de modo apreciativo. Do mesmo modo, isso nos aponta para uma *mise en relation* do locutor ao referente, bem como para os usos comuns da linguagem em que o sujeito, pela ação de nomear, desencadeia acordos e desacordos no âmbito do processo intercomunicativo. Nessa perspectiva, a análise das nomações pode oferecer um acesso à construção das representações do mundo, dos imaginários sócio-discursivos, dos posicionamentos.

O fenômeno da *designação* – foco principal de nossa pesquisa - remete, por um lado, à representação/apresentação, isto é, ao modo de fazer referência aos seres; mas, por outro, tem a ver com a compreensão/visão sobre o mundo, podendo, a partir disso, gerar desdobramentos dentro das práticas discursivas. Os sujeitos falantes vivem em coletividade e, portanto, partilham das mesmas normas (seja para transgredi-las ou não) nas interações, conforme ressalta Charaudeau (1992: 663). Em outros termos, a palavra se constitui, então, como um objeto de troca dentro das práticas sociais. Para Berrendonner (1990), entre os interlocutores é como se instaurasse uma luta para o controle das posições conformes, onde todos dois se esforçam contraditoriamente para fazer coincidir seus interesses, suas crenças e suas condutas além dos valores reconhecidos para lhes fazer valer junto do outro.

Nossa pesquisa assume uma abordagem linguístico-discursiva e “referencial” do fenômeno da *designação*. Desse modo, para compreender nosso objeto de estudo, buscamos uma integração entre a Semântica referencial e a Análise do Discurso Semiolinguística tendo em conta aquilo com que ambas estão comprometidas: a questão do sentido. A primeira, por se tratar de uma *pragma-semântica deliberadamente referencial*¹³; e a segunda, por assumir *definir o*

¹³ KLEIBER, 1994: 6.

processo de comunicação em termos de “co-construção do sentido” e de “sentido finalizado”.¹⁴

Visando ao desenvolvimento deste trabalho, adotamos a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau que aponta o discurso *como “jogo comunicativo”, ou seja, o jogo que se estabelece entre a sociedade e suas produções linguageiras*.¹⁵ No campo da Semântica Referencial, as considerações de Kleiber (1984, 1994) nos serviram de ponto de partida para entender a diferenciação estabelecida pelo autor para os termos *denominação* e *designação*.

Tomando como base as perspectivas mencionadas, buscamos evidenciar, enquanto estratégia discursiva, o fenômeno da *designação*, nos planos verbal e icônico, como resultado de um processo que depende de um sujeito e das circunstâncias de produção que envolvem a *encenação* do ato de linguagem.

Partimos da hipótese de que, ao imprimir a forma como o objeto deve ser compreendido, o sujeito designador cria a *designação* e, a partir dela, evidencia não apenas seu posicionamento, mas cria um quadro referencial de associações frequentemente predicativas que vai espelhar múltiplos desdobramentos discursivos (efeitos de comentário, de humor, de argumentação, de identidade, de *ethos* etc.) de acordo com o domínio de experiência.

Nosso propósito é, portanto, analisar como a operação de *designação*, enquanto *estratégia interacional*, vai transcender a função de descrição e identificação dos seres do mundo e adquirir outra dimensão discursiva, estratégica e dialógica importante.

Para nosso estudo da *designação* no discurso, concentramo-nos no campo midiático, buscando exemplificações para realizarmos os estudos de caso, a partir

¹⁴ CHARAUDEAU, *Les conditions de compréhension du sens de discours*. Université de Paris XIII, C.A.D. , 1994.

¹⁵ MACHADO, 2001: 46.

de um *corpus* puramente exemplificativo. A designação é um fenômeno que ocorre em diferentes tipologias textuais e se insere no dia a dia das situações de comunicação, não se restringindo apenas à linguagem ordinária, mas também aos discursos literário, publicitário, político dentre outros.

Para o estudo dos modos e funções da *designação* no discurso, foram realizados estudos de caso em discursos midiáticos da atualidade. Optamos por escolher um *corpus* exemplificativo midiático, tendo em vista que as operações de *designação* parecem constituir elemento importante do discurso informativo, já que é um tipo de discurso que precisa se referir a uma realidade e, ao mesmo tempo, fazer valer a *visée* de captação para seduzir mais leitores. A *designação* pode constituir, assim, uma estratégia importante de captação desse contrato de informação, embora a designação não seja específica do discurso midiático. Desse modo, as exemplificações e os estudos de caso realizados situam-se em torno do discurso midiático, cujas ocorrências se deram, predominantemente, no período de 2006 a 2009. O *corpus* exemplificativo se encontra dentro do seguinte critério de seleção:

(i) ***designação* na mídia impressa em chamadas de capas de revista**

Selecionamos fatos/ocorrências de *designação* em capas de revistas informativas (*Veja, Isto é, Carta Capital*), tendo em vista a relevância das designações ali encontradas. As *chamadas* de capa são particularmente ricas no uso dos nomes.

(ii) ***designação* na mídia impressa em títulos de reportagens de revistas informativas**

O título de reportagens de revistas informativas, diferentemente dos títulos de jornais de referência, utiliza estratégias importantes no tratamento dos nomes e, portanto, o fenômeno da *designação* desempenha um papel central em sua construção. Ocasionalmente, foi utilizado títulos de reportagens veiculados na internet (*UOLNotícias, Folha Online*).

(iii) ***designação* em textos de humor (esses também são midiáticos)**

Coletamos ocorrências em textos humorísticos de José Simão circulantes na mídia (impressa e *on-line*). Nesses textos percebemos um trabalho efetivo em cima dos nomes, o que justifica também a escolha de textos de humor veiculados na imprensa.

O que vem reforçar nossa escolha por tais tipologias textuais é o fato de se tratarem de discursos portadores de legitimidade e autoridade para tematizar o espaço público. Embora nosso objeto de estudo não configure especificidade de situações midiáticas, as análises realizadas se deram em torno de um *corpus exemplificativo*, constituído de material discursivo midiático diversificado, colhido aleatoriamente, com pretensão à não exaustividade. Eventualmente, lançamos mão de exemplificações colhidas de jornais populares (*Aqui, Super Notícia*)

Para compreender o quadro de estudos que compõe os debates atuais, no que tangencia a reflexão e a análise que se nos coloca a ilusória simplicidade do ato de nomear, é necessário considerarmos a existência de diferentes formas de se abordar aquilo que, de uma forma ou de outra, constrói representações¹⁶ no movimento de articulação com a experiência do real. Interessa ressaltar que o ato de nomear é um processo dinâmico, situado na articulação entre referente, discurso e língua. No entanto, há uma diversidade de abordagens cuja confrontação seria *a priori* afastada - (i) análise discursiva de Siblot; (ii) semântica referencial de Kleiber e (iii) semântica indexical de Cadiot - mas que, no entanto, convergem, numa compreensão global, para um fio condutor, segundo a visão de Louyest (2007): a faculdade constantemente re-semantizada da língua, ou seja, sua plasticidade.

Embora, os termos *nominalização*, *nomeação* e *nominação* à primeira vista, abriguem certa proximidade no nível léxico-semântico e estejam ligados à ação de nomear, eles constituem categorias conceituais distintas como veremos adiante. No entanto, é preciso considerar que essa pluralidade terminológica cria um problema metalinguístico, quando, de um lado, se tem consciência de que cada um desses termos possui uma dimensão conceitual particular; e, de outro, quando se vê diante da necessidade de “nomear” um processo que envolve também o “fenômeno

¹⁶ O ato de representar não é um processo simples. Além da figura, ele carrega sempre um sentido simbólico. (Moscovici, 1978: 65, citado por Jovchelovitch e Guareschi, 1994: 202). No entanto, cabe ressaltar que as representações sociais têm uma razão que leva as pessoas a formarem e construírem representações, segundo Moscovici: *o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar.* (1984: 23-4 citado por Jovchelovitch e Guareschi, 1994: 212). As representações sociais seriam, então, *uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.* (Jodelet, 1989: 36, citado por Jovchelovitch e Guareschi, 1994: 202).

nomear”. Contudo, admitir esse problema de metalinguagem, em certo aspecto, é abrir espaço para a condescendência - isso não se pode negar - com a possibilidade de sinonímia que a semelhança lexical, de certo modo, abriga.

Isso posto, somos levados a tecer alguns esclarecimentos, considerando que a adoção de um ou outro desses termos evidencia a problemática escolhida ou mesmo contornada. Para isso, nosso propósito será explicitar, ainda que sucintamente, a *nominalização* e a *nomeação*. Portanto, nosso objetivo não será descrever a trajetória histórica e, muito menos, examinar em profundidade os conceitos de *nominalização* e *nomeação* em todas as vertentes teóricas do campo linguístico. Nosso propósito será, simplesmente, fornecer um levantamento breve, elencando alguns trabalhos comprometidos com essas categorias, apontando, assim, a definição utilizada em alguns deles de modo a trazer à tona a distinção conceitual que envolve tais termos. Enfatizamos que, em nossa exposição, buscaremos distinguir, de modo particular, a *nominação* pelo fato de envolver discussões que a ligariam, recentemente, à *denominação* e também à *designação*.

Desse nosso trabalho de investigação se poderia levantar a seguinte pergunta: *O que nos interessaria considerar nesse percurso para nossa pesquisa sobre designação?* Partindo das ponderações feitas até o momento, interessa-nos, em primeiro lugar, uma dimensão que esteja atrelada, por um lado, à questão do sentido e da referência e, por outro, amparada na linguagem, enquanto espaço de sua manifestação. Assim, partir da noção de *designação*, tal como proposta por Kleiber, configura para nós um ponto de partida para uma ampliação no que concerne ao estudo da *designação* no discurso. Ao mesmo tempo, coloca a problemática de se adotar uma noção, em termos de categoria, que pertence ao campo da semântica e isto quer dizer, ao mesmo tempo, partir de uma noção operatória e de uma noção descritiva.

No entanto, a questão da categoria – *designação* – é também uma questão de sua compatibilidade, ao se pensar em buscá-la dentro de um campo que estuda “como a linguagem fala do mundo” e trazê-la para o campo do discurso e das estratégias discursivas. Portanto, o que pretendemos é partir de uma noção de *designação* –

situada no campo da língua – para observar seu modo e função no discurso. Sabemos que a palavra tem seus contextos. No entanto, se nós pensarmos em termos de conjunto, feixes de correlações, de combinação no interior de um ‘enunciado’ é uma coisa, mas se pensarmos na(s) função(ões) discursiva(s) da *designação* em diferentes discursos é outra. Assim, nossa proposta é ampliar a noção de *designação*, trazendo-a para o âmbito discursivo.

Interessa-nos também ampliar a noção de *designação* proposta por Kleiber, associando-a às noções de *sentido do discurso* de Charaudeau (1992: 15). Nessa perspectiva, nossa investigação, em um plano mais geral, visa à integração entre a Semântica referencial e a Análise do Discurso Semiolinguística: ambas comprometidas com a questão do sentido. A primeira, por se tratar de uma *pragm-semântica deliberadamente referencial* (Kleiber, 1994: 6); e a segunda, por assumir *definir o processo de comunicação em termos de “co-construção do sentido” e de “sentido finalizado*.¹⁷

Como objetivo geral de nossa pesquisa, buscamos investigar o papel dos processos de *designação* na análise do discurso, levando em consideração suas dimensões descritiva, enunciativa e argumentativa. De maneira mais específica, nossos objetivos ficaram pautados nos seguintes quesitos: (i) aprofundar a compreensão sobre o conceito, a natureza e a finalidade da *designação* dentro do campo discursivo; (ii) apontar os elementos envolvidos no procedimento de *designação* e o papel dos interlocutores; (iii) catalogar as modalidades de *designação* para, em seguida, tentar compreender e descrever seu mecanismo enunciativo; (iv) examinar a importância das operações de *designação* para os modos de organização *enunciativo* e *descritivo*, considerando seus componentes; (v) analisar a *designação* dentro de uma dimensão argumentativa.

Como alicerce, esta pesquisa se apoiou na Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau que considera a língua como *um sistema de formas que veicula ao*

¹⁷ CHARAUDEAU, *Les conditions de compréhension du sens de discours*. Université de Paris XIII, C.A.D., 1994.

*mesmo tempo o sentido registrado socialmente como uma espécie de grande denominador comum para os membros de uma comunidade linguística*¹⁸; e o discurso como um mecanismo do comportamento da linguagem que testemunha ao mesmo tempo as atitudes de pensamento, de crença e de julgamento que caracterizam o grupo social, e as normas que regulam as relações que se instauram entre os indivíduos que vivem em sociedade.¹⁹ Em outros termos, o discurso, como propõe Machado, é um “jogo comunicativo”, ou seja, o jogo que se estabelece entre a sociedade e suas produções languageiras.²⁰

Tendo em vista essas considerações, nosso trabalho teve por objeto compreender a natureza do fenômeno da *designação*, seus modos e funções no discurso: (i) O que é *designação*?; (ii) Como ela funciona?; (iii) Quais as ressonâncias discursivas advindas de seu uso no discurso?

Nosso interesse na questão da *designação se justifica*, basicamente, por três motivos:

- (i) Pelo fato de se tratar de um tipo de procedimento que envolve comportamentos lógicos, linguísticos e psicológicos distintos;
- (ii) Por ser a *designação* formulada por um sujeito, para um determinado ser (objeto, fato etc.), em determinada situação discursiva, tendo em vista certos padrões sociais e uma finalidade discursiva.
- (iii) Por ela se configurar como um objeto de troca comunicativa e, ao mesmo tempo, evidência de posicionamento: enquanto “forma semantizada”, a *designação* estaria *correlacionada a sistemas de valores circulantes no espaço social*²¹ (Emediato, 2008) de onde, geralmente, ela surge.

¹⁸ Tradução nossa de : *La langue est un système de formes qui véhiculent en même temps du sens enregistré socialement comme une sorte de plus grand dénominateur commun pour les membres d'une communauté linguistique.* (CHARAUDEAU, 2001: 346).

¹⁹ Tradução nossa de: *Le discours est un mécanisme du comportement langagier qui témoigne à la fois des habitudes de pensée, de croyance et de jugement qui caractérisent le groupe social, et des normes qui régulent les rapports qui s'instaurent entre les individus vivant en société.* (CHARAUDEAU, 2001: 346).

²⁰ MACHADO, 2001: 46.

²¹ Em seu estudo sobre os lugares sociais do discurso, Emediato (2008) aponta para dois tipos: lugar de situação e lugar de posicionamento. O lugar da situação se configura como um espaço normativo que regula as trocas comunicativas, oferecendo aos sujeitos comunicantes os princípios

Partimos do pressuposto de que se trata de uma manifestação discursiva que, enquanto tal, se dá na e pela interação, ou seja, onde se executam as estratégias. Nos dizeres de Berrendonner²², isso significa que uma interação não se reduz a uma simples aplicação quase algorítmica de regras ou de *contraintes* (limitações), mas supõe que entre a *contrainte* e sua satisfação possa haver “um jogo”, um hiato no qual se insinuam possibilidades de escolha ou de transgressão. É nesse sentido que ele e autores como Authier, Borel, Chabrol, Sbisà, Trognon, Zilberberg admitem como evidência implícita que toda estratégia interacional visa a um objetivo.

Assim, o ato de comunicação se define por meio de *um objetivo que constitui uma tensão em direção à ‘resolução do problema’ colocado pela existência do outro e [...] um projeto de influência.*²³ Acreditamos que a operação de *designação*, como um ato de um sujeito em situação comunicativa, assume um papel extremamente relevante no discurso, articulando objetivos comunicacionais e construção de um tipo de relação interacional.

Nosso trabalho de pesquisa visou uma análise semântico-linguístico-discursiva que contemplasse o material verbal e prestigiasse, quando necessário fosse, o material icônico. Nesse sentido, aliamos à Teoria Semiolingüística, os Modos de Organização do Discurso – o Enunciativo e o Descritivo (Charaudeau, 1992) - às contribuições teóricas de autores como Bakhtin (2002), Berrendonner (1990), Francis Jacques (1985), Kleiber (1984, 1994), Moirand (1974), dentre outros, de modo a nos conduzir a um avanço no entendimento acerca da enunciação, do sentido, da referência e da nominação, mais especificamente das associações de *designação*. Embora possa enriquecer a análise, estimular a interpretação e tornar-se um aliado na busca da construção do sentido, o plano icônico não constituiu uma prioridade de nosso trabalho de análise. Isso não inviabilizou detectarmos e enumerarmos aspectos da iconicidade dos textos relacionados ao fenômeno da *designação*, na medida em que foram considerados os aspectos da iconicidade dos

fundamentais da interação. A este lugar estão associados, conforme o autor, as normas de conformidade que atribuem valor a quem delas se aproxima e a quem a elas se submete. O lugar de posicionamento, um segundo lugar social do discurso, é axiologizado em relação aos sistemas de valores, remetendo a uma problemática da representação desses sistemas de valores.

²² BERRENDONNER, 1990 : 6.

²³ CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004: 27.

textos que, no âmbito da discussão, se fizeram pertinentes para acrescentar algum resultado à pesquisa ou esclarecer algum aspecto da análise.

Dentre os quatro Modos de Organização, analisamos - o *Descritivo* e o *Enunciativo* (Charaudeau, 1992), considerando-os *como tipos de operações que estruturam a organização do discurso*. (Emediato, 2004: 135). Nossa proposta de considerar os modos *Enunciativo* e *Descritivo* está balizada no fato de o primeiro possibilitar investigar a posição do sujeito enunciador em seu ato de locução; e o segundo, por possibilitar a identificação e a qualificação dos seres do mundo de maneira objetiva e/ou subjetiva.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, destinamos a primeira parte para a problematização de nosso objeto de estudo e fundamentação teórica de nossa hipótese, bem como o delineamento da pesquisa. Aqui, numa primeira delimitação conceitual, situamos a *designação* contrapondo-a à *denominação*, partindo das contribuições de Kleiber (1984, 1994, 2000, 2001).

A segunda parte é dedicada aos estudos de caso de estratégias de *designação* na mídia; tipologias de *designação*, numa tentativa de compreender o funcionamento desse fenômeno discursivo, bem como os efeitos de seu uso. Esta parte inclui, ao mesmo tempo, a relação entre *designação* e dois dos Modos de Organização do Discurso - o *Enunciativo* e o *Descritivo* de Charaudeau (1992) -, além de uma reflexão sobre a orientação argumentativa da *designação* no discurso midiático.

A terceira parte é consagrada às conclusões e discussão das consequências da nossa pesquisa na compreensão do fenômeno da *designação*.

Por último, a quarta parte é reservada ao *glossário*.

Parte I
PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Capítulo 1. Uma problemática sêmio-discursiva

Abordar o sentido social, tendo em vista o funcionamento dos signos, não é algo simples. O sentido “põe em jogo a mistura, a pluralidade, o fato de que vivemos em muitas esferas ao mesmo tempo, de que circulamos de uma esfera para outra”²⁴. Em conformidade com Charaudeau, uma maneira de se abordar o discurso seria “inserir-lo em uma problemática de conjunto, que tenta religar os fatos da linguagem a certos outros fenômenos psicológicos e sociais: a ação e a influência”.²⁵ Conseqüentemente, trata-se, para o autor, de examinar o fenômeno da construção psico-sócio-linguagreira do sentido, isto é, o “processo de semiotização do mundo”, o qual se realiza através de um sujeito também psico-sócio-linguagreiro.

A linguagem como “multidimensional” abre para uma problematização, tendo em vista que, segundo Charaudeau, ela se compõe de variadas dimensões:

- (i) **uma dimensão *cognitiva*** pelo fato de se colocar a questão de saber se, independente da ação da linguagem, há uma percepção do mundo e uma categorização deste ou se estas se fazem necessariamente através da linguagem. Assim, quais são as operações semântico-cognitivas da estruturação linguística do mundo?
- (ii) **uma dimensão *social e psicossocial*** a propósito da qual se colocam indagações a respeito do valor da troca dos signos e sobre o valor da influência dos fatos da linguagem;
- (iii) **uma dimensão *semiótica***, em que se colocam os problemas de relação entre a construção das formas: como se faz a semiotização das formas? Como se faz a semiologização do sentido? Sendo considerada ao nível da palavra, da frase ou do texto esta semiotização é ela da mesma ordem?²⁶

Nessa perspectiva, a complexidade deste campo disciplinar implica, conforme esclarece Charaudeau, uma atitude transdisciplinar no tratamento do fenômeno da linguagem, de modo a articular questionamentos tanto de ordem mais externa, como

²⁴ SCHANGLER, J. *Le Monde*, 30/04/1996 *apud* CHARAUDEAU, 2006: 16.

²⁵ CHARAUDEAU, 1995: 96.

²⁶ CHARAUDEAU, 1995: p 96-97.

a lógica da ação e da influência social, quanto de ordem mais interna, ou seja, construção do sentido e do texto.

A abordagem proposta por Charaudeau, denominada “semiologia”²⁷, - “sémio-”, de “sémiosis”, indica que a construção do sentido e sua configuração se fazem, em diferentes sistemas semiológicos - o icônico, o gráfico, o gestual -, através de uma relação forma-sentido, sob a responsabilidade de um sujeito que, em um quadro de ação, é portador de um projeto de influência social; “-linguística”, porque essa forma de ação é constituída de um material languageiro. Correlativamente, pela sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades, ou seja, níveis sintagmático e paradigmático, esse material languageiro impõe um procedimento de “**semiotização do mundo**”.²⁸ Na realização desse procedimento, participam dois processos - “transformação” e “transação” - que trabalham de maneira diferenciada, solidária e hierarquizada, embora o primeiro esteja sob o controle desse último.

O “**processo de transformação**” consiste em transformar um “mundo a significar”, em um “mundo significado”²⁹, através de certas categorias que são, elas próprias, expressas por formas. Para isso, ocorrem as seguintes operações:

- (i) a **identificação** dos seres materiais ou idealizados, tendo em vista a necessidade de situá-los, conceitualizá-los e nomeá-los, transformando-os em “identidades nominais”;
- (ii) a **qualificação** atribui aos seres propriedades que, concomitantemente, os discriminam, especificam e motivam sua maneira de ser, transformando-os em “identidades descritivas”;
- (iii) a **actancialização** se inscreve em “esquemas de ação” que dão aos seres um estatuto de “identidades narrativas”;
- (iv) a **causação**, em que os seres, com suas qualidades, agem em razão de certas motivações que os inscrevem em uma cadeia de causalidade. A sucessão dos fatos do mundo é transformada em “esquemas de causalidade”.

²⁷ Na verdade, Charaudeau (1995: 98), nos chama a atenção para a perspectiva pragmática de Hjelmslev como sendo de dimensão psicossocial e justifica o termo “sémio-linguistique” como uma simplificação terminológica para aquilo que ele mesmo considera ser “psycho-socio-sémio-pragmatique”.

²⁸ CHARAUDEAU, 1995: 98.

²⁹ CHARAUDEAU, 1995: 99.

A esses seres, propriedades, ações e motivos aplicam-se ainda, através da **modalização**³⁰, as categorias de avaliação, opinião, asserção, apreciação dentre outras.

Cabe ressaltar que a *modalização*, conforme Charaudeau e comentado por Guadanini (2002), “[...] é uma categoria da língua que re-agrupa o conjunto dos procedimentos estritamente linguísticos, os quais permitem exprimir explicitamente o ponto de vista do locutor. Logo, toda modalidade supõe um ato locutivo, já que eles resguardam entre si uma relação de imbricação”.³¹ Em outros termos, significa dizer que há uma interação entre a modalização (categoria linguística que agrupa os procedimentos linguísticos, viabilizando a explicitação do posicionamento do sujeito que produz o ato de linguagem) e o modo enunciativo do discurso (o qual intervém na encenação discursiva, determinando e revelando a posição do locutor em relação ao interlocutor, a ele próprio e aos outros, o que dá lugar à construção do aparelho enunciativo).

O **processo de transação** transforma o “mundo significado” em objeto de troca linguageira entre os interlocutores e consiste, para aquele que produz o ato de linguagem, em atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros, ou seja, dar uma significação psicossocial a seu ato, em conformidade com os **princípios de base**: A palavra *transação* se justifica pelo fato de que, para que um ato de comunicação seja válido, os interlocutores devem reconhecer o quadro de intencionalidade no qual esse se produz. Charaudeau propõe considerar os seguintes princípios de base de todo ato de linguagem:

- (i) “**princípio de alteridade**”: funda a existência de dois sujeitos do ato de comunicação (locutor e interlocutor) em relação de reciprocidade não simétrica;
- (ii) “**princípio de pertinência**”: cria o *universo de discurso* que, enquanto objeto de troca, deverá ser reconhecido e partilhado pelos sujeitos envolvidos na interação;

³⁰ CHARAUDEAU, 2006: 41.

³¹ GUADANINI, 2002: 129.

(iii) “**princípio de influência**”: institui a existência de um *propósito comunicativo – visée communicative* - da parte do sujeito produtor do ato de linguagem e que define a *finalidade do ato em torno de uma expectativa de sentido*;

(iv) “**princípio de regulação**”: estabelece os dados precedentes e distribui os papéis dos parceiros.³²

Desse modo, para o sujeito que produz o ato de linguagem, esse processo consiste em dar uma significação psicossocial ao ato enunciativo, de modo a atribuir-lhe um objetivo, tendo em vista: a *identidade* do interlocutor em relação a sua posição social, seus saberes e crenças, seu estado psicológico, seus interesses, suas aptidões etc.; o *efeito* que se pretende produzir no parceiro da comunicação; o tipo de *relação* que se busca estabelecer com ele e o tipo de *regulação* que prevê ao considerar os parâmetros mencionados.

Nessa dimensão, “todo discurso se configura segundo uma organização sémi-discursiva feita de um certo agenciamento de formas cujas unidades pertencem, em dominância, ao sistema verbal e a diversos sistemas semiológicos tais como o icônico, o gráfico, o gestual”.³³

Nos estudos sobre a linguagem, a dependência do processo de transformação frente ao processo de transação, marcaria, segundo Charaudeau³⁴, uma mudança de orientação, na medida em que o interesse passa a ser o sentido comunicativo, isto é, o valor semântico-discursivo dos fatos da linguagem, em que a imposição do processo de transação cria um quadro que serve de base para a construção de um “contrato de comunicação”.³⁵

Enquanto atividade comunicativa, o ato de linguagem envolve parceiros que, sendo membros de uma comunidade, se reconhecem um ao outro no seu *papel* de

³² CHARAUDEAU, 1997: 41.

³³ CHARAUDEAU, 1997: 18.

³⁴ CHARAUDEAU, 1995: 101.

³⁵ A noção de *contrato* “pressupõe que os indivíduos, pertencendo a um mesmo corpo de práticas sociais, sejam suscetíveis de entrar em acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais.” (CHARAUDEAU, 1983: 50).

interlocutor e que deverá ser mantido, para estabelecer o “contrato” que ligará os interlocutores na troca comunicativa. Tal “contrato” é construído em função da identidade dos parceiros e das intenções comunicativas do sujeito falante, isto é, em conformidade com seu projeto de comunicação.

Charaudeau ³⁶ sublinha dois tipos de situações - a *interlocutiva* e a *monolocutiva* -, conforme se dê a organização da configuração verbal. Na *situação interlocutiva* – o contrato permite a troca, já que o canal é oral e o acontecimento físico é perceptível pelos dois parceiros: eles estão na presença um do outro. Nesse tipo de situação o locutor pode perceber as reações de seu interlocutor. Contrariamente, na *situação monolocutiva*, os parceiros não se encontram fisicamente presentes, não podendo, pois, haver a troca. Dessa forma, o locutor não pode perceber, de imediato, as reações do seu interlocutor, mas apenas imaginá-las. Trata-se, portanto, de práticas discursivas, cujo canal é gráfico ou oral. Seria o caso, por exemplo, dos livros, revistas, jornais, programas de rádio e de TV - que possuem o material discursivo direcionado para um alocutário que, na realidade, não se encontra presente no momento da encenação discursiva.

O processo de *designação* produzido por uma instância midiática pode ser compreendido como oriundo de uma situação comunicativa monolocutiva e envolveria:

- Um sujeito **designador**: aquele que atribui a alguém ou a alguma coisa uma *designação*. Integra a instância de produção.
- **Destinatário**: seria aquele cujo ato de *designação* lhe é dirigido, enquanto parceiro da comunicação. Integra a instância de recepção.
- **Designato**: é o alvo da *designação*. Quanto à natureza, o *designato* não se constitui apenas da categoria pessoa. Podem também ser alvos de *designação*: fatos, ideias, coisas, enfim, tudo aquilo a que se pode referir.
- **designação**: *objeto da troca comunicativa*, para aplicar de empréstimo um termo de Charaudeau ³⁷.

³⁶ CHARAUDEAU, 1992: 639.

³⁷ CHARAUDEAU, 1983: 119.

Transpondo para uma representação esquemática, temos abaixo a *figura 1* que evidencia esse tipo de situação em que estão envolvidos o sujeito **designador (D)** que - integrante da instância de produção - vai dirigir seu enunciado - portador da *designação* - a um leitor ausente da cena discursiva, o **destinatário**, com o objetivo de fazer referência a um terceiro, nesse caso, o **alvo (ou objeto) da designação (AD)** ou o *designato*. Cabe, portanto, salientar que a instância de produção cria, então, seu *projeto de comunicação*, levando em conta o destinatário, embora ausente.

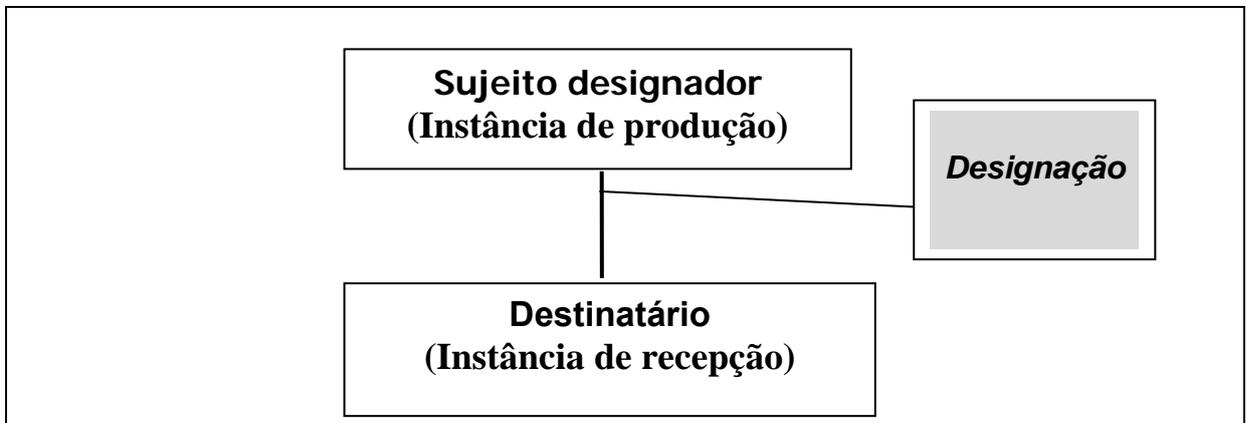


Figura 1 - Esquema de uma situação monolocutiva, envolvendo a designação.

Contudo, ressaltamos uma outra situação, em que a instância de recepção pode se constituir de:

- (i) **Destinatário 1:** quando a designação diz respeito a um outro;
- (ii) **Destinatário 2:** quando a designação diz respeito a si mesmo, ou seja, ele é ao mesmo tempo destinatário e *designato*. Nesse caso, porém, é pertencente à categoria *pessoa*.

Cabe salientar que, enquanto o **destinatário 1** é somente interlocutor ou leitor; o **destinatário 2** é, simultaneamente, leitor e alvo da designação (*designato*). A seguir, apresentamos o esquema representativo desse tipo de situação monolocutiva, conforme descrito na *figura 2*:

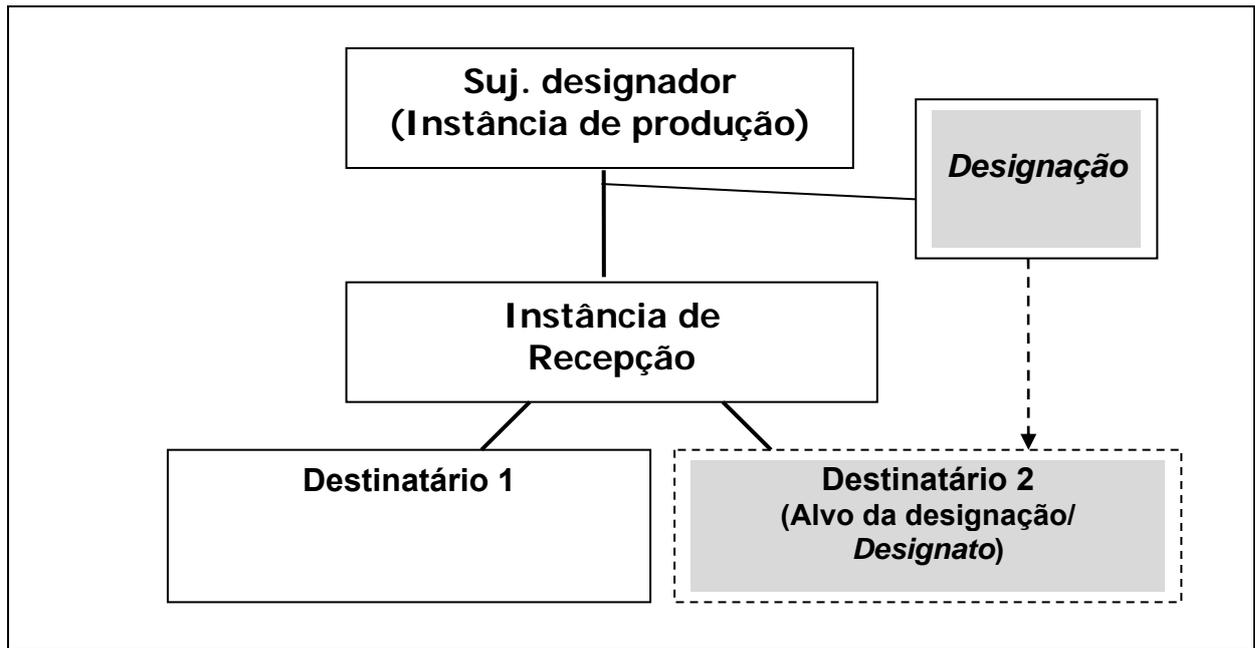


Figura 2 - Esquema de uma situação monolocutiva, em que o destinatário 2 - alvo da designação - integra a instância de recepção.

Ora, a natureza do nosso objeto de estudo coloca em pauta alguns aspectos que merecem ser ressaltados. Um deles está relacionado ao tipo de situação que, por envolver “parceiros fisicamente ausentes” da cena discursiva - espaço e/ou tempo são posteriores ao ato de comunicação -, desfavorece a *continuidade*³⁸ verbal no *aqui* e *agora* do ato de enunciação. Isso significa que o *designato*, nesse tipo de situação, está mais à mercê da força “predicativizadora” de um nome³⁹, como é o caso de uma *designação*, que além de apontar também re-significa, realçando atributos. Digamos então, para ilustrar, que uma celebridade, por exemplo Clodovil, ao ler uma das charges jornalísticas de J. Simão, se depare com enunciados designativos a seu respeito – “Clodovéia”. Ao se sentir lesado pelo que representa a

³⁸ Nesse sentido, ressalta Ducrot (1987: 91) que *o encadeamento de réplicas se funda, geralmente, menos sobre o que foi dito pelo locutor do que sobre as intenções que, segundo o destinatário, teriam levado o locutor a dizer o que disse.*

³⁹ Moirand utiliza o termo “*dépredicativisée*” para se referir à forma como se apresenta um título de artigo de primeira página quando ele prossegue no interior do jornal. Ela observou que o título verbalizado na primeira página e o mesmo título nominalizado na página interior se apresenta como a forma «*déprédicativisée*» *da frase título do mesmo artigo* em primeira página. Isso significa que ocorre uma economia e uma concisão em detrimento de certas informações e de certa precisão. Sua observação do fenômeno se deu sobre o jornal *Le Monde*, 1972, como se vê num dos exemplos citados pela própria autora:

Le titre “Des centres d’animation sportive vont être créés à la rentrée prochaine” devient en page intérieure: « La création de centres d’animation ». (MOIRAND, 1975 : 67).

(“Centros de animação desportiva serão criados no próximo retorno às aulas” torna-se em página interna: “A criação de centros de animação”. - Tradução nossa.)

designação - tendo em vista o que lhe é atribuído e as eventuais repercussões disso -, o *designato*, não tem outra saída que a de reagir, se assim o quiser, num tempo e espaço somente *a posteriori*.

Outro aspecto importante a ser sublinhado está ligado às atribuições endereçadas ao sujeito-alvo da *designação* as quais podem ser feitas de modo a defini-lo e diferenciá-lo numa determinada particularidade que servirão, tanto para singularizá-lo em relação a alguém do seu próprio grupo social, quanto em relação a ele próprio ou a um concorrente ou oponente: um político, um partido, por exemplo. Todavia, sendo negativos, os atributos gerariam uma situação nada benéfica, aliás, pelo contrário, muito prejudicial pelo fato de envolver um tipo de situação caracterizada pela *vulnerabilidade* a que o outro é exposto - fator que favorece eventuais “arranhões” na imagem, isto é, no *ethos*.⁴⁰ Numa situação oposta, sendo positivas as predicções, elas podem contribuir para uma projeção social e, desse modo, favorecer sua situação, qualquer que seja, no meio em que vive, mais precisamente, onde “seu nome circula”.

Nessa dimensão, reportemo-nos a um tipo de situação em que o nome de alguém pouco ou nada conhecido é negligenciado e substituído pelo de outrem que, já tendo seu nome aliado a aspectos positivos, reconhecidos e partilhados socialmente, funciona como *base predicativa*. Por ocasião da contratação de Wellington Tindurim, para uma temporada no clube do Santos, a título de experiência e sob indicação de Pelé – Edson Arantes do Nascimento -, a mídia veiculou a seguinte *chamada* para o noticiário⁴¹:

*Pelé leva “novo Robinho” ao Santos [...].*⁴²

⁴⁰ É importante realçar aqui o problema que levantamos em relação à *vulnerabilidade* do *designato* nas interações em que se encontra ausente fisicamente, quando se trata de situação *monolocutiva*. É preciso esclarecer, no entanto, que esse problema pode também ocorrer em situação *interlocutiva*, como, por exemplo, no caso das famigeradas “fofocas”, do “disse me disse” sobre fulano, desde que o *alvo* não esteja presente na cena discursiva, portanto, totalmente vulnerável a quaisquer tipos de endereçamentos designativos.

⁴¹ Acessado em 05/05/2009: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2009/05/05/ult59u197598.jhtm>>.

⁴² As informações recortadas dos textos midiáticos serão destacadas nesse padrão, para diferenciarem-se das citações teóricas.

Igualmente comuns, são os casos envolvendo nomes com notoriedade como os de personalidades históricas, artistas ou celebridades, visando aos mais variados objetivos. Estamos nos referindo aos casos em que os nomes ditos de “notoriedade” são empregados com uma determinada pretensão, de modo que, ao lado da escolha ocorre, simultaneamente, a evocação de um atributo que se pretende emprestar para o designado. Sublinhando, o nome escolhido evoca determinado atributo que não é mencionado explicitamente, mas que já está memorizado e, portanto, faz parte dos conhecimentos socialmente partilhados. Neste sentido, o nome próprio é interpretado em relação ao *indivíduo inicial* (Gary-Prieur)⁴³ e, implicitamente, resgata uma propriedade do referente inicial do nome próprio. Por trás da intenção primeira de se homenagear o dono do nome, há, frequentemente, uma intenção segunda.⁴⁴ Esse procedimento tem uma repercussão direta na construção identitária, seja de uma instituição nomeada, seja de um serviço ou produto, seja de um indivíduo. No caso da publicidade, por exemplo, esta intenção estaria relacionada à tríade captação/persuasão/adesão a um tipo de serviço. Podemos, desse modo, compreender melhor o seguinte sintagma nominal - *Cliente Van Gogh*

⁴³ Gary-Prieur chama de *referente inicial* o indivíduo cuja existência já é pressuposta para todo uso do nome próprio. A autora considera, com efeito, que *um nome próprio é sempre interpretado em relação a este indivíduo inicial*. (1991: 53).

⁴⁴ Quando se trata de emprego de nomes com notoriedade como, por exemplo, para instituições ou estabelecimentos, o funcionamento do nome parece ocorrer de maneira distinta. Consideremos, a título de ilustração, Instituto Educacional *Albert Einstein* e *Escola Infantil Du Du Dá Dá*. No primeiro caso, nota-se que o nome evoca atributos do referente inicial que funcionam como elementos persuasivos, com pretensão à captação de novos alunos. O nome próprio *Albert Einstein* agrega aspectos que contribuem para criar uma identidade positiva para a instituição. Tais atributos, sendo mobilizados no ato de enunciação, corroboram com uma imagem favorável que, no momento de uma escolha, pode fazer toda a diferença. Nesse caso, o nome funcionaria como elemento persuasivo. É como se o próprio nome da instituição funcionasse, todo o tempo, como um *apelo publicitário*. Assim, ao enunciar o nome, coloca-se em movimento elementos que contribuem para gerar um estatuto de importância, de seriedade, de competência etc., ou seja, cria *status*. Desse modo, o viés persuasivo do nome, estando latente, como numa espécie de *stand by*, ao ser enunciado, mobiliza os atributos portados pelo nome, e que, no final das contas, o diferencia em relação aos concorrentes. Diferentemente, quando se compara tal nome com, por exemplo, *Escola Infantil Du Du Dá Dá* ou mesmo *Escolinha Ursinho Pimpão*, o que se percebe é que o nome aqui também cria identidade, entretanto, os atributos evocados confluem para a construção de um *ethos* com um perfil *muito* diferente. Diríamos que se trata de um nome pouco competitivo no mercado e não cria, portanto, uma grife.

O emprego de nomes de notoriedade na identificação de edifícios residenciais, por exemplo, - Edifício *Rui Barbosa* e Edifício *Van Gogh* -, embora possam também evocar aspectos positivos, não comportam o mesmo apelo persuasivo por se tratar de situações distintas: nomes de empresas ou instituições têm lastro no campo comercial; já sobre os nomes de edifícios residenciais não se pode afirmar o mesmo. Mas, de qualquer forma, em ambos, o nome próprio pode significar *status* dependendo, é claro, do tipo de predicação que evocar e das crenças e representações que mobilizar nos imaginários sócio-culturais.

– como exemplo desse nosso ponto de vista. Embora não constitua objetivo nosso analisar o discurso publicitário, é oportuno apontar aqui como um nome, aparentemente denominativo, resguarda propriedades designativas. O nome comum aparece acompanhado do nome próprio (N_P) cuja função é restringir, dentro do conjunto de *clientes*, aqueles cujos atributos evocados pelo nome próprio *Van Gogh* se aplica. Ora, embora faça menção a um *referente inicial* – para empregar o termo de Gary-Prieur⁴⁵ - *Van Gogh* -, não há coincidência entre os referentes. Não se trata de um “cliente e artista plástico” chamado *Van Gogh* que, como se sabe, não convive mais nesse mundo. No entanto, ele é interpretado em relação a esse *indivíduo inicial*. Assim, o N_P não se refere ao nome de um cliente do Banco Real em específico, mas ao nome de um padrão de serviços oferecidos a um seleto grupo de pessoas que integram o quadro de clientes do banco. Ser *Van Gogh*, nesse caso, significa, portanto, pertencer a uma categoria especial de clientes que, por pertencer a essa classe - recebe tratamento especial e facilidades, tais como taxas diferenciadas e atendimento preferencial que são oferecidos, graças ao seu estatuto sócio-econômico que o “transforma”, aos olhos da instituição financeira, num “investidor em potencial”.⁴⁶ Por um lado, trata-se de pessoas com poder aquisitivo e nível sócio-cultural elevados, portanto, capazes de adquirir obras de arte de valor altíssimo, como é o caso das pinturas desse artista holandês. Por outro lado, tornam-se pessoas adequadas para compor o quadro de investidores efetivos no conjunto de operações financeiras de que o banco dispõe, logo, um alvo perfeito para gerar lucro para a instituição.⁴⁷ A estratégia da campanha é construir a

⁴⁵ Gary- Prieur (1991: 53) chama de “referente inicial” o *indivíduo cuja existência é pressuposta para todo uso do nome próprio*.

⁴⁶ Esse termo resguarda um paralelismo com o termo *consumidor em potencial*, empregado por Guadanini, (2002).

⁴⁷ O exemplo analisado compõe a campanha do Banco Real, cuja estreia se deu em março de 2009:

“Os clientes de alta renda procuram um banco que atenda às suas necessidades imediatas, como atendimento preferencial e taxas diferenciadas, e, ao mesmo tempo, trabalhe com uma postura consciente e ativa por um futuro melhor,” explica Robert Wieselberg, Superintendente Executivo PF - Van Gogh. Essa definição resume a linha na qual o Banco sempre trabalhou, desenvolveu seus produtos e se relacionou com seus clientes, isto é, sintonizado com nossa época e mantendo uma visão que integra aspectos econômicos, sociais e ambientais. São diversas as opções para alcançar o sucesso. Com essa visão, para protagonizar a campanha foram selecionadas pessoas de diferentes setores de atuação e com diferentes histórias de vida, mas todas com algo em comum: alcançaram o sucesso fazendo “a coisa certa, de algum jeito certo. (Acessado em 24/04/2009: <<http://www.vitrinepublicitaria.net/noticiasdomercado2.asp?menucodigo=1378>>).

definição de *Serviços Van Gogh* balizada em três eixos: econômico, social e ambiental, visando criar uma *identidade* para os serviços ligada ao “conceito de sucesso”. Nesse caso, é possível notar que o nome próprio *Van Gogh* não está se referindo ao artista plástico diretamente. Pode se perceber aqui que o nome funciona como *ethos de identificação* ⁴⁸, mas não com o artista plástico –, mas por contiguidade às suas obras naquilo que elas representam hoje, pois esse holandês viveu na miséria e só teve suas obras reconhecidas postumamente. Desse modo, aqueles que podem adquirir obras como as de Van Gogh - atualmente encontram-se entre as mais caras do mundo -, podem fazer parte do grupo *cliente Van Gogh*. A estratégia de usar esse nome estaria relacionada, portanto, a intenções outras que o simples nomear um sistema de serviços bancários. Ela busca criar também um *ethos de identificação: mediante um processo de identificação irracional* ⁴⁹: espera-se que um grande número de interlocutores fundem sua identidade na do outro, nesse caso, na dos “bem sucedidos”. Ora, por remeter ao poder de compra, bom gosto, refinamento, status, alto poder aquisitivo, a comunicação publicitária vai mais além, não se restringindo apenas ao papel de divulgadora de um produto/serviço. Ela funciona, num sentido mais amplo, como mediadora entre anunciante (*benfeitor*) e “cliente/investidor” em potencial (*beneficiário*), retratando também os imaginários socioculturais desse público que pretende atingir. Nessa dimensão o nome dá uma direcionalidade ao dito, instaurando um viés persuasivo, com a intenção de levar o interlocutor a desejar se beneficiar desse tipo de serviço e, desse modo, se tornar cliente/investidor efetivo do banco ou, num outro caso, mudar de patamar e, assim, aumentar o volume de seus investimentos com a ampliação de suas aplicações bancárias naquela agência. Aqui *Cliente Van Gogh* cria, portanto, um diferencial em relação ao conjunto de bancos: só pode ser *cliente Van Gogh* se for cliente do *Banco Real*. Mais uma vez, a função restritiva do nome aparece para particularizar clientes em relação a determinado banco. Assim, com o uso do nome próprio - *Van Gogh* - representações são mobilizadas e identidades instauradas por meio da e na atividade de *nominação* (ato de nomear).

Por ser um tipo de situação discursiva em que o *designato* encontra-se totalmente à mercê da força de um nome *predicativizador* – e aqui apontamos outro aspecto

⁴⁸ CHARAUDEAU, 2006b: 137.

⁴⁹ CHARAUDEAU, 2006b: 137.

importante desse tipo de situação discursiva: a questão da *responsabilidade ética* no âmbito da escrita do jornalista. A esse respeito, Moirand (2006) sublinha que

Numa abordagem linguística das mídias, a responsabilidade seria para mim de relatar as escolhas (conscientes ou inconscientes) do autor na sua maneira “de nomear” os atores e as ações e naquelas de “representar” o discurso dos outros, sem excluir, contudo, a do leitor na interpretação.⁵⁰

Nesse sentido, cabe enfatizar, juntamente com Philippe Schepens (2006) que

Se ainda somos apesar de tudo conduzidos a colocar este problema ético, é porque nós sentimos que o espaço democrático, o poder não eleito, intervém com uma potência tão grande na Ágora que a atualidade argumentativa é essencialmente tributária das escolhas feitas pelas mídias dominantes.⁵¹

Nessa dimensão, esses autores são unânimes em estabelecer um liame entre a responsabilidade ética⁵² e as escolhas realizadas pela mídia.

Enfatizados esses aspectos, cabe dizer, no entanto, que a *designação* pode ser utilizada com os mais diferentes objetivos. Desse modo, o designador organiza seu discurso com a intenção de captar a adesão do seu interlocutor, na busca de agir sobre ele, levando-o a aderir ao conteúdo do seu dito.

⁵⁰ Tradução nossa de : *Dans une approche linguistique des médias, la responsabilité serait pour moi à rapporter aux choix (conscients ou inconscients) de l'auteur dans sa façon de « nommer » les acteurs et les actions et dans celle de « représenter » le discours des autres, sans exclure toutefois celle du lecteur dans l'interprétation.*

(Disponível em: <<http://semen.revues.org>> . - Tradução livre.).

⁵¹ Tradução nossa de: *si nous sommes malgré tout conduits à poser ce problème éthique, c'est parce que nous sentons bien que dans l'espace démocratique, ce pouvoir non élu intervient avec une puissance si considérable dans l'Agora que l'actualité argumentative est essentiellement tributaire des choix faits par les médias dominants.* (Philippe Schepens, 2006 - Tradução livre).

⁵² Koren (2006) ressalta o comentário de Patrick Charaudeau (2005b: 227) sobre a distinção de Max Weber entre “uma ética da responsabilidade” e “uma ética da convicção”. “A primeira tem parte vinculada com a ação na medida em que ela coloca a questão da finalidade dos atos e das suas consequências. A segunda tem parte ligada com o valor vis-à-vis da qual a adesão deve ser total, sem comprometimento, e sem se preocupar com as consequências. Em certa medida, uma responsabilidade relativa oposta a uma responsabilidade absoluta. A primeira, conclui Charaudeau, seria aquela do homem político, a segunda aquela do crente, do investigador, do médico”. Ora o que caracteriza, precisamente, a responsabilidade argumentativa, é a interação da adesão à uma lógica dos valores e a passagem para a ação. Como no caso “da ética aplicada” (Noções Filosóficas 1990: 871), o que preocupa então os investigadores, não é somente os princípios, mas a sua aplicação aos casos concretos e suas consequências.

CAPÍTULO 2. Das categorias da língua às categorias do discurso

Em - “Les mécanismes du sens et la construction des mots”⁵³ -, na *Grammaire du sens et de l’expression* (Charaudeau, 1992), encontramos que, contrariamente ao que se costumava pensar, *as palavras não são rótulos postos sobre os objetos do mundo como sobre uma garrafa*.⁵⁴ Para o autor,

As palavras de uma língua são o resultado da atividade da linguagem exercida pelo homem que consiste, numa situação dada e com uma intenção de comunicação dada, em criar, ao mesmo tempo, uma noção e uma forma linguísticas para dar conta dos fenômenos do mundo.⁵⁵

Charaudeau (1992) aborda a noção de signo dizendo que essa associação “recíproca” constituída de “forma” – ainda chamada “significante” – e “noção” – ainda denominada de “significado ou conceito”, constitui uma nova realidade que é convencionada de “signo”.

Suas ponderações, contudo, nos remetem a uma tripla conceitualização de que um “signo” é o resultado: *referencial, estrutural e situacional*. (Charaudeau, 1992: 11).⁵⁶

- (i) A **conceitualização referencial** resulta da atividade da linguagem, que consiste em dar conta da realidade através do filtro da experiência humana. Todo signo reenvia, portanto (refere) a esta realidade construída como percepção significante da realidade.
- (ii) A **conceitualização estrutural** (e contextual) resulta da atividade da linguagem que consiste em integrar no interior dela mesma as relações de oposições (paradigma) e de combinações (sintagma) que os signos mantêm entre eles, para assegurar a coerência sintática e semântica da mensagem. Todo signo depende portanto de uma rede de associações e de regras de combinação cujo conjunto constitui o contexto linguístico.

⁵³ “Os mecanismos do sentido e a construção das palavras.” (Tradução nossa.).

⁵⁴ Tradução nossa de: « Les mots d’une langue ne sont pas autant d’étiquettes possées sur les objets du monde comme sur une bouteille. » (Charaudeau, 1992 : 11)

⁵⁵ Tradução nossa de: « Les mots d’une langue sont le résultat de l’activité du langage exercée par l’homme qui consiste, dans une situation donnée et avec une intention de communication donnée, à créer, dans le même instant, une *notion* et une *forme* linguistiques pour rendre compte des phénomènes du monde ». (Ibidem : 11).

⁵⁶ Grifos nossos.

- (iii) A **conceitualização situacional** resulta da posição do sujeito falante no ato de comunicação, quer dizer, das relações que este entretém com seu interlocutor e os dados da situação de enunciação. Todo signo depende portando de suas condições de emprego. (Ibidem: 12)

Nessa perspectiva, *o sentido se constrói em campos de experiência que correspondem aos diversos domínios da prática social dos indivíduos de uma comunidade linguística dada*⁵⁷ e que Charaudeau chama de “domínios de experiência (D.E.)”.⁵⁸ O que significa dizer que é possível reagrupar e classificar o signo, segundo os D.E. aos quais eles são susceptíveis de pertencer. Assim,

Dir-se-á que qualquer signo possui um sentido constante que é necessário considerar, não como um sentido pleno, mas como um sentido “em potência”, disponível para ser utilizado em situações diversas que lhe dão a sua especificidade de sentido. O sentido constante poderá ser chamado sentido da língua e o sentido específico, situacional, poderá ser chamado sentido do discurso.⁵⁹

Buscando tornar mais evidente o que seria *sentido da língua* e *sentido do discurso*, o autor nos apresenta as seguintes ponderações acerca da palavra - *intelectual* - em destaque no enunciado abaixo:

*Isto não é surpreendente, é um intelectual!*⁶⁰.

Charaudeau comenta que essa palavra, ao mesmo tempo,

- *é classe de indivíduos que exercem uma atividade intelectual - faz parte do sentido da língua ;*
- *assinala um julgamento negativo – faz parte do sentido do discurso.*

⁵⁷ Tradução nossa de « Il s’ensuit que les sens se construit dans des champs d’expérience que correspondent aux divers domaines de la pratique sociale des individus d’une communauté linguistique donnée ».

⁵⁸ Ibidem : 12.

⁵⁹ Tradução nossa de «On dira que tout signe possède un sens constant qu’il faut considérer, non comme un sens plein, mais comme un sens « en puissance », disponible pour être utilisé dans des situations diverses qui lui donneront sa spécificité de sens. Le sens constant pourra être appelé *sens de langue* et le sens spécifique, situationnel, pourra être appelé *sens de discours*. » (CHARAUDEAU, 1992: 15).

⁶⁰ “Ce n’est pas étonnant, c’est un *intellectuel!*” (Ibidem: 15.).

Nessa perspectiva, o sujeito falante dispõe de certa margem de manobra em relação às *contraintes* (limitações, restrições) do sentido da língua que o possibilita exprimir sua intenção de comunicação a partir de diferentes escolhas de expressão. No entanto, dependendo da situação em que estiver inserido, ao proferir determinada sequência nominal, o sujeito poderá desencadear resultados na interação. Desse modo, cabe-nos ressaltar também que a maneira como o objeto deve ser compreendido está intimamente relacionada com a forma nominal a ele atribuída. Por exemplo, se quero falar de um cão *pit bull* é uma coisa, mas se atribuo a um ser a *designação Os PT bulls*⁶¹ é outra.⁶²

Podemos dizer, certamente, que grande parte dos conflitos gerados nas situações comunicativas tem, em sua origem, o processo de “qualificação”, ou seja, o procedimento a que Charaudeau (1992) explicita como sendo a *atribuição de uma propriedade qualificante a um ser* (qualificado) ou a um processo.⁶³ Conforme

⁶¹ Este exemplo foi extraído da capa da revista *Veja*, 14 de junho de 2006 e, mais adiante, será abordado com mais detalhes.

⁶² A título de ilustração, citamos a mudança, no Ensino Fundamental, nos parâmetros avaliativos das Escolas Públicas: do critério quantitativo para o qualitativo. Essa alteração criou um novo padrão de conceito de avaliação dos alunos, resultando numa modificação de paradigma - do campo empírico, isto é, numérico, para um sistema subjetivo, embasado em critérios de valores semânticos. Por conseguinte, as notas deram lugar aos conceitos: A (Excelente), B (Muito Bom), C (Regular), D (Fraco), E (Insuficiente). Ao se adotar esse novo paradigma, gera-se, concomitantemente, um complicador no sistema de conceitos avaliativos. O “novo” modelo repousa sobre aspectos subjetivos e gera situações de comunicação, muitas vezes, marcadas por polêmicas e discussões para se chegar ao consenso. Para exemplificar, citamos algumas situações típicas desse tipo de procedimento observado em situação de conselho de classe:

- Em algumas situações, a avaliação final de um mesmo aluno era diferente entre o corpo docente, tendo em vista o olhar de quem estava avaliando.
- Os conceitos – excelente/ótimo/ muito bom – geravam frequentemente, situações conflitantes dentro de um grupo de professores, na medida em que havia para alguns a crença de que *não existe aluno “excelente”*.
- Outros trabalhavam os conceitos de “ótimo” e “muito bom” como termos praticamente sinônimos, tendo em vista a proximidade dos traços semânticos de tais vocábulos.
- Enfim, a situação gerava divergências no grupo docente e criava intensas discussões entre os participantes da reunião do Conselho de Classe até que chegassem a um consenso em termos de um único conceito avaliativo que melhor “contemplasse” o perfil do aluno avaliado.

Assim, quando os contornos conceituais não estão bem delimitados, geram-se ambiguidades e até polêmicas e, pior: criam-se impasses, se não se resolve a questão causadora dos desacordos.

⁶³ *Propriedade*, segundo Charaudeau (1992: 37-39), é um termo que envia a uma classe conceitual que descreve estados qualitativos - caracteres particulares, qualidades, maneiras de ser ou de fazer - que o homem percebe ou constrói e que ele atribui ao seres ou processos. *Adjetivo* e *advérbio* são procedimentos tratados neste quadro – o da qualificação – e, portanto, podem ser provenientes das apreciações positivas ou negativas que os sujeitos falantes portam sobre os seres ou seus

aponta o autor, a estruturação semântica das atribuições e das maneiras de ser está mais aberta e dependente das apreciações dos sujeitos envolvidos. Esse tipo de operação passa pelo ‘filtro cognitivo’ do ser humano.⁶⁴

Assim, para clarear um pouco mais essa questão da “qualificação”, retomamos Charaudeau (1992) que aponta para a existência de três classes conceituais – *SERES, PROCESSOS E PROPRIEDADES* – (Ibidem: 18), relacionadas com as quatro categorias formais de palavras – nome, verbo, adjetivo e advérbio.⁶⁵

Para Charaudeau (1992), a concepção de “nommer” (nomear) *é uma operação da linguagem que consiste em construir um conceito através de uma forma, em combinação com outros signos.*⁶⁶ Assim, os seres ou entidades compõem um *suporte ou uma base de predicação*, enquanto que os processos e as propriedades constituem um bem, uma contribuição.⁶⁷ Desse modo, ao falar das propriedades, o autor enfatiza que

[...] como estas propriedades são o resultado da maneira que o homem percebe e constrói a significância do mundo, elas testemunham igualmente o modo de visão que o homem – sujeito falante projeta sobre as qualidades dos seres.⁶⁸

Nesse sentido, Gateaux-Mennecier (1999), ao analisar a forma como os pacientes com debilidade mental são rotulados nos manicômios, bem como os alunos em situação de dificuldade escolar, afirma que a *designação, imprimindo a forma como o objeto deve ser compreendido, contribui para estruturar as representações que*

comportamentos. Enquanto julgamentos estão sempre marcados com o selo de um valor que varia segundo as normas sociais.

⁶⁴ Nas reuniões de Conselho de Classe, para continuar o exemplo anterior, é de se esperar discussões “vãs” a respeito da avaliação final do aluno, se não for bem delimitado o contorno conceitual das categorias avaliativas utilizadas pela escola, de modo a não deixar margem de dúvida.

⁶⁵ Conforme a tradição gramatical, o aspecto morfológico dos signos pode se subdividir em classes gramaticais denominadas *nome* ou *substantivo*, *verbo*, *adjetivo*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção*, *pronomes* etc.

⁶⁶ Tradução nossa de: [...] *nommer est une opération du langage que consiste à construire un concept à travers une forme, en combinaison avec d'autres signes.* (Charaudeau, 1992: 17)

⁶⁷ CHARAUDEAU, 1992: 18.

⁶⁸ CHARAUDEAU, 1992: 326.

*circulam nas situações determinadas*⁶⁹. Assim, ela age para fundar as práticas discriminatórias, pois ela não somente estrutura, mas cria coisas, ela cria a realidade que busca designar.

Percebe-se que a questão da *designação*⁷⁰, na verdade, remete, por um lado, à representação/apresentação, isto é, ao modo de fazer referência aos seres e, por outro lado, tem a ver com a compreensão/visão sobre o mundo, podendo, a partir disso, trazer implicações para as práticas discursivas. Em outros termos, de acordo com a concepção bakhtiniana, *tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo.*⁷¹ Assim,

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior.⁷²

Entretanto, não se trata de uma nomação oriunda de uma visão aleatória e arbitrária. Há normas que, segundo Charaudeau, contribuem igualmente para regular as relações entre os seres e suas qualidades. De um lado, as *normas relativas aos sentidos sensoriais*; de outro, as *normas funcionais* as quais prestam/servem aos objetos e sua finalidade pragmática. Assim,

qualificar é, portanto, uma atividade que permite ao sujeito falante manifestar seu imaginário, individual ou coletivo. Imaginário da construção e da apropriação do mundo em um jogo de conflito entre as visões normativas impostas pelos consensos sociais e as visões próprias ao sujeito.⁷³

Nota-se, portanto, que a concepção de qualificação apresentada pelo autor possui um viés conflitante, ao entrarem em embate dois tipos de *visões*: as *normativas* e as *próprias ao sujeito*. Esse jogo dá lugar à construção das relações subjetivas

⁶⁹ GATEAUX-MENNECIER, Jacqueline. « Loi du 15 avril, loi de l'exclusion ». In: *Revue Educations* n. 17, 1999, p. 37.

⁷⁰ O termo *designação* está empregado aqui na acepção de "ato de dar nome a".

⁷¹ BAKHTIN, 2002: 31.

⁷² BAKHTIN, 2002: 31.

⁷³ CHARAUDEAU, 1992: 664.

estabelecidas entre aquilo que é normativo, portanto estabelecido e acordado socialmente, e o que seria individual do sujeito, portanto, passível de *validação* ou não.

Nos dizeres de Bakhtin,

[...] cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto ativo e responsivo. É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva.⁷⁴

Como ressalta Charaudeau (2002: 663), os sujeitos falantes vivem em coletividade e, portanto, partilham (seja para transgredi-las ou não) das mesmas normas nas trocas interativas. Em outros termos, a palavra se constitui, então, como um *objeto de troca* dentro das práticas sociais. Nesses termos, Berrendonner aponta que todo processo discursivo possui um caráter fundamentalmente polêmico e conflitual, já que comunicar é de qualquer modo, *rivalizar a fim de colocar as normas a seu favor*. (1990: 9). Entre os interlocutores se instaura uma luta para o controle das posições conformes, onde todos dois se esforçam contraditoriamente para fazer coincidir seus interesses, suas crenças e suas condutas além dos valores reconhecidos para lhes fazer valer junto do outro.

Emediato nos esclarece que para Berrendonner (1990):

[...] falar é cooperar sobre um modelo público de realidade, desenvolver e fazer evoluir ao mesmo tempo o modelo oficialmente comum, em direção a um estado estável. É também entrar em concorrência para tomar o controle do modelo público de realidade, desenvolvendo estratégias para inserir nele suas próprias crenças, valores e atitudes como tendo validade pública e intersubjetiva.⁷⁵

⁷⁴ BAKHTIN, 2002: 132.

⁷⁵ EMEDIATO, 2008: 88.

Em nosso uso cotidiano, dispomos de nomes próprios e de descrições identificadoras para nos referirmos aos indivíduos, seres, acontecimentos etc.. Contudo, o nome, aqui incluídas também as expressões nominais, pode funcionar como *parametragem contratual*.⁷⁶ Enquanto objeto de troca em uma interação, o nome e as expressões nominais são passíveis de gerar uma *Situação Potencialmente Comunicativa*⁷⁷, na medida em que estão regulados pelo jogo de validação, colocado em movimento, a partir das expectativas – *enjeux* - que ligam os interlocutores. Sendo aceito, isto é, *validado*, o nome evolui dentro de um *modelo oficialmente comum*⁷⁸, respaldado pelas crenças, valores e atitudes de validade pública e intersubjetiva. Emediato (2008)⁷⁹ demonstra que os processos de validação sustentam jogos de influência, tendo em vista que *o discurso é inter-regulado pelos sujeitos*.⁸⁰ Nesse sentido, o autor assinala o papel de influência da mídia, tendo em conta a *validação efetiva* do que ela vem desenvolvendo em seus trabalhos na atualidade. Para tanto, são apontados dois modos de validação: a *validação pressuposta* e a *validação efetiva*.

(a) A *validação pressuposta* está relacionada à *pré-validação que a mídia constrói a partir de imagens que faz de seus leitores ou da sociedade*. Enquanto *aposta*, ela norteia as escolhas redacionais feitas pela instância de produção midiática no tratamento dado à informação, ao arriscar um “projeto de comunicação” que leva em consideração *a concordância, a pertinência e a convivência dos leitores*.⁸¹ A instância de produção midiática, por exemplo, toma por pré-validadas as suas pretensões de validação justamente pelo fato

⁷⁶ Cabe ressaltar que, para Emediato (2001 *apud* GUADANINI, 2002: 33), *o contrato seria uma parametragem para o gênero*. A esse respeito, sugerimos consultar EMEDIATO (2006, 2008). As referências completas encontram-se disponibilizadas no final do texto.

⁷⁷ Ghiglione (1984) defende que uma *Situation potentiellement communicative* (S.P.C.) deve ser colocada como independente do conceito de *contrato de comunicação* (C.C.). Para o autor, uma situação só pode ser potencialmente comunicativa, *se as entidades locutor e alocutário estiverem ligadas pelos enjeux* (expectativas). (1984: 186). Para que o C.C. seja efetivado, é necessário, portanto, um jogo de validações intervindo em diferentes momentos da situação de interlocução. Segundo o autor, é grande o número de situações sociais em que o locutor se conduz como se o contrato estivesse efetivado, embora jamais houvesse validação efetiva da parte do alocutário como, por exemplo, nas organizações da imprensa ou nos discursos políticos. Nesses casos, a interlocução é construída *como si*, ou seja, ela é *pré-validada*, ressalta o autor. Assim, *a S.P.C. se transforma de modo quase imaginário em C.C. efetivo e, em seguida, em diálogo regular*. Tudo é conduzido de um modo tal *como se este contrato estivesse sempre lá*. (1984: 188).

⁷⁸ EMEDIATO, 2008: 88.

⁷⁹ EMEDIATO, 2008: 87.

⁸⁰ EMEDIATO, 2008: 88.

⁸¹ EMEDIATO, 2008: 88.

de ocorrerem em um tempo e um espaço distintos dos da instância de recepção.

(b) A *validação efetiva*, por outro lado, está relacionada ao exercício do poder de uma instância discursiva qualquer. Isso significa, conforme clarifica o autor, que o funcionamento do poder nos lugares sociais do discurso é conferido, delegado ou negado por ela.

Nessa perspectiva, seria importante pensarmos a *designação*, tendo em mente o que Emediato (2008) considera, isto é, as *próprias condições em que o discurso é construído, negociado e legitimado*.

Para Charaudeau (2006: 116), toda organização social de uma comunidade humana reage às influências exteriores, a partir de um duplo jogo de uso/representação e de força centrífuga (abertura)/força centrípeta (fechamento) em relação. Isso significa que um grupo social, diante de uma pressão linguística, pode agir acolhendo as novidades ao integrá-las na comunidade, seja por empréstimo ou assimilação: *movimento centrífugo*. Porém, pode rejeitar as novidades, fechando-se sobre si mesmo, defendendo sua possessão linguística: *movimento centrípeta*.

É nesse sentido que inserimos o nome, e aqui incluímos a *designação* como uma das suas particularidades, na dinâmica que envolve a dupla validação/abertura e não-validação/fechamento, entendendo-a como um movimento produzido a partir daquilo que o uso de um nome ou expressão nominal representa e faz circular. Merece aqui destacarmos que, segundo o autor,

Um grupo social, para reconhecer-se como tal, precisa regular suas trocas segundo regras de **classificação** dos objetos, das ações e das normas de julgamento. É preciso então que o grupo aja, mas também que julgue seus próprios comportamentos, que produza discursos de avaliação e que, fazendo circular estes últimos, faça compartilhar tais representações.⁸²

⁸² CHARAUDEAU, 2006: 116. (Grifos nossos.).

Nota-se aqui que as ponderações acima, de modo genérico, esbarram na questão da *categorização*⁸³ que, embora envolva uma atividade cognitiva relacionada à percepção e à racionalização, está ligada, de certa forma, à maneira de se classificar os seres do mundo.

Nessa dimensão, entendemos que a fronteira entre o nome e o território desse jogo permanente de categorização envolve a questão da validação, tendo em vista o que de positivo ou de negativo – não só em termos de valores e de posicionamento, mas também de julgamento - é tornado visível na *encenação discursiva*, tanto no que se refere à imagem do ser designado, mas, principalmente, ao que o nome manifesta em termos de conformidade com o *modelo público de realidade* (Berrendonner, 1990).

Em seu artigo - *De l'un à l'autre: dialectique et dialogisme de la nomination identitaire* -, Siblot (1998) traz uma contribuição importante sobre a *signifiante nominale* quando esta é usada para *nomear os outros*. Nesse quadro, o autor afirma que *antes de nomear, é necessário escolher entre as múltiplas possibilidades oferecidas na língua*.⁸⁴ Assim, se um locutor quer designar um ser humano - o outro -, ele deve selecionar um termo no paradigma de seu *léxico mental* que se representa, geralmente, sob a forma de uma nomenclatura. Desse modo, Siblot apresenta uma lista com múltiplas possibilidades inventariadas e que, na verdade, funcionam como amostras de base classificatória. que, de modo resumido, apresentamos a seguir:

⁸³ O termo *categorização* varia segundo as teorias e os autores. Para Mari:

Categorizar é um procedimento eficaz de que dispomos para ordenar o nosso comportamento: sem ele seríamos incapazes de identificar quaisquer repetições, quaisquer regularidades estruturais ou funcionais e a nossa existência se tornaria uma sucessividade de atos desconexos. Sem a capacidade de categorizar, a percepção de uma paisagem florestal, por exemplo, seria desprovida de quaisquer discriminações sobre seus componentes. Ao contrário, para percebê-la acionamos categorizações cromáticas (para reconhecer tonalidades de folhas, flores...) quantitativas (para classificar o tamanho de árvores, de folhas, a predominância de tipos...) qualitativas (para separar tronco de galho, flor de folha...) espaciais (o que está na frente, à esquerda, no meio, perto, longe...) e muitos outros parâmetros categoriais, dependendo do nosso ângulo de observação, do nosso interesse pela paisagem. (MARI, 2002: 71 – Com inclusão de grifos.)

Contudo, enfatiza o autor, desde a mais banal a mais sofisticada tarefa, *não há, por assim dizer, quaisquer aspectos da nossa capacidade de racionalizar (incluindo aqui emoções) que escapem à categorização*. (MARI, 2002: 70).

⁸⁴ SIBLOT, 1998: 34.

Fundamento prático	Praxemas
<i>Sexo, idade</i>	<i>Homem, mulher, rapaz, moça, adolescente [...]...</i>
<i>Religião</i>	<i>Cristão, católico, protestante, calvinista, ateu...</i>
<i>Profissão</i>	<i>Agricultor, médico, jornalista, artesão, desempregado [...]...</i>
<i>Classe social</i>	<i>Proletário, [...] grande burguês, aristocrata...</i>
<i>Estatuto familiar</i>	<i>Solteiro, casado, divorciado, viúvo, pai, tio, sobrinho, primogênito, caçula...</i>
<i>Patologia</i>	<i>Epilético, tuberculoso, esquizofrênico, leproso, toxicômano ...</i>
<i>Sexualidade</i>	<i>Hétero, homo, bissexual, lésbica, sado-masoquista, [...]...</i>
[...]	[...]

Figura 3 – Quadro representativo de alguns paradigmas do léxico mental, conforme Siblot (1998).

Tendo em vista a amostragem, o autor aponta que, como consequência, a heterogeneidade dos critérios à base das classificações revela:

- a diversidade das relações possíveis ao olhar do outro;
- a multiplicidade de visões e de pontos de vista possíveis de serem usados para nomear os grupos humanos, isto é, o outro, sendo por isso, interessantes à **dialética da *nominação***.⁸⁵

A concepção do autor sobre a *nominação* decorre de uma problemática que considera esse procedimento como *ação de nomear*. Isso consiste em considerar o ato de palavra na sua efetivação e se esforçar para apreender esse ato na sua efetivação. É, pois, colocar no seu contexto, examinar as relações com o cotexto, tendo em conta as interações e intertextualidades. Nessa dimensão, o autor se coloca contrário à visão de um funcionamento nominal uniformemente *figé* (solidificado). Para ele, é problemático - e aqui ele se refere às considerações propostas por Benveniste (1956/1966: 252) - o emprego de um nome se referir a uma noção constante e “objetiva”, apta a permanecer virtual ou a se atualizar num objeto singular e sempre idêntica na representação que ela desperta.

⁸⁵ SIBLOT, 1998: 34. (Grifos nossos.)

Avançando sobre esse ponto, o autor enfatiza que os discursos, a cada instante, remetem em questão a estabilidade e os consensos postulados e não cessam de introduzir variações que podem ir até as inversões radicais:

Observa-se em todo domínio e se constata de maneira insistente no campo da nomenclatura identitária, onde a dialética descrita por Benveniste se exerce com mais força que noutros lugares. Longe de serem apenas etiquetas ligadas de modo unívoco a seu referente, os nomes pelos quais o “eu” designa os “outros” e se designa são raramente aqueles que usa o “tu” para as designações recíprocas. E quando as designações são as mesmas, seus valores são diferentes, por vezes contrários.⁸⁶

Para esclarecer melhor esta exposição, Siblot cita o célebre - *Bárbaros* - onde se encontram repelidos todos os “outros” que não falavam grego - signo indubitável de selvageria -, só podiam erigir incompreensíveis ruídos.⁸⁷ Vê-se, efetivamente, que tal categorização não pode ser retomada pelos interessados. Resta, pois, o julgamento depreciativo que tal nome lhes impõe. São as manifestações desta dialética na *nominação* que Siblot inclui em sua definição de *nominação identitária*:

Chamar-se-á *nominação identitária*, para uma instância de enunciação individual ou coletiva, o fato de designar o outro ou de designar-se a si mesmo por uma categorização nominal.⁸⁸

Comumente se categoriza a partir daquilo que remete a algo familiar. O nome incomum, por exemplo *PT BULLS*, que, ao ser veiculado na capa de uma revista informativa - como foi o caso da *Veja* - tanto pode gerar, a partir de uma convivência do leitorado, uma validação; quanto uma rejeição, um “não concordo com isso”,

⁸⁶ SIBLOT, 1998: 32.

⁸⁷ Convém enfatizar, portanto, que *bárbaros* era o nome dado pelos romanos a todos os povos que não tinham cultura Greco-romana. Eles, além de não falarem a língua grega, eram nômades ou seminômades e não tinham unidade política e nem território.

⁸⁸ Tradução nossa de: *On appellera nomination identitaire, pour une instance d'énonciation individuelle ou collective, le fait de désigner autrui ou de se désigner soi-même par une catégorisation nominale.* (SIBLOT, 1998: 32).

portanto, uma não-validação. Ora, o posicionamento ⁸⁹ do locutor da capa da revista fica patente na composição neológica: junção de dois nomes - PT e *pit bulls*. Ao fazer essa seleção, o sujeito designador convoca para o elemento *PT – Partido dos trabalhadores* – predicções negativas que são evocadas a partir da escolha realizada como parâmetro de categorização: o cão da raça *pit bull*. Esse nome remete a irracionalidade, agressividade, violência etc., predicções essas que circulam no universo de crenças socialmente partilhadas. Desse modo, essa construção designativa reivindica um tipo de leitor *conivente com a representação partilhada* ⁹⁰ para que se concretize a validação.

Poderíamos, então, afirmar que a *aposta* no uso de designações representaria certa ousadia da mídia: primeiro porque a *designação* resguarda um aspecto *predicativizador*, que já contém um viés subjetivo. Ao fazer opção pela *designação*, o sujeito designador midiático propõe um projeto de leitura que viabiliza expor sua opinião, diríamos, sub-repticiamente. Como resultado disso, dá-se o primeiro passo na formação da opinião. Segundo, porque o simples uso de um determinado nome e não de outro pode **estigmatizar**. Como bem lembra Goffman ([1922] 2008), o estigma ou a marca estão em conformidade com uma identidade social. Transpondo para o campo de nosso objeto de estudo, diríamos que o estigma criado por uma *designação* pode ser catastrófico para o sujeito-alvo, pois também se categorizam indivíduos, realçando-lhes a diferença em relação aos “outros” ou a ele próprio, dependendo do caso. Desse modo, circunscreve-se, no designado, a partir desse

⁸⁹ Cabe aqui destacarmos as considerações de Charaudeau (2006: 121 -122) a respeito da diferenciação entre crença, opinião e apreciação.

Segundo o autor, *a crença pertence a um domínio no qual já existe uma verdade constituída, que depende de um certo sistema de pensamento, e à qual o sujeito adere de maneira não racional*. Nesse sentido, defende o autor, *toda adesão a ideias preconcebidas, a rumores, a julgamentos estereotipados que aparecem sob a forma de enunciados mais ou menos fixos (provérbios, aforismos, máximas, mas também expressões idiomáticas, fraseologia ritualizada etc.) que circulam nos grupos sociais, participa desse fenômeno de crença*. Já a *opinião*, definida pelo autor com base em Ricoeur, *é o resultado de uma atividade que consiste em “reunir elementos heterogêneos e associá-los ou compô-los segundo a lógica do necessário ou do verossímil”*. Diferentemente da crença, a *opinião resulta de um julgamento hipotético a respeito de uma posição favorável/desfavorável e não sobre um ato de adesão/rejeição*. Conforme salienta o autor, a *opinião*, ao contrário do conhecimento, revela o ponto de vista do sujeito a respeito de um saber e não uma verdade sobre o mundo: *ela remete ao sujeito*.

Igualmente, a *apreciação* está ligada a esse movimento de avaliação dos conhecimentos e se distingue pelas mesmas razões, do “saber” e da “crença”. Porém, salienta o autor, inversamente ao que se dá com a *opinião*, *ela não procede de um movimento do sujeito em direção a um conhecimento, mas de uma reação do sujeito diante de um fato*.

⁹⁰ EMEDIATO, 2008: 83.

tipo de procedimento discursivo, atributos que o qualificam enquanto tal. Haja vista o exemplo do jogador Ronaldo enquadrado como *Ronaldo O Fenômeno*, graças aos seus raros e caros atributos: velocidade e pontaria nas jogadas. Entretanto, como resposta a uma situação inadmissível para um jogador de futebol - seus adquiridos “quilos a mais”, ou seja, a *quebra de expectativas* lhe renderam atributos negativos e, logo, se viu desqualificado em *GORDÔmeno*⁹¹ e transformado em motivo de piada, por um bom tempo, na *internet*, em diferentes *blogs* e programas de humor. Com muito esforço do jogador e um trabalho de *marketing* como suporte, essa ‘cicatriz’ vem se apagando e já houve quem enunciasse – *R, de Recuperação*⁹² e *Fênix Fenomenal*⁹³ – como foi o caso das revistas *Poder* e *Carta Capital* respectivamente. Contudo, essas designações representariam um reflexo da circunstancialidade de cada fase da carreira do jogador Ronaldo – sucesso, fracasso, restabelecimento - e são o resultado de uma construção socialmente compartilhada. Nesse sentido, não podemos deixar de apontar que o que a sociedade espera de um indivíduo é um comportamento compatível⁹⁴ com a imagem dele construída⁹⁵ e, se isso não acontece, cria-se até mesmo uma reação de confronto advinda pela tomada de consciência das exigências ou demandas feitas em relação ao outro e que, até o momento, não se tinha conhecimento delas. Nesse sentido, vale lembrar as palavras de Emediato⁹⁶ para quem *um contrato de comunicação, sendo normativo - e não constitutivo -, só é contrato efetivo quando validado pelas instâncias envolvidas; caso contrário, é apenas suposição de validação.*

Vale dizer, no entanto, que há designações mais suscetíveis de validação do que outras. Isso se explicaria pelo fato de estarem relacionadas à questão da

⁹¹ A esse respeito, sugerimos consultar: <<http://www2.paulohenriqueamorim.com.br/?p=6959;http://tionog.blogspot.com/2009/02/ronaldo-gordomeno.html>>.

⁹² Acesso feito a <<http://revistapoder.uol.com.br/p14/materia1.html>> em 18/04/2009.

⁹³ Revista *CartaCapital*, 26/05/2009, acessado em 06/07/2009: <<http://www.cartacapital.com.br/app/edicoes.jsp?a=2&a2=13>>.

⁹⁴ Nessa dimensão, Goffman (2008: 11) coloca que, numa situação de interação face a face, somos levados o tempo todo a inferir o comportamento do outro. Ao nos basearmos nessas *preconcepções*, para usar o termo empregado por Goffman (2008:12), *nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso.*

⁹⁵ Goffman nos esclarece que *a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.* (2008: 11).

⁹⁶ EMEDIATO, 2008: 88 – 89.

identificação.⁹⁷ Assim, a *designação Os PT Bulls* tem uma chance bem maior de não ser totalmente aceita ou validada, por ser da ordem do particular, isto é, afeta alguns. Já, *pilantropia*⁹⁸, por exemplo, um híbrido dos termos “filantropia” e “pilantragem”, possui maiores chances de validação, pelo fato de, enquanto *designação*, resguardar um sentido mais universal, ou seja, “é válida para todos”, embora consideremos a possibilidade de algumas manifestações de desaprovação e recusa das entidades filantrópicas que, eventualmente, se sintam injustiçadas por se verem arroladas no esquema de corrupção. No entanto, a palavra “véio” ou simplesmente “véi” – de presença habitual nas rodas de conversas entre pessoas de idades variadas, de qualquer gênero, classe social, nível intelectual etc. – não gera, comumente, problemas de validação, excetuando-se, é claro, as situações em que o uso de gíria representaria uma *inadequação discursiva*, o que não remete à questão que estamos querendo apontar. Na verdade, o que se pode ressaltar desse exemplo é que, quando se usa a palavra “véi” como um apelativo e não como qualificador, há uma mudança de função: em termos gramaticais, essa palavra deixar de atuar como *adjetivo* para se comportar como *vocativo*. No seu novo estatuto, esse termo adquire maior aceitação e trânsito dentro dos diferentes grupos sociais, por não imputar nenhum atributo de valor axiológico ao ser a que é dirigido.

Um aspecto importante a ser ressaltado e que está relacionado às situações monolocutivas, como bem destaca Emediato em seu artigo - *Contrato de leitura*,

⁹⁷ Aqui a palavra *identificação* está sendo usada como *modelo*, isto é, como nos diz Aristóteles, exemplo a ser seguido e que, pelo viés da psicologia, passa tanto pela motivação quanto pelo comportamento do indivíduo.

⁹⁸ O termo “pilantropia” volta e meia surge, na mídia, para designar situações que envolvem instituições “filantrópicas” envolvidas em alguma ilicitude. A título de ilustração, citamos o fato ocorrido em setembro de 2004, envolvendo a revalidação dos registros de universidades filantrópicas cujos benefícios tributários haviam sido cassados pelo Conselho Nacional de Assistência Social, como aponta Elio Gasparini em seu artigo *Anistia para a Pilantropia (FSP, 29/09/2004)* onde é apontada a iminência de várias instituições de ensino reaverem a isenção fiscal. O termo volta na mídia em fevereiro de 2009, para retratar, por ocasião da “Medida Provisória da Filantropia” que previa a isenção tributária para 7.000 entidades filantrópicas sem verificação dos requisitos legais, o que motivou a oposição a apelidá-la de *MP da Pilantropia*. Curiosamente, Flávio Pinheiro, em seu artigo de reportagem intitulado como *Pilantropia em xeque*, dá a seguinte definição para o termo:

No dicionário etimológico da maracutaia nacional, pilantropia não é só o casamento de pilantragem com filantropia. O verbete faz remissões a uma numerosa galeria de tipos brasileiros, gente que passa a mão no que deve ser do Fisco ou da Previdência social sob o pretexto de dar aos pobres. (Revista *Veja*, 09/12/98, URL: <http://veja.abril.uol.com.br/091298/p_037.html>. (Consulta eletrônica em 22/04/2009:).

parâmetros e figuras de leitor (2007) se refere à *figura imaginária do destinatário*. Para o autor, essa figura age como *instância pré-validante*: o locutor, a partir de inferências abduativas, constrói, de antemão, a imagem do destinatário, de modo a inscrevê-la como se correspondesse a uma validação e a uma conformidade já efetivadas. Em outras palavras, essas situações levam o destinatário a assumir um determinado lugar de leitor, *pela sugestão que elas exercem sobre a pré-validação contratual*.⁹⁹ Nesse sentido, Emediato faz menção a quatro competências de leitura inscritas no texto como **lugares de pré-validação**: *competência linguística; competência enciclopédica ou referencial; competência axiológica e competência praxeológica ou situacional* que são assim descritas pelo autor:

a) **Competência linguística** (semântica, sintática, lexical, socioletal): reconhecer e validar o significado dos enunciados, as formas de estruturação dos enunciados, o sentido das palavras, os estilos e os falares comunitários e grupais. No texto, essa competência está inscrita como espaço de locução que define a figura do Destinatário como possuidor de um modo de falar, de um vocabulário, capaz de fazer paráfrases linguísticas (substituições sinonímicas, reestruturação na ordem das frases, nominalizações etc.). A problematização que resulta dessa competência envolve um imaginário e uma identidade linguística.

b) **Competência enciclopédica ou referencial**: reconhecer e validar saberes de conhecimento. No texto essa competência postula uma figura de leitor inscrita no espaço de tematização, figura imaginária capaz de fazer paráfrases referenciais, possuidora de um arquivo de saberes de conhecimento. Assim, o enunciado “O autor do contrato social era Suíço” prevê um leitor que possui o saber de que o autor do contrato social é Jean-Jacques Rousseau. O contrato de leitura inclui aqui esse saber enciclopédico que deve ser reconhecido e validado.

c) **Competência axiológica**: reconhecer e validar lugares sociais de posicionamento, topoi, sistemas de valores. Essa competência está inscrita no texto como um espaço de representação de valores e demanda uma figura de Destinatário que assume posições, avalia saberes de crença que circulam na sociedade e reage a eles de maneira agonial. É essa competência axiológica que interpela o leitor de ficção em um contrato de leitura que o supõe capaz de avaliar os personagens por suas ações e qualificá-los como bons ou maus, humanos ou desumanos, generosos ou mesquinhos, amáveis ou não. Vale ressaltar aqui que não se trata de interpelar os verdadeiros sentimentos, crenças ou valores de um indivíduo no mundo, mas valer-se de padrões avaliativos de uma figura de Destinatário que, possuindo ou não tais posições enquanto indivíduo no mundo, as aplicará como leitor durante a leitura de uma narrativa. Nesse sentido podemos dizer que todo texto prevê a sua orientação interpretativa.

d) **Competência praxeológica ou situacional**: reconhecer e validar lugares da situação e seus esquemas de ação, scripts. Essa competência inscreve-se no texto denotando um lugar social dos condicionamentos comunicativos e situacionais, construindo uma figura de Destinatário capaz

⁹⁹ EMEDIATO, 2007: 87.

de agir adequadamente dentro do formato do texto e do gênero. Com relação, por exemplo, à leitura de jornal, essa competência praxeológica evidencia-se nos modos de leitura desse formato de texto, que prevêm desde um tipo específico de manipulação da página até uma temporalidade própria no consumo da informação. [...] ¹⁰⁰

Conforme aponta Emediato, tais competências funcionam como *parâmetros de pré-validação* e surgem, durante o processo de produção, como *índices de construção da figura do leitor*. Esse leitor imaginado e figurado é, portanto, alvo de identificação de um leitor empírico - o qual tem impostas por essas figuras - posições de leitura. Nesse sentido, o autor ressalta que [...] *o texto impõe, além do saber-ler, o ideal da boa interpretação e da boa manipulação das formas textuais e dos esquemas de leitura*. ¹⁰¹

Assim, ao se levar em conta o que estaria em jogo, ou seja, as motivações dos atores sociais, emerge uma possibilidade de articulação entre os objetivos comunicacionais e as metas da interação. ¹⁰² Com isso, as estratégias discursivas acionadas pelos sujeitos envolvidos no processo da interação surgem, portanto, como *comportamentos adaptadores, escolhidos entre outros no espaço de coerções impostas pelos quadros situacionais e pelas metas de ação, a fim de compor da melhor maneira o que pretendem*. ¹⁰³

¹⁰⁰ EMEDIATO, 2007: 88-90.

¹⁰¹ EMEDIATO, 2007: 91.

¹⁰² GHIGLIONE e TROGNON, 1993:104 *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 26.

¹⁰³ GHIGLIONE e TROGNON, 1993:104 *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 24.

CAPÍTULO 3. Delineamento da Pesquisa

3.1. Semântica Referencial e Análise do Discurso: uma possibilidade de análise

Para nosso estudo sobre a questão da *designação*, interessa-nos assumir uma concepção de análise dos fatos linguístico-discursivos que esteja comprometida com a questão do sentido e que considere-a como um fenômeno da enunciação, ou seja, em um espaço de manifestação discursiva da interação. Nossa tese, portanto, é de que a designação corresponderia a uma atitude modal e participaria do fenômeno mais amplo da **modalização**. De modo geral, ela está associada ao fenômeno da referência e ao modo de organização descritivo (identificações específicas e, em certo grau, nas identificações genéricas). Gostaríamos, ainda, de enfatizar, em nossa tese, a hipótese de que, como atitude modal e subjetiva, a designação se mantém dialógica, participando do fenômeno da co-enunciação. Para tanto, partiremos da perspectiva de Jacques (1985), segundo a qual a enunciação é, pois, uma atividade conjunta de *colocação em discurso - mise en discours* - onde as instâncias locutor e interlocutor mantêm uma relação atual. Assim sendo, a noção de “discurso” implica um percurso que se efetua em situação de interação - interlocutiva ou não. Isso significa, em outros termos, que ocorre um *compartilhamento do sentido - mise en commun du sens* - dos enunciados e, no caso em questão, da designação. Essa hipótese explicativa, parafraseando o autor, vai incidir sobre o semantismo profundo do enunciado. O processo de referência passa a ser conjunto ou em *co-referência* e vai se dar no que se denomina *diálogo referencial*, onde o *interlocutor não pode significar sem (começar a) compreender*.¹⁰⁴ Há, nessa formatação, um verdadeiro dinamismo da compreensão, uma aptidão para interpretar os contextos ou, se preferirmos, para reconhecer os indivíduos, os estados de coisas ou os eventos que constituem a situação apropriada para justificar a aceitação ou rejeição das mensagens.

Nossa tese é a de que a *designação* seria um modo de nomear, isto é, de fazer referência, que, diferentemente da *denominação*, se dá a partir de uma

¹⁰⁴ JACQUES, 1985: 25.

reconfiguração contingencial, que resultaria das escolhas léxico-semântico-referenciais realizadas por um sujeito para enunciar um “querer dizer”, imbuído de uma finalidade discursiva e de uma crença no partilhamento simbólico. Assim, numa interação comunicativa, o enunciador, lançaria mão de um modo de referir, para implicar seu interlocutor no compartilhamento do sentido do enunciado, de modo compatível com o modelo de referência comum, isto é, um *conhecimento partilhado* (Charaudeau), um *modelo público de realidade* (Berrendonner), uma *intencionalidade em nós* (Francis Jacques). Contextualizando, um sujeito, ao inserir em seu enunciado o nome *Lulécio*, o que menos faz é referir, já que não há, no mundo extralinguístico, um ser híbrido composto de Lula e Aécio. Constitui um verdadeiro ato de nomear, ou seja, uma ação que requer a participação e a conviência do destinatário em um jogo de construção do sentido do enunciado e, sobretudo, do seu valor apreciativo. *Lulécio* não é apenas a fusão de dois nomes, nem tão pouco de dois seres - *Lula e Aécio*: é a co-enunciação – situacional e intencional - de um conjunto de propriedades complexas que predicam um e outro e os associa estrategicamente com uma finalidade, inclusive, argumentativa. Além disso, seu valor difere dependendo do domínio de prática social em que tal “nome” for enunciado: no campo político, pode evocar negociações político-partidárias antitéticas, mas pragmáticas (aliança política); no campo midiático, pode funcionar como uma crítica e uma maneira de se referir a uma conjuntura política em uma matéria opinativa.

Lembrando, para Berrendonner ¹⁰⁵, *toda interação, em maior ou menor grau, produz uma rivalidade a fim de colocar as normas a favor de si. É como se instaurasse uma disputa entre os interlocutores para o controle das posições conformes*, isto é, para impor a melhor forma de fazer valer interesses, crenças e condutas. Consequentemente, *a troca verbal pressupõe sempre a possibilidade de se chegar a um acordo, numa espécie de co-enunciação permanente.* ¹⁰⁶

Diferentemente de Kleiber (1994) que considera como portador do caráter apreciativo apenas as expressões designativas, Bakhtin apresenta uma abordagem

¹⁰⁵ BERRENDONNER, 1990: 9.

¹⁰⁶ JACQUES, 1985: 25.

mais abrangente, incisiva e, diríamos até mais discursiva, segundo a qual o caráter apreciativo é estendido para *toda a palavra usada na fala real*.¹⁰⁷ Assim,

Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra.¹⁰⁸

Bakhtin esclarece o aspecto apreciativo da palavra, destacando o “material entoativo”: *Quando exprimimos os nossos sentimentos, damos muitas vezes a uma palavra que veio à mente por acaso uma entoação expressiva e profunda*.¹⁰⁹ No entanto, o autor é bastante categórico ao afirmar que

não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação. Apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo.¹¹⁰

Nota-se, no último enunciado dessa citação, que Bakhtin dá um direcionamento mais amplo para sua concepção, abarcando a enunciação, o discurso. Não se observa o mesmo na proposta de Kleiber (1994) que, ao descrever a relação de *denominação* e a relação de *designação*, não atribui o caráter apreciativo ao primeiro termo, mas apenas ao último, isto é, à *designação*. O que, nos dizeres de Bakhtin, seria considerar o signo fora da estrutura da enunciação e vê-lo apenas no sistema da língua. Bakhtin vai mais além ao apontar que

[...] a significação objetiva forma-se graças à apreciação; ela indica que uma determinada significação objetiva entrou no horizonte dos interlocutores – tanto no horizonte imediato como no horizonte social mais amplo de um dado grupo social. Além disso, é à apreciação que se deve o papel criativo nas mudanças de significação. A mudança de significação é sempre, no

¹⁰⁷ BAKHTIN, 2002: 132.

¹⁰⁸ BAKHTIN, 2002: 132.

¹⁰⁹ BAKHTIN, 2002: 134.

¹¹⁰ BAKHTIN, 2002: 135.

final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro.¹¹¹

Bakhtin justifica a evolução semântica na língua interligando-a à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo. Consideramos que Bakhtin, já naquela época, conseguiu vislumbrar a relação entre a evolução histórica do *tema* e das *significações* e o papel indispensável da apreciação social nesse processo. Segundo ele,

a evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a evolução do horizonte apreciativo – no sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importância aos olhos de um determinado grupo – é inteiramente determinada pela expansão da infra-estrutura econômica.¹¹²

Cabe ressaltar, no entanto, que Bakhtin explica o “alargamento do horizonte apreciativo”, apontando para a transformação do ser e, em consequência, da sociedade que o abriga.

Os novos aspectos da existência, que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos da fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integraram à existência antes deles; pelo contrário, entram em luta com eles, submetem-nos a uma reavaliação, fazem-nos mudar de lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Essa evolução dialética reflete-se na evolução semântica. Uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la.¹¹³

A título de curiosidade, merece citarmos aqui a mudança de nome de partidos políticos brasileiros. O *PFL* é um partido que chegou ao auge do desgaste político e identitário. Ao se dispor do sentido que circula socialmente, o partido valeu-se da palavra *democratas* para evocar novas significações (e apagar velhas), na tentativa

¹¹¹ BAKHTIN, 2002: 135.

¹¹² BAKHTIN, 2002: 135-136

¹¹³ Cabe aqui um comentário sobre as citações em que fazemos destaque à expressão *evolução* de modo a ressaltar que, embora o autor empregue esta palavra em sua tradução, o que está sendo afirmado está mais relacionado ao termo *mudança* do que *evolução semântica*, considerando também que *tem causalidades muito diversas e, diríamos, até complicadas de serem expressas apenas da forma como ele o faz.* (MARI, 2010 – *Sugestão por ocasião da defesa de tese*, 26/03/2010.).

de recompor uma nova imagem de si com a troca de nome. No entanto, essa nova *denominação* – *Partido Democrata* - usada para evocar traços semânticos não apenas novos, mas também positivos e de boa aceitação social, poderia, eventualmente, “melhorar e até mudar” sua imagem? Ora, uma simples troca de palavra não altera a essência de um partido, muito menos o livra das evocações e referências negativas de toda uma trajetória de atuação política. Além disso, ao reivindicar para si os elementos pertinentes ao campo semântico do que é “ser democrata”, essa *denominação* entra em contradição com as demais denominações dos outros partidos políticos brasileiros, ao deixar que “implicitamente” se indague sobre a possibilidade de - “eles não serem constituídos de *democratas*?”. Se o Estado é regido pela democracia, não seria, portanto, pertinente nem coerente apenas um dos partidos da nação brasileira ser constituído de políticos democratas e os outros não. É um jogo estratégico de palavras que se instaura no campo político, no qual as aparentes denominações se transformam em designações estratégicas, ou seja, em atitudes modais apreciativas.

Nesses termos, vamos tomar como ponto de nossa reflexão, nos perguntando:

- (i) Como um locutor se serve de categorias da língua, como o nome, para re-semantizar um ser, um fato, um acontecimento, usando-o como estratégia discursiva para predicá-lo e quais as consequências disso para a relação contratual construída com seu destinatário?
- (ii) O que resulta dessas trocas comunicativas na relação entre o sujeito-designador, seu interlocutor e o ser designado?

Nossa proposta é, portanto, analisar como a operação de *designação*, enquanto *estratégia interacional*, vai transcender a função de descrição dos seres do mundo e adquirir outra dimensão discursiva e dialógica importante. Assim, nossa hipótese é que, ao imprimir a forma como o objeto deve ser compreendido, o sujeito/designador cria a *designação* e, a partir dela, evidencia não apenas seu posicionamento, mas cria um quadro referencial de associações muitas vezes predicativas que vai espelhar múltiplos desdobramentos discursivos (efeitos de comentário, de humor, de

argumentação, de identidade, de *ethos* etc.) de acordo com o domínio de experiência e a intenção desse sujeito.

A ocorrência de trocas lexicais em uma situação discursiva configura uma intenção do locutor e, nos permite perceber o percurso referencial realizado no âmbito discursivo e colocar, portanto, o problema em relação ao que tal mudança representaria em termos de domínio não somente pragmático, mas também ético. Por ocasião de duas das muitas investigações parlamentares instauradas para apurar responsabilidades, a mídia trouxe à tona ocorrências dessa natureza que podem ser claramente observadas a partir dos enunciados que se seguem:

(a) *CPI do Sistema Carcerário "ameniza" relatório e aprova troca de indiciamento por "responsabilização".*

NotíciasUOL, 08/07/08.

(b) *Na CPI, acordo transforma convocação a presidente da Petrobras em convite.*

*Folha Online, 16/07/2009.*¹¹⁴

Ora, ambas as mudanças lexicais (a) “indiciamento” *versus* “responsabilização” e (b) “convocação” *versus* “convite” atenuam significativamente a situação do(s) envolvido(s) de modo a “arranhar” o mínimo possível sua imagem perante a sociedade.

Nessa perspectiva, o ato de nomear se insere, portanto, num quadro que não se limita aos aspectos semânticos, pragmáticos e até mesmo éticos, mas envolve também, além do processo de referenciação, mecanismos inferenciais e associativos, bem como os que possibilitam estabelecer relação entre a percepção, a visão de mundo e a experiência dos sujeitos envolvidos na interação comunicativa. Sendo assim, as representações sociais, a intenção comunicativa, a situação de comunicação (o *situacional*) adquirem uma dimensão que merece certa atenção ao se falar de nominações enquanto “objeto de troca” intercomunicativa. Cabe destacar que, no caso dos discursos de informação – como jornal e revista informativa, por

¹¹⁴ Com inclusão de grifos.

exemplo – a figura do destinatário é construída, conforme nos esclarece Emediato, *como instância cidadã que, para inserir-se nesse contrato de leitura, deve interpretar algo identificado com essa figura.*¹¹⁵ No caso dos enunciados acima, o que se coloca como problematização para a instância cidadã é muito mais uma questão de domínio ético do que de domínio pragmático. O que contrariamente ocorreria, se os enunciados fossem interpretados pelos envolvidos nos inquiridos. Muito possivelmente, eles o fariam no domínio pragmático. Nessa dimensão, tais enunciados podem causar indignação na instância cidadã e alívio nos sujeitos envolvidos.

Ora, cabe ressaltar que tanto o locutor quanto o destinatário desempenham um papel no processo de inferências. Sabe-se que, estrategicamente, o locutor pode implicitar, conscientemente ou não, o sentido nos enunciados que produz. Contudo, resta ao destinatário realizar operações que o possibilitem extrair o sentido implícito dos atos do discurso, sentido esse que é por ele produzido e/ou reconstruído. Nessa dimensão, cabe ressaltar que a **inferência**, de acordo com Dell’Isola (1991), *é uma operação cognitiva em que o leitor constrói novas proposições a partir de outras já dadas. Porém, não ocorre apenas quando o leitor estabelece elos lexicais, organiza redes conceituais no interior do texto.*¹¹⁶ A inferência está relacionada a mecanismos cognitivos construídos em movimento inter e extra textuais:

Ocorre também quando o leitor busca extra-texto informações e conhecimentos adquiridos pela experiência de vida, com os quais preenche os “vazios” textuais. O leitor traz para o texto um universo individual que interfere na sua leitura, uma vez que extrai inferências determinadas por seu “eu” psicológico e social.¹¹⁷

As inferências de percepção afetiva envolvem - conforme aponta a autora - emoção, retrospectivas e perspectivas, e as *inferências avaliativas* estão relacionadas ao pensamento crítico e à *competência axiológica.*¹¹⁸ *Desse modo, tanto a afetividade*

¹¹⁵ EMEDIATO, 2007: 88.

¹¹⁶ DELL’ISOLA, 1991: 46.

¹¹⁷ DELL’ISOLA, 1991: 46.

¹¹⁸ EMEDIATO, 2007.

quanto a avaliação baseiam-se em julgamentos de valor, em experiências sociais, crenças individuais e na cultura a que o leitor introjetou.¹¹⁹ Dell'Isola, nos esclarece ainda que o contexto sócio-cultural do indivíduo opera como um fator condicionante da variedade de interpretações.

No âmbito da Análise do Discurso, a *inferência*, enquanto processo de interpretação, consiste em *colocar em relação o que é dito explicitamente com outra coisa além desse dito*.¹²⁰ Assim, há diferentes tipos de inferência, segundo a natureza desta “outra coisa” na qual se apoia o sujeito interpretante para construir o sentido implícito dos atos de comunicação, conforme ressalta Charaudeau (2004):

- (1) **inferência contextual**, quando o sujeito interpretante se apoia nos enunciados que cercam o enunciado considerado de uma conversação ou de um texto escrito; esse caso se produz, por exemplo, por ocasião da leitura de uma manchete de jornal, que é compreendida em relação com a retranscrição da matéria, o subtítulo ou as fotos que a cercam;
- (2) **inferência situacional** (ou interacional, Charaudeau, 1993b), quando o sujeito interpretante recorre aos dados da situação; ele interpretará, por exemplo, a constatação “A gente se diverte bastante aqui” como um apelo à ordem, se quem fala está em um escritório e é o superior hierárquico daquele que interpreta;
- (3) **inferência interdiscursiva**, quando o sujeito interpretante é levado a mobilizar um saber pré-construído que se encontra no que Sperber e Wilson chamam “a memória conceitual” (1989:104) dos sujeitos.¹²¹

Esse tipo de inferência é mobilizado quando se busca compreender um cartaz; por exemplo, o enunciado da campanha de ativistas da *Peta* (associação de proteção aos animais) veiculado no *UOL* 07/10/2008:

¹¹⁹ DELL'ISOLA, 1991: 188.

¹²⁰ CHARAUDEAU *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 276- 277.

¹²¹ CHARAUDEAU *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 277.



Manifestantes da Peta protestam em frente a loja da Armani em Milão

*Pinocchio Armani*¹²² - não pode ser compreendido sem que se mobilizem certos conhecimentos que circulam socialmente a respeito dos atributos do personagem da literatura infantil – *Pinóquio* -, cujo nariz crescia sempre que ele contava uma mentira. Assim, atribuir a alguém o nome *Pinóquio* e/ou dotá-lo de um nariz mais longo do que o padrão normal é o mesmo que predicá-lo de mentiroso.

Além das inferências descritas acima, Charaudeau (2004) enfatiza outro tipo de inferência que, segundo o autor, é retomado por Kerbrat-Orecchioni (1986) e inclui, concomitantemente, inferências *situacionais* e *interdiscursivas*: são as *inferências praxeológicas*. Conforme destaca, esse tipo de inferência envolve

as informações pressupostas ou subentendidas pelo enunciado desse ou daquele fato diegético, que, em nome de uma certa “lógica das ações” (as quais se organizam em “scripts”, “frames”, “macroestruturas” e outros “praxeogramas”), implica necessária ou eventualmente a realização de outras ações necessária ou eventualmente correlatas.¹²³

Del’Isola (1991: 51) nos esclarece que *frames*, *schemas*, *scripts* e *plans* configuram *estruturas cognitivas de expectativas* que conduzem os indivíduos a organizar seus conhecimentos, de acordo com sua experiência particular. Essas estruturas, representativas e gerais, apresentam lacunas a serem preenchidas. No entanto,

¹²² Este exemplo será tratado mais adiante, no quadro das *Tipologias*.

¹²³ KERBRAT-ORECCHIONI, 1986: 189-190 *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 277.

esse preenchimento não se dá de maneira uniforme entre as pessoas e varia conforme a rede de estruturas cognitivas ativada. Um ponto importante ressaltado pela autora é que *todo o processo de inferência conduz a traços de memória*.¹²⁴. Nessa perspectiva ela defende que a *memória* tem um papel relevante tanto na compreensão de um texto quanto nos processos inferenciais.

Nesse sentido, diríamos a respeito do exemplo anterior que a “memória” intervém, no entanto, para resgatar a representação que está implícita no nome - *Pinóquio* -, ou mais precisamente, para evocar um liame que se buscou estabelecer entre um atributo suscitado por esse nome para aquele de *Armani*. Nessa dimensão, Achard sustenta que *a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso*.¹²⁵

Diante disso, cabe-nos ainda colocar as seguintes indagações:

- (i) O que condiciona a configuração de *designação*?
- (ii) Que aspectos estão envolvidos nesse tipo de atividade discursiva?
- (iii) Qual é a dinâmica dessa atividade discursiva?

Passemos, a seguir, para o próximo capítulo, em que buscaremos delinear contornos conceituais.

¹²⁴ DEL'ISOLA, 1991: 48.

¹²⁵ ACHARD, 1999: 17.

CAPÍTULO 4. Contornos conceituais

4.1. Nominalização, nomeação e nominação: lados distintos de uma mesma moeda

4.1.1. Nominalização

O termo *nominalização* é tratado, no âmbito da gramática, dentro do campo de estudos sobre morfologia. De acordo com Pachi Filho, as gramáticas de língua portuguesa enfatizam dois sufixos “-ção” e “-mente” como os mais *produtivos para a formação de nominalizações em português*.¹²⁶ Nesse sentido, o autor destaca que:

Os estudos de morfologia do português (MARONEZE, 2006) demonstram que a nominalização stricto sensu consiste na formação de nomes a partir de verbos que, por processos de sufixação, resultam em nomes abstratos, com sentido de “ato, processo, fato, resultado, evento ou modo de X” (ROCHA, 1999, 5). Também pode-se considerá-la como criação de substantivos a partir de categorias que não sejam substantivos (ROCHA, 1999, 125) ou um processo de associação lexical sistemática entre nomes e verbos (BASÍLIO, 1980, 73-74). Este discurso autoriza a pensar na anterioridade do verbo e a nominalização como transformação de uma categoria gramatical em nome.¹²⁷

Na linguística clássica, a *nominalização* está relacionada à *operação que consiste em transformar uma oração em sintagma nominal para sua inserção numa frase matriz*.¹²⁸ Tal como salienta Nicolas Ruwet¹²⁹,

uma nominalização é essencialmente a conversão de uma frase num nome ou sintagma nominal e pode sempre ser descrita através de uma transformação que insere uma versão transformada de uma frase constituinte no lugar de um nome ou sintagma nominal em uma frase matriz.¹³⁰

¹²⁶ PACHI FILHO, 2008: 23.

¹²⁷ PACHI FILHO, 2008: 23.

¹²⁸ Consulta feita em: www.kinghost.com.br/dicionario/nominalizacao.html

¹²⁹ *Apud* MOIRAND, 1975: 61.

¹³⁰ Tradução nossa de: *une nominalisation est essentiellement la conversion d'une phrase en un nom ou un syntagme nominal et elle peut toujours être décrite au moyen d'une transformation qui*

Alvo de diferentes reflexões, a *nominalização* tem sido, no campo da linguística textual, estudada como atividade de *referenciação* e de *textualização*, assim como interligada aos procedimentos anafóricos. Apothéloz e Chanet (1997) consideram a *nominalização* como - *operação discursiva que consiste em referir-se, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição.*¹³¹

Partindo da concepção de Francis (1994) que considera as *nominalizações* como *rotulações* resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes ou subseqüentes, Koch faz a seguinte ponderação: *introduz-se um referente novo, encapsulando a informação difusa no co-texto precedente ou subseqüente (informação-suporte, segundo Apothéloz & Chanet, 1997), de forma a operar, simultaneamente, uma mudança de nível e uma condensação (sumarização) da informação.*¹³² A pesquisadora adota como proposta a inclusão das *nominalizações* entre os casos de *introdução ancorada de objetos de discurso*, aliando-a a dinâmica discursiva.

À noção de *nominalização* como *rótulo retrospectivo*, Santos (2001) acrescenta a função pragmática: *usando a nominalização, o falante exhibe o enunciado ao interlocutor, não se enunciando, mas ocultando-se nas palavras do dizer.*¹³³ Conforme salienta a autora, *os informantes utilizam a nominalização, pois sabem que o seu emprego constitui “[...] um modo de esconder o enunciadador e de conceder ao texto o caráter objetivo, neutro e impessoal que lhe convém, procurando dirigir a atenção do leitor apenas para o ato ou processo em si” (Albino, 1993,37).* Nesse sentido, a autora vê a *nominalização* como um *artifício da linguagem*, já que o falante a utiliza para desviar a atenção de si para o enunciado. Desse modo, a

enchâsse une version transformée d'une phrase constituante à la place d'un nom ou d'un syntagme nominal dans une phrase matrice.(RUWET *apud* MOIRAND, 1975: 61.).

¹³¹ *Apud* CAVALCANTE, RODRIGUES & CIULLA, 2003: 132.

¹³² KOCH, 2006: 66.

¹³³ SANTOS, 2001: 03.

nominalização se torna *um elemento que propicia o apagamento do sujeito, sendo, portanto, o indício do seu afastamento do texto.*¹³⁴

Zamponi (2003) salienta que as *nominalizações talvez constituam o fenômeno anafórico que mais deixa à amostra, no texto escrito, os bastidores da construção de objetos-de-discurso pela atividade referencial.* A tese da autora é que *quando um sintagma nominal transforma em referente o processo denotado por uma proposição, que, obviamente, não tinha esse estatuto anteriormente, testemunha-se claramente a operação discursiva de referenciação.*¹³⁵

Seguindo uma perspectiva semelhante, Olímpio (2005)¹³⁶ ressalta que a *nominalização é um recurso coesivo dos mais usados entre as estratégias de remissão e progressão textual.* A *nominalização* não se restringe, unicamente, a instrumento de progressão referencial, argumenta a autora. Ela configura *uma estratégia de referenciação e de textualização ancorada na memória discursiva, esta pressupostamente partilhada pelos interlocutores.* Destacando o papel da *nominalização* enquanto *estratégia de textualização*, a autora enfatiza que a *nominalização retoma e trabalha outros discursos*, criando a imagem de um *continuum discursivo.*

Moirand, no estudo realizado em 1975 - *Le role anaphorique de la nominalisation dans la presse écrite*¹³⁷ -, descreve o funcionamento da *nominalização*, visando um objetivo pedagógico de melhorar a expressão escrita dos estudantes estrangeiros. Apontando a questão anafórica da *nominalização* como um dos fatos inerentes à organização do discurso da imprensa escrita, a pesquisadora utiliza exemplificações do discurso jornalístico para mostrar, dentre outros aspectos, que a *nominalização* de um verbo do contexto *desempenha uma função de ligação entre as frases de um*

¹³⁴ SANTOS, 2001: 03.

¹³⁵ ZAMPONI, 2003: 199, *apud* OLÍMPIO, 2005.

¹³⁶ OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. "Nominalização, Memória Discursiva e Argumentação." *VIII Fórum de Estudos Linguísticos*, Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Nov./2005. Disponível no site <<http://www.filologia.org.br/soletras/12/07.htm>>. (Acessado em 08/04/09.).

¹³⁷ Publicado na revista *Langue française*, 28, Paris, 1975, 60-78.

*mesmo parágrafo e entre parágrafos de um mesmo artigo.*¹³⁸ Comparando os títulos verbalizados com os títulos nominalizados, a autora mostra que a economia e a concisão realizadas nos segundos são feitas em detrimento de certas informações e de uma certa precisão: desaparecem as marcas de tempo e de aspecto, as circunstâncias, os complementos e mesmo o agente. Sobre o plano de expressão escrita, a *nominalização*, segundo a pesquisadora, *ajuda o escritor a avançar no discurso, facilitando assim o encadeamento das proposições.*¹³⁹

As *nominalizações* como *pré-construídos* integram um estudo detalhado de Sériot (1986) - *Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations*¹⁴⁰ -, dentro da vertente da Análise do Discurso proposta por Pêcheux. O autor parte da hipótese de que a elevada frequência das *nominalizações* no *corpus* é indicador de *um tipo específico de contato que o “texto”, como produto final, entretém com suas condições de produção, com um exterior que lhe é específico.*¹⁴¹ A *nominalização*, conforme defende o autor, estaria em relação com *outra coisa* - o *ailleurs* do texto.¹⁴²

No tocante a este estudo de Sériot, Pachi Filho (2008)¹⁴³ enfatiza que

Sériot considera, dentro da tradição da AD aberta por Pêcheux, as *nominalizações* como *pré-construídos*. Definido como efeito discursivo anterior e exterior, o *pré-construído* integra o enunciado “como se ele estivesse lá” ou “como se ele tivesse sido pensado antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1997, 99). Segundo Pêcheux (1997, 164), o *pré-construído* impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma de universalidade (o “mundo das coisas”).¹⁴⁴

¹³⁸ MOIRAND, 1975: 63.

¹³⁹ MOIRAND, 1975: 63.

¹⁴⁰ Este artigo é uma retomada e um resumo feitos pelo autor de parte das análises realizadas em seu livro: SÉRIOT, *Analyse du discours politique soviétique*. Institute d'Études Slaves, Paris, 1985.

¹⁴¹ SÉRIOT, 1986: 13.

¹⁴² *Aillures*, para Sériot, constitui a “memória”. Trata-se do espaço de referência dos nomes, mas também do conjunto disso que se diz ou que poderia ser dito diante do texto.

¹⁴³ PACHI FILHO, 2008: 35.

¹⁴⁴ A respeito do termo *pré-construído*, Pachi Filho (2008: 35) nos esclarece que, *segundo a formulação de Henry (PÊCHEUX 1997, 99), designa “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.”*

Assim, salienta o autor, é possível para o enunciador, como afirma Sériot, *pelo uso das nominalizações, construir no discurso o efeito de exterioridade.*¹⁴⁵

Emediato (2002), em sua tese - *Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français et brésiliens* – faz uma análise linguístico-discursiva dos títulos de jornais franceses e brasileiros, sob o enfoque da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau. No tocante às *nominalizações*, quando analisa a construção nominal em títulos de jornais tanto de referência quanto populares, o autor ressalta, dentre outros aspectos de seu estudo, *o ponto de vista do processo ou o acontecimento substancializado*. Nesse sentido, Emediato¹⁴⁶ nos esclarece que a construção nominal *tem como característica essencial a ausência de verbo, o que faz que ela esteja centrada sobre o ponto de vista de um processo que se encontra transformado em ser processual (Charaudeau, 2000) que pode descrever o resultado de uma ação (real ou potencial)*. O autor destaca que os títulos em forma nominal são de fato muito complexos e parecem ser agenciados em vista de vários objetivos: *Com efeito, a forma de construção linguística nos dá o ponto de vista (agente, paciente, processos) mas não nos diz muito sobre o semantismo do enunciado, o tipo de objeto e de actante que ela explicita ou implícita.*¹⁴⁷ Nessa dimensão, Emediato afirma que *enquanto o título verbal põe, o título nominal pressupõe.*¹⁴⁸ Segundo o autor, tanto o título verbal quanto o título nominal pode corresponder a vários semantismos:

a uma qualificação (nominais qualificantes); a uma tematização (nominais temáticos); a uma ação (nominais de ação) a uma acontecimentalização (nominais acontecimentais) ou mesmo a uma atitude (nominais de atitude). O primeiro, oferece aos leitores informações qualificadas. O segundo coloca um tema suporte em contexto. O terceiro testemunha uma processualização da ação. O quarto reenvia a uma categoria acontecimental (de evento). E, por último, o quinto, representa uma atitude do actante do enunciado.

¹⁴⁵ PACHI FILHO, 2008: 35.

¹⁴⁶ EMEDIATO, 2000: 157.

¹⁴⁷ Tradução nossa de : *En effet, la forme de construction linguistique nous donne le point de vue (agent, patient, processus) mais elle ne nous dit pas tout sur le sémantisme de l'énoncé, le type d'objet et d'actant qu'elle explicite ou implicite.* (2000: 162).

¹⁴⁸ EMEDIATO, 2000: 163.

Na Teoria Semiolingüística, o ponto de vista do *processo* integra dois tipos de construções: impessoais e nominalizadas. Tanto a *nominalização* (*nominalisation*) quanto a *impessoalização* (*impersonnalisation*) estão associadas aos processos que *constituem o ponto de partida da descrição da atividade, integrando os actantes que lhe estão ligados* ¹⁴⁹. Conforme descreve Charaudeau, na *nominalização – construção dita nominal* -, ¹⁵⁰ o processo que descreve o resultado de uma ação, realmente ou potencialmente realizada, se encontra transformado em um **ser processual**. Esse processo é constituído por um nome que pode ou não estar acompanhado dos actantes que lhe são ligados por preposições como *de, a, por*. Nessa dimensão, esta configuração se constitui de um grupo nominal ou sintagma, podendo tanto desempenhar a função gramatical de sujeito quanto de objeto do enunciado. Do ponto de vista semântico, destaca o autor, este grupo nominal *pressupõe* a existência de uma ação realizada. Uma substituição parafrástica pode ser realizada, usando-se a expressão “o fato que/de...”, como apresentado no exemplo que trazemos a seguir:

[...] *Lula nomeou os advogados signatários da petição para cargos no Planalto* [...]

151

Contextualizando com uma *construção nominalizada*, temos a seguinte transposição:

A nomeação dos advogados signatários da petição para cargos no Planalto [sob a indicação de Lula].

Contudo, Charaudeau alerta para uma particularidade a respeito da *nominalização* e que não merece descuido. Conforme enfatiza o autor, quando contexto e situação não estão explícitos, de maneira satisfatória, este tipo de configuração pode se prestar à ambiguidade. Avançando sobre esse ponto, o enunciado - *Desrespeito e exploração dos bancos pelos clientes* - nos permite entender, de modo mais claro,

¹⁴⁹ CHARAUDEAU, 1992: 403.

¹⁵⁰ CHARAUDEAU, 1992: 403.

¹⁵¹ Consultado em 06/05/2009: <<http://www.meionorte.com/efremribeiro%2CHeraclito-Fortes-pede-processo-contr-Lula-por-nao-reajustar-servidor%2C50412.html>>.

uma situação de ambiguidade gerada pelo processo de nominalização. Desse modo, temos dois sentidos:

- Os bancos sofrem exploração e desrespeito de seus clientes;
- Os bancos exploram e desrespeitam seus clientes.

No entanto, convém ressaltar que, embora as *nominalizações* não sejam *condenáveis em si*, se não fossem pelas ambiguidades, elas são aptas a produzirem diferentes *efeitos de discurso*, conforme assinala Charaudeau:¹⁵²

- condensar informações (em títulos de obras, de capítulos, de artigos);
- reprisar com finalidade explicativa – *reprise anaphorique* -¹⁵³, sintetizando a descrição anterior de uma ou várias ações e aportar uma nova informação (em artigos científicos, manuais, relatórios administrativos, enfim, em textos com finalidade explicativa);
- contribuir para o *efeito de evidência* (em tratados políticos, artigos de jornais, por exemplo).

Tecidas tais considerações, abordaremos, a seguir, a *nomeação*.

4.1.2. Nomeação

Estudos envolvendo expressões nomeadoras têm surgido, atualmente, no que se refere às explicações de como ocorre o processo de nomeação pela anáfora e pela deixes discursiva. Esse termo **nomeação** é empregado por pesquisadores que buscam, a partir de seus estudos sobre expressões nomeadoras, distingui-las daquilo que se conhece como nominalização.

¹⁵² CHARAUDEAU, 1992: 404.

¹⁵³ CHARAUDEAU, 1992: 411.

Do ponto de vista da linguística textual, por exemplo, Cavalcante (2001) aponta que a *nomeação* [...] *consiste numa operação de encapsulamento de porções textuais de extensão variada, desempenha um importante papel de organização de informações no discurso, bem como, às vezes, de veiculação de conteúdos de valor axiológico (cf. Conte, 1986).*¹⁵⁴ Em seu estudo, a autora relaciona certos subtipos de expressões nomeadoras - anafóricas e dêitico-discursivas - às diferentes funções textuais desempenhadas em gêneros textuais escritos, tais como as que ela apresenta, tomando por base Koch (2001):¹⁵⁵

- Função cognitiva: re-focalização de conteúdos.
- Organização textual: sinaliza a mudança de um estágio a outro da argumentação, preservando a continuidade tópica, *ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada.*
- Encapsulamento ou sumarização: nomeações por sintagmas nominais SNs (rótulos).

Cabe, portanto, esclarecermos aqui a ocorrência do termo *nomeação* como opção de tradução para *nominalisations*. Constatamos que o texto de Apothéloz, D.; Chanet, C. - *Défini et démonstratif dans les nominalisations*¹⁵⁶ – em uma versão traduzida, teve o termo *nominalisations* substituído por *nomeações*, com o intuito, segundo as autoras Cavalcante e Regadas, de *evitar conflitos terminológicos com o que se concebe, classicamente, na linguística, como “nominalização”*.¹⁵⁷

¹⁵⁴ CAVALCANTE, 2001: 127.

¹⁵⁵ KOCH, 2001 *apud* CAVALCANTE, 2001: 131.

¹⁵⁶ APOTHELOZ, D.; CHANET, C. *Défini et démonstratif dans les nominalisations*. In: De MULDER & VETTERS, C. (eds.). *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi, 1977, 159-86./ Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante e Camile Maria Botelho Regadas; revisão de Alena Ciulla/. RODRIGUES & CIULLA (orgs.) 2003: 175. (Conforme nota das tradutoras.).

¹⁵⁷ A versão traduzida encontra-se no livro: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernardete B.; CIULLA, Alena. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, 131- 176.

4.1.3. Nominação

O termo *nominação* tem surgido em oposição ao de *denominação* nos estudos recentes em torno do problema que envolve o semântico e o referencial. Essa palavra-chave entra em um vasto terreno em que a atribuição de nomes às coisas pode ser considerada sob dois pontos de vista: ***nomes “são atribuídos” às “coisas”***. Esse ponto de vista é correlativo àquele dos sistemas e regularidades que lhes são associados: termos de base, apelações terminológicas, apelações usuais etc.. Há, porém, fatores cognitivos ou institucionais – científicos, jurídicos, comerciais... – de fixação dos usos. Entretanto, eles não são o todo da atividade linguageira e, em virtude mesmo da natureza desses *fatores* de fixação, eles conduzem ao segundo ponto de vista, *dinâmico*: ***a atribuição de “nomes” às “coisas”*** que é o feito de um sujeito falante e se observa em discurso, portanto, é um processo enunciativo.

Parece haver um acordo na distinção entre o par *denominação versus* *nominação*, ao termo de uma análise confrontante, em que os autores que adotam essa terminologia (Siblot, Chanay, Leroy e outros) relacionam o primeiro *aos nomes*, enquanto realizações estabilizadas na língua; e o segundo, *ao ato de nomear*, integrado a um processo discursivo.

Mencionados alguns aspectos do que se configura como *nominalização*, *nomeação* e *nominação*, buscaremos, a seguir, ver algumas particularidades que envolvem as principais abordagens em torno do que, ultimamente, tem sido balizado nos estudos sobre o ato de nomear.

4.2. Principais abordagens em torno do ato de nomear

4.2.1. A perspectiva de Paul Siblot: a praxemática

Siblot ¹⁵⁸ nos esclarece a respeito da *nominação* e da *denominação* que, embora configurem uma dupla aparentemente intercambiável, elas são confundidas na linguagem ordinária e dadas por sinônimos pela lexicografia. Assim, falar de *nominação* em linguística pode ainda dar a impressão de uma neologia, pelo fato de a linguística clássica utilizar *denominação* e o uso ainda prevalecer. *Ambos estão de acordo com a norma*, - ressalta Siblot (2004: 14): *mas não falam a mesma língua*.

Nominare, conforme Gaffiot (1934) ¹⁵⁹ é:

- (a) « designar por um nome: ut omnes suis certis ac propriis vocabulis nominentur (Cícero), de modo que todos os objetos sejam designados por nomes que lhes pertençam de maneira precisa e própria » ;
- (b) « pronunciar o nome de alguém, de alguma coisa: aliquem honoris causa (Cícero), pronunciar o nome de alguém para honrá-lo »;
- (c) « propor alguém para uma função, um cargo, (nomear, designar um magistrado): aliquem augurem, propor alguém como augure » .¹⁶⁰

Sobre as três acepções trazidas à baila por Gaffiot, Siblot tece algumas considerações que merecem ser apresentadas. Para o autor, numa primeira delimitação, o conceito, no sentido latino, parece remontar à *atribuição de um nome*

¹⁵⁸ SIBLOT, 2004: 13.

¹⁵⁹ GAFFIOT, 1934 *apud* SIBLOT, 2004: 14.

¹⁶⁰ Tradução nossa de:

- (a) « désigner par un nom : ut omnes suis certis ac propriis vocabulis nominentur (Cicéron), en sorte que tous les objets soient désignés par des noms qui leur appartiennent de façon précise et en propre » ;
- (b) « prononcer le nom de quelqu'un, de quelque chose : aliquem honoris causa (Cicéron), prononcer le nom de quelqu'un pour l'honorer » ;
- (c) « proposer quelqu'un pour une fonction, une charge, (nommer, désigner un magistrat): aliquem augurem, proposer quelqu'un comme augure » .

(Nota nossa: *augure*, na civilização romana, está relacionado a padre da Antiguidade encarregado de predizer o futuro, interpretando certos sinais da natureza.)

a um ser ou a uma coisa. Consistiria na atribuição de um rótulo nominal aos objetos do mundo. Reportando ao livro Gênese, a ideia que nos comunica é de uma representação literalmente prototípica com a nomenclatura dos animais do Paraíso por Adão. Nota-se, portanto, que se trata de um ato, de um gesto chamado na lógica de “ato de batismo”. Em suma, a nomenclatura parece, nesses dois quadros, um ato linguístico primeiro, liminar, graças ao qual a função simbólica fundadora da linguagem é instituída.

Refletindo sobre a segunda acepção, Siblot aponta que ela reenvia aos usos posteriores ao ato de nomenclatura inicial que, uma vez operado, admitido e memorizado, pela comunidade falante - isto é, codificado na língua - não tem de ser reiterado. Trata-se do emprego de um nome qualquer em discurso, nome próprio ou nome comum, de uso normalizado ou conjuntural e até de um hápax. Entretanto, a diferença entre as duas acepções tende a perdurar, conforme assinala Siblot. O que permite diferenciá-las, aos olhos do autor, é que *enquanto na segunda, a compreensão visa à atualização de um termo em discurso, a primeira concerne uma categorização referencial por um elemento do léxico e a constituição do “signo” mobilizado para este fim.*¹⁶¹

Ora, essa leitura de Siblot aponta para duas concepções assim entendidas pela dicotomia *langue/parole*: enquanto a primeira acepção vai em direção à língua; a segunda segue em direção ao discurso:

De acordo com o ponto de vista que se adote língua ou discurso, a nomenclatura pode ser considerada sob o ângulo de uma inovação inscrita no léxico, ou sob o de uma ocorrência discursiva, ulterior e contextualizada. Nominatio cobre assim duas “facetas”.¹⁶²

Examinando o terceiro uso que Gaffiot atribui a *nominare*, Siblot constata uma extensão de sentido ligada ao caso particular da *designação* de uma pessoa a um

¹⁶¹ SIBLOT, 2004: 15.

¹⁶² Tradução nossa de: *Selon le point de vue qu'on adopte, langue ou discours, la nomination peut être considérée sous l'angle d'une innovation inscrite dans le lexique, ou sous celui d'une occurrence discursive, ultérieure et contextualisée. Nominatio couvre de la sorte deux « facets »* (SIBLOT, 2004: 15.).

cargo. As considerações do autor em torno da análise do ato operado apontam para traços próprios a este *emprego mais complexo*, quais sejam:

- ele não se refere nem aos objetos nem aos animais, mas apenas aos seres humanos;
- ele convoca um terceiro elemento: o cargo atribuído;
- ele implica, naquele que nomeia à função, o poder social desta atribuição, ou então não haveria performatividade e a enunciação permaneceria sem efeito;
- a força ilocutória desta nomeação modifica realmente o estatuto da pessoa nomeada. Nessa dimensão, o batismo religioso seria uma vez ainda a ilustração exemplar disso. *Dizer, aqui, é efetivamente fazer; isto é, é exercer na nomeação este “poder da palavra” que Jakobson dizia “mágico” ou “conativo” e que, na verdade, se trata bem de um agir.*¹⁶³

A última ponderação suscitada por Siblot se refere à *nomeação institucional* que, nos termos do autor – tem *incidência apenas indireta sobre a nomeação linguística*,¹⁶⁴ mas que ao nosso ver, no entanto, merece um exame específico, porém, não foi ali tratado pelo autor.

Com o intuito de completar suas observações do campo semântico de *nominare*, a partir do campo lexical latino, Siblot ressalta que a família de palavras construída a partir do radical *nomen* - *nomenclator, nomenclatus, nominalis, nomirarii, nominatio, nominativus, nominator, nominatus...* - atesta para a ideia central de *designar por um nome*. Assim, ao refletir sobre os usos descritos por Gaffiot, Siblot entende de modo mais claro, que se trata de uma base polissêmica e as três acepções do verbo se transferem ao deverbal *nominatio*. Ele pondera que Gaffiot fez o inventário sem os exemplificar: *“appellation, dénomination nomination à une fonction”*.¹⁶⁵ Avançando sobre esse ponto, ele menciona um *paradigma paralelo* que mobiliza, além disso, o prefixo *de-*: *denominare, « désigner », multa sunt non denominata (Quintilien), « bien*

¹⁶³ SIBLOT, 2004: 15-16.

¹⁶⁴ SIBLOT, 2004: 16.

¹⁶⁵ SIBLOT, 2004: 16.

des choses n'ont pas de nom »¹⁶⁶; *denominator*, « *qui désigne* »; *denominatio*, « *désignation* ». No entanto, o que Siblot, em particular, conclui é que efetivamente não há dualidade entre os dois paradigmas. Assim, ele ressalta que

*A brevidade dos artigos e a extensão limitada desta segunda família de palavras assinalam um uso mais restrito; uso erudito notadamente como revelam os termos gramaticais denominativus, denominative, “derivado, por derivação”. Pode-se supor uma predominância da escrita que trairia a citação do Retor, enquanto que para nominare elas são do Orador.*¹⁶⁷

De modo que, se *nominação* e *denominação* remetem ao fato de “designar por um nome”, o primeiro tem “valor ativo”, enquanto o segundo concerne, sobretudo “o nome atribuído”: dito de outro modo, um porta uma representação processual, enquanto o outro é resultativo.

Outro aspecto importante ressaltado por Siblot é que: *Não se nomeia por nomear, nomeia-se algo sempre e com alguma intenção.*¹⁶⁸ Isso porque, além de constatações estritamente semânticas, convém assinalar que a acepção primeira da *nominação* - aquela do *ato de batismo inicial* – convoca, necessariamente, uma compreensão da linguagem, da sua natureza e das suas relações com o mundo. A outra acepção retorna à natureza do referente, à maneira como o homem pode perceber o mundo, concebê-lo, categorizá-lo e dizê-lo – resumidamente - pode nomeá-lo. Desse modo, acrescenta o autor, *uma “ontologia” é necessária: viés cômodo de uma postulação abstrata que evita os problemas que põem a realidade da linguagem e as escolhas epistemológicas consequentes.*¹⁶⁹ Vemos aqui que Siblot tece seu posicionamento a favor de uma *ontologia* que não cabe naquela conduta. Sua crítica se dá sobre a preferência geralmente acordada pelos linguistas

¹⁶⁶ Tradução: *muitas coisas não têm nome*. (SIBLOT, 2004: 16).

¹⁶⁷ Tradução nossa de: *La brièveté des articles et l'extension limitée de cette seconde famille de mots signalent un usage plus restreinte; usage savant notamment dont témoignent les termes grammaticaux denominativus, denominative, «dérivé, par dérivation». On peut supputer une prévalence de l'écrit que trahirait la citation du Rhéteur, alors que pour nominare elles sont de l'Orateur.* (SIBLOT, 2004: 16)

¹⁶⁸ Tradução nossa de: *on ne nomme pas pour nommer, on nomme quelque chose toujours et à quelque intention.* (SIBLOT, 2004: 17-18).

¹⁶⁹ SIBLOT, 2004: 18.

- *denominação* sobre *nominação* – reiterando que a questão se encontra nas problemáticas subjacentes a esta oposição. Embora considere normal, na língua corrente, a hesitação entre *nomination* e *dénomination* – o que é visto pelo autor sem grandes conseqüências –, Siblot é enfático em tornar explícita a existência de limitações - *contraintes* - *epistemológicas*. Para ele, o aspecto da compatibilidade entre investigação e pretensão científica deve ser preservado. Nesse sentido, um ponto importante a ser considerado acerca de suas ponderações é que, para se produzir conhecimento de causa, deve-se caracterizar a problemática escolhida com a terminologia que o exprime. Nessa dimensão, ele destaca problemáticas que subjazem a oposição *nomination/dénomination*: *Uma retorna ao código e pode limitar-se às interrogações clássicas do léxico, a outra confrontada com um ato de linguagem efetivo deve enfrentar a relação da linguagem com o real.*¹⁷⁰ Tecidas tais ponderações, o autor traz à tona a viabilidade de pesquisas de fecundidade heurística sobre a *nomination*:

A estas limitações epistemológicas, acrescentam-se argumentos de uma outra ordem, ligados à fecundidade heurística das investigações sobre a *nominação*. Muitas abordagens da *nominação* são possíveis, e quadros teóricos diversos podem ser mobilizados.¹⁷¹

Em seu artigo - *Nomination et point de vue : la composante déictique des catégorisations lexicales* (2007) – Siblot retoma o par *nomination/dénomination* e reforça a ideia de que a *nominação*, fenômeno da enunciação, é observada em discurso e estaria relacionada à *denominação*. No entanto, ele acrescenta que se trata de dois aspectos de um mesmo fenômeno: esse último, *terminatif*, e o primeiro, *processif*, portanto, é o *feito de um sujeito falante*. Siblot adota, então, uma concepção de *nominação* ligada à *designação verbal*. O autor parte dos elementos linguísticos que servem de “ponte” entre a linguagem e o real e que indicam a relação do locutor com o objeto designado: os “dêiticos” designativos. Nessa perspectiva, a *nominação* (ato de nomear) depende de uma deixes verbal, na

¹⁷⁰Tradução nossa de: *L'une renvoie au code et peut s'en tenir aux interrogations classiques du lexique, l'autre confrontée à un acte de parole effectif est tenue d'affronter le rapport du langage au réel.* (SIBLOT, 2004: 19.).

¹⁷¹ Tradução nossa de: *À ces contraintes épistémologiques, s'ajoutent des arguments d'un autre ordre, liés à la fécondité heuristique des recherches sur la nomination. Bien des approches de la nomination sont possibles, et cadres théoriques divers peuvent être mobilisés.* (SIBLOT, 2004: 19 .).

medida em que ela consiste em *designar*, em *mostrar um objeto*: ela implica uma *mise en relation* do locutor com o referente que simboliza o processo de referenciação. Isso significa que o locutor designa, então, mostrando – no sentido primeiro de *designar*. O mesmo liame perdura, segundo Siblot, na *designação* verbal, realizada na atualização.

Contrariamente, a *denominação* está ligada, conforme enfatiza Siblot (2007), a um estado fixo e controlado das unidades lexicais, que, nos dicionários, aparecem extraídas dos discursos onde estariam atualizadas e aparecem separadas do lugar onde elas são produzidas:

Descontextualizado, extraído dos discursos e do interdiscurso onde ele é atualizado, subtraído das redes semânticas através das quais seu sentido ocorrencial é regulado, apreendido no artefato de uma autarquia metalinguística, o termo lexical é considerado isoladamente “em si e para si próprio.”¹⁷²

Metodologicamente, Siblot¹⁷³ propõe retornar à dinâmica dêitica da *designação* verbal, encarando a *nominação* no seu contexto de produção e de comunicação, tendo em vista as tensões dialógicas do interdiscurso e a sua apreensão no processo de atualização. Nesse sentido, o autor nos esclarece acerca da *atualização discursiva* do sentido, sublinhando que a *evidência partilhada dos interlocutores* sobre o sentido de uma palavra resulta de uma *communauté de point de vue* que afasta a eventualidade de outros valores. Reportando-nos a um exemplo do autor, temos que a palavra *álcool* não será produtora dos mesmos sentidos - tanto na emissão quanto na recepção - se acomodada em um comentário de um médico sobre assepsia, em um relatório sobre o interesse de novos combustíveis ou na descrição dos malefícios do alcoolismo. O que se pode depreender dessa exemplificação do autor é que, embora seja usado o mesmo nome – *álcool* - se focaliza, de modo implícito, aspectos do referente e o conceito particularmente adaptados à situação de enunciação.

¹⁷² Tradução nossa de: *Descontextualisé, extrait des discours et de l'interdiscours où il est actualisé, soustrait aux réseaux sémantiques grâce auxquels son sens occurrence est régulé, appréhendé dans l'artefact d'une autarcie métalinguistique, le terme lexical est considéré isolement, en lui-même et pour lui-même.* (SIBLOT, 2007: 34.).

¹⁷³ SIBLOT, 2007: 35.

Em suma, para Siblot e colaboradores:

[...] a nomação é o ato pelo qual um sujeito nomeia em discurso, em outros termos, categoriza um referente inserindo-o numa classe de objetos identificada no léxico.¹⁷⁴

A abordagem teórica adotada por Siblot, a linguística **praxemática**, considera o ato de nomação como um processo dinâmico de significância através do qual o sujeito falante manifesta seu ponto de vista sobre o mundo. Nessa dimensão, a produção do sentido é vista em *articulação com o real e substitui ao sinal saussuriano ou lexema estruturalista, o praxema, “instrumento prático, [...] meio de uma práxis linguística que visa produzir o sentido [...]”*.¹⁷⁵ A nomação se define, portanto, pela *categorização* mesma, o que implica uma imbricação total desses dois fenômenos. Nessa dimensão, a noção de *ponto de vista* é constitutiva daquela de *nomação*. Assim, interessar-se pela expressão do ponto de vista na *nomação* é *dar lugar à articulação entre a linguagem e o mundo, à maneira em que se apreende o mundo e, portanto, o representa na e pela linguagem*.¹⁷⁶

Nomear é necessariamente tomar posição em relação àquele que nós designamos. E quando categorizamos, exprimimos uma relação a respeito do ser designado: de maneira indireta, mas inegável, por e neste ato de nomação nos caracterizamos a nós mesmos em troca.¹⁷⁷

Nessa dimensão, portanto, o nome sempre expõe algo sobre aquele que nomeia. Percebe-se, desse modo, a importância da *dialogização interdiscursiva [...] inerente*

¹⁷⁴ Tradução nossa de: [...] *la nomination est l'acte par lequel un sujet nomme en discours, autrement dit catégorise un référent en l'insérant dans une classe d'objets identifiée dans le lexique*. (SIBLOT in DÉTRIE, SIBLOT, VERINE, 2001 *apud* DUFOUR, DUTILLEUL-GUERROUDJ, LAURENT, 2004: 156.).

¹⁷⁵ DUFOUR, DUTILLEUL-GUERROUDJ, LAURENT, 2004: 153.

¹⁷⁶ DUFOUR, DUTILLEUL-GUERROUDJ, LAURENT, 2004: 158.

¹⁷⁷ Tradução nossa de: *Nommer c'est nécessairement prendre position à l'égard de ce que nous désignons. Et lorsque nous catégorisons, nous exprimons une relation à l'égard de l'être désigné : de façon indirecte mais inéluctable, par et dans cet acte de nomination nous nous caractérisons nous-mêmes en retour*. (SIBLOT, 1997a : 33 *apud* GONACH, 2007: 104.).

à categorização, e à expressão de um ponto de vista que implica qualquer atualização lexical.¹⁷⁸

4.2.2. A perspectiva de George Kleiber: a semântica referencial

O quadro de estudos sobre a problemática da *denominação* tem sido uma tentativa de aprimorar seu contorno conceitual, tendo em vista que sua extensão, no campo da linguística, varia segundo as teorias e os autores. Se há entre as diferentes abordagens uma concordância – a de que, através do nome se designa¹⁷⁹ um ser ou uma coisa extralingüística –, há também pontos de divergência.

Em seu estudo sobre *Denomination et relations Dénominatives*, 1984, Kleiber aponta para três abordagens definicionais para o termo *denominação*:

- (i) *Definições amplas (larges)*: apresentam a *denominação* como “a relação que une uma extensão lingüística a uma entidade extralingüística”;
- (ii) *Definições médias (moyennes)*: assimilam-na na relação que se estabelece entre uma unidade codificada, item lexical, em ponto inicial, e seu referente;
- (iii) *Definições limitadas (restreintes)*: limitam-na ao liame designacional entre a categoria gramatical nominal, na qual se privilegia o substantivo e a classe ou categoria referencial correspondente.

Do ponto de vista do autor, elas se assemelham pelo fato de ambas considerarem “a designação de um ser ou de uma coisa extralingüística por um *nom* (*name*)”. No entanto, se há entre elas uma concordância sobre a dimensão referencial, há também uma divergência sobre a definição de “*nom*” (nome). Assim, para escapar da circularidade que consiste em definir o nome como o *signo* de uma *denominação*

¹⁷⁸ SIBLOT in DETRIE et al. 2001 : 86 *apud* DUFOUR, DUTILLEUL-GUERROUDJ, LAURENT, 2004: 170.

¹⁷⁹ O nome designa diretamente sem que seja necessário demonstrar ou desenvolver algum tipo de raciocínio.

e a denominação como uma designação com o auxílio de um nome, Kleiber parte, inicialmente, do denominador comum destas definições, isto é, toma como ponto inicial o carácter designacional da *denominação*.

O ponto fundamental para compreender o cerne da proposta do autor está na diferenciação entre *denominação* e *designação*. Na verdade, esses termos constituem categorias distintas de acordo com o projeto de Kleiber (1984) que propõe pensar a *denominação* e a *designação* como dois modos de representação, mas na estreita relação entre expressão linguística e elemento da realidade. Em nota, Kleiber assinala, no sentido trazido do dicionário de G. Mounin ¹⁸⁰, que a *denominação* equivale a uma *atividade do espírito humano de carácter geralmente coletivo, que tem por objeto colocar em relação um elemento do real e um signo da linguagem, portanto, nomear*.

A diferença entre relação de *designação* e relação de *denominação* foi problematizada por Kleiber, inicialmente, em 1984 - no artigo «Dénomination et relations dénominatives». Do ponto de vista do autor, a *denominação* corresponde a uma associação referencial duradoura - que permite aos locutores de uma língua dispor de representações comuns -, enquanto na *designação*, a associação referencial é momentânea e não convencional.

A questão foi retomada mais tarde em 1994, em seu livro – *Nominales: Essais de Sémantique Référentielle*, mais especificamente no artigo – *Sur la définition du proverbe*. Nesse texto, o autor estende aos provérbios o **paradigma das denominações**, embora a noção de *denominação* pareça reservada unicamente às unidades lexicais tais como substantivos, verbos, adjetivos etc.. A *denominação* pode, no entanto, marcar também seu carácter referencial particular pela relação de combinação de unidades, tais como *cão cinzento, correr rapidamente* ¹⁸¹ - exemplifica o autor. Desse ponto de vista, Kleiber desenvolve argumentos por meio

¹⁸⁰ MOUNIN, 1974: 999-1001 *apud* KLEIBER, 1984: 82.

¹⁸¹ KLEIBER, 1994: 208.

dos quais defende que frases inteiras podem constituir verdadeiras denominações e não somente expressões que designam um referente:

O obstáculo da pluralidade de itens não é, contudo, real, dado que existem sequências de unidades lexicais como “fogo vermelho”, “complexo industrial” (as lexias complexas de B. Pottier, 1974), expressões idiomáticas, que, quer sintagmas como “Casser sa pipe”, quer mesmo frases inteiras como “un ange passe”, constituem verdadeiras denominações e não somente expressões que designam um referente.¹⁸²

O autor retoma do quadro semântico de Robert Martin (1983 e 1987) o traço ‘**para ao menos um locutor**’ (\exists LOC) como propósito de diferenciar, dentro do *critério da denominação*, os grupos de enunciados sentenciosos – *énoncés sentencieux* – que não são denominativos, a saber: as máximas, aforismos, *slogans* etc.. Os enunciados que ele denomina **nom-names**¹⁸³ se encontram caracterizados pelo traço ‘**para todo locutor**’ (\forall LOC). Estão incluídos neste grupo os provérbios, os ditos e as *expressões frásticas figées (fixadas)*. Na apresentação da noção de *denominação*, Kleiber salienta, primeiramente, que o critério decisivo para que uma combinação de itens lexicais¹⁸⁴ possa compreender ao estatuto de *nom-name* é seu

¹⁸² Tradução nossa de: *L'obstacle de la pluralité d'items n'est toutefois pas réel, puisqu'il existe des séquences d'unités lexicales telles que feu rouge, complexe industriel (les lexies complexes de B. Pottier, 1974), des expressions idiomatiques, soit syntagmas comme « casser sa pipe », soit même phrases tout entières comme « Un ange passe », ¹⁸² qui constituent de véritables dénominations et non pas seulement des expressions que désignent un référent.* (KLEIBER, 1994: 208.)

Para melhor compreensão do leitor, salientamos que a expressão «*casser sa pipe*» tem o mesmo sentido de “morrer”. Já a expressão «*Un ange passe*» é frequentemente empregada para disfarçar uma atmosfera tornada pesada, devido a um silêncio súbito que se prolonga durante uma assembleia. Seu uso seria uma maneira de abrandamento e é sempre bem-vindo.

¹⁸³ O termo **nom-name**, conforme enfatiza Kleiber (1994: 208) possui duas acepções em francês. Há um sentido lógico-filosófico de *signo que denomina as coisas da realidade* (em inglês, *name*) e um valor gramatical, aquele de substantivo (em inglês, *noun*). Sobre o plano do *non-name*, dentro do quadro teórico proposto por Kleiber, uma primeira clarificação deve ser apontada pela exigência da denominação prévia. Para o autor, *toda unidade codificada, quer dizer, toda unidade associada memorialmente a um referente - nome próprio, item lexical (ou palavra lexical) e lexia complexa - pode ser considerada como um nom-name.* (1984:82). O autor considera que os verbos, os adjetivos e advérbios são, tanto como os substantivos, **signos codificados** e, nesse sentido, portanto, **denominações**. O autor chama a atenção para a *característica dos elementos lexicais*, enfatizando que, segundo J. Perrot (*apud* Martinet, 1968: 283-299), “é o que se pode chamar sua função de designação, ou de denominação, quer dizer, o fato que eles se aplicam às unidades da experiência.”

¹⁸⁴ Conforme salienta Kleiber (1984:82), *os itens lexicais, porque estes são unidades codificadas, pressupõem, à diferença das sequências de itens não codificados, a existência de um referente, de uma entidade extralingüística que lhes corresponda.*

funcionamento como unidade codificada ¹⁸⁵; e, segundo, que se se trata de *denominação*, esta *denominação* faz parte do código linguístico, nisto que **ela nomeia uma entidade geral** ou um tipo e não um particular. Nessa dimensão, o autor defende que *o sentido de um provérbio não é jamais aquele da combinação de seus constituintes e que, por consequência, sua interpretação standard não é jamais dada inteiramente composicionalmente.* ¹⁸⁶ Kleiber esclarece ainda que os *provérbios funcionam como unidades codificadas retornando a uma entidade geral.* ¹⁸⁷ Sua descrição está embasada na seguinte afirmação de S. Meleuc: *le proverbe est un discours fortement codé.* ¹⁸⁸

Nesse estudo, Kleiber salienta que os provérbios reenviam a uma situação genérica, não implicam nenhuma ocorrência seja de indivíduos, seja de acontecimentos: eles não comportam elementos de identificação específica (*isto é, de elementos que colocam em jogo a situação de enunciação*). Conforme nos esclarece o autor, os *provérbios apresentam o caráter gnômico (ou nômico), isto é, não acidental, não contingente, ou ainda, para retomar a expressão de Ö. Dahl (1975 e 1985), “law-like” (“como lei”) das frases genéricas.* ¹⁸⁹ Estas constituem, segundo Kleiber, regularidades estruturantes e não asserções sobre fatos particulares. Nessa dimensão, *o provérbio exprime uma verdade geral, universal.* ¹⁹⁰

O provérbio é tipicamente geral e impessoal no significado (...) até mesmo quando um falante particular o aplica para a situação de um ouvinte particular. ¹⁹¹

Kleiber ¹⁹² menciona também, em seu estudo dos provérbios, M. L. Ollier que diz a *propósito do provérbio e da sentença:*

¹⁸⁵ Para Kleiber (1984: 82), *a denominação lexical ou denominação dos itens lexicais* (e aqui ele salienta que as lexias complexas não estão incluídas por se tratarem de sequências em vias de lexicalização) jogam um papel essencial no funcionamento referencial da linguagem.

¹⁸⁶ KLEIBER, 2000: 51-52

¹⁸⁷ KLEIBER, 1994: 210.

¹⁸⁸ *O provérbio é um discurso fortemente codificado.* (S. MELEUC, 1969: 73 *apud* KLEIBER, 1994: 210 – tradução nossa.)

¹⁸⁹ KLEIBER, 1994: 217.

¹⁹⁰ KLEIBER, 1994: 216.

¹⁹¹ Tradução nossa de: *The proverb is typically general and impersonal in meaning (...) even when a particular speaker applies it to the situation of particular hearer.* (NORRICK, 1985: 70 *apud* KLEIBER, 1994: 216.).

Nesses dois tipos de enunciados, com efeito, se constata uma mesma evacuação do sujeito e da história, em proveito da asserção de verdades dadas como eternas, ou de uma ordem moral subtraída à contingência que lá introduziria a expectativa de um “eu” ou de uma temporalidade específicos. Esta propriedade se manifesta em um certo número de traços formais, recuperáveis através da diversidade, de resto restrita, das suas realizações de superfície, próprios a produzir o esquema “afirmação, ele, por toda parte, sempre”, fora de qualquer atualização do enunciado”.¹⁹³

No tocante ao aspecto *nômico* - “*law-like*” - das frases genéricas, Kleiber sustenta que ele se manifesta por duas propriedades:

- as frases genéricas não são falsificadas por contra-exemplos: a existência de um castor que não constrói barragens não difere em causa a verdade de Os castores constroem barragens;
- as frases genéricas permitem fazer inferências sobre o que se passará se, o que se passaria se... etc.. Desse modo, a frase genérica Os castores constroem barragens não se refere apenas aos castores atuais, mas tem virtudes preventivas igualmente para os castores potenciais e contrafactuais:
Os castores constroem barragens. Se, portanto, x é um castor, então x construirá barragens.
Os castores constroem barragens. Se, portanto, x tivesse sido um castor, ele teria construído barragens.¹⁹⁴

Para compreender os provérbios no quadro que os considera enquanto frases genéricas, Kleiber (1994: 218) apresenta alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, o autor destaca que *os provérbios possuem o estatuto “law-like” das frases genéricas. Este estatuto confere aos provérbios o caráter de referência a certa norma, caráter que pode ser explorado discursivamente com fins deônticos e que, sobretudo, dá conta do aspecto didático que se lhes empresta habitualmente.* Em segundo lugar, contrariamente a uma opinião já bem assentada, *os provérbios não são verdades universais.* Esta formulação contempla a possibilidade de exceções para a qual o operador de implicação e de quantificador universal ($\forall x$, se x é..., então x...) é considerado demasiado forte. Desse modo, prosseguindo no raciocínio,

¹⁹² KLEIBER, 1994: 216.

¹⁹³ Tradução nossa de : *Dans ces deux types d'énoncé en effet, on constate une même évacuation du sujet et de l'histoire, au profit de l'assertion de vérités données comme éternelles, ou d'un ordre moral soustrait à la contingence qu'y introduirait la visée d'un « je » ou d'une temporalité spécifiques. Cette propriété se manifeste dans un certain nombre de traits formels, repérables à travers la diversité, d'ailleurs restreinte, de leurs réalisations de surface, propres à produire le schéma « affirmation, il, partout, toujours », hors de toute actualisation de l'énoncé ».* (OLLIER, 1976: 330 *apud* Norrick, 1985.)

¹⁹⁴ KLEIBER, 1994: 217.

a descoberta de “algo bom” sem o “lado ruim” não torna ultrapassado o provérbio *Não há rosas sem espinhos*. Retomando Zumthor (1976: 361), Kleiber sustenta que os provérbios veiculam uma proposta “*ficticiamente admitida como não falsificável*. O recurso à implicação, preconizado de maneira sistemática por Z. Kanyo (1981) para descrever a sua articulação semântica, deverá, por conseguinte evitar a escolha de uma quantificação universal demasiado forte. Para finalizar, Kleiber aponta que esta permissividade inferencial está diretamente ligada à origem do seu emprego discursivo como argumento.¹⁹⁵

Qualquer que seja a escolha realizada, sua função não se limita à expressão unicamente referencial. Nesse sentido, Kleiber (1992) observa que:

Um locutor escolhe uma expressão referencial, não somente em função da acessibilidade referencial, mas igualmente em função da forma como quer apresentar o referente. As marcas referenciais têm, nesse sentido, um montante semântico, descritivo e instrutivo, do qual não se pode fazer a economia.¹⁹⁶

Porém, cabe-nos tecer um comentário a respeito do aspecto denominativo do provérbio, ressaltando que, sendo usado de modo convencional, ele torna-se, predominantemente, denominativo, portanto, válido para todo locutor. No entanto, quando um provérbio tal como - *Quem avisa, amigo é* – adquire outro sentido, o paradigma do sentido muda de denominação para designação. É o que ocorre, por exemplo, quando tal enunciado é levado para uma situação outra, como ocorreu numa campanha publicitária da empresa de planos de saúde - UNIMED - como *chamada*¹⁹⁷ para conscientização dos pacientes que marcam suas consultas médicas e não comparecem, deixando o médico impossibilitado de atender a outros pacientes, afora o que isso representa em termos de prejuízo



¹⁹⁵ KLEIBER, 1994: 219.

¹⁹⁶ Tradução nossa de: *Un locuteur choisit une expression référentielle, non seulement en fonction de l'accessibilité référentiel, mais également en fonction de la façon dont il veut présenter le référent. Les marques référentielles ont à cet effet, un amont sémantique, descriptif et instructionnel, dont on ne peut faire l'économie.* (KLEIBER, 1992: 72 *apud* FÈVRE-PERNET, 2004: 111.).

¹⁹⁷ Conforme Esteves *apud* Guadanini (2002:67), *Chamada* é um pequeno texto que, colocado em evidência numa peça publicitária, visa captar a atenção.

financeiro. Nessa situação, o enunciado designa o paciente que desmarca sua consulta médica com antecedência: *é amigo* aquele que avisa que não poderá comparecer e não deixa seu médico esperando ou sem atender outro paciente que também precisa de atendimento. A intenção é provocar uma mudança atitudinal, despertando o interesse do destinatário para a ação de telefonar para o consultório médico, desmarcando o agendamento feito previamente. Nota-se que a imagem do paciente é colocada em xeque: por um lado, tem-se que *quem avisa*, revela uma imagem de pessoa que tem apreço e consideração pelo outro; por outro, *quem não avisa*, não é amigo.

Assim, a abordagem sobre *denominação* e *designação* de Kleiber e as considerações feitas até o momento nos levam a constatar que os nomes, e aqui incluímos as expressões nominais, não funcionam da mesma maneira. Quando as ocorrências se dão em espaços de maior visibilidade, como capas de revistas, primeira página de jornal, por exemplo, em que se exige um maior esforço da instância midiática para a captação de leitores, percebe-se um outro aspecto dos nomes além do descritivo e do identificatório, cuja pretensão é outra que não tem apenas força de referência. Nessa perspectiva, semantizar uma fração do mundo, utilizando uma denominação, como por exemplo *INVEJA* ou *REMÉDIOS FALSOS*¹⁹⁸ – é uma coisa; ao passo que (re)semantizações, como ocorre com as designações do tipo *O PALÁCIO DOS HORRORES* para se referir ao Congresso Nacional ou mesmo *OS PT BULLS* para se referir aos membros do MLST - é outra.¹⁹⁹ Assim, quando se emprega um enunciado designativo não se está apenas fazendo uma identificação (ou uma referência) através do nome: está se comentando o acontecimento ao mesmo tempo.

¹⁹⁸ Conforme veiculado pela revista *Isto é* em suas capas editadas respectivamente em 03/06/2009 e 27/05/2009.

¹⁹⁹ Conforme veiculado pelas revistas *Isto é* e *Veja* em suas capas editadas respectivamente em 29/04/2009 e 14/06/2006.

4.2.3.A perspectiva de Pierre Cadiot: a semântica indexical

Diferentemente da praxemática, a nomenclatura para Cadiot e colaboradores, mais especificamente Cadiot e Visetti (2001), não é apresentada como um ato de categorização conforme ressaltam os autores Dufour, Dutilleul-Guerroudj e Laurent.

²⁰⁰ De acordo com esta perspectiva semântica, não haveria categorias pré-definidas de classes *pré-construídas* servindo para colocar os referentes segundo os critérios referenciais, no momento da nomenclatura:

O nome, diz-se, serviria primeiro para designar as coisas. Ora, quando bem mesmo se se situaria imediatamente ao nível desta 'saída thétique' da linguagem, o privilégio do nome não saberia ser apenas neste tipo de propriedades referenciais (igualmente duvidosos quanto às coisas elas mesmas), mas primeiro na possibilidade de significar um conjunto de relações que se entretém, não somente com um tema preciso em curso de evolução, mas também, de um discurso ao outro, com uma infinidade de outros temas.²⁰¹

A semântica de Cadiot, conforme comentário de Loyest (2007), repousa sobre a ideia de que a linguagem não somente não é voltada para o mundo, mas que é uma apreensão do mundo, de modo que a análise da criação do sentido de uma palavra retorna a descrever uma constituição semântica. Na construção de uma forma semântica, está, em certa medida, o apoio de elaboração, que serve de base às operações gramaticais que contribuem para a estabilização das unidades.

Cadiot (2002) em seu artigo - *La métaphore, ou l'entrelacs des motifs et des thèmes* -, nos esclarece que :

O motivo é uma perspectiva interna à palavra que leva em conta a sua vocação tanto figural como genérica, independente dos domínios temáticos.

²⁰⁰ DUFOUR, DUTILLEUL-GUERROUDJ, LAURENT, 2004: 156.

²⁰¹ Tradução nossa de: *Le nom, dit-on, servirait d'abord à dénommer les choses. Or, quand bien même on se situerait d'emblée au niveau de cette 'sortie thétique' du langage, le privilège du nom ne saurait être seulement dans ce genre de propriétés référentielles (tout aussi douteuses que les choses elles-mêmes), mais d'abord dans la possibilité de signifier un ensemble de rapports que l'on entretient, non seulement avec un thème précis en cours d'évolution, mais aussi, d'un discours à l'autre, avec une infinité d'autres thèmes.* (CADIOT, VISETTI, 2001: 97 *apud* DUFOUR, DUTILLEUL-GUERROUDJ, LAURENT, 2004: 157.)

É, por conseguinte, um potencial de sentidos, ao contrário do tema que traduz a estabilização e a atualização no e por um domínio “referencial”, ou mesmo “conceitual”.²⁰²

Ainda nesse artigo, o autor aponta, conclusivamente, que:

Um motivo não comporta garantia relativa à sua atualização em tal ou tal perfil lexical. Apresenta-se tal emprego como metafórico para dizer que o nome não tem o mesmo regime de sentidos que no léxico *assignatif*, onde a referência é, em certa medida, programada pela significação. Mas este recorte é, sobretudo, um desdobramento. A palavra se desdobra: ela permite, por um lado, remeter a uma entidade tematizada num registro temático, mas entra em tensão com um valor mais genérico ou mais figurativo, o motivo, um valor que a significação temática não faz mais que atualizar ou emblematizar. Ao fazê-lo, revoga-se o princípio demasiado cômodo de identificar em um primeiro momento, o sentido com o denominativo, ou seja, basicamente com uma completa referência a uma exterioridade. Há metáfora (no sentido, certamente “vivo”, que nos retém aqui) quando o uso das palavras não se associa, ou não completamente, ao projeto de recrutá-los na categorização, nem na denominação. Também quando não se pode realmente dizer que as entidades visadas são pressupostas pela sua apreensão linguística. É, sobretudo para libertar este estrato mais “interno” da linguagem, que compromete o campo fenomenal da sensação, da representação e da consciência, que retomamos com Yves-Marie Visetti, o termo de motivo.²⁰³

Embora Cadiot e Visetti (2001) não empreguem, explicitamente, a expressão *ponto de vista na nominação*, a teoria que surge de seus trabalhos - segundo Dufour,

²⁰²Tradução nossa de: *Le motif est une perspective interne au mot qui prend en compte sa vocation tant figurale que générique, indépendante des domaines thématiques. C'est donc un potentiel de sens, au contraire du thème qui traduit la stabilisation et l'actualisation dans et par un domaine « référentiel », voire aussi « conceptuel ».* (CADIOT, 2002.).

²⁰³Tradução nossa de: *Un motif ne comporte pas de garantie relative à son actualisation dans tel ou tel profil lexical. On présente tel emploi comme métaphorique pour dire que le nom n'a pas le même régime de sens que dans le lexique assignatif, où la référence est en quelque sorte programmée par la signification. Mais ce découpage est avant tout un dédoublement. Le mot se dédouble : il permet d'une part de renvoyer à une entité thématisée dans un registre thématique, mais entre en tension avec une valeur plus générique ou figurative, le motif, une valeur que la signification thématique ne fait par ailleurs qu'actualiser ou emblématiser. On révoque ce faisant le principe trop commode d'identifier dans un premier temps le sens avec le dénominatif, c'est-à-dire au fond avec une complète mise en extériorité. Il y a métaphore (au sens, bien sûr « vif », qui nous retient ici) quand l'usage des mots ne s'associe pas, ou pas complètement, au projet de les enrôler dans la catégorisation, ni dans la dénomination. Aussi quand on ne peut pas vraiment dire que les entités visées sont présupposées par leur saisie linguistique. C'est avant tout pour dégager cette strate plus « intérieure » du langage, qui engage le champ phénoménal de la sensation, de la représentation et de la conscience, que nous avons repris avec Yves-Marie Visetti, le terme de motif.* (CADIOT, 2002.).

Dutilleul-Guerroudj, Laurent - *insiste sobre esta propriedade do nome que é de significar um conjunto de relações que se entretêm com um tema, mas também com um conjunto de discursos e de temas semanticamente heterogêneos.* ²⁰⁴

4.3. Denominação versus designação: por uma diferenciação conceitual

O signo, como base de manifestação do nome, é o meio que utilizamos para falar do real. Ou seja, ele é *tributário da representatividade* ²⁰⁵ e, *via de regra, não passa de uma construção semiológica que nos dá a ilusão da realidade.* ²⁰⁶ Nesse sentido, os signos linguísticos são apenas efeito dos signos, porque eles reenviam a outra coisa que eles mesmos, como já assinalava Santo Agostinho: *um signo é, com efeito, uma coisa que, além da impressão que produz nos sentidos, faz vir, por si mesma, uma outra coisa ao pensamento.* ²⁰⁷ Isso nos faz concordar com o caráter imprescindível da relação entre o signo e seu objeto (qualquer que seja). Desse modo, *a função de designação, de representação constitui a característica principal do signo linguístico.*

²⁰⁸

Com a dimensão reflexiva, todo signo *se reflete ao mesmo tempo em que ele representa outra coisa que ele mesmo* ²⁰⁹. Portanto, a relação de *denominação é uma parte constitutiva desta dimensão referencial. Ela se inscreve no processo que coloca em relação os signos com as coisas e se coloca assim ao lado das relações referenciais: 'referir a', 'reenviar a', 'designar', 'representar', 'denotar' etc..* ²¹⁰ que responde ao esquema X (signo) → x (coisa), de acordo com Kleiber (1984). Seu postulado é que, para que se possa dizer que a relação entre o objeto x e o signo X é uma relação de **denominação**, é necessário que um **liame referencial** tenha sido

²⁰⁴ DUFOUR, DUTILLEUL-GUERROUDJ, LAURENT, 2004: 157.

²⁰⁵ BLIKSTEIN, 1995: 21.

²⁰⁶ BLIKSTEIN, 1995: 21.

²⁰⁷ SANTO AGOSTINHO *apud*: BLIKSTEIN, 1995: 20.

²⁰⁸ KLEIBER, 1984: 77.

²⁰⁹ RECANATI, 1979: 27 *apud* KLEIBER 1984: 77.

²¹⁰ Nesse sentido, KLEIBER (1984) nos remete a estas expressões que serviriam, Segundo ele, para marcar, em um quadro saussuriano, a relação *significante/significado*.

previamente instaurado entre o objeto x, qual que seja, e o signo X, mediante a ocorrência de um **ato de denominação prévio**. Em outros termos, na relação denominativa, é necessária uma *fixação referencial através de um hábito associativo* que marca a *instauração de uma convenção referencial entre o objeto e um signo*. Nessa perspectiva, a denominação consiste na instituição de uma *associação referencial durável* entre um objeto e um signo X, por instaurar um *liame referencial constante*. *Constante* porque não se trata, segundo o autor, de uma associação referencial momentânea, transitória e contingente da ‘coisa’, mas, ao contrário, o estabelecimento de uma regra de fixação referencial que *permite a utilização ulterior* do nome em lugar do objeto denominado. Aqui o autor insere a noção de *competência referencial* como sendo *a capacidade de utilizar X em lugar de x*. A **competência referencial** adquirida permite, portanto, a evocação do objeto em questão unicamente utilizando seu nome. De onde a necessidade, qual que seja a natureza do signo X, nome próprio ou não, de uma **aprendizagem** que, uma vez efetuada, permite, em seguida, designar o objeto x com o auxílio do nome X que lhe foi atribuído, sem que seja preciso justificar o liame referencial.

Do ponto de vista de Kleiber, *o ato de denominação tendo por objetivo a instauração de um liame referencial constante, faz aparecer, na relação de denominação, o papel do locutor enquanto utilizador em potencial do nome no lugar do objeto*.

²¹¹ Nesses termos, sugere o autor, esta noção de *liame referencial* constante pode ser formulada em termos de mundos possíveis, dizendo: *qual que seja o mundo possível, se x existe neste mundo, X designa, então, x*. Kleiber (1994) salienta que *toda denominação veicula uma pressuposição* ²¹²: *os itens lexicais pressupõem, à diferença das sequências de itens não-codificados, a existência de um referente, de uma entidade extralinguística que lhe corresponda*. ²¹³. Assim, *se há um sentido codificado ou pré-construído, há denominação*.²¹⁴ Nessa dimensão, ressalta Kleiber (2001) que, *se uma entidade lexical é uma denominação, ou seja, se ela denomina um conceito geral ou uma categoria, ela tem necessariamente um sentido pré-*

²¹¹ KLEIBER, 1984: 80 – Com inclusão de grifos.

²¹² KLEIBER, 1994: 220.

²¹³ KLEIBER, 1994: 220.

²¹⁴ KLEIBER, 2001: 33.

*construído ou codificado: isto é o que lhe permite efetuar o processo de categorização.*²¹⁵

Diferentemente da *denominação*, Kleiber (1984) enfatiza que a *designação* é definida, contrastivamente, a partir da associação ocasional entre uma sequência linguística e um elemento da realidade. Assim, conforme o autor, a *designação* não é objeto de um ato prévio nem de um hábito associativo. Ela só é definida em relação à *denominação* e se constitui como *unidade apreciativa*.

Se a *denominação* pressupõe a *existência de um referente, de uma entidade extralinguística que lhe corresponda*, o mesmo não ocorre com a *designação*. Nesse aspecto, postulamos que o sentido da *designação* repousa sobre o conceito construído a partir de *noema*. Seguindo a definição de Abbagnano (1999),

o noema é distinto do próprio objeto, que é a coisa; por exemplo, o objeto da percepção da árvore é a árvore, mas o noema dessa percepção é o complexo dos predicados e dos modos de ser dados pela experiência: por exemplo, árvore verde, iluminada, não iluminada, percebida, lembrada etc..
216

Isso significa considerar o aspecto vivenciado, ou seja, o objeto considerado pela reflexão em seus diversos modos de ser dado: o percebido, o recordado, o imaginado.²¹⁷ Nesse sentido, exemplificando, diríamos quanto a PT BULLS que, embora ele exista no plano do simbólico, não há, no mundo físico e natural, o referente que lhe corresponda. Na verdade, trata-se de um modo imaginado pela instância de produção midiática que, por um processo de ***blending*** - *mesclagem*²¹⁸ -

²¹⁵ KLEIBER, 2001: 33.

²¹⁶ ABBAGNANO, 1999: 713.

²¹⁷ ABBAGNANO, 1999: 713.

²¹⁸ O termo *blending* - *mesclagem* -, oriundo da Teoria dos Espaços Mentais, está relacionado à abordagem de Fauconnier e Turner (1994) e pode ser resumida, à maneira de Souza (2003: 5), como *conjunto de combinação de modelos cognitivos numa cadeia de espaços mentais, chamada de "mesclagem conceitual"*. Conforme comenta o autor, *essa cadeia de integração conceitual consiste na estruturação de dois ou mais espaços input a partir de um espaço genérico e num espaço da mescla, o qual encerra elementos dos espaços input*. Souza comenta que:

Fauconnier (1994) caracteriza os espaços mentais como sendo domínios cognitivos de natureza semântico-pragmática que se configuram no processamento discursivo ativados por

, juntou dois elementos do mundo vivido: partido político e cão da raça *pit bull*. O que ocorre é consequência não de uma simples combinação de termos, mas é resultado de uma operação mais complexa que envolve, concomitantemente, relações predicativas de paralelismo, que, por conseguinte, vêm ressaltar as semelhanças entre os dois elementos – PT e *pit bull*.

Ora, nessa perspectiva, poderíamos afirmar que, se a denominação está para a *categorização*²¹⁹, a designação está para a *recategorização*. Assim dentro de uma situação de comunicação, o designador evoca conhecimentos socialmente partilhados para (re)classificar os objetos de discurso, com base em uma intenção e uma finalidade discursiva, tendo em vista a meta da interação.

Diferentemente de uma abordagem mais situada no nível lexical, que engessa a relação estabelecida entre nome, conceito e seu correspondente no mundo sensível, e não considera os interlocutores, pretendemos lançar mão de uma perspectiva que concilie a dimensão do ato de nomear em um patamar mais abrangente, portanto, que não fica somente nas formas da língua e no uso de uma *denominação*, mas que busque demonstrar os desdobramentos não apenas semânticos, mas também pragmáticos gerados na cena discursiva através do processo de *designação*.

Cabe ressaltar que a explicitação e a análise de um paradigma designacional permitem a apreensão do tema principal, bem como a representação que o enunciador tem de um objeto discursivo. Nesse sentido, favorece a realização de análises comparativas não somente entre as designações no interior de um mesmo discurso, como também entre discursos de diferentes naturezas proferidos sobre um mesmo referente. Segundo Cusin-Berche²²⁰, permite fazer a divisão entre os termos cuja sinonímia se encontra inscrita na língua, e aqueles cuja relação de similaridade

certas expressões lingüísticas e por alguns mecanismos de reconhecimento de elementos em diferentes campos (psicológico, cultural, histórico, ficcional etc.). Numa prática comunicativa qualquer, ativamos vários espaços mentais e inter-relacionamos elementos de vários desses espaços, não só numa relação biunívoca, mas estabelecendo uma rede de projeções tal que a linguagem se configura como um complexo emaranhado de elementos, domínios e projeções. (SOUZA, 2003: 5).

²¹⁹ Sobre *categorização*, sugerimos rever nota 79.

²²⁰ CUSIN-BERCHE *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 365.

apenas está instanciada pela enunciação *hic et nunc*, o que, para os autores, evidencia o posicionamento do enunciador.

Parte II
ANÁLISES DE CASOS

CAPÍTULO 1. A *designação* na mídia

Para Charaudeau ²²¹, a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo. Nem mesmo a imagem – que até pouco tempo atrás era considerada uma representação fiel do mundo – escapa ilesa dessa opacidade, se se considera que ela está a serviço de alguma intenção particular. Cada vez mais explorada como recurso adicional capaz de agregar maior poder de influência ao movimento de captação de leitores, a imagem tem recebido certos tratamentos – acréscimos, adaptações, recortes dentre outras estratégias – que, muitas vezes configuram mais uma interpretação do que propriamente uma “representação” do mundo retratado.

Cabe ressaltar que, no trabalho de produção do discurso midiático, encontra-se um sujeito que, além de perceber os fenômenos (inclusive em relação ao tempo e ao espaço), através de sua experiência (ainda não operacionalizada pela linguagem), precisa utilizar sua faculdade para estruturar e comentar o mundo, configurando-o através do material simbólico. Nesse sentido, a informação é tratada, conforme enfatiza Charaudeau (2006: 28), *como algo que não corresponde apenas à intenção do produtor, nem apenas à do receptor, mas como resultado de uma co-intencionalidade que compreende os efeitos visados, os efeitos possíveis e os efeitos produzidos.*

As relações referenciais de *designação* têm estreita relação com o trabalho de ordenação do sentido ao qual se entrega o sujeito e aquilo que ele percebe no mundo fenomenal, na medida em que, ao mesmo tempo em que a *designação* predica, refere, nomeia, ela também reconfigura. Em virtude disso, a *designação*, no processo de comunicação, se constituiria, em princípio, de uma espécie de “inovação” criada por um sujeito designador para estabelecer uma ligação entre um ser - designado - e um atributo. Em se tratando de ocorrência, pode-se dizer que ela

²²¹ CHARAUDEAU, 2006: 19.

pode vir marcada não apenas no plano da palavra ²²² ou de um enunciado (ou seja, de um vocábulo a um sintagma nominal, uma frase inteira e até mesmo um parágrafo) ²²³, mas também no plano icônico, podendo gerar desdobramentos discursivos de natureza múltipla. Moirand ²²⁴ aponta para a questão da responsabilidade das mídias, demonstrando uma pertinente e coerente preocupação em relação à enunciação da mídia relacionada à atenção que se deve dar à maneira de se “nomear” os atores e as ações e também naquela de “representar” os discursos dos outros, sem excluir, entretanto, o leitor na interpretação.

Tomando por base essas considerações, cabe ressaltar que a *designação* faz parte de uma rede de associações que não se limita aos aspectos semânticos e pragmáticos, mas envolve também, além do processo de referenciação, mecanismos inferenciais e associativos, bem como os que possibilitam estabelecer relação entre a percepção, a visão de mundo e a experiência dos sujeitos envolvidos na interação comunicativa.

Nessa perspectiva, consideraremos o produto da informação como algo que não corresponde apenas à intenção do produtor tampouco só à do receptor, mas como resultado de uma “co-intencionalidade”. Isso significa, ao tomarmos a acepção de Chabrol acerca do ato de linguagem, que a informação, enquanto manifestação discursiva é estruturada por “objetivos de ação socialmente significantes sobre (influência) e com (co-construção) o outro”. ²²⁵

No entanto, ressalta Emediato, *toda atividade discursiva se dá através da elaboração conjunta de uma série de ações e intenções interindividuais. Por outro*

²²²Contextualizando com exemplos colhidos na mídia, temos: “Os PT bulls”, “Lulécio”, “mensalão”, “gaybinete”, “Clodovéia”, “cantriz” (Zezé Motta atriz e cantora) “Bhrameiro”, “borrachaloteca” e tantos outros.

²²³ Para exemplificar, trazemos: “Sogra de elite” x Tropa de Elite; “Mais um gargalo brasileiro: a Robinho dependência” (pronunciado em telejornal da Rede Globo para explicar tendência dos jogadores de fazerem lances para Robinho finalizar e marcar gols no campeonato); “tipo campeonato municipal de quem presta menos” (enunciado proferido pela personagem Amendoim da novela “Paraíso Tropical”, da Rede Globo de Televisão, para se referir à relação de “amizade” entre as personagens Bebel e Betina, ambas no papel de garotas de programa.) e muitos outros.

²²⁴ MOIRAND, S. “« Énonciation et responsabilité dans les médias », *Semen*, 22-2006. Disponível em : <<http://semen.revues.org/document2798.html>>.

²²⁵ CHABROL, 1994: 29, *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 26.

*lado, nenhuma intenção individual se realiza se não estiver enunciada – e enunciando – a intenção comunitária que lhe dá racionalidade e pertinência.*²²⁶

A mídia sempre teve uma dimensão importante junto aos movimentos sociais, conforme ressalta Gohn (2000), e essa importância assume um papel estratégico e político, que estaria, para nós, relacionado às reais intenções do ato. Nessa perspectiva, a autora destaca que

a mídia tem o poder de construir ou de contribuir para a destruição de um movimento social. Por isso, nos anos 90, um dos componentes mais importantes de um movimento social são as representações simbólicas que ele constrói por intermédio da mídia ou que a mídia constrói sobre ele.²²⁷

Ora, a força desempenhada pelas representações que a mídia constrói sobre os movimentos sociais e que são divulgadas para a sociedade, conforme nos afirma a autora, aparecem condensadas de modo a construir, no imaginário coletivo, um viés político para o movimento. Nesse sentido, Gohn põe à mostra a existência da construção, no imaginário da população, de uma “cultura política sobre o movimento”, que, segundo ela, “determina fundamentalmente o significado das práticas sociais e, portanto, quais grupos e indivíduos têm o poder de definir estes significados”.²²⁸ Como se poderá depreender do caso a ser analisado, mais adiante,²²⁹: a instância midiática, além de enunciar o fato, concomitantemente, cria para ele uma caracterização identificatória a partir do uso de um nome que faz emergir o campo de disputas e de tensões onde ele se desenvolveu.

Uma *designação* que surge no interior de um discurso, com determinada intenção, pode gerar, por um lado, uma série de “predisposições” para aquele que está sendo designado, tendo em vista que a associação referencial designativa ressalta ou “toca” sua imagem, isto é, seu “ethos”, de modo positivo ou negativo, podendo gerar, em consequência disso, reações *pathêmicas*²³⁰ que podem variar de um pólo ao

²²⁶ EMEDIATO, 2006: 299.

²²⁷ GOHN, 2000: 19-38.

²²⁸ Ibidem: ibidem.

²²⁹ Sugerimos consulta à Parte II, em que analisamos um exemplo de representação de um movimento social na mídia impressa.

²³⁰ Esse termo está relacionado à produção de emoção no interlocutor ou no auditório pelo viés da ação discursiva. Em Análise do Discurso, estaria associada às marcas discursivas que funcionariam sobre os efeitos emocionais com objetivos estratégicos. Charaudeau, por exemplo, ao propor esta

outro, ou seja, desde o constrangimento, a vergonha, a vaidade até a admiração, o reconhecimento, a estima. Por ocasião do problema do gás envolvendo a Bolívia, José Simão soltou esta “buemba” - “Bolívia: lá vem coca sem gás”.²³¹ Essa construção designativa, ao mesmo tempo em que comenta o fato, dá a ele, pelo viés do humor, uma imagem e um valor apreciativo que vem revelar representações e posicionamento do sujeito designador.

Por outro lado, há que se considerar também que, se o que está na base referencial de uma *designação* é um acontecimento ou um fato social, a *designação* pode funcionar como uma atitude enunciativa que facilita a interação comunicativa, tendo em vista que, em algumas situações, abriga um aspecto de praticidade, facilitando o resgate do referente através do *princípio de economia*²³² que rege os discursos. Cabe enfatizar que tal *princípio* tende, de um lado, a estabilizar a representação de um tipo de objeto dado, caso sejam apresentadas várias ocorrências em um mesmo texto ou em outras circunstâncias semelhantes. Seria o caso de designações como “mensalão”, “valerioduto”, “Lulécio” (chapa de Lula e Aécio) e “Cisso” (Cid Gomes, com apoio de Tasso Jereissati), “Máfia de Apucarana”²³³ e tantas outras, que ao serem utilizadas pela mídia, nomeiam, predicam e re-significam o referente e, simultaneamente, introduzem um tipo referencial novo. Em termos pragmáticos, entendemos que essa *economia discursiva*, dado seu aspecto “otimizador” das designações híbridas ou designações por neonomia, acaba se tornando “um facilitador” (ou não) no processo da interação. Assim, para se referir a um fato, ao invés de adotar um enunciado longo para recuperar o referente (por exemplo, *mensalão*, no lugar de “pagamento ilegal e mensal de recursos para políticos aliados em uma ação conjunta”), a mídia adota uma *designação – mensalão* – que, de certa forma, funciona como uma condensação, o que facilita o processo de produção do sentido. O resultado dessa nominação, de certo modo, configura uma praticidade no processo de interação por representar um benefício tanto para a instância de produção quanto para o leitor: ambos são contemplados pela economia de tempo.

noção em termos de “efeitos patêmicos” (2000: 140) descreve a “organização do universo de patemização” (2000: 148), levando em conta a apresentação da informação televisiva em conformidade com *tópicos*: tópico da “dor”, tópico da “alegria”, tópico da “angústia” etc.

²³¹ Folha de S. Paulo, 03/05/2007.

²³² CISLARU, GUÉRIN, VENIARD, 2004: 200.

²³³ A cidade de Apucarana - PR foi citada como possível envolvida com a chamada “Máfia das Sanguessugas” que superfaturaram a compra de ônibus e ambulâncias.

Porém, tal “economia” também tem seus custos na compreensão do fenômeno condensado, pois oculta a complexidade do acontecimento, além de realizar aquilo que pode ser, em dado momento, apenas suposição.

Cislaru, Guérin, Veniard ²³⁴ enfatizam que a introdução de um tipo referencial novo percorrerá uma trajetória que pode se desdobrar em: (i) etapa transitória, circunstancial, momentânea; ou seguir em direção à (ii) fixação do conceito, isto é, a estabilização. Entretanto, cabe dizer juntamente com as autoras que, no espaço de estabilização, as comunidades discursivas exercem um papel preponderante no que se refere à *relatividade da estabilidade*. As autoras defendem a importância da *circulação das palavras* entre diferentes comunidades discursivas como uma das condições de estabilização no sistema linguístico. O fator *comunidade discursiva* entra na determinação do estatuto das unidades nominativas. Para elas, a *comunidade discursiva é um espaço que circunscreve a estabilização das denominações, com fronteiras abertas sobre outras comunidades*. ²³⁵ Contextualizando, temos como exemplo, a palavra *pizza* que, advinda do universo da gastronomia adquiriu, no âmbito político, um significado bastante distinto.

Curiosamente, expressões que envolvem acontecimentos - *palavra-acontecimento*, para empregar o termo de Moirand (2006) -, quando empregadas num enunciado, reivindicam um conjunto de sentidos socialmente partilhados:

Em luto após ataques, Índia vive o seu “11 de setembro”.
--

UOL, 29/11/2008.

Igualmente válidos, os fatores apontados pelas autoras seriam também, no nosso entendimento, aplicáveis à *designação*. Entretanto, trazendo à luz a particularidade da teoria de Kleiber sobre o valor denominativo e/ou designativo de uma forma ²³⁶, o balanço que se poderia fazer, na direção defendida pelas autoras, reside na função

²³⁴ CISLARU, GUÉRIN, VENIARD, 2004: 201.

²³⁵ CISLARU, GUÉRIN, VENIARD, 2004: 202.

²³⁶ Conforme Kleiber, 1984.

particular que esses valores assumem no discurso: não do estatuto codificado de uma forma, mas ao contrário, seu estatuto semi-partilhado. Conforme seja a comunidade discursiva mais restrita ou menos, a nova forma referencial pode adotar um funcionamento denominativo. No entanto, se for mais contingencial, a nova forma - uma criação *ad hoc* -, terá um funcionamento mais designativo, dado seu aspecto circunstancial e momentâneo. Em ambos os casos, instaura-se uma *convivência* entre os interlocutores para o compartilhamento do enunciado. Entretanto, é importante acrescentarmos outros aspectos que também integrariam esse processo de estabilização: a intenção e a situação comunicativa. Uma construção já estabilizada pode ser mobilizada no discurso de maneira contingencial e, portanto, designativa, como ocorre com o nome comum *coreografia* no contexto seguinte:

A deputada **não reeleita** Angela Guadagnin e sua **coreografia** no plenário da Câmara, **tristemente** conhecida como a "**dança da pizza**": **celebração da impunidade**.²³⁷

Revista *Veja*, 15/08/2007.

No entanto, a expressão *dança da pizza* foi usada intencionalmente para exprimir julgamento de valor ao fazer referência à atitude da deputada. Essa marca se constitui numa designação, dado seu caráter momentâneo, apreciativo e por servir apenas para esse contexto. O leitor pode inferir, a partir de seus conhecimentos sócio-culturais, que o nome *pizza* não tem o sentido usual do domínio gastronômico e que, portanto, não se trata de um prato culinário. Embora, o referente inicial seja resgatado a partir do signo *pizza*, para compreender esse sintagma nominal, é necessário que se lance mão de conhecimentos socialmente partilhados, circulantes no imaginário coletivo, para se compreender que, em se tratando de política brasileira, a palavra *pizza* está relacionada aos escândalos, corrupções e falcatruas que, quando descobertos, não são punidos com o rigor da lei, isto é, não dão em nada, isto é, popularmente falando, *acabam sempre em pizza*.

²³⁷ Grifos acrescentados por nós.

Avançando, podemos entender, de modo mais claro, que o enunciado esconde uma rede de nominações ²³⁸ usada, de antemão, para descrever e identificar um fato ocorrido no plenário da Câmara dos deputados em Brasília. Fazendo um primeiro recorte, obtemos a descrição identificatória do actante e de sua ação, constituindo o que se poderia chamar de objeto da informação, ou seja, o fato. Nesse caso, observa-se um emprego predominantemente denominativo:

A deputada não reeleita Angela Guadagnin e sua coreografia no plenário da Câmara [...]: celebração da impunidade.

No outro recorte,

[...] tristemente conhecida como a “dança da pizza [...],

o locutor recorre à força da designação para estampar seu ponto de vista, sua apreciação do fato, traduzidos tanto pelo advérbio – *tristemente* – quanto pela expressão designativa “*dança da pizza*”. Ao jogar com tais designações, ele produz um efeito discursivo que visa chamar a atenção do interlocutor para o comentário ali inserido. Desse modo, a informação se constitui ali, concomitantemente, de um acontecimento e um comentário opinativo.

Assim, ao refletirmos sobre as formas de nomear empregadas no enunciado, percebemos algumas nominações que poderíamos traduzir da seguinte forma:

- a primeira faz referência ao actante: *A deputada não reeleita Ângela Guadagnin*;
- a segunda nomeia e qualifica o movimento, ou seja, a ação do actante no plenário da Câmara: *sua coreografia*
- a terceira identifica o lugar onde se deu o fato: *no plenário da Câmara*;
- a quarta recategoriza a atitude do actante tal como ficou conhecida: “*dança da pizza*”;
- a quinta traduz o modo como ficou conhecida a atitude do actante do ponto de vista do enunciador: *tristemente* (ou seja, de modo triste). É nesse ponto

²³⁸ Esse termo está sendo usado aqui com o sentido de *formas de nomear*.

que se estabelece o laço com o acontecimento. Aqui o sujeito enunciador entra mais nitidamente como espectador e/ou leitor imprevisível, desinteressado no início da ação, mas agora apto a julgar o acontecimento.

- a sexta refere-se à atitude de contentamento do actante, portanto, nomeia seu estado mental pelo viés do sujeito enunciador: *celebração*;

- e, por último a sétima, que faz referência ao fato causal mediante o qual o actante teve sua manifestação de júbilo, de acordo com o julgamento do enunciador: *impunidade*.

Ora, é claro que se fosse perguntado à deputada se estaria ela feliz com a “impunidade”, responderia que “não” e, provavelmente diria que seria pelo fato de seu colega ter sido “considerado inocente” ou por seu colega “não ter sido condenado” ou daria outra resposta parecida. Ou seja, na verdade, o que estamos tentando mostrar é que o nome *impunidade* é uma escolha lexical que representa a ótica do enunciador sobre aquilo que ele percebe e traduz.

Nota-se, portanto, que *celebração da impunidade* é uma *designação* usada pelo jornalista para se referir à atitude da deputada mediante um fato mobilizador da ação. Há, portanto, uma relação de causalidade perpassando esta rede de nominações que tem, na ação da deputada diante da *impunidade*, sua principal origem. Essa situação toca o jornalista que, ao enunciar o fato, manifesta sua opinião a qual pode ser percebida através das pistas textuais, principalmente lexicais. Desse modo, ele revela sua indignação mediante o acontecimento através do procedimento da nominação que, de certo modo, revela o ponto de vista daquele que narra o fato. Podemos então dizer que:

Em “Dança da pizza”²³⁹, uma reformulação mais recente da expressão “dança da impunidade”²⁴⁰, a *designação* exerce um poder maior de captação e pode, portanto, produzir no interlocutor uma predisposição para partilhar do ponto de vista ali delineado. Além de nomear e predicar o gesto, reconfigura a ação da deputada de

²³⁹ Revista *Veja*, 15/08/2007.

²⁴⁰ Revista *Veja*, 29/03/2006.

comemorar a absolvição, isto é, a impunidade de um colega – João Magno – acusado de receber mais de 400 000 reais do “valerioduto”. Ângela manifesta seus afetos (“pathos”) após o resultado da absolvição do deputado o que, possivelmente, lhe rendeu, mais tarde, a sua não reeleição. A imagem da deputada aqui revelada é o do “mau exemplo” no quadro político; alguém que se alegra com uma situação de impunidade. Nesta situação discursiva, ao utilizar a palavra *tristemente*, o enunciador deixa transparecer uma “imagem de si” se colocando na posição de alguém que desaprova o fato que enuncia e também a própria “repetição” desse tipo de ação no âmbito político. Desse modo, ele revela seu posicionamento em relação ao acontecimento e em relação à recorrência desse tipo de acontecimento – “da pizza”: “Tudo acaba em pizza no meio político”, ou seja, não dá em nada.

Tendo em vista o que acabamos de expor, caberia colocarmos, então, a seguinte questão: ***quais seriam os limites entre o denominativo e o designativo?*** Cabe salientar que os limites fronteiraços que envolvem os casos de nomeação transitam entre aqueles que são considerados mais previstos e os que são mais difusos ou mais ou menos difusos. Desse modo, diríamos que, embora se reconheça o traço [+ **estável**] que, portanto, reflete o ‘**para todos**’ e o [- **estável**] para ‘**pelo menos um**’, há situações em que o emprego do nome vai ficar no intervalo entre um traço e outro, porém, tendendo a tornar-se mais próximo de um do que de outro. É o que se viu a partir das ocorrências mais difusas, portanto pouco previstas em termos de associação designativa, em <coreografia no plenário da Câmara> e <celebração da impunidade>.

Ora, percebe-se, no entanto que, a *designação*, embora possua um aspecto de caracterização identificatória, ela não se limita, no âmbito da mídia, à função de apresentação/explicação do fato: ela serve também, devido ao seu aspecto *apreciativo*, à captação, à adesão e à influência. Do ponto de vista da captação e da influência, a designação leva certa vantagem em relação à denominação, pelo fato

de inscrever-se numa finalidade acional que visa provocar um certo *impacto sobre o outro*.²⁴¹

Rajagopalan²⁴² sustenta a tese de que *é no uso político de nomes e de apelidos que consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados*.

Mais adiante, uma análise comparativa entre o índice da revista *Veja* e o título da respectiva matéria veiculada em seu interior, apontará para o que denominamos de *subjetivização*²⁴³ das notícias. O termo *énonciation subjectivisée* é empregado por Moirand²⁴⁴ para assinalar os enunciados usados na mídia para se referirem aos acontecimentos científicos e tecnológicos de caráter político. Conforme nos esclarece a autora, esses enunciados estabelecem relações entre diferentes acontecimentos que, para os cientistas, não são evidentemente da mesma natureza, como por exemplo: *le sangue contaminé, la vache folle, le poulet à la dioxine* etc.. Esses termos emprestam, sem assim o dizer, um “ailleurs”, na medida em que constroem, na materialidade textual, alusões a momentos discursivos anteriores mais que aos fatos eles mesmos e sobre os quais não se dispõe, de modo algum, de outro dado que o discurso midiático, de modo a facilitar a criação de liames interdiscursivos.

²⁴¹ A respeito do *princípio de influência*, Charaudeau nos esclarece que esse princípio define o ato de linguagem como *um ato de troca entre dois parceiros postulando que o que motiva a intencionalidade do sujeito falante inscreve-se em uma finalidade acional (ou psicológica), finalidade que leva os parceiros de comunicação a produzir discursos que visem a ter um certo impacto sobre o outro*. (CHARAUDEAU, 1995a: 87 *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 278).

²⁴² RAJAGOPALAN, 2003: 82.

²⁴³ No caso de nossa investigação o que denominamos de **subjetivização** da notícia, conforme iremos demonstrar perpassa a questão da alusão e da analogia por meio do uso da *designação*. Entretanto, o que buscamos realçar na análise, mais adiante, é o efeito de “**transfiguração**” pelo qual passam os títulos ao saírem do índice e ganharem o espaço interno da revista.

²⁴⁴ MOIRAND, 2001: 112.

1.1. *Designação*: entre contrato de informação e estratégia de captação

Considerar a enunciação como a relação estabelecida entre locutor e destinatário, é poder passar para uma concepção da linguagem como ação, aponta Moirand (2006). Nesse sentido, a autora postula que

Interroga-se sobre as funções dos enunciados, que se pode observar tanto em nível local (micro-atos de linguagem) quanto em nível global (macro-atos ou finalidades pragmáticas). Mas a análise dos enunciados da imprensa, unidades discursivas majoritariamente “longas”, leva a privilegiar as funções globais do texto em detrimento do local, funções estritamente dependentes das funções sociais dos meios de comunicação social: informar, relatar, comentar, ou mesmo aconselhar ou explicar e, em um outro nível, essencialmente sociológico, divertir ou seduzir.²⁴⁵

A questão que nos colocamos aqui é: por que usar ou por que não usar *designação* na mídia? Ela teria outras visadas além da informação e da captação?

Primeiramente, é preciso entender a *designação* considerando-a do ponto de vista da ação, portanto, como *ato* e, ao mesmo tempo, considerá-la uma forma de manifestação subjetiva do locutor de representar o mundo através da linguagem. E, enquanto *ato*, ela pressupõe um sujeito e, por conseguinte, uma função no discurso. Em se tratando de mídia, a informação não é um “incidente”. A informação não ganha, fortuitamente, lugar de “estátua em pedestal” - capa de revista ou primeira página de jornal, por exemplo. Sabemos que toda informação recebe um tratamento midiático que faz com que um acontecimento passe por *operadores de construção*²⁴⁶ que selecionam o acontecimento e o constroem em função de (i) seu potencial de “atualidade” - distância temporal entre a aparição do acontecimento e a informação -; (ii) de “socialidade” - responde à condição de pregnância, recategorizando e configurando-a em forma de rubricas -; e (iii) de “imprevisibilidade” - ligada à

²⁴⁵ Tradução nossa de: *On s'interroge sur les fonctions des énoncés, qu'on peut observer aussi bien au niveau local (micro-actes de langage) qu'au niveau global (macro-actes ou visées pragmatiques). Mais l'analyse des énoncés de la presse, unités discursives majoritairement « longues », conduit à privilégier les fonctions globales du texte au détriment du local, fonctions étroitement dépendantes des fonctions sociales des médias : informer, rapporter, commenter, voire conseiller ou expliquer et, à un autre niveau, essentiellement sociologique, divertir ou séduire.* (MOIRAND, 2006.).

²⁴⁶ CHARAUDEAU, 2006: 101.

finalidade de captação do contrato de informação, em que a instância midiática buscará salientar “o insólito ou o particularmente notável”-. Nesse sentido, a informação ganha um estatuto no patamar de construção discursiva, que lhe atribui uma função que variará de acordo com a situação discursiva: captar, informar, influenciar, como também divertir, seduzir, agredir, insultar etc.. Seja em um pólo positivo, seja em um pólo negativo, é a situação de comunicação, conforme salienta Charaudeau, que irá, assim, constituir *o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação.*²⁴⁷

Tanto o contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca quanto o projeto de fala trabalham juntos e se complementam: um, dentro de um quadro de restrições situacionais e discursiva; o outro, desdobrando-se num espaço de estratégias. O resultado disso é uma construção discursiva que contempla um ato de liberdade, porém, uma liberdade limitada. Nessa dimensão, inserida no contrato de informação, a *designação* se constitui numa importante estratégia de captação, como também de influência.

Nosso propósito, a seguir, será realizar estudos de caso a partir de um *corpus* exemplificativo midiático, considerando que as operações de *designação* constituem elemento importante do discurso informativo, já que é um tipo discursivo que precisa se referir a uma realidade, comentá-la e, ao mesmo tempo, fazer valer o contrato de informação de modo a captar, influenciar e seduzir mais leitores. Desse modo, os estudos de caso realizados, situam-se em torno de dois tipos: capa de uma revista informativa e textos midiáticos de humor da coluna de José Simão.

²⁴⁷ CHARAUDEAU, 2006: 67.

1.2. Estudos de caso de estratégias de *designação* na mídia impressa

1.2.1. Estratégias de *designação* nas chamadas de capas de revista: exemplo de uma representação de um movimento social na mídia impressa



Vamos tomar o discurso da mídia impressa como ponto de nossa reflexão, nos perguntando: *como a mídia representa um acontecimento para torná-lo de domínio público?* Em outros termos, como a instância midiática utiliza o aparelho da linguagem para semantizar um acontecimento, isto é, para, estrategicamente, referi-lo e, ao mesmo tempo, comentá-lo? Quais as consequências de seu procedimento de referenciação?

O procedimento de *designação*, enquanto *estratégia interacional*, ao fazer referência a um determinado acontecimento, vai passar longe de mera “etiquetagem”, caracteristicamente descritiva, e adquirir outra dimensão discursiva.

Como exemplificação, analisaremos o material verbal – título e subtítulo – da capa da revista *Veja* de 14/06/2006, quando anunciava a invasão do Congresso Nacional por militantes do MLST, a fim de percebermos as dimensões discursivas do uso da nomenclatura, considerando, ao mesmo tempo, a *designação* verbal e alguns elementos da iconicidade presentes no texto.

1.2.2. A tríade: mídia, acontecimento e informação

Muitas vezes, a apresentação ou não de uma informação é formatada por interesses políticos e econômicos, conforme ressalta Gohn (2000). Sendo assim, a mídia, ao produzir e divulgar informação funciona, por excelência, como um lugar de

construção simbólica do acontecimento.²⁴⁸ As suas formulações buscam, de modo singular, lidar com os signos²⁴⁹, portanto, gerenciar a informação e, desse modo, estabelecer as relações de causa e consequência, seja de modo explícito ou implícito, para o fato que anuncia de modo a torná-lo de conhecimento público. Em tais circunstâncias, ela trabalha a informação e cria uma espécie de rede de imagens - tanto no verbal quanto no icônico -, visando atingir seu principal objetivo.

Enquanto signo, a informação, além de fazer parte de uma realidade, também *reflete e refrata uma outra*.²⁵⁰ Nos dizeres de Bakhtin²⁵¹, *o signo pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico*. Nessa perspectiva, a informação midiática ultrapassa a esfera de o simples comunicar um fato de quem se supõe o detém para aquele que não o possui. E na evidência do invisível e do chocante, constrói-se uma visão do espaço público condizente com os objetivos: *evidência implícita de toda estratégia interacional*. (Berrendonner, 1990).

Sabendo-se que tanto o signo verbal quanto o icônico constituem elementos do processo interativo e trazem implicações para o campo discursivo, faremos, na sequência, a descrição do objeto de estudo²⁵² selecionado para, em seguida, o analisarmos.

²⁴⁸ A acepção do termo *acontecimento* aqui tem a ver com episódio, fato.

²⁴⁹ Segundo Eco (2004: 16), o uso comum chama signos a uma grande variedade de fenômenos. No entanto, há artifícios que são signos no sentido próprio, como as palavras, qualquer sigla, qualquer convenção sinalética, e há tudo o resto, que não é signo, e que será experiência perceptiva, capacidade de construir hipóteses e previsões de experiências, e assim por diante.

²⁵⁰ BAKHTIN, 2002: 32.

²⁵¹ BAKHTIN, 2002: 32.

²⁵² Embora a Análise do Discurso proponha as investigações discursivas considerando, como objeto de estudo, um *corpus* de textos – conjunto de textos produzidos a partir de um contrato que seria uma *parametragem para o gênero* (EMEDIATO, 2001 *apud* Guadanini, 2002: 33), apenas para fins didáticos, limitaremos nossa análise a um único texto e não a um conjunto deles.

1.2.3. A capa e os procedimentos de colocação

1.2.3.1. Descrição

A capa da revista, um amálgama de signos verbais e não-verbais, traz uma cena fotográfica de um dos momentos da invasão do Congresso Nacional por membros do MLST. A fotografia aparece centralizada na página e emoldurada por uma coleira de *pit bull*. Nota-se a ausência do “dono” ou “domador” do suposto “cão”, mas a guia está sendo empunhada por alguém. Ao fundo, aparece a cor vermelha que inicia em tom mais claro para ir se tornando mais escura e finalizar a página. Embaixo, para identificar, num primeiro momento, a cena representada, aparece o enunciado:

“Os **PT** Bulls”

Duas são as cores empregadas para grafar o sintagma nominal mencionado: o branco e o vermelho. Esta última cor vem dar o destaque para a sigla *PT* que, diga-se de passagem, é a cor da estrela que simboliza o Partido dos Trabalhadores (PT). Percebe-se, no seu grafismo, um destaque no tamanho que é apresentado em caracteres maiores do que o do restante do sintagma; e todas em tom de branco. Em seguida e embaixo do sintagma referido, está o comentário, feito em tom de alaranjado:

“Financiados pelo governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores bque depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como o braço armado do PT”.

Revista *Veja*, 14/06/2006.

Na sequência, nosso objetivo será analisar o material da capa, tendo em vista o plano verbal e o plano icônico, para, no final, tecermos as considerações finais.

1.2.3.2. Análise

A) No plano verbal

A instância de produção midiática da Revista *Veja* apresenta o seguinte enunciado como manchete: *OS PT BULLS*. É possível, já de início, estabelecer um forte grau de equivalência entre os dois sintagmas nominais que se seguem (a) e (b):

- | |
|--|
| <p>(a) OS PIT BULLS;
(b) OS PT BULLS.</p> |
|--|

Embora, aparentemente simples, o enunciado gerado evoca semelhanças latentes que são realçadas pela comparação que é, implicitamente, sugerida e evocada. Assim, percebe-se que o procedimento realizado se deu a partir da associação ocasional entre uma sequência linguística e um elemento da realidade, produzindo uma sequência modificada (b), nesse caso, um neologismo – OS PT BULLS. Esse novo sintagma é resultante da modificação da sequência inicial (a) a partir da supressão da vogal “i” em “pit bulls (signo-base).

Poderíamos caracterizar esse ato enunciativo como uma criação neológica por derivação: um novo signo surge a partir de um jogo que estabelece uma relação de identidade semântica entre um signo-base e sua resultante neológica, conferindo a esta certo grau de expressividade pelo fato de se poder associá-la àquela que já é recorrente na língua e que, portanto, já tem uma “ancoragem” social, uma vez que já está inscrita no código linguístico.

Nota-se que a resultante neológica produz uma associação de sentido que, concomitantemente, mantém o vínculo semântico com a sequência inicial e cria um outro que é figurado ou metafórico. Logo, vê-se o seguinte trajeto: o locutor partiu do sintagma - PIT BULLS - que é um signo “já batizado” na língua - para criar uma

*neonímia*²⁵³ - PT BULLS. É importante ressaltar aqui que essa construção neológica se funda numa pretensa relação analógica que o sujeito quer fazer valer entre o objeto e sua predicação. Daí a força discursiva da *designação* que, longe de ser apenas referencial, constrói a realidade que visa designar, pois até então não existia, nem na realidade, nem no discurso, o objeto PT BULLS. Ele foi criado pelo ato de designação e sua sobrevivência depende, doravante, da aceitação e da convivência simbólica dos leitores, eventuais co-enunciadores.

Nota-se que o procedimento adotado na capa da revista agrega ao acontecimento específico uma identidade genérica – traduzida também pelo uso do artigo definido “os” - que, sendo resultante das escolhas e combinações lexicais realizadas pelo locutor, entra em um campo de influência que, certamente, conduz para a construção da opinião pública. A noção central adquire um aspecto de verdade geral ou universal e converge para aspectos político-sociais que ali são evocados.

Entretanto, torna-se relevante indagar “por que a noção central adquire um aspecto de verdade geral ou universal?” Será que esse “efeito de verdade” é próprio à categoria da *designação*? De início, podemos postular que o nome da coisa parece portar essa força de referência, própria ao valor lógico do signo nominal. Vale lembrar que o valor lógico submete-se à lei do meio excluído (uma proposição é falsa ou verdadeira, não há meio termo) e da não contradição (uma proposição não pode ser simultaneamente falsa e verdadeira). No caso da situação midiática, o caráter verdadeiro deve aumentar, já que o contrato atribui credibilidade e legitimidade ao enunciador jornalístico. Essa força da *designação* parece bem distinta da força que teria uma qualificação, tendo em vista que a *designação* como estratégia inclui um comentário e, portanto, uma qualificação. No entanto, ela se apresenta como nome, o que sugere um certo apagamento do sujeito enunciador e uma intensificação da delocução. No entanto, cabe dizer que enunciados dessa natureza encontram-se caracterizados pelo traço “para ao menos um locutor (□ LOC)” e que, portanto, são válidas “ao menos em um universo de crença”²⁵⁴. Desse

²⁵³ O termo “neonímia” na acepção de Cusin-Berche (1998) se refere à inovação essencialmente discursiva, fundamentada no princípio de uma relação interativa entre língua e discurso.

²⁵⁴ KLEIBER, 1994: 215.

modo, confirma-se o aspecto designacional desse enunciado que, enquanto forma neológica, não integra o código linguístico. Isso aconteceria apenas se tal enunciado se tornasse uma “*denominação* válida para todo locutor”.

Além da estratégica inovação léxico-semântico-referencial, a instância de produção lança mão da *reformulação*²⁵⁵ da sequência nominal - *OS PT BULLS* -, retomando-a através de outras expressões linguísticas para obter a referenciação anterior. Desse modo, para explicar - *OS PT BULLS* -, ela (re)atualiza e (re)trabalha, no nível da significação, alterando a produção enunciativa para chegar a uma outra que seja o reflexo dos conteúdos veiculados nessa sequência neológica. Nota-se que houve ajustes semânticos e referenciais que permitiram tecer relações entre as unidades semânticas explícitas e implícitas.

Portanto, a partir da relação de *designação*, é possível depreender do discurso uma relação identitária proveniente das figuras-imagens construídas a partir dos signos *pit bulls*, *PT* e da forma neológica *PT bulls*, bem como desses com os sintagmas empregados no procedimento da reformulação: “financiados pelo governo, chefiados por um dirigente do partido, os agitadores, depredaram o Congresso Nacional, são apenas um dos grupos que, se comportam como o braço armado do PT”. Assim, podemos ressaltar:

- *pit bull*: [violento]²⁵⁶;
- membros do MLST: *PT Bulls*, [violentos], *agitadores*, *chefiados por um dirigente do partido*;
- MLST: *um dos grupos que se comportam como o braço armado do PT*;
- governo: *financia MLST*;
- Congresso Nacional: [segurança vulnerável] foi invadido e depredado por membros do MLST.

²⁵⁵ O termo “reformulação” está sendo considerado como um fenômeno enunciativo em que o locutor retoma o próprio discurso ou o de outro locutor, reformulando-o. Para a Linguística e a Análise do Discurso, ela consiste na retomada de um dado, empregando-se uma expressão linguística diferente da que foi utilizada para a referenciação anterior, conforme Petit. (*Apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 420).

²⁵⁶ Optamos por este padrão de formatação para ressaltar as representações feitas no plano implícito.

Essas nomeações são resultantes das escolhas e combinações lexicais realizadas pela instância produtora do discurso e, juntamente com o conteúdo apreciativo expresso pelo enunciado, alimentam ações de influência e visam uma atitude de julgamento. Concomitantemente, colocam à mostra uma implícita parcela de responsabilidade do governo para com o fato em notícia.

B) No plano icônico

Em muitos casos, à imagem da mídia se agregam predicativos como: *imagem invasora, imagem onipresente, aquela que se critica*²⁵⁷, mas é a imagem da mídia que povoa o cotidiano da modernidade. A fotografia utilizada evidencia o flagrante do momento da invasão no Congresso Nacional por membros do MLST. Há uma convergência entre imagem e evento, dado o recurso utilizado - fotojornalismo - que se caracteriza pela “intenção no flagrante”.²⁵⁸ Na imagem, há uma espécie de “força de ação” que revela o ato mesmo de depredação realizado pelas pessoas participantes do movimento. A fotografia situa o leitor no exato instante da invasão, revelando os membros do MLST como invasores. Cabe aqui destacar que a fotografia, ou os ícones, sempre foram vistos na semântica como detentores de um poder representacional, mimético da coisa representada e assim gozam, juntamente com os nomes, de um *status* lógico particular. A união do nome e do ícone sugere uma estratégia de reforço da intenção comunicativa, pois o ícone desempenha o papel de autenticar o comentário feito na *designação*.

Em relação a alguns elementos do plano icônico, ressaltamos, por exemplo, que a cena e a cor escolhidas para “apresentar” o acontecimento fazem referência, concomitantemente, ao acontecimento e ao Partido dos Trabalhadores. Conforme dissemos na seção - Descrição da capa -, a cor que aparece como pano de fundo e no enunciado *PT*, é o vermelho que, como se sabe, simboliza o Partido dos Trabalhadores. A estrela cravada no engate da coleira que envolve a fotografia nos remete, coincidentemente ou não, à Estrela símbolo do PT. E, por fim, a coleira usada para emoldurar a foto jornalística é específica para cães da raça *pit bull*.

²⁵⁷ JOLY, 1996: 14.

²⁵⁸ BARBOSA, 2003: 121.

Nota-se um jogo entre formas e sentidos onde tudo é decidido antecipadamente e conflui para uma rede de significantes que, tanto no plano verbal quanto no icônico, trabalham em conformidade, numa espécie de relação de cumplicidade argumentativa: seja de ancoragem, de redundância, de revezamento ou de complementaridade, mantendo um tipo de parceria que, como uma bússola, irá orientar a direcionalidade da construção do sentido.

Esse estudo de caso, ao considerar o procedimento da *designação* no patamar de uma *estratégia interacional*, levou em conta que, ao fazer referência a um determinado fato ou acontecimento social, a instância midiática, visando outras finalidades, lançou mão de um procedimento cuja intenção não se limita apenas à função de apresentação do fato: a *designação* visa obter a captação, a adesão e a influência junto ao público.

Assim, entender o uso da *designação* no campo da mídia significa poder captar o campo de interesses políticos e econômicos que formatam as considerações e as análises que configuram a representação/apresentação das informações. Em outros termos, é transcender o processo de construção da notícia, encarando-a como instrumento de formação de opinião pública sobre o acontecimento e não como apenas transmissora de informação.

Se, por um lado, o grau de visibilidade investido no evento projeta-o para outros domínios que ultrapassam o campo da mídia; por outro, ele pode mobilizar novas situações de visibilidade e, por conseguinte, alimentar aquilo que denominamos “ciclo ou circuito” da informação.

Portanto, seria pertinente apontarmos aqui para um princípio de ordenação do discurso midiático em questão que evidenciaria uma configuração peculiar no tratamento da informação. Diríamos que, diante dos desdobramentos advindos da representação expressa através dos procedimentos de *designação* e de colocação,

o que se percebe, embora em proporções variáveis, são elementos muito mais de cunho apreciativo.

Para finalizar, o que este caso nos possibilita ressaltar é que a *designação* é capaz de expor conteúdos expressos e latentes, criar identidades, associações, julgamento... Portanto, ela não é um simples procedimento de referência momentâneo, usado para estabelecer ou facilitar a interação, mas também um modo subjetivo de mantê-la aberta através dos sistemas de crença e representações sociais de onde, frequentemente, ela surge.

1.3. O viés cômico da *designação* nos textos de humor de José Simão

É na vida em sociedade que o uso e a interpretação, operados a partir dos signos, são avaliados, como relevantes ou não. E mais: é a sociedade que usa os signos para comunicar, informar, libertar, mas também para mentir, enganar, dominar.

Auchlin aponta para aquilo que denomina “regularidade de uma *techné*”, interligando-a à recorrência de determinado comportamento verbal percebido no “manejo verbal” e que é suscetível de captar:

É preciso supor então que o manejo verbal em si é susceptível de nutrir a admiração, como o faz a habilidade de um menestrel ou de um músico. Não o surgimento do “bem falar”, imprevisível e aleatório, mas a regularidade de uma *techné*, a elegância, a segurança, a economia de meios e de esforços reconhecidos como características estáveis de tal discurso, e atribuídos a um saber fazer imaginariamente reconstruído.²⁵⁹

Os efeitos provocados por essa técnica, esse modo de falar e que, para nós, integraria as estratégias discursivas, podem produzir admiração, aceitação como também o inverso. Nos textos de José Simão, essa *regularidade técnica* – se assim a podemos chamar - se faz presente através de algumas manobras, dentre as quais podemos citar a forma de iniciar e finalizar o texto pela repetição de enunciados, além do uso predominante das designações que, dentre outros aspectos trabalham, em conjunto, para **a construção do humor**. Merece destaque, no que tange à construção das designações nos textos de Simão, a abundância de designações híbridas que constituem o que estamos considerando *neonímias*.²⁶⁰

Nesse estudo de caso, nos propomos, por um lado, tomar como objeto de análise a designação nos textos de José Simão - veiculados na *Folha de São Paulo*, tanto mídia impressa quanto *on-line* -, buscando relacioná-la com a questão do humor. Por outro, buscaremos uma melhor compreensão do modo de funcionamento da

²⁵⁹ AUCHLIN, 2001: 210.

²⁶⁰ Nesse estudo, fazemos a distinção entre os termos *neonímia* e *neologismo*. A esse respeito, sugerimos consultar a parte que trata das Tipologias - *designação por neonímia*.

categoria *designação*, que, ao se inscrever no processo que coloca em relação o signo com as coisas, traz implicações para o campo da relação entre linguagem, práticas discursivas e realidade. É nosso propósito também perceber a construção do sentido num tipo de construção textual em que os comportamentos dos indivíduos são observados e se transformam em material discursivo num jogo de implicações e predicções que merece ser apontado.

1.3.1. Da especificidade do humor nas piadas de Macaco Simão: a *designação* em evidência

“Predisposição do espírito para o cômico”, o humor ²⁶¹ está relacionado às situações que, num texto, sendo ou não literário, provocam o riso. O propósito, a seguir, será perceber o recurso sistemático ao humor através do uso da *designação* nos textos de José Simão.

Seus textos se caracterizam por um dispositivo sémi-discursivo marcado pela adoção do espaço público como elemento de tematização. Trapalhadas, gafes e outros acontecimentos que povoam a vida de políticos e pessoas famosas que, simplesmente, falou sem planejar ou deixou escapar um “escorregão” na pronúncia, na ortografia ou na sintaxe se transformam em alvo de seu humor.

1.3.1.1 – Análise

Os textos de Simão por serem veiculados em suporte midiático, tanto impresso quanto *on-line*, se inserem numa tipologia textual - gênero jornalístico - que privilegia

²⁶¹ Qualquer tentativa de definição de “humor” se depara com a dificuldade de delimitar o seu domínio, uma vez que este se articula, frequentemente na literatura, com a paródia, a sátira, a ironia, a caricatura, o paradoxo etc. Entretanto, vários são os estudos consagrados ao humor em articulação com o cômico, o que não constitui objetivo desse estudo.

o efeito de “objetividade”. No entanto, por se tratar de texto de humor, nota-se uma tentativa de se aproximar desse viés, mas ele é logo apagado pelos traços de subjetividade incluídos no texto, tendo em vista a intenção de “fazer fazer” rir. Na verdade, trata-se de uma tipologia textual que vai simular um relato de notícia, usando aspectos de matéria jornalística para conseguir atingir sua meta acional que é provocar o riso.

Desse modo, ao iniciarmos a leitura do texto, nos deparamos com um mecanismo textual que se constitui de enunciados em terceira pessoa, como o que aparece abaixo, e que vão inaugurar cada aparição textual divulgada por Simão na coluna *Ilustrada* da *Folha de São Paulo*. Esse tipo de enunciado cria, um efeito de *distanciamento* do sujeito falante que justifica sua escolha pelo fato de criar uma certa “semelhança” com o que, comumente, se denomina matéria jornalística:

“BUEMBA! BUEMBA! Macaco Simão Urgente! O esculhambador-geral da República! Direto do País da Piada Pronta!”

Percebe-se que as escolhas lexicais feitas por Simão criam para seu interlocutor uma situação discursiva que predispõe, já de início, o processo de validação (ou não) do contrato de leitura por ele proposto e que, nesse caso, transita no campo do humor: o uso de palavras do tipo “buemba”, “esculhambador”, “País da Piada Pronta”.

No trecho acima selecionado, o locutor inicia com um jogo de atos locutivos em que se verifica, primeiramente, um comportamento *delocutivo*, marcado pelo apagamento das marcas formais de seu ato de enunciação e a não evocação de seu interlocutor na encenação do discurso. Com isso, instaura-se um aparente afastamento e um engajamento “impessoal” aos olhos do interlocutor. No entanto, paralelamente, o locutor adota um comportamento *elocutivo* que se revela através da presença de exclamações, do uso da autodesignação como “esculhambador-geral da República” e designações do tipo “País da Piada Pronta” que não apenas nomeiam e predicam, mas também avaliam, revelando, desse modo, o ponto de

vista do locutor em relação ao referente. Nesse caso, o locutor inaugura e pré-valida seu comportamento subsequente em relação aos outros referentes que convocará para a encenação discursiva. Em outros termos, o locutor, no papel de “esculhambador-geral” não vai poupar ninguém nem coisa alguma de suas críticas. Ao se autodesignar *Macaco Simão*, José Simão cria um distanciamento entre sua pessoa e o ator criado por ele. O fenômeno de humor permite esse distanciamento lúdico entre papéis sociais de um mesmo indivíduo. Nessa perspectiva, o humor implica, então, uma dupla enunciação, em que o jogo de distanciamento vai envolver tanto a existência de relações intertextuais reatualizadas pela forma discursiva utilizada quanto sobre o caráter desta *mise en relation*. Há uma *modulação* que, de acordo com Vion, está relacionada à *gestão da subjetividade*.²⁶² Para o autor, ela se dá pela consideração do outro, da situação, das expectativas, das maneiras habituais de dizer. Entretanto, nos textos de J. Simão, ela se manifesta, principalmente, no nível do distanciamento que ele busca estabelecer ao criar o ator *Macaco Simão* como locutor de suas produções textuais. Nesse sentido, a responsabilidade de seu dito recai, assumida e nitidamente, sobre esse último, já, de início, na abertura de seus textos. É como se ele repassasse para seu ator – *Macaco Simão* – a responsabilidade e o humor dos conteúdos proferidos, além, é claro da ousadia de dizer o que pensa dos famosos e das personalidades, bem como dos fatos sócio-político-econômicos.

Algumas denominações são recorrentes e vêm, não somente, dar um tom de humor e até de ironia, mas servem também, de certo modo, de *parametragem* para o leitor, ao sinalizar-lhe o tipo de contrato de leitura que deverá estabelecer com o texto. Ora, “BUEMBA” ou bomba, por exemplo, no sentido figurado, remete a “acontecimento inesperado, escandaloso, que suscita grandes falatórios”²⁶³. Já “o esculhambador-geral” aponta para aquele que ridiculariza, critica com mordacidade; é o zombador, o escarnecedor. Em termos negativos, é aquele que desmoraliza, avacalha, esculacha.²⁶⁴ Ao mesmo tempo, o uso inicial, delocutivo, da auto apresentação - *Macaco-Simão* – inaugura seu ator cujo comportamento se

²⁶² VION, 2001: 227.

²⁶³ Conf. HOLANDA, Aurélio. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

²⁶⁴ Significações feitas a partir de HOLANDA (1986:692)

caracteriza como o daquele que se apresenta como o responsável pelo conteúdo a ser proferido. Ao mesmo tempo, ele lança mão desta **autodesignação** - *O esculhambador-geral da República* – que reforça e delimita seu papel de locutor ²⁶⁵ em relação à distinção entre conteúdo e relação. Assim, através da nomenclatura mencionada, instaura-se, através de uma autodesignação – “*Macaco Simão*” – uma identidade discursiva que é auto-atribuída: “*O esculhambador-geral da República*”. Portanto, é delineado um perfil identitário através do uso das designações, manifestando, com isso, um conjunto de aspectos *psico-sócio-linguísticos* (Charaudeau, 1984) que se busca evidenciar através do nome - *Macaco Simão* - e da explicitação do estatuto discursivo - *esculhambador, zombeteiro*.

Macaco-Simão Urgente! O esculhambador-geral da República!

Detendo-nos um pouco mais sobre essas nomenclaturas, temos que:

(i) *Macaco-Simão* configura uma *identificação específica* que resulta da *mesclagem* de um nome comum e um nome próprio, originando uma designação que carrega um sentido potencial, funcionando como um *facilitador* para o leitor compreender, ao antecipar, através do nome *Macaco*, aspectos do “ethos” do locutor: um zombeteiro ou, na acepção do dicionário, *aquela que arremeda ou imita grotescamente*. ²⁶⁶ Além disso, reforça a ideia de que se trata de um texto não-sério.

(ii) *O esculhambador-geral da República* constitui uma *autodesignação*. Ao mesmo tempo, nomeia e qualifica-o, criando, desse modo, uma identificação que o diferencia e individualiza dentro de uma classe ou conjunto. Ele é “o” esculhambador-geral da República. Esse modo de identificação regula as particularidades e recupera traços distintivos que se quer evidenciar.

²⁶⁵ “Ser que no enunciado é apresentado como seu responsável”, conforme Maingueneau (1997: 76).

²⁶⁶ Acepção encontrada para o vocábulo “macaco” em Ferreira. (1986: 1056).

Cabe, no entanto destacar, o aspecto de “opacificação”²⁶⁷, obtido de modo a atenuar a presença do locutor, visando a uma melhor gestão da relação interlocutiva em consonância com seus propósitos. Ora, da parte da instância de produção essa nomenclatura não é fortuita. Estrategicamente, além de funcionar, conforme mencionamos acima, como “sinalização” para o interlocutor se engajar (ou não) no gênero textual que ali se inaugura. Essas designações também se constituem como uma espécie de “gatilho” para a “visada” de humor. Desse modo, mesmo lidando com fatos que, realmente ocorreram e que envolveram pessoas com certo “status” social, a instância de produção joga com o “fazer saber” para fazer “fazer (sor)rir”. Nessa dimensão, os acontecimentos públicos, ao passarem pelo “filtro simoniano”, ganham um tratamento que varia desde o deboche, a zombaria, o sarcasmo até a crítica.

Assim, aquele que escolhe o humor como meio estratégico de lidar com as questões que circulam no espaço público, deve se preocupar com o modo através do qual ele pode ser construído. É aí que Simão “usa e abusa” das potencialidades da língua(gem).

1.3.2. A designação pelo viés do humor: o uso das formas neológicas

Para que determinado objeto seja representado por um signo X, é necessário categorizar tal elemento para, em seguida, nomeá-lo. Para isso, ocorrem, no pensamento, uma série de operações mentais que possibilitam assegurar uma relação de proximidade entre determinada percepção e o signo X. Esse procedimento nos leva a propor, como explicação para o que estaria na base das *designações híbridas* ou do tipo $A+B$ ²⁶⁸. Trata-se, a nosso ver, das designações que

²⁶⁷ O uso de sintagmas nominais precedidos de determinantes genéricos, oculta as marcas de toda fonte enunciativa identificável, criando a impressão de que o locutor não está ali presente. Para maiores detalhes, sugerimos consulta aos capítulos 3 e 4.

²⁶⁸ Esse tipo de *designação* híbrida também explicaria outras ocorrências como a encontrada na capa da *Veja* “OS PT BULLS” (PT + *Pit bulls*); a que aparece na letra da música de Gabriel Pensador “Pit

se originam da mesclagem de, geralmente, dois *signos*, resultando numa *designação neológica*. Para exemplificar, trazemos algumas das designações praticadas por Simão: *Clodovéia* (Clodovil + velha); *Lucianta* (Luciana + anta), *gaybinete* (gay + gabinete) etc.

Merece aqui destacarmos que a associação referencial de uma *designação* se dá a partir de uma associação ocasional entre uma sequência linguística e um elemento da realidade. Portanto, conforme já dissemos, não é uma associação durável. Diferentemente da associação de *denominação*, a *designação* não instaura um liame referencial constante e, por isso, não estabelece uma regra de fixação referencial que permite a utilização ulterior do nome ou enunciado em lugar do objeto denominado. Caso isso ocorra, como sublinha Kleiber ²⁶⁹, ela perde o traço *para ao menos um locutor para tornar-se denominação válida para todo locutor*.

Uma situação é sempre cômica quando ela pertence ao mesmo tempo a duas séries de acontecimentos totalmente independentes e quando pode ser compreendida de uma só vez de dois modos diferentes, ressalta Bergson (1983). Essa característica se verifica nos casos comentados por Simão como em “quebra de decoro” *versus* “quebra de sigilo”; e mais precisamente nas designações como, por exemplo: “Clodovéia x Cida La Fea” (Clodovil x Cida Diogo), “Lucianta”, “SuperPobre” x “SuperPop”; “óbvio lulante” x “óbvio ululante” etc. Claramente se nota a interferência no enunciado - “Aliás, o gabinete do Clodovil se chama GAYBINETE!” ²⁷⁰ que, para o leitor que conhece Clodovil e sabe de suas preferências sociais, a compreensão dessa forma neológica torna-se possível.

Passaremos, a seguir, ao quadro de ocorrências de algumas designações colhidas *ad doc*:

(1) “A Clodovéia quebrou o salto!”

Folha de SP, 18 /05/2007.

Boys” (*Pit bull* + *Play boy*) e tantas outras que surgem, frequentemente, em jornais, revistas, livros de literatura etc., como também nas interações face a face.

²⁶⁹ Kleiber, 1994: 215-216.

²⁷⁰ Grifos nossos.

(2) “E aí a deputada foi pro programa da Lucianta Gimenez, o “SuperPobre!””

Folha de SP, 18/05/2007.

(3) “Aliás, o gabinete do Clodovil se chama GAYBINETE!”

Folha de SP, 18/05/2007.

(4) [...] “Relaxa e goza”. Uau! Aeroporto virou motel. E Congonhas virou Gozonhas. Aeroporto de Gozonhas. E VARIG quer dizer Viação Aérea Relaxa I Goza! Rarará!”

Folha de SP, 17/06/2007.

O quadro que apresentaremos através da *figura 4*, evidencia, de modo sucinto, algumas das designações levantadas dos enunciados bem como as denominações das quais se originaram:

DENOMINAÇÃO	DESIGNAÇÃO
Clodovil; velha	→ <i>Clodovéia</i>
Luciana; anta	→ <i>Lucianta</i>
“SuperPop”; Pobre	→ <i>SuperPobre</i>
Gabinete do Clodovil; <i>gay</i>	→ <i>Gaybinete</i>
Aeroporto de Congonhas; Gozo	→ <i>Aeroporto de Gozonhas</i>
VARIG “Viação Aérea Rio Grandense”; “relaxa e goza”	→ <i>Viação Aérea Relaxa I Goza</i>

Figura 4 - Quadro de ocorrências de algumas designações

A *figura 5*, abaixo, demonstra como se dá a formação do sentido e dispõe, para a *denominação* o traço “sentido da língua”. No caso da *designação*, o sentido é aquele construído na dinâmica da situação de comunicação, portanto, sentido do discurso:

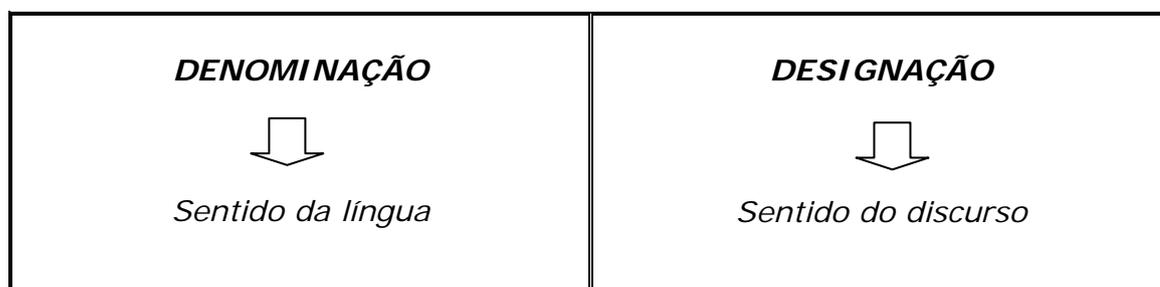


Figura 5 – Formação do sentido na denominação e na designação

A seguir, a *figura 6*, evidencia a esquematização do processo de passagem da denominação à designação, partindo de um exemplo de designação híbrida ou por neónímia:

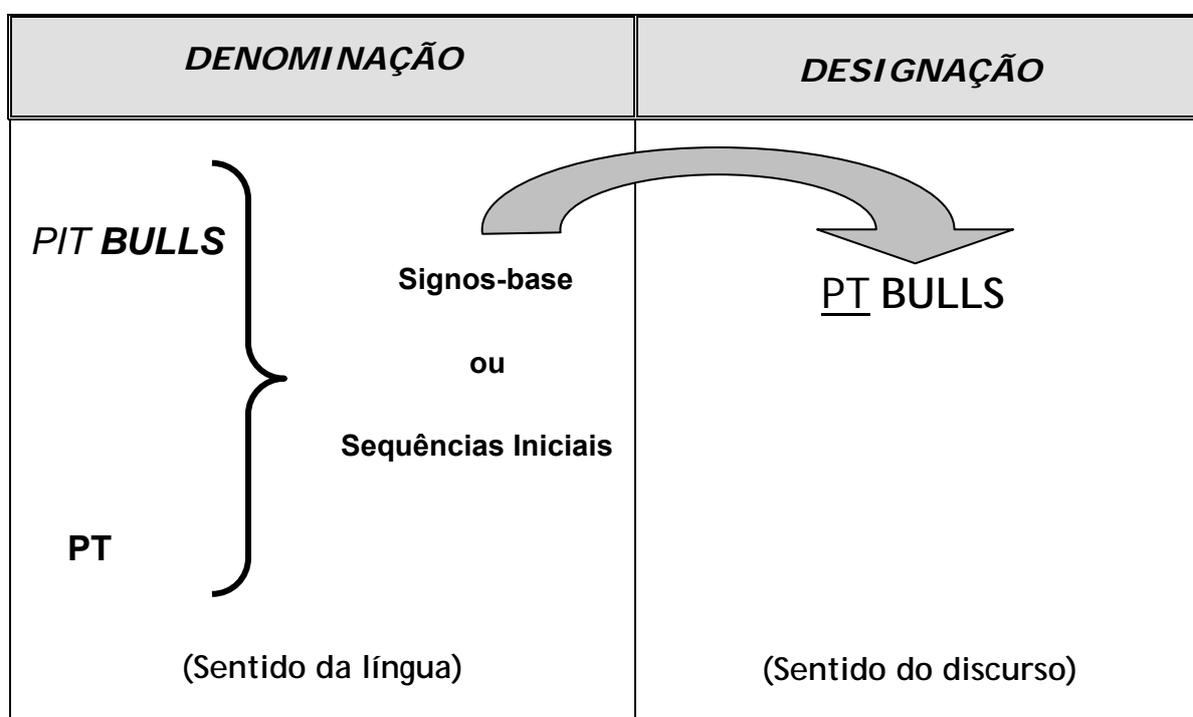


Figura 6 – O processo de passagem: da denominação à designação

Percebemos, a partir dos exemplos, que o sujeito enunciador utiliza-se da associação referencial de *designação*, criando formas neológicas, com a função de zombar dos acontecimentos da vida pública que escolheu evidenciar no seu discurso.

O jogo com o detalhe da “*evidentia*”²⁷¹ realça as discrepâncias e desperta a desconfiança do leitor, conduzindo-o à captação da intenção de hilaridade do sujeito enunciador. Os fatos ocorridos na vida pública, os conflitos individuais etc. passam pela “lente” do autor, adquirindo estatuto de objeto de discurso. Assim, usando a liberdade de criação e o jogo de palavras, o autor descobre na *designação* uma ferramenta ideal para a concretização de suas intenções.

²⁷¹ *Evidentia: vivacité, relief du discours, qui lui donnent une qualité de présence immédiate.* Conforme *hand out* de MACHADO, Ida L., FALE/UFMG, 1º sem/2007.

Capítulo 2. Tipos de *designação*

Ressaltamos com Ricoeur²⁷² que [...] *a léxis, explicitamente centrada sobre o nome, repousa implicitamente sobre uma operação predicativa*. Contudo, se estamos falando de uma operação que (re)nomeia – nomeia e predica a partir de um ponto de vista - estamos postulando para a operação de *designação* duas formas de predicação: *ser e ser como*. Nesse sentido, ela tem seu parentesco não só com a comparação, mas com toda espécie de metáfora, em virtude da polaridade entre dois termos – ou até mais, dependendo do caso. Desse modo, parece não se esgotar sua plasticidade nas noções de empréstimo, de desvio, de substituição e também de *mesclagem*²⁷³. A *designação* faz brotar a surpresa que a *denominação* dissipa. Enquanto esta se volta para o convencional, a *designação* diz respeito ao que é intencional, gerando assim uma certa tensão no processo de interação. Tensão esta que está sujeita ao movimento de validação ou não-validação dos interactantes.

Na sequência, apresentamos um inventário das tipologias das designações.

2.1. Por uma tipologia das *designações*

Nosso objetivo aqui é apresentar um levantamento das tipologias de designações, a partir das observações das ocorrências. Não é nossa pretensão sugerir-lo como padrão de categoria de análise. Mais do que isso, vislumbramos compreender o comportamento desse fenômeno psíquico-sócio-político-linguístico-discursivo. Cabe, no entanto, sublinhar que, no processo de designação, ocorre uma espécie de (re)categorização das relações entre as palavras e o mundo vivido, com um

²⁷² RICOEUR, 2005, [1975]: 82.

²⁷³ O termo *mesclagem* – emprestado da Teoria dos Espaços Mentais - está sendo aqui empregado em oposição ao de *mistura*, para se referir à propriedade de combinação dos elementos de modo a tornar evidentes aspectos tanto de um quanto de outro de seus componentes, como por exemplo, em PT BULLS (PT + *pit bull*), *Clodovéia* (Clodovil + velha/véia), *Lucianta* (Luciana + anta) e tantos outros. Diferentemente do processo denominado *mistura* que não mantém esta propriedade que possibilita a visualização de um e outro dos elementos que a compõem, como ocorre no café com açúcar, por exemplo.

determinado propósito do sujeito designador. Propósito esse que pode variar segundo a situação de comunicação: promover a captação, provocar o riso, obter adesão a um posicionamento etc.. Merece ainda ser destacado que esse levantamento não tem a pretensão de ser exaustivo, e seu perfil foi delineado na medida em que foram surgindo as ocorrências. Portanto, foge do nosso propósito aqui a tentativa de traçar parâmetros classificatórios.

2.1.1. Designação por identificação específica (nomes próprios)

Estamos considerando como *designação por identificação específica*, a operação que toma o nome próprio de um para atribuí-lo a outro, de modo a estabelecer uma relação de semelhança que é emprestada para o ser designado. Nesse sentido, Ricoeur²⁷⁴ nos esclarece que [...] *a operação que consiste em dar a uma coisa o nome de outra revela seu parentesco com a operação predicativa*. Nessa dimensão, poderíamos constatar a existência de um certo grau de parentesco entre a metáfora e a designação. O emprego figurado do nome próprio, no entanto, vai regular a transferência de sentido, dado seu estatuto de palavra emprestada à coisa a designar.

Esclarecemos que, para o Nome próprio (Npr) não modificado, ou seja, o que não é acompanhado de causa determinante (exemplo Paulo, em *Paulo bebe riesling*), Kleiber liberta um sentido dito “**instrucional**”. Qualquer sentido, explica o autor, não tem que ser exprimido em termos descritivos ou predicativos; um estatuto de instrução guia o alocutário no caminho que conduz ao referente. Assim é salvaguardada a hipótese de um sentido denominativo para o Npr. Quanto ao Npr modificado, os que são acompanhados de uma causa determinante, o autor considera-os como predicados, isto é, como termos gerais (*Os Albert encontram o seu nome fora de moda*). O que não se confunde, no entanto, com o nome comum (NC), na medida em que podem interpretar-se apenas a partir de Npr não modificado e onde não têm sentido intrinsecamente descritivo *a priori*. O uso

²⁷⁴ RICOEUR, 2005 [1975]: 82.

predicativo do Npr conduzido aos exemplos metafóricos, metonímicos etc. como no exemplo Paulo comprou *um Rodin*, esta metonímia está associada às obras de arte. Vê-se que a denominação original cria um espaço de pertinência.²⁷⁵

Aqui o que estamos tratando como *designação por identificação específica*, envolve um sujeito designador que, ao atribuir um nome próprio de outrem, nos leva a (re)conhecer um referente inicial do nome próprio cuja identidade é indispensável para a compreensão do enunciado. Desse modo, a designação deve ser interpretada em relação a esse *indivíduo inicial*²⁷⁶ cuja existência já é pressuposta para todo uso do nome próprio. Segundo Gary-Prieur, *um nome próprio é sempre interpretado em relação a este indivíduo inicial*. Vale ressaltar que o locutor lança mão da pré-validação, ao presumir que o interlocutor conhece o portador do nome próprio. Passemos agora a alguns exemplos.

(a) “O Eddie Murphy político”.

Veja, 03/09/2008: 129.

Este enunciado foi empregado pela mídia impressa, suporte revista, para se referir ao candidato à presidência dos Estados Unidos, o nome próprio “Eddie Murphy” nos leva a reconhecer certas predicções do tipo *versatilidade* e *capacidade de se metamorfosear*, as quais o locutor evoca e transfere para outro referente, no caso, o presidenciável Barack Obama.

(b) “É um alívio saber que neste mundo cheio de Elianas Tranchesis as autoridades brasileiras estão cumprindo as leis”.

Lian Carla Lago Neiva, Sessão *Leitor*, *Veja*, 08/04/2009.

Um nome próprio utilizado no plural, como ocorre no exemplo (b), encerra certas especificidades de significação, na medida em que o nome, agora sob a roupagem

²⁷⁵ KLEIBER, G. « Sur la définition des noms propres : une dizaine d'années après », in NOAILLY M. (éd.), *Nom propre et nomination*, Paris, 1995, Klincksieck, pp. 11 - 36.

²⁷⁶ GARY-PRIEUR, 1991: 53.

de nome comum, perde parte de sua função individualizante e passa também a designar um grupo de pessoas que possui um mesmo tipo de comportamento, ou seja, um mesmo *ethos*. O que ocorre é, na verdade, uma relação paradoxal, apontada por Gary-Prieur (2001), situada no desvio do sentido fundamentalmente singular do nome próprio e o plural de seus determinantes quando esses aparecem. No exemplo acima, o enunciador, ao fazer a flexão de número – *Elianas Tranchesis* – deixa entrever, no seu discurso, uma constatação: a de que há outras pessoas que se comportam como a Eliana: sonegam impostos, burlam as leis...

No caso da manifestação retratada a seguir, no exemplo (c), a situação discursiva reporta a manifestação de integrantes da Peta protestando, em frente à loja de Armani, contra uma quebra de contrato, isto é, contra o descumprimento de uma promessa feita pelo estilista de não usar peles de animais em suas coleções de moda:



(c) UOL, 07/10/2008.

A exibição por ativistas da Peta – associação de defesa dos animais - de cartazes gigantes com o estilista Giorgio Armani vestido de Pinóquio teve, como causa, a mudança de atitude do estilista de não cumprir sua palavra quando, segundo Dan Mathews, vice-presidente da associação, o estilista disse que “não usaria mais peles”. No entanto, na nova coleção de outono daquele ano, ele apresentou casacos

e saias decorados com o material e até mesmo “casacos de neve para crianças com o interior forrado de pele verdadeira”.

Uma constatação bastante interessante é que, nesse exemplo, a designação aparece marcada não só no plano verbal, mas também no plano icônico, ou seja, no plano da imagem. No primeiro caso, ao estilista Armani está sendo atribuída uma designação através do emprego de um nome próprio metafórico que, ao mesmo tempo em que o nomeia, também o predica de modo apreciativo. Desse modo, o nome *Pinóquio*, ao ser atribuído ao estilista *Armani*, funciona como atribuidor de propriedades. No segundo caso, a designação aparece marcada na fotografia do estilista Armani ao ganhar uma maior proporção no tamanho do nariz. Esse realce, ao mesmo tempo em que reenvia à história do personagem da literatura infantil, Pinóquio, cujo nariz crescia sempre que contava alguma mentira, também funciona como reforço e complemento para o material verbal, destacando, na própria fotografia de Armani, um atributo ou aspecto que se quer tornar evidente. Desse modo, a imagem funciona como complemento e também reforça o conteúdo do material verbal.

2.1.2. Designação por identificação genérica exemplar

(a) Terrorista é premiado e vítima, esquecida.

Veja, 19/03/2008, Índice.

(b) ‘Quarentona’ dá à luz um bebê de 8,7 Kg na Indonésia.

Aqui, 26/09/2009.

(c) Presidiário leva dois tiros na rua.

Aqui, 26/09/2009.

(d) PM flagra falsificação de dinheiro.

Aqui, 26/09/2009.

Quando dizemos *designação por identificação genérica exemplar*, estamos nos referindo aos casos em que há uma relação de designação sendo estabelecida pelo uso de **nomes comuns**. Isso significa que o nome comum individualiza o ser em referência no discurso, mas insere-o numa classe. Embora tanto a identificação específica quanto a identificação genérica *informem* sobre a identidade do ser; essa última, uma operação bastante recorrente no discurso jornalístico ²⁷⁷, busca, contudo, realçar o lugar social em detrimento da identificação que particulariza (o uso do nome próprio).

2.1.3. *Designação por identificação genérica globalizante*

(a) A farra dos socialistas com o dinheiro público.

Veja, 23/04/2008, Índice.

(b) Crianças vítimas de violência voltam ao lar.

Aqui, 26/09/2009.

(c) Mulheres de turbante.

Carta Capital, 1º/07/2009.

Encontram-se sob esse procedimento - ***designação por identificação genérica globalizante*** - os casos em que o uso do nome comum, embora, aparentemente denominativo, estabelece uma relação predicativa generalizante. *Socialistas*, *crianças* e *mulheres* fazem referência genérica a um grupo. No entanto, dentro do sintagma nominal ao qual pertencem esses nomes, a referência se dá de modo mais especificado. Emediato (2002: 300) nos esclarece que *a identificação genérica globalizante pode servir para ativar uma representação problematizante. Estas identificações instauram certos seres que, por possuir certa identidade num certo imaginário, abre caminho a uma certa problematização, quando emergem num*

²⁷⁷ A esse propósito, sugerimos consultar EMEDIATO (2002) que aponta a identificação exemplar como índice situacional.

contexto dado. ²⁷⁸ Chamamos a atenção para o enunciado (c) em que a força designativa do nome usado pelos ribeirinhos paraenses está em nomear e predicar as escalpeladas por motores de barcos: mulheres que perderam o cabelo porque ele se enroscara no eixo do barquinho, passaram a usar turbante para esconder o estrago.

2.1.4. *Designação por neonímia*

O termo *neonímia* ²⁷⁹, na acepção de Cusin-Berche ²⁸⁰ se refere à inovação essencialmente discursiva, fundamentada no princípio de uma relação interativa entre língua e discurso. Dessa concepção resulta o que chamamos *designação por neonímia* e que concerne as ocorrências que configuram uma inovação léxico-semântico-referencial, cuja resultante neológica pode se dar a partir de uma associação de sentido que, nesse caso, manterá simultaneamente, o vínculo semântico com uma sequência inicial e criará, a partir daí, um outro que é figurado ou metafórico. Nessa dimensão, o sujeito designador toma como base um sintagma ou termo base que “já é batizado” na língua para, a partir dele, gerar uma *neonímia*. A neonímia não existe em si e encontra-se instanciada pela enunciação *hic et nunc*, cuja produção e/ou reconhecimento se dá em discurso, residindo aí seu aspecto circunstancial e momentâneo, característico da designação que é. É importante ressaltar aqui que essa construção, sendo neológica, não constitui *neologismo*, se funda numa pretensa relação analógica que o sujeito quer fazer valer entre o objeto e sua predicação. Nesse sentido, ele configura uma opinião ou posicionamento pré-concebido por parte do enunciador. Daí a força discursiva da *designação* que, longe de ser apenas referencial, constrói a realidade que visa designar.

²⁷⁸ *L'identification générique globalisante peut servir à activer une représentation problématisante. Ces identifications mettent en place certains êtres qui, du fait de posséder une certaine identité dans un certain imaginaire ouvre la voie à une problématisation quand ils surgissent dans un contexte donné.* (EMEDIATO, 2002: 300 – Tradução nossa)

²⁷⁹ Dentro das unidades lexicais novas, conhecidas tradicionalmente como *neologismos*, Rondeau (1984: 124) estabelece uma distinção entre neologismos e neônimos. Nessa dimensão, o autor denomina **neônimo** as unidades lexicais pertencentes às línguas de especialidade; ao passo que os **neologismos** são as unidades pertencentes à língua geral. (*Apud* ALVES, 2008: 159).

²⁸⁰ CUSIN-BERCHE, 1998 *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 365.

Para se evitar uma confusão terminológica, há que se fazer aqui uma diferenciação entre os termos **neonímia** e **neologismo**. Tanto um quanto o outro são **significantes novos** oriundos do processo denominado **neologia**. Conforme aponta Gardin ²⁸¹, esse termo *designa o processo contínuo de formação de novas unidades lexicais (palavras ou combinações) de uma língua e pode se subdividir, tradicionalmente, em neologia de sentido e da forma.*

- (i) **neologia de sentido** se dá quando *um novo significante existente se vê portador de um novo sentido pelo tropo (metáfora, metonímia, catacrese...);*
- (ii) **neologia da forma** - ocorre, segundo nos esclarecem os autores, quando um novo significante surge a partir de um dos três procedimentos seguintes:

- por utilização de **recursos próprios do sistema da língua**, de sua criatividade lexical (derivação, composição, abreviação, truncamento, acrônimos – criação de siglas sendo um truncamento específico- sintagmas). [...]
- por criação de um **significante radicalmente novo**: é o que se passa freqüentemente, no domínio da criação dos nomes de marcas e de modelos.[...]
- por **empréstimo** de uma outra língua, com ou sem “naturalização”: evidentemente é o inglês que constitui a fonte atual mais importante. Eventualmente, é um sentido que pode ser emprestado no caso dos falsos cognatos. Freqüentemente, são os empréstimos mais condenados. ²⁸²

A propósito dos tipos de *neologia*, acrescentaríamos à lista acima, **(iii) a neologia circunstancial**, ou seja, a **neonímia**, para usar o termo de Cusin-Berche, (1998). Entretanto, no que tange a diferenciação dos termos, cabe-nos acrescentar que a **neonímia** é um novo significante que surge, durante o processo enunciativo, da necessidade de nomear algo ou alguém. Porém, o que o caracteriza como designação é que, se é criado em discurso, tem um viés circunstancial e momentâneo, não configurando, desse modo, um *neologismo*. Esse, o **neologismo**, embora também seja produto do processo neológico, faz parte das palavras que, sendo também um novo significante, resultam de uma demanda contínua de formação de novas unidades lexicais que envolvem tanto novos conceitos, quanto

²⁸¹ GARDIN *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 346 – 47.

²⁸² GARDIN *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 347.

novas realidades - tais como ocorre no campo das descobertas científicas, criações tecnológicas etc.. Em suma, tanto a **neonímia** quanto o **neologismo** advém de um mesmo processo, ou seja, da **neologia**, portanto, são **formas neológicas**. Porém, toda **neonímia** é uma forma neológica, mas não é um **neologismo**. E, claro, **nem toda forma neológica** é um neologismo.

Pois bem, a **designação por neonímia** se configura para nós, portanto, como uma resultante neológica advinda, na maioria dos casos, de uma combinação de signos realizada pelo sujeito designador e que, por conseguinte, origina uma designação híbrida, ou seja, ela se dá a partir de uma neologia na forma. Essa sequência linguística que foi produzida possui um estatuto léxico-semântico-referencial que, frequentemente, atribui-lhe uma caracterização de evidência, facilitando assim sua identificação, reconhecimento e até compreensão. Esse tipo de **designação** configuraria, para nós, um tipo de “transgressão” léxical.

Podemos mencionar, a título de exemplificação, alguns enunciados produzidos pela mídia:

(a) **Na mídia impressa e on line:**

Anistia à pilantropia.

Isto é, 19/11/2008, 26.

Os PTbulls.

Veja, 14/06/2006, capa.

Profissional de tecnologia tem de entender muito mais que “informatiquês”

UOLNotícias, 17/03/2008.

[...] Nesses Estados a gravidade política poderá criar as chapas Lulécio (Lula + Aécio) e Cisso (Ciro Gomes, com apoio de Tasso Jereissati).

Folha de S.P., 11/06/2006.²⁸³

Nesse caso, o próprio enunciado faz a “tradução” das designações utilizadas.

(b) **No campo do humor**, principalmente nos textos de José Simão, esse tipo de designação é bastante recorrente. Vejamos apenas dois deles:

(1) A Clodovéia quebrou o salto!

Folha de SP, 18 /05/2007, *Ilustrada*.

“Clodovéia” → “Clodovil” + “velha”: trata-se de uma forma neológica criada por J. Simão para designar Clodovil, por ocasião de sua atitude desrespeitosa em relação à deputada Cida Diogo.

(2) *Em março a Lourebe faz 80!*

Folha de SP, 08 /02/2009, *Ilustrada*.

“Lourebe” → “Loura” + “Hebe”: forma neológica criada por Simão para designar Hebe Camargo, apresentadora de programa televisivo, e seus tão louros cabelos.

Esta tipologia, a da *designação por neónímia*, uma espécie de *designação híbrida*, é a que mais deixa à mostra a função nominal e predicativa. Tomando por base a Teoria dos Espaços Mentais, essas construções se aproximam daquilo que, nessa teoria, se denomina **blend**, ou seja, - *mescla* - e que estamos aqui tomando de empréstimo para caracterizar, mais especificamente, essa tipologia de designação. Para melhor clarificação do termo, Coscarelli (2003: 7) aponta que: **Mesclagem conceitual** (*blending*), *também chamada de integração conceitual* “é uma operação

²⁸³ Acesso: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1106200617.htm>>.

mental, altamente imaginativa, mas crucial, mesmo para os tipos mais simples de pensamento” (Fauconnier e Turner, 2002: 18). Esse conceito, conforme nos esclarece a autora, resguarda uma estreita relação com o *caráter hipertextual da compreensão*.²⁸⁴ . Nessa dimensão, transpondo esse conceito para nosso objeto de estudo, diríamos que, no que diz respeito à forma e também à construção do sentido, a designação pode ser considerada um *blend*, por haver uma mescla, veja bem, não uma mistura.

2. 1.5. Designação por numeral

Estamos considerando *designação por numeral* os casos em que o número transcende as funções - *expressar número, ordem numérica, múltiplo ou fração* descritas pela gramática -, para adquirir uma função designativa. Assim, como no exemplo:

Cliente 9, no 871 por 4300.

Veja, 19/03/2008.

Nesse enunciado, *cliente 9* está relacionado ao código pelo qual a empresa Emperor’s Club VIP (agenciadora de garotas de programa), identificava Eliot Spitzer: governador de Nova York e ex-procurador geral do estado. Ele foi flagrado com a prostituta de codinome Kristen. Tudo aconteceu no apartamento número 871 do Hotel Mayflower, e os serviços prestados pela garota custaram a Spitzer 4300 dólares.

O enunciado chama a atenção pela predominância no emprego de numerais. Nota-se que a estratégia discursiva de usar um número para fazer referência a um indivíduo, de modo a esconder sua identidade social, empresta a esse número uma

²⁸⁴ Acessado em 14/10/2009: bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/espacoshtpx.pdf

função que vai além da caracterização identificatória. O “9” aqui adquire nova função referencial com a aquisição de um sentido codificado, portanto, somente conhecido pelas pessoas do mesmo grupo e, é claro, ignorado pelo restante da sociedade. Desse modo, o 9 ganha uma função designativa, dado seu aspecto semântico-referencial momentâneo que, nessa e somente nessa situação discursiva, só vale para Eliot Spitzer. Nessa dimensão, o 9 contrai o que ousamos denominar caráter *(des)identificatório*, já que o que se pretende não é mostrar, identificar, informar, mas, contrariamente, ocultar a identidade real do referente assim nomeado.

Com o 871 e com o 4300 ocorre em menor grau a função designativa, na medida em que se cria um liame referencial entre o numeral e, respectivamente, o ‘nome’ do lugar onde o fato aconteceu - *no* [apartamento] 871 - e o preço cobrado - *por* 4300 [dólares].

Diferentemente da função que o numeral - enquanto código - adquiriu na situação descrita anteriormente, não podemos deixar de mencionar outra função que ele pode adquirir em situações discursivas como, por exemplo, a do famoso *slogan* da campanha às eleições presidenciais de 1955 em que Juscelino Kubitschek firmou sua base de campanha com o lema: “Cinquenta anos em cinco”.²⁸⁵ Este *slogan*, considerado por nós como *designação* - levando-se em conta inclusive seu caráter circunstancial - se aplica unicamente a um governo: o de JK e seu Plano de Metas. Nota-se, no entanto, uma **função argumentante dos numerais** no enunciado em questão, em que o elemento “cronológico” aparece a serviço de uma lógica numérica que não é factível dentro de um espaço de tempo comumente esperado, ou seja, “como é possível *cinquenta anos em cinco*?”. Na verdade, trata-se de uma hipérbole, em que se busca a força expressiva da condensação espaço-temporal ao ponto de beirar o impossível, o exagero, para justificar as ações que JK pretendia realizar. Num período de tempo relativamente curto - cinco anos -, ele pretendia realizar metas desenvolvimentistas que teriam a relevância, a imponente, a

²⁸⁵ Este *slogan* “Cinquenta anos (de progresso) em cinco (de governo)”, criado pelo poeta Augusto Frederico Schmidt, caracterizou o governo de JK e seu Plano de Metas e, diga-se de passagem, vem servindo, ainda hoje, de “modelo a ser seguido”, ou seja, *ethos de exemplificação* - para usar os termos de Charaudeau - por muitos políticos que se espelham na figura de JK, ao se lançarem no mundo das disputas eleitorais.

modernidade e a importância de ações que necessitam serem realizadas, normalmente, em um espaço de tempo muito maior do que o proposto no enunciado de sua campanha eleitoral. Curiosamente, tal *slogan* juntamente com o desenvolvimento das metas atribuiu à figura de JK uma imagem de “artista do impossível”, um *popstar* de seu tempo.²⁸⁶

2. 1.6. Designação por metáfora

Estamos considerando *designação por metáfora* os casos em que o termo empregado refere a um ser x_1 diferente do *referente inicial* x_i , o que induz uma metáfora por comparação entre x_1 e x_i , sendo o novo sentido uma resultante da relação de semelhança, de intersecção entre os dois termos.

A seguir, apresentamos algumas exemplificações em que o contexto discursivo, quando necessário, foi explicitado para melhor compreensão do sentido.

(1) Como este <u>vulcão</u> pôde estar oculto?
--

Veja, 10/09/2008.

A designação *vulcão* foi usada, nesse enunciado, como uma forma metafórica de nomear e predicar Sarah Palin por ocasião da disputa eleitoral à presidência dos Estados Unidos.

²⁸⁶ A propósito de JK, Cláudio Bojunga, - autor da biografia *JK: Artista do Impossível*, Rio de Janeiro Objetiva, 2001 - nos esclarece em seu livro, conforme notícia comentada pelo jornalista César Munhoz – no Portal Aprende Brasil - que Juscelino Kubitschek *comandou um surto desenvolvimentista durante seu governo, coroado pela construção de Brasília. Antes um divisor de opiniões, agora Juscelino parece ter se tornado um mito, usado como exemplo para corroborar as mais variadas correntes políticas.* (Acessado em 16/12/2007- <<http://www.aprendebrasil.com.br/noticiacomentada/060227not01.asp>>.

(2) Assessores republicanos mordem Sarah por estourar o cartão e ignorar detalhezinhos geográficos.

Veja, 12/11/2008: 49, Sessão *Imagem da Semana*.

(3) A fábula dos cartões.

Veja, 20/02/2008.

(4) Convenção republicana dá novo gás a McCain.

Veja, 10/09/2008.

(5) Senadores da oposição criticam aprovação de “trem da alegria” do judiciário.

Folha Online, 28/08/2008.

Chamamos a atenção para a expressão nominal *trem da alegria* - de autoria dos Senadores da oposição do governo Lula - foi empregada para designar a aprovação de uma série de projetos votados durante a madrugada de 28/08/2008, quando criava 1.138 cargos em tribunais.

(6) Vida de gado.

Carta Capital, 12/11/2008, 10.

A ética do iogurte.

Veja, 20/02/2008.

A designação foi usada para se referir à “falta” de ética do Senado, que, à semelhança do iogurte, tem prazo de validade: só precisa durar o período de um mandato.

2.1.7. *Designação por analogia*

O conceito de *analogia* vem da tradição clássica e, conforme nos esclarecem Charaudeau e Maingueneau, *designa as semelhanças de qualquer natureza entre os elementos de uma língua.*²⁸⁷

A operação de *designação por analogia* se dá pela correlação entre elementos, a partir do paradigma da semelhança.

<i>A ética do iogurte.</i>

Veja, 20/02/2008.

A designação foi usada para se referir à “falta” de ética do Senado, que, à semelhança do iogurte, tem prazo de validade: só precisa durar o período de um mandato.

2.1.8. *Designação por apelido*

Entendemos por *designação por apelido* o emprego de nomes de tratamento – de cunho metafórico ou literal - de que o sujeito designador dispõe para designar o outro. Nas situações comunicativas favoráveis, pode haver negociação entre os interlocutores sobre a forma conveniente de tratamento. No entanto, o apelido exerce um papel importante na marcação da relação interpessoal, na medida em que reduz a distância (familiaridade, intimidade, reconhecimento etc.) e revela o tipo de laço sócio-afetivo entre os interlocutores.

O <u>rei</u> está solteiro.

Veja, 20/02/2008.

²⁸⁷ CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 46.

Nesse enunciado, o termo *rei* foi usado para se referir a Pelé (Edson Arantes do Nascimento), mundialmente conhecido com *o rei do futebol*.

Verdão tenta disparar.

Aqui, 26/09/2009.

O apelido *Verdão* é usado para se referir ao *Palmeiras*, time de futebol que tem a cor verde estampada no uniforme dos seus jogadores. O título em destaque no jornal *Aqui* cobre a notícia sobre a liderança do Palmeiras no Campeonato Nacional e sua tentativa de aumentar a vantagem de pontos sobre seus principais rivais. O sujeito designador emprega o aumentativo para realçar, no time, o atributo de bom.

Curiosamente, muitos presidentes ganharam apelidos o que, de certo modo, servia, concomitantemente, para nomear e atribuir ou ressaltar-lhes predicções: uma maneira de mostrar “*des affaires publiques*” – seus negócios públicos. Getúlio Vargas, por exemplo, era considerado “o pai dos pobres”; a Juscelino Kubitschek foi atribuída a designação “o Presidente Bossa-Nova”²⁸⁸; Fernando Collor era o tão esperado, pelo menos no imaginário popular, *Caçador de Marajás* só para citar alguns.

Nesse campo, a mídia tem uma longa tradição na medida em que constitui uma espécie de suporte para as representações: quando não cria, ela reforça *nomes*, seja criando apelidos, seja criando formas neológicas, enfim, não cessa de buscar novas formas de identificação capazes de cumprir uma função outra que a de simplesmente nomear.

²⁸⁸ Em 1960, Juca Chaves lançou o sucesso *Presidente Bossa-Nova, um sambinha que satirizava o comportamento de JK, brincando com o fato de ele ser um popstar de seu tempo*. (MUNHOZ, César. *Como JK se tornou um mito?*. Consulta feita em 16/12/2007: <<http://www.aprendebrasil.com.br/noticiacomentada/060227not01.asp>>

2. 1.9. Designação por insulto

O insulto é um tipo de prática humana “estigmatizante” que, certamente, revela uma assimetria de dominação. Seus marcadores enunciativos podem estar relacionados à entonação, à escolha do registro vocal, ao ajustamento da escolha lexical dentre outros. *Às vezes não é tanto o significado do insulto que importa, mas unicamente a carga axiológica da enunciação e o contexto referencial que designa um destinatário.* (Rosier e Ernotte, 2004: 18).

O texto de Laurence Rosier e Philippe Ernotte, comentado por Paveau (2000: 4), a propósito do léxico clandestino bruxelense, aponta para o que esses autores denominam “aceitação identitária”: *O emprego de insultos brusseleires pelos bruxelenses de língua francesa tem lugar de indicador social: significa por estes insultos a sua boa integração no tecido social bruxelense visto através dos estereótipos étnicos e sociais dominantes.*²⁸⁹ Esse tipo de insulto estaria para nós mais caracterizado como denominação dentro da abordagem proposta por Kleiber. Embora haja um viés designativo nas denominações, conforme já apontara Kleiber (1984), a designação de que estamos tratando nessa pesquisa, tem como uma de suas características, o aspecto circunstancial ou contingencial. No caso dos insultos étnicos, como o do exemplo supracitado, o nome ou insulto usado para desconsiderar o outro e também os termos que possuem uso pejorativo ou denegridor, tais como *bicha, nego etc.* - tem um sentido que já é partilhado socialmente o que, de certo modo, contraria ao paradigma apontado por Kleiber, quando, ao tratar dos provérbios, por exemplo, o autor os considera como denominação, graças ao paradigma *válido para todo locutor*, desde que, é claro, o provérbio²⁹⁰ seja usado de modo convencional.²⁹¹

²⁸⁹ PAVEAU, Marie-Anne, « Laurence Rosier et Philippe Ernotte, *Le lexique clandestin. La dynamique sociale des insultes et appellatifs à Bruxelles* », *Mots. Les langages du politique*, n° 75, *Émotion dans les médias*, juillet 2004. URL: <<http://mots.revues.org/index3553.html>>. (Consultado em 04/10/ 2008.).

²⁹⁰ Conforme discussão na parte referente aos provérbios, de acordo com a intenção do locutor, um provérbio pode passar a ser uma designação, conforme o uso que se fizer dele no discurso.

²⁹¹ O termo **sentido convencional** está colocado em oposição ao de **sentido intencional**. Para Mari e Mendes (2007), no primeiro, o ajuste de sentido deriva de relações canônicas predeterminada no léxico; já no segundo, a necessidade de ajuste leva em conta o potencial dessas relações canônicas de gerar efeitos de sentido engendrados no enunciado.

A **designação por insulto** constitui uso de um nome ou expressão nominal que implica uma depreciação, desconsideração ou falta de deferência que surge no ato mesmo do dizer, provocando, no designado, o ressentimento ou a indignação característicos da percepção do insulto. Assim, designações usadas podem, dependendo de como o designado a interprete, configurar ou não um insulto. A título de ilustração, temos os textos de José Simão que, com seu estilo sarcástico de fazer humor, usa sua coluna diária da *Folha de São Paulo*, para zombar de pessoas públicas. Outros exemplos são os programas como o *CQC* e *O Pânico na TV* - da *RedeTV!* - cujo principal objetivo é ser implacável com as figuras públicas. Não só políticos, mas também celebridades são alvos do humor sarcástico desses programas cuja atração é perseguir e ridicularizar, conforme denuncia a reportagem veiculada na revista *Veja* de 10 de setembro de 2008 – *O riso que fere*.- que cita, dentre outros casos, o de uma artista – *Preta Gil que está processando o programa O Pânico na TV por ter sido chamada de gorda no ar*.²⁹²

Ora, a noção de *insulto*, de acordo com Cardoso de Oliveira (2005)²⁹³, perpassa a dicotomia *consideração/desconsideração* e remete a um tipo de atitude importante na definição das interações sociais, envolvendo: (a) a noção de reconhecimento e de sua ausência; (b) *consideração (o tratamento com consideração é definido como um direito humano)* e seu oposto, *desconsideração*; sendo que, (c) as discussões envolvem *a noção maussiana de dádiva ou reciprocidade*. Outro ponto a ser considerado, salienta o autor, é que o *insulto moral*²⁹⁴ aparece com características

²⁹² Conforme reportagem veiculada na revista *Veja* (10/09/2008: 163).

²⁹³ CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Direitos, Insulto e Cidadania (Existe Violência Sem Agressão Moral?)* Acessado em 17/10/2009. <<http://br.monografias.com/trabalhos900/direitos-insulto-cidadania/direitos-insulto-cidadania.shtml>>.

²⁹⁴ Em termos jurídicos:

O insulto aparece então como uma agressão à dignidade da vítima, ou como a negação de uma obrigação moral que, pelo menos em certos casos, significa um desrespeito a direitos que demandam respaldo institucional. Tomada como o resultado da transformação da noção de honra na passagem do regime antigo para a sociedade moderna (P. Berger e C. Taylor), a dignidade é caracterizada como uma condição dependente de expressões de reconhecimento, ou de manifestações de consideração, cuja negação pode ser vivida como um insulto pela vítima, e percebido como tal por terceiros". (Cardoso de Oliveira, 2005).

Essa formulação do autor dialoga com abordagens teóricas que, segundo ele, têm como foco a dádiva ou relações de reciprocidade, de modo a propiciar caracterizar direitos que dão precedência

próprias e possui implicações diversas em cada contexto etnográfico sendo, frequentemente, associado à expressão dos sentimentos, fator esse importante para sua visibilização:

A atitude de distanciamento ou a ausência de deferência ostensiva situadas no pólo oposto desta experiência de conexão, quando percebidas como constituindo um ato de desconsideração, provocam o ressentimento ou a indignação do interlocutor, característicos da percepção do insulto.²⁹⁵

A abordagem defendida pelo autor, em interface com a fenomenologia do fato moral, proposta por Strawson, aponta para a experiência do ressentimento como relevante para caracterizar o lugar dos sentimentos na percepção do insulto, fator que dá visibilidade a este tipo de agressão. Nesse sentido, sugere a distinção importante entre ato e atitude ou intenção para a apreensão do fenômeno. Quando se fala em sentimentos no plano moral, o autor se refere àqueles *sentimentos que são socialmente ou intersubjetivamente compartilhados*. Mas, o insulto não está presente somente nos programas de humor sarcástico, a própria revista *Veja*, faz uso desse modo de designação:

Pit bull atacada.

Veja, 12/11/2008, 49, Sessão *Imagem da Semana*.

O nome *Pit bull* foi usado para se referir à Sarah Palin, o que, de certo modo, atribui a ela uma desqualificação. Nesse sentido, o nome possui um uso pejorativo, na verdade, trata-se de um insulto.

No entanto, de modo geral, a mídia impressa - estamos aqui, particularmente, levando em conta os jornais de referência -, não adotam com regularidade a

ao elo social, e colocam em segundo plano a dimensão dos interesses individuais ou a ideia de direitos intrínsecos ao indivíduo.

²⁹⁵ CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005.

designação por insulto, muito porque, entendemos nós, pelo fato de envolver questões da esfera jurídica (indenização por danos morais custa caro e não é nada bom para o nome da instituição). Contudo, quando se trata de direito à plena liberdade de expressão, há que se manter certa dose de bom senso para não se ultrapassar a linha tênue entre o direito de zombar e o direito do outro à preservação de sua dignidade.

2.1.10. *Designação por gíria*

As gírias são o resultado de uma *renomeação* e se configuram como *marcadores de coesão de grupo*: grupo de idade, grupo social, grupo profissional. Nessa perspectiva, *se não é justo falar de um “código secreto”, como podem ser consideradas as linguagens de iniciação, o uso das gírias, não obstante, leva a estabelecer demarcações no interior de uma comunidade lingüística entre os que a utilizam, “nós”, e os que não o fazem, “eles”.*²⁹⁶

Do ponto de vista da lexicografia, as gírias são subconjuntos do vocabulário comum, cuja grande parte dos artifícios usados na sua criação está relacionada tanto à morfologia da língua - derivação morfológica; truncamento; afixação; empréstimos - como também aos procedimentos retóricos – metáfora; metonímia; eufemismo dentre outros. Nesse sentido, a *designação por gíria* é usada para recategorizar um referente qualquer, visando a uma aproximação do interlocutor. Cabe ressaltar, no entanto, o *princípio de economia* que rege muitas gírias.

Vejamos um exemplo colhido do jornal popular *Aqui*:

Uma aula de ‘xaveco’.

Aqui, 26/09/2009.

²⁹⁶ BOUTET *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 258.

Esse enunciado faz referência tanto à forma quanto ao conteúdo do quadro - *Conselheiros sentimentais ou amorosos?* - do programa semanal *Show da gente* do SBT/Alterosa em que os músicos apresentadores têm o papel de conselheiros: eles tentam orientar homens – participantes do programa - a reconquistar suas amadas. Assim, analisando o enunciado como um todo, diríamos que há vários “níveis”, diríamos assim, de designação contidos nesse sintagma nominal:

- (i) num sentido mais amplo, o enunciado inteiro funciona como designação para nomear, predicar, recategorizando de modo apreciativo, o quadro do programa *Show da gente* do SBT/Alterosa;
- (ii) *uma aula* designa, do ponto de vista do sujeito designador, o formato do quadro do programa;
- (iii) *xaveco* - gíria que significa *dicas do que dizer para conquistar uma mulher* - designa - também sob o ponto de vista do sujeito designador - o tipo de conteúdo ou o assunto tratado no quadro do programa.

No entanto, cabe ainda ressaltar que esse mesmo enunciado serve também de exemplificação de *designação por analogia*, uma vez que o sujeito designador estabelece uma relação de semelhança entre o quadro *Conselheiros sentimentais ou amorosos?* do programa *Show da gente* do SBT/Alterosa, usando a designação *aula* para estabelecer o elo de comparação.

2.1.11. Designação por ironia

A propósito da *ironia*, há quem discorde hoje de seu *valor desvalorizador*, antes consenso entre vários autores. Para Bittencourt²⁹⁷, no texto onde busca aproximar poesia e ironia, *o que interessa no gesto irônico é sua condição simultânea de disfarce e comunicação, algo que pode ser lido e que, ao mesmo tempo, pode não*

²⁹⁷BITTENCOURT, R. L. de Freitas. Poesia e ironia: aproximações. **Boletim de pesquisa — NELIC**, n. 8/9. Ilha de Santa Catarina, março de 2006. Disponível em: < <http://www.cce.ufsc.br/~nelic/boletim8-9/ritabittencourt.htm>>. (Acessado em 16/04/2010).

ser lido, embora venha sinalizado, em ocorrências circunstanciais e textuais, por marcadores fônicos ou gráficos. Para Berrendonner ²⁹⁸, por exemplo, a ênfase dada está centrada no seu caráter *defensivo*: *Trata-se de uma manobra com função basicamente defensiva. E mais que disso, defensiva contra as normas [...]; uma astúcia que permite frustrar o assujeitamento dos enunciadores às regras da racionalidade e da conveniência públicas.* Entretanto, Maingueneau (2004) destaca que a *ironia não tem o mesmo efeito conforme se exerça sobre um terceiro ou sobre o destinatário.* ²⁹⁹

Os exemplos, que se seguem, ilustram o procedimento de *designação por ironia* cujo alvo é um terceiro:

(a) Assessores republicanos mordem Sarah por estourar o cartão e ignorar detalhezinhas geográficos.

Veja, 12/11/2008: 49, Seção *Imagem da Semana*.

Através da *designação irônica*, os enunciados – *por estourar o cartão e ignorar detalhezinhas geográficos* – alvejam Sara Palin e, como se pode perceber, a desqualificam. Quem se candidata a cargos de alto escalão, como o de vice-presidência, não deveria *estourar cartão*, ou seja, gastar além do limite de crédito. Nota-se, com mais clareza através do diminutivo – *detalhezinhas* – o tom de ironia para com o desconhecimento de Sarah relacionado ao campo da geografia.

(b) Espertão deve ser punido.

Aqui, 26/09/2009.

Esse enunciado intitula a reportagem que trata da eventual suspensão do goleiro dinamarquês Kim Christensen, do IFK Gotemburgo, da Suécia, por ter mudado as traves de posição durante as partidas de sua equipe. O uso do sufixo *-ão* dá uma

²⁹⁸ BERRENDONNER, 1981: 239 *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 292.

²⁹⁹ MAINGUENEAU *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 292.

nova roupagem ao termo *esperto* que passa a ter um sentido pejorativo, migrando do pólo positivo – *inteligente, ativo* - para o pólo negativo. O locutor vai usar de ironia para designar o autor da proeza, tendo em vista o tipo de esperteza, não necessariamente *inteligência*, que esse último usou em benefício próprio para tirar vantagem. O nome escolhido – *espertão* – realça o posicionamento do sujeito designador (reprovação e desqualificação) perante a atitude cometida pelo designado.

2.1.12. Autodesignação

A *autodesignação* ocorre quando o próprio locutor atribui a si mesmo uma identificação para se autoneoamar ou para lhe realçar algum atributo ou predicação. Nesse caso, ele fixa, através da *designação*, um tipo de associação referencial que o individualiza e identifica em relação a um grupo de pessoas. Como ocorre em:

(a) “Sou como um rato”, diz ex-primeiro-ministro da Tailândia.

UOL, 21/04/2009.

O enunciado seguinte se refere à fala de Aécio Neves se autodesignando por ocasião da divulgação, na mídia, de sua candidatura à presidência do Brasil em 2010.

(b) “Sou uma alternativa para o país”

Isto é, 18/02/2009 (Manchete de capa).

Ou, como o faz, recorrentemente, José Simão em seus textos de humor publicados na seção *Ilustrada* da *Folha de São Paulo*, onde, delocutivamente, se dá a designação:

Macaco Simão. O esculhambador-geral da República. [...]

FSP Online, 18/05/2007 – *Ilustrada*.

Nota-se, nesse segundo exemplo, que a *designação* utilizada só se aplica a esse indivíduo.

2.1.13. Designação por interpelação

Conforme nos esclarece Medina, o fenômeno da interpelação caracteriza-se, do ponto de vista de Althusser, como *um tipo de saudação que tem o poder formativo de configurar a identidade de alguém de modo particular e fazer com que alguém aceite essa configuração concreta como o que este alguém é.*³⁰⁰

Assim, quanto ao uso interpelativo da *designação*, entendemos que ela pode, do mesmo modo, se tornar um marco normativo e definir o indivíduo a ele submetido. Ao responder à saudação designativa, o designado assume uma identidade que é projetada sobre ele e, a partir de então, o reconhecimento do outro se torna um marco normativo estabelecido como termos da interação pela voz do sujeito designador que define o indivíduo.

Na mídia impressa, encontramos em um jornal popular, seção *Variedades*, a seguinte *chamada*:

Menina, nem te conto!

Super Notícia, 15/09/2009.

O enunciado nomeia e predica uma seção do jornal diário *Super Notícia* reservada às fofocas sobre as celebridades e os famosos. O nome comum *menina* - um

³⁰⁰ MEDINA, 2007: 179.

vocativo, gramaticalmente falando -, interpela o(a) leitor(a) na busca de melhor captá-lo e é mais globalizante. Percebe-se que o enunciado como um todo constitui uma designação para a seção do jornal.

No exemplo a seguir, a interpelação é constituída de um apelido, amplamente conhecido no meio esportivo:

<u>Baixinho</u> , bola fora. ³⁰¹

Veja, 29/07/2009.

O enunciado faz uso da interpelação *Baixinho* para designar, particularmente, o ex-jogador de futebol *Romário* que ficou em má situação com a justiça pelo fato de não ter efetuado o pagamento da pensão a sua ex-mulher. Aliado ao apelido *Baixinho*, o uso da gíria *bola fora* que, na linguagem popular, significa *ter comportamento inadequado*, configura uma outra designação usada para se referir tanto ao comportamento do jogador quanto a ele próprio. Nessa dimensão, o enunciado compõe um todo designativo para seu portador.

Cabe dizer que, ao aceitar a interpelação, o sujeito se submete às expectativas normativas e a toda a ideologia que está por trás de tal chamamento. É importante salientar aqui que a consolidação do termo utilizado vai se dar a partir da recorrência do uso:

Quanto mais um uso é ecoado, tanto mais consolidado ele se torna. No entanto, o ecoar também pode funcionar como um mecanismo de desvio e de inovação semântica: quanto mais um uso excêntrico da linguagem é ecoado, tanto mais o uso padrão é desestabilizado, e mais espaço existe para novos usos e novos significados.³⁰²

No entanto, Althusser chama a atenção para um traço importante da interpelação, conforme destaca Medina (2007: 180): *o fato de que a ela não se pode escapar*. Por um lado, porque uma vez sendo sentida a interpelação, não se pode fugir dela:

³⁰¹ Grifo nosso.

³⁰² MEDINA, 2007: 174.

[...] da interpelação não tem como se escapar, no sentido de que não se pode fugir dela uma vez que ela foi sentida: depois de registrada, não há escapatória, pois a tentativa de a ignorar ou se evadir – por exemplo, literalmente fugindo do guarda que diz “Ei, você aí!”, ou não se voltando para alguém que o chama usando um termo pejorativo, como “cadela” ou “bicha” – é também uma reação ao chamamento e deixa uma marca na subjetividade do indivíduo interpelado.³⁰³

Por outro lado, ressalta Medina, porque *a interpelação é a condição de possibilidade da subjetividade*; é ela que prepara o palco ou a cena para a aparição do sujeito. Como afirma Althusser, “os indivíduos são sempre-já sujeitos”. Como exemplificação, Medina ilustra com um comentário de Althusser a respeito do que é a ideologia familiar (paterna/materna/fraterna) “na qual o filho ainda não nascido é esperado” (*Ibid.*).

Essa preparação ideológica da chegada de um novo membro da família inclui falar a respeito do gênero da criança, do nome, da posição na família, etc.: “Antes do seu nascimento a criança é, portanto, sempre – já um sujeito, apontada como um sujeito na e pela configuração ideológica familiar específica na qual ela é ‘esperada’, uma vez que foi concebida” (IBID) – e, poderíamos acrescentar que, mesmo antes de ter sido concebida (por exemplo, as pessoas falam a respeito de seus interesses em conceber, adotar, etc.).³⁰⁴

São os nomes que constituem alguém socialmente. No entanto, a constituição social do indivíduo ocorre sem o seu conhecimento. Cabe aqui, no entanto, sublinharmos que na formação da identidade há uma parcela destinada à influência da palavra do outro. Entretanto, para a teoria de Bourdieu, que expande a abordagem da formação ideológica do sujeito, há outros aspectos *inconscientes* e *corporais* que influenciam na formação de identidade mediante a palavra do outro: são as *formas subliminares* e *não-linguísticas* de se dirigir a alguém, comenta Medina. Para Bourdieu, a imposição social da identidade é também realizada por meio de *insinuações*, que seguidamente tomam a forma de mensagens subliminares, as quais não são registradas conscientemente pelo alvo e nem sequer necessitam de verbalização. Constam dessas formas tácitas de se dirigir a alguém: “*formas de olhar, sentar, ficar*

³⁰³ MEDINA, 2007: 180.

³⁰⁴ MEDINA, 2007: 180 - Grifo adicionado.

*de pé, se manter em silêncio, ou até mesmo de falar ('olhares' ou 'tons' de reprovação, 'olhadelas de desaprovação' e assim por diante".*³⁰⁵ Conforme destaca Medina, *é assim que as categorias de identidade e estruturas de subjetividade são transmitidas de geração a geração em uma comunidade, por meio da formatação do sentido das pessoas do que elas podem dizer e fazer e do que elas são.* De acordo com Bourdieu, destaca Medina, a submissão ao poder simbólico, prefigurado no *habitus* do falante é estabelecida por meio de *sugestões* e *insinuações* (olhares, tons de voz, posturas etc.) que são uma maneira mais sutil e poderosa de intimidação do que a presente em formas explícitas de interpelação ou saudação e, também, anteriores a estas. Há uma *cooperação* dos sujeitos falantes que não são apenas receptores da dominação simbólica, dado o fato de estarem propensas a darem respostas às vozes dos outros. Há, assim, uma *cumplicidade ativa* dos sujeitos que se submetem a ela, embora não escolham participar de sua própria sujeição. Essas insinuações povoam o campo da violência invisível e silenciosa e, diferentemente de se dirigir a alguém ou do chamamento pelo nome da interpelação, elas ocorrem sem qualquer afirmação ou representação e ocorrem sem lançar mão de convenção e até mesmo sem a criação de termos cunhados.

2.1.14. Designação por paródia

A propósito da paródia, Machado (2002) nos esclarece que [...] *grosso modo, é um discurso segundo, inserido em um texto que tomou por base um discurso primeiro, com fins de desviá-lo de seu sentido original.* Segundo a autora, a paródia está relacionada ao brincar, na medida em que, ao reconfigurar o texto base, o faz de modo a torná-lo *portador de novas intenções (cômicas, satíricas e críticas).* Nesse sentido, ao estabelecer o novo, conserva algo do antigo *que irá – segundo as diferentes “dosagens” de ironia colocadas no novo texto:*

(i) levar o leitor a refletir sobre uma curiosa sensação que poderá (talvez) experimentar na leitura do texto paródico: a do déjà vu;

³⁰⁵ BOURDIEU, 1991: 51 *apud* MEDINA, 2007: 180.

(ii) levar o leitor a ter uma surpresa ou até a chocá-lo (de modo agradável ou não), conforme suas sensações face ao texto de origem ou sua aptidão em aceitar – de bom grado ou não – os jogos paródicos;

(iii) fazer com que o leitor ria (ou sorria) diante do que lê.³⁰⁶

Na *designação paródica*, o sujeito designador recria ou retrabalha um texto-base, porém vai usar a construção paródica para evidenciar, a partir do novo texto, predicacões que busca realçar, evidenciar ou até mesmo atribuir.

Buemba! O Brasil vai ter mais uma CPI: Comissão de Perguntas Imbecis!

José Simão, *Notícias UOL*, 27/05/2009.³⁰⁷

Os efeitos desse trabalho de *re-criação ou recreação*, para empregar os termos de Machado (2002: 62), estão, com frequência, voltados para a sátira, a crítica, o fazer rir etc., uma vez que estão relacionados ao posicionamento do locutor em face de um acontecimento, situação ou mesmo construção de identidade³⁰⁸, como ocorre nos exemplos que se seguem, extraídos de manchete de jornal popular e *chamada* publicitária. Nota-se, como pano de fundo, a intenção de predicar, re-significando.

São três pra lá, três pra cá.

Aqui, 09/09/2009.

O enunciado – *São três pra lá, três pra cá* - veiculado pelo jornal diário e popular mineiro - *Aqui* -, parodia a música – *Dois pra lá dois pra cá*³⁰⁹ – para criticar o resultado da disputa – Atlético e Botafogo, no Campeonato Brasileiro. Ao mesmo tempo, ao empregar esse enunciado, o locutor faz referência, de modo implícito, ao campo da *dança* (os passos da valsa são como descreve a música) e,

³⁰⁶ MACHADO, 2002: 61.

³⁰⁷ Acessado: <<http://noticias.uol.com.br/monkeynews/ultnot/2009/05/27/ult2529u491.jhtm>> .

³⁰⁸ A esse respeito, o enunciado publicitário, como se verá mais adiante, busca criar uma imagem para seu produto através da paródia a um provérbio.

³⁰⁹ Cantada por Elis Regina, *Dois pra lá, dois pra cá* possui letra e música de João Bosco e Aldir Blanc.

intencionalmente ou não, dá a entender que o time do Atlético *dançou* nesse campeonato: a goleada que sofreu – 3 x 1 para o time Botafogo, no Rio de Janeiro -, o fez perder a chance de assumir a vice-liderança. Assim, tem-se, de um lado, a derrota por três; e, de outro, a vitória do seu maior adversário, o Cruzeiro, que venceu o Goiás por três gols a zero. Os gols do time de lá não repercutem tanto quanto os três gols de cá, pelo fato de que esses marcam, negativamente, a imagem identitária do Clube Atlético Mineiro que se distanciou ainda mais do líder da temporada, o Palmeiras. Ora, aqui há também *designação por numeral*, na medida em que a palavra *três* adquire uma dimensão enunciativa que faz com que o enunciado como um todo seja uma designação para os fatos ocorridos, de modo que esse enunciado só serve para esta situação.

O outro enunciado, que trazemos a seguir, configura uma exemplificação de *designação por paródia*, utilizando expressão proverbial, entretanto, foi extraído de panfleto publicitário:

Quem comba seus males espanta.

Panfleto publicitário da Net, 15/09/2009.



O sujeito designador brinca com o texto proverbial - *Quem canta seus males espanta.*- , para criar sua *chamada* publicitária, de modo a cumprir três funções essenciais em relação ao seu interlocutor: atrair-lhe a atenção, captá-lo e despertar-lhe o interesse. Ao mesmo tempo, remete o interlocutor ao produto ou serviço designado *combo* – uma tríade constituída de canal de TV, internet e telefone. O termo *combo* configura também uma forma neológica que, não somente designa o produto, mas também cria uma identidade que individualiza a empresa anunciante em relação às demais

concorrentes. Percebe-se, ao final, que o texto publicitário conclui com um enunciado, uma espécie de *slogan* - *Você dá um show de entretenimento em casa* -

que tem, intencionalmente, a função de reforçar a ideia que se pretende aderir ao produto - *entretenimento* - e que, simultaneamente, está relacionada à essência identitária do produto ou serviço. Cabe ressaltar, no entanto, que a palavra *Combo* aparece incorporada ao nome da empresa anunciante: *Net Combo*.³¹⁰ O folheto publicitário contém a imagem de um microfone de modo a ancorar o material verbal e complementá-lo. Assim, a instância de produção da peça publicitária, ao amalgamar forma verbal e material icônico – *comba* e a imagem do microfone, respectivamente -, ela direciona o sentido: *comba* é igual a *canta*.

O fato é que os jogos de linguagem parecem configurar uma estratégia bastante interessante, quando a meta é atrair o leitor mais desatento.

2.1.15 Designação icônica

Estamos considerando *designação icônica* qualquer alteração de caráter subjetivo feita, geralmente, por acréscimo de algum elemento – ilustração, cor, realce no tamanho da palavra etc.. Podendo ser traduzida como uma espécie de “adereço” adicionado a uma imagem qualquer - fotografia, ilustração, desenho etc. - ou até no próprio signo (como se verá no exemplo mais adiante), a *designação icônica* configura uma interpretação que a instância de produção constrói de um fato ou acontecimento e decide registrá-la. Na maioria dos casos, ela é uma espécie de “algo mais” que o sujeito designador, intencionalmente, resolve representar no campo da imagem.³¹¹ Em outros termos, trata-se de uma manifestação subjetiva

³¹⁰ Para maiores detalhes a propósito das características enunciativas dos elementos que constituem uma peça publicitária, sugerimos consultar GUADANINI, 2002.

³¹¹ Ressaltamos que, de acordo com Joly (1996: 38) é *heterogêneo*, em publicidade, o que se chama *imagem*. A autora nos esclarece que a imagem coordena e agrega dentro de um limite ou quadro, categorias distintas de signos: " '*imagens*' no sentido teórico do termo (*signos icônicos, analógicos*), *mas também signos plásticos (cores, formas, composição interna, textura) e a maior parte do tempo também signos lingüísticos (linguagem verbal)*" (Joly, 1996: 38). Cabe ressaltar também que, além disso, o termo pode ser empregado para se aludir, tanto às operações mentais, individuais ou coletivas, visando ao aspecto construtivo e identitário, como pode estar ligado ao que provoca em termos de associações mentais sistemáticas, servindo, dessa forma, para identificar, por exemplo, este ou aquele objeto, esta ou aquela pessoa, atribuindo-lhes valores socioculturalmente construídos e partilhados. Nesse aspecto, a autora nos chama a atenção para o fato de que é comum, no

transformada nisso que estamos considerando “acessório”, cuja função é expressar, no plano icônico, uma predicação. Assim, ao convocar determinado elemento para integrar uma imagem, o sujeito designador expõe o lugar que o interlocutor é interpelado a ocupar - se ele pretende interpretar -, de modo a se eximir do conteúdo ali aferido. Ao mesmo tempo, ele mobiliza saberes socialmente partilhados que poderão constituir a mola propulsora capaz de movimentar o interlocutor na busca da compreensão do sentido ali expresso. Apresentamos, a seguir, como exemplificações, capas de revistas em que se alvejou o uso da *designação icônica*:

(1) *Veja*, 14/06/2006(2) *Isto é*, 29/04/2009(3) *Carta Capital*, 1º/07/2009(4) *Veja*, 29/07/2009(5) *Isto é*, 18 /06/2008.

vocabulário de *marketing*, trabalhar (construindo, modificando, substituindo, reforçando etc.) a "imagem" de uma marca, de uma instituição, de determinado homem público, de uma profissão etc.

Podemos concluir, diante do que se apresenta, que a *designação icônica* pode se manifestar na **fotografia** - exemplos (1) ao (3) - e também na ou pela **ilustração** - exemplos (4) e (5). Há, no entanto, uma relação de sincronia comunicacional com o alinhamento do visual e do verbal (*mostração*). Tendo em vista, no entanto, o apagamento dos dados situacionais, o enunciado juntamente com a fotografia como um todo transitam de uma dimensão descritiva para uma *visée* argumentativa.

Ora, o adereço ou suplemento indexado a uma imagem qualquer gera um efeito de sentido cuja função é, geralmente, de provocação ou de chamada. No entanto, conforme a disposição em que se encontrem os interlocutores, as reações suscitadas poderão ser completamente diferentes.

Cabe ressaltar, contudo, que a **designação icônica** não se restringe unicamente a essas tipologias que envolvem fotografia e ilustração. Um caso bastante interessante foi veiculado no jornal diário – *Aqui* - por ocasião da disputa pela Taça Libertadores, quando, na decisão final do campeonato, o Cruzeiro perdeu para o Estudantes - de virada no Mineirão - a chance de conquistar o terceiro título da competição. Tal fato deu origem à manchete do dia seguinte, envolvendo elementos designativos no plano semiótico, ou seja, no plano do signo. A manchete **TRISTEZA AZUL**, acompanhada de sua rubrica *Libertadores*, vinha acompanhada do seguinte enunciado:

Cruzeiro é derrotado pelo Estudantes de virada, no Mineirão, e adia o sonho de conquistar o terceiro título da competição

Aqui, 16/07/2009.



Aqui, 16/07/2009.

Ora, se se observar apenas o material verbal da manchete, não será possível perceber a função designativa desempenhada no plano semiótico, através do jogo de cores na imagem da palavra. Grafada na cor branca, TRISTEZA recebe a cor amarela na sílaba “TRI-” que remete a duas leituras: (i) ao terceiro título que o time do Cruzeiro não adquiriu; e (ii) ao que circulou na ocasião - o *time amarelo*, isto é, ficou com medo e, por isso, perdeu a partida de virada: eis a designação sendo marcada através da cor amarela para se referir ao motivo da “TRISTEZA AZUL”. Na

oportunidade, o sujeito designador aproveita para brincar com o signo “Azul” que ali é usado, metonimicamente, para se referir ao time do Cruzeiro e também para evocar e reforçar a simbologia da cor do time. Grafar a palavra AZUL com a própria cor azul complementa e reforça a identidade do time em questão.

Contudo, como se viu acima, além de se manifestar tanto na fotografia quanto na ilustração, a designação pode se revelar também no próprio **significante** – através de diferentes recursos como uso de cores, variação nos grafismos – tamanho e formato da letra etc..

Não se pode deixar de mencionar, no entanto, que a fotografia, ou os ícones, sempre foram vistos na semântica como detentores de um poder representacional, mimético da coisa representada e assim gozam, juntamente com os nomes, de um status lógico particular. A união do nome e do ícone sugere uma estratégia de reforço da intenção comunicativa, na medida em que o ícone desempenha o papel de autenticar o comentário feito na designação.

Em suma, embora a designação se manifeste sob uma diversidade de jogos de palavras, naturalmente, não se esgotam em nossa tentativa de catalogá-los. Reconhecer tais tipologias no campo midiático vem reforçar não só a dimensão, mas

também a plasticidade da designação que cumpre uma parcela importante quando se trata de captação e, por que não, também de influência.

Capítulo 3. *Designação* e os Modos de Organização do Discurso

3.1. *Designação* e Modo Enunciativo

Os modos de organização do discurso são procedimentos que têm como princípio ordenar certas categorias da língua em função das finalidades do ato de comunicação, podendo ser divididos em quatro grupos, a saber: *Enunciativo*, *Descritivo*, *Narrativo* e *Argumentativo*.³¹²

Cada um destes modos propõe, ao mesmo tempo, uma *organização do “mundo referencial”*, isto é, uma lógica de construção destes mundos (descritivo, narrativo, argumentativo) e uma organização de sua *mise en scène*, ou seja, de sua encenação: *mise en description*, *mise en narration* e *mise en argumentation*.

O Modo de Organização *Enunciativo*, por comandar os outros, intervém na *mise en scène* de cada um dos outros três modos. Sua principal função é dar conta do posicionamento do locutor em relação ao interlocutor, a ele próprio e aos outros que compõem a realidade exterior: acontecimentos, objetos, pessoas etc., o que dá lugar à construção do aparelho enunciativo. Cabe esclarecer que a modalização reagrupa o conjunto dos procedimentos linguísticos, os quais permitem explicitar uma posição particular, portanto, um comportamento particular do locutor em seu ato de locução. Logo, conforme foi dito em outro momento deste trabalho, toda modalidade supõe um ato locutivo e, nesse sentido, possui uma relação de imbricação com o *modo de organização enunciativo*. Insistindo um pouco nessa perspectiva, Charaudeau estabelece uma diferenciação entre a *qualificação subjetiva* e o *ato de modalização do discurso*. Embora ambos envolvam a questão da apreciação, o autor salienta que na *modalização do discurso*, a *apreciação do sujeito falante porta sobre sua própria enunciação* – *Felizmente, ele pinta -*, enquanto que na *qualificação subjetiva*, a *apreciação porta sobre a maneira de fazer do agente do enunciado*: “*Ele pinta com paixão*”.³¹³

³¹² CHARAUDEAU, 1992: 641.

³¹³ CHARAUDEAU, 1992: 358.

No texto midiático, ocorre uma interação entre o material verbal e o modo de especificar as relações dos protagonistas. Em outros termos, há uma interação entre a modalização - procedimentos linguísticos que viabilizam a explicitação do posicionamento do locutor, portanto, categoria linguística - e o modo enunciativo - categoria discursiva.

Desse modo, a instância de produção, através dos atos locutivos - *alocutivo*, *elocutivo* e *delocutivo* -, expõe seu posicionamento, de tal maneira que pode induzir seu interlocutor a uma “ação específica”: aderir a um posicionamento, no caso da instância jornalística, por exemplo. Vale ressaltar, porém, que, dentro de uma mesma construção textual, poderá haver, embora com alguma predominância de um deles, mais de um ato locutivo. O modo operacional de cada um dos *atos locutivos* aparece representado pela *figura 7* que se segue:

Atos Locutivos	Modo Operacional
Elocutivo	O locutor, ao situar sua proposição em relação a si próprio, deixa transparecer seu ponto de vista. Pode-se identificar sua presença através de diferentes marcas que o identificam: nome próprio, pronomes de primeira pessoa (eu, nós, nosso, meu), tipo de enunciados (opinativos, exclamativos). Nesse tipo de ato enunciativo, o interlocutor não aparece inscrito.
Alocutivo	O locutor interpela o interlocutor no seu ato de enunciação e impõe-lhe o conteúdo de sua proposição. Trata-se de uma relação de influência, na medida em que o sujeito falante visa incitar, ou seja, provocar uma reação atitudinal. Nota-se, nesse tipo de ato, que o interlocutor mostra-se presente sob diferentes marcas linguísticas: pronomes (você, seu, teu, te), nome próprio, formas verbais (interrogativa, imperativa).
Delocutivo	O locutor e o interlocutor não estão evidenciados no dito, já que o primeiro se apaga de seu ato de enunciação e não evoca o segundo. Desse modo, surge uma enunciação “aparentemente” objetiva, pois esta é concebida de modo tal que o enunciado inspira existir por si próprio, impondo-se como uma "verdade incontestável".

Figura 7 – *Atos locutivos e seu modo operacional.*

Vejamos algumas designações colhidas de capa de revistas informativas:

Os PT bulls

Veja, 14/06/2006.

<i>Os fichas-sujas do Congresso.</i>

Isto é, 25/02/2009.

<i>Os trapalhões.</i>

Isto é, 23/07/2008.

Quando se observa esses enunciados, nota-se que há entre eles aspectos que os assemelham entre si:

- são SNs que apresentam-se como descrição definida (são precedidos de determinantes com valor genérico);
- possuem designação (*PT bulls, fichas-sujas do Congresso, trapalhões*);
- no plano linguístico, as marcas de toda fonte enunciativa identificável são encobertas, de modo a dar a impressão de que o locutor não está presente;
- são *delocutivos*, ou seja, os enunciados são *aparentemente objetivos* ³¹⁴, inspirando existir por conta própria independentemente de um locutor, como se fosse uma “verdade inquestionável” sobre o mundo.

Portanto, é lícito afirmar que a força da designação parece bem distinta da força que teria uma qualificação: a designação, como estratégia, inclui um *dizer sobre* e, portanto, uma qualificação, mas apresenta-se como nome, o que sugere um certo apagamento do locutor e uma intensificação da delocução.

3.1.1. Designação, Modalidade, Modalização e Desinscrição enunciativa

Auroux ³¹⁵, no tocante à *marcação da subjetividade*, aponta que *o próprio da linguagem humana é ser falada por sujeitos, situados hic et nunc, que não se contentam com exprimir um conteúdo representativo, mas atribuem um ponto de vista sobre esse conteúdo*. Nessa dimensão, assinalando uma proximidade entre a

³¹⁴ A esse respeito, consultar a seção 5.4.

³¹⁵ AUROUX, 1998: 42.

caracterização da concepção de *nominação* e a questão do ponto de vista de que nos fala Auroux, reportamo-nos a Siblot para quem - *A nominação não diz a «verdade» do que nomeio, mas a ideia que eu me permito fazer a partir das relações que eu entretenho.*³¹⁶ Nesse quadro, *as categorizações lexicais são enquanto “atos de batismo”, nominações operadas nos contextos particulares, determinadas aos planos histórico, cultural, social ou técnico, para fins similarmente condicionados.*³¹⁷

Com efeito, para Charles Bally (1950)³¹⁸, a frase - *forma mais simples possível da comunicação de um pensamento* -, inclui necessariamente um *dictum*, correlativo da representação, e um *modus*, correlativo à operação de avaliação modal do sujeito pensante. Dentro dessa perspectiva, Auroux destaca que “*não se pode então atribuir o valor de frase a uma enunciação enquanto não descobrirmos nela a expressão, qualquer que seja, da modalidade (loc.cit., 36)*”.³¹⁹

A analisabilidade em *dictum* + *modus* é constitutiva de qualquer enunciado lingüístico e, logo, de qualquer comunicação em língua natural. Há outras maneiras de conceber o papel essencial da subjetividade, insistindo, por exemplo, no diálogo, na mentira ou no uso deliberado do silêncio como modalidade da comunicação. Para Benveniste, esse papel está ligado ao sistema dos pronomes pessoais e ao seu funcionamento específico.³²⁰

A noção de modalidade, com base em Cervoni³²¹ *implica a ideia de que uma análise semântica permite distinguir, num enunciado, um dito (às vezes denominado “conteúdo proposicional”) e uma modalidade – um ponto de vista do sujeito falante sobre este conteúdo.*

Entretanto, a distinção estabelecida por Vion (2001) entre *modus* e *dictum* parece clarear o que se poderia entender por *atitude modal* ou por *olhar do locutor – regard du locuteur*. Para o autor, os sujeitos que comunicam são levados a gerir,

³¹⁶ Tradução nossa. de: *La nomination ne dit pas la «vérité» de ce que je nomme mais l'idée que je peux m'en faire à partir des rapports que j'entretiens.* (SIBLOT, 2004: 19.).

³¹⁷ SIBLOT, 2004: 20.

³¹⁸ In: *Linguistique générale et linguistique française*, Berna, Francke, 1950. Apud Auroux, 1998: 42.

³¹⁹ AUROUX, 1998: 42.

³²⁰ AUROUX, 1998: 43.

³²¹ CERVONI, 1989: 53.

simultaneamente, um jogo de posições ao ponto que a relação tecida entre eles vá articular os cinco tipos de relações de lugares interligados, quais sejam:

(i) Pela relação social e interpessoal, encontram-se:

- os lugares « institucionais », definitórios do quadro interativo, ou seja, da situação;
- os lugares « modulares » autorizam os sujeitos a desenvolver localmente outros tipos interativos que aquele sobre o qual se define a situação;
- os lugares subjetivos pelos quais os sujeitos co-constroem as imagens de si mesmos.

(ii) No quadro da relação interlocutiva, estão:

- os lugares discursivos que permitem aos sujeitos realizar tarefas cognitivo-discursivas como a gestão dos equívocos, a descrição, o *récit* (relato), a argumentação etc.
- os lugares enunciativos exprimem os modos de presença e de implicação dos sujeitos diante de suas produções (vozes construídas no discurso, atitudes e distâncias em relação às finalidades construídas).

Nessas condições, *toda modificação em um desses lugares terá imediatamente repercussão sobre o conjunto dos outros.* (Vion 1995, 1999b).³²² Essa relação interlocutiva permite, segundo o autor, exprimir os posicionamentos ligados ao exercício mesmo da fala, como por exemplo, o fato de conduzir um *récit* ou de produzir enunciados impessoais com pretensão universal.

O autor defende ainda a existência de dois níveis de diálogos imbricados:

- o nível propriamente dialogal, aquele que compreende o diálogo *in praesentia* – *em presença* -, que coloca face à face, ao menos virtualmente, os co-locutores que trocam mensagens;

³²² VION, 2001 : 210.

- o nível dialógico, diálogo *in absentia* - em ausência -, que em uma produção monologada (mas, portanto, endereçada) faz dialogar opiniões e enunciadores.

Esta dupla realidade do diálogo se inscreve numa corrente ininterrupta de comunicação qualquer que seja o *episódio dialogal*, para usar os termos do autor: *só se pode dialogar com um parceiro (real, potencial ou imaginário) dialogando, ao mesmo tempo, com um número indefinido de opiniões.* ³²³

Em seu estudo, Vion nos remete ao conceito de modalidade adotado por Bally (1965:35), segundo o qual a distinção entre *modus* e *dictum* vai depender de uma distinção entre os aspectos “lógicos” e “psicológicos” da comunicação:

A frase explícita compreende, portanto, duas partes: uma é o correlativo do processo que constitui a representação (p. ex. a chuva, uma cura); nós a chamaremos, a exemplo dos logicistas, o *dictum*. A outra contém a peça soberana da frase, aquela sem a qual não há frase, a saber a expressão da modalidade, correlativa à operação do sujeito pensante. A modalidade tem por expressão lógica e analítica um verbo modal (p. ex. crer, congratular-se, desejar), e o seu sujeito, o sujeito modal; todos dois constituem o *modus*, complementar do *dictum*. ³²⁴

Prosseguindo, a leitura de Vion sobre essa noção de *modalidade* aponta que ela, a *modalidade*, se define, portanto, como uma atitude reativa do sujeito falante em face de um conteúdo. A *modalidade* comporta “(...) um sujeito modal [que] pode ser e é, ao mesmo tempo, o mais frequentemente, o sujeito falante”. (Bally 1965: 37). ³²⁵

Avançando sobre o conceito de *modalidade*, a visão de Ducrot sobre *dictum* e *representação* revela uma outra concepção que, para Vion, deveria permitir melhor apreender a noção de modalização. Assim, em seu estudo sobre a enunciação e a

³²³ Tradução nossa de : [...] « on ne peut dialoguer avec un partenaire (réel, potentiel ou imaginaire) qu'en dialoguant en même temps avec un nombre indéfini d'opinions ». (VION, 2001: 210).

³²⁴ Tradução nossa de : « La phrase explicite comprend donc deux parties : l'une est le corrélatif du procès qui constitue la représentation (p. ex. *la pluie, une guérison*) ; nous l'appellerons, à l'exemple des logiciens, le *dictum*. L'autre contient la pièce maîtresse de la phrase, celle sans laquelle il n'y a pas de phrase, à savoir l'expression de la modalité, corrélatif à l'opération du sujet pensant. La modalité a pour expression logique et analytique un *verbe modal* (p. ex. *croire, se réjouir, souhaiter*), et son sujet, le *sujet modal* ; tous deux constituent le *modus*, complémentaire du *dictum*. » (BALLY 1965 : 36 *apud* VION, 2001:211).

³²⁵ Tradução nossa de: La modalité se définit donc comme une attitude réactive du sujet parlant vis-à-vis d'un contenu. Elle comporte un « (...) sujet modal [qui] peut être et est le plus souvent en même temps le sujet parlant ». (BALLY 1965 : 37 *apud* VION, 2001 : 211).

polifonia de Charles Bally, Ducrot vai ressaltar que a distinção entre *modus* e *dictum* supõe que *todo pensamento se decompõe em um elemento ativo, ou subjetivo, a reação, e num elemento passivo, ou objetivo, a representação.* (1989: 166-167). Entretanto, Vion (2001: 212) ressalta que esta distinção entre *subjetivo* e *objetivo* não se sustenta, na medida em que, segundo, Ducrot (1993: 113 *apud* Vion (2001: 212), *ela exige que haja uma parte isolável da significação que seja pura descrição da realidade*, ou seja, o pesquisador é levado a postular a existência de um lugar onde as mensagens linguísticas podem falar do mundo sem a mediação de um sujeito falante e de uma subjetividade. Nessa dimensão, Vion nos esclarece que seria inaceitável postular a existência de um nível lógico da representação, segundo o qual os enunciados da língua pudessem descrever diretamente o mundo tal qual é, sem passar por uma instância enunciativa qualquer. Prosseguindo com essa linha de pensamento, Vion defende que convém admitir, ao exemplo da teoria de Culioli, que o nível “do dictum”, “do dito”, “da representação” ou “do conteúdo” implica a presença de um sujeito falante que organiza os seus enunciados na mais perfeita subjetividade. Contudo, cabe observar que estes mesmos sujeitos falantes têm necessidade de crer que algumas das suas enunciações produzem enunciados supostos a representar o mundo tal qual ele é, “restituindo-o” de maneira “objetiva”. É desse modo que certas estratégias enunciativas permitem ao sujeito dar a impressão de que ele se retira do processo enunciativo e que produz um enunciado independente de qualquer instância enunciativa. Esse tipo de “encenação” que Vion (2001b) chama de *effacement énonciatif - desinscrição enunciativa -*, não deve nos levar à ilusão de objetividade pela objetividade ela mesma: os funcionamentos languageiros repousam sobre *ilusões* ou, nos termos que o autor toma de Schutz, sobre *idealizações*.

Vion nos esclarece ainda que Le Querler se propõe a dar conta do *propos* impessoal, falando de *modalidades objetivas*, impessoalidade e que ele, Vion, aborda como um dos tipos possíveis de *mise en scène - encenação -* com *effacement énonciatif*. Entretanto, ressalta o autor, estes fenômenos podem ser abordados fora das questões de modalidade e de modalização.

A *desinscrição enunciativa*, dita *effacement énonciatif* constitui, na concepção de Vion ³²⁶, uma estratégia, não necessariamente consciente, permitindo ao locutor dar a impressão de que ele se retira da enunciação, que ele “objetiviza” o seu discurso “ocultando” não somente as marcas mais manifestas da sua presença (os *embrayeurs*) ³²⁷, mas igualmente a de qualquer fonte enunciativa identificável. Segundo o autor, *o effacement énonciatif caracteriza os enunciados impessoais que parecem diretamente representar o mundo sem apresentar marcas de um sujeito enunciador.* ³²⁸

Vários casos de figura são então possíveis de caracterizar, conforme salienta o autor ³²⁹:

- Fazer jogar à linguagem uma função meramente descritiva, segundo a qual se contentaria de constatar e de relatar as disposições de um mundo tal qual seria sem a intervenção de um sujeito falante.
- Construir um orador abstrato e complexo, como aquele que assumiria um provérbio, um *slogan* publicitário, um texto de lei, um artigo não assinado de jornal.
- Construir um orador “universal” como o que tomaria em sua responsabilidade um discurso científico ou teórico. Pode-se considerar que estes últimos casos de figura poderiam ser agrupados.

Considerando os exemplos que se seguem, na extensão do domínio das modalidades, diríamos, empregando os termos de Charaudeau, que se trata de

³²⁶ VION, 2001 *apud* RABATEL 2004.

³²⁷ Essas unidades, os *embreantes*, traduzidas do inglês *shifters* por Jakobson (1963), também são conhecidas por outros nomes, tais como *dêiticos*, *expressões sui-referenciais*, *token-reflexivas*, *símbolos de indexação*, *elementos indiciais*, conforme destaca Maingueneau (2000: 49-50). São *embreantes* as unidades linguísticas cujo valor referencial mantém uma relação de dependência com o ambiente espaço-temporal de sua ocorrência. Essa categoria recobre não somente as pessoas linguísticas (eu - tu), mas, particularmente, as unidades linguísticas de espaço e de tempo. Os *embreantes*, sob a ótica da análise do discurso, *permitem opor os enunciados que organizam suas marcações com relação à situação de enunciação e aqueles que constroem marcações através de um jogo de envios internos ao enunciado.* (MAINGUENEAU, 2000: 49).

³²⁸ VION, 2001: 220.

³²⁹ VION, 2001: 334 *apud* RABATEL, 2004.

enunciados *delocutivos* com traços de elocutividade: *Os trapalhões*; *O Senado acolhado*; *O Palácio dos horrores*, por exemplo.



(1) *Isto é*, 23/07/2008.



(2) *Isto é*, 29/04/2009



(3) *Carta Capital*,

1º/07/2009

Nota-se, contudo, uma oscilação entre uma ausência radical impossível do locutor e uma presença improvável através de marcas do sujeito modal no uso de designações precedidas de determinante com valor genérico - como se a presença tivesse a forma de uma ausência.

Assim, a noção de sujeito modal, ou de modalização, perpassa a designação - seja nos termos neológicos, construções do sujeito enunciador, seja nos termos aparentemente denominativos - podem denotar implicação, investimento do enunciador em relação ao conteúdo do seu dizer. Cabe ressaltar que há diferentes formas como o sujeito se mostra - transformando-se em sujeito modal - a partir de nomes: construções neológicas como PTBULLS, nomes comuns (identificações genéricas exemplares) como Vereador, Policial, Paraibano, Corinthiano, Traficante etc. - nominalizações, como A volta do crescimento econômico, A Crise no PT, O Mensalão, Os mensaleiros e tantos outros. Esse percurso mostra como o sujeito se mostra (investimento) ou se apaga (desinvestimento) de acordo com os modos de apresentação dos referentes. Na verdade, ele constrói, a partir desses nomes, e sutilmente, pontos de vista sobre os objetos do discurso.

3.2. Designação e Modo Descritivo

O *descritivo* utiliza a classificação dos seres, isto é, a *taxionomia* para organizar o mundo, segundo Charaudeau (2008: 157) de modo *descontínuo* e *aberto*, pois não há, respectivamente, uma ligação necessária entre os seres entre si e nem de suas propriedades entre elas; e nem começo nem fim necessários. Desse modo, o *descritivo* constrói uma visão de *mundo que se presume existir como um estar-aí*. Por apresentar-se *de maneira* imutável, necessita apenas *ser reconhecido*. Para isso, *basta ser mostrado*.

De acordo com o autor (2008: 157), há três tipos de papéis que o sujeito que descreve desempenha: (i) o papel de *observador* (vê detalhes), (ii) de *sábio* (sabe identificar, nomear e classificar os elementos e suas propriedades), (iii) de *alguém que descreve* (sabe mostrar e evocar).

Diante disso, a *encenação descritiva* vai se dar a partir de um sujeito *descritor* que, de modo explícito ou não, pode intervir na produção de certos *efeitos* – os chamados *efeitos possíveis* - que podem ou não serem percebidos pelo interlocutor. Esses *efeitos* que podem ser *efeito de saber*, *efeitos de realidade e de ficção*, *efeito de confiança*, *efeito de gênero* podem configurar uma intenção não totalmente consciente da parte desse sujeito.

Para isso, são necessários procedimentos linguísticos que se configuram no uso de uma ou mais *categorias da língua* que, em combinação entre si, servirão aos componentes da organização descritiva. Essa organização está balizada sobre quatro ações: NOMEAR, LOCALIZAR-SITUAR, QUALIFICAR, conforme aponta Charaudeau (1992) e que apresentamos a seguir.

3.2.1. Procedimentos linguísticos para *Nomear*

Conforme salienta Charaudeau (1992:666), para *nomear*, são necessários os procedimentos de *identificação*, os quais consistem em *fazer existir os seres do mundo, nomeando-os*. Estes seres podem tanto representar um referente material quanto não material, sendo nomeados por nomes comuns que os individualizam e os incluem ao mesmo tempo em uma classe de pertencimento (identificação genérica). Mas podem também igualmente serem nomeados na sua unicidade pelos nomes que lhes são próprios (identificação específica). Há casos também de identificações que vêm acompanhadas de algumas qualidades, elas próprias identificatórias, que classificam esses seres em subgrupos, como ocorre nas carteiras de identidade: “olhos verdes”, cabelos castanhos etc.. (caracterização identificatória).

As categorias da língua que constituem os procedimentos linguísticos do ato de nomear têm, por efeito, **conferir existência aos seres**. São elas: *denominação; indeterminação; atualização ou concretização; dependência, designação, quantificação, enumeração*.

a) A **Denominação**: sob a forma de *nomes comuns* ou de *nomes próprios*, está relacionada à identificação dos seres, seja do ponto de vista geral (classe de pertencimento) ou particular (especificidade).

Charaudeau, para clarificar, comenta alguns usos da denominação:

- identificação de *evocações simbólicas*: *Pelé, Gandhi*, por exemplo. Na literatura o uso do nome próprio serve para identificar o herói, o vilão, os personagens secundários, como também os lugares, a época;
- identificação de uma *classe genérica de seres*: o uso do nome comum em fábulas, contos legendas atribui ao personagem um certo papel, como é o caso de *A raposa e as uvas; O escorpião e a rã* e tantos outros exemplos;
- descrição de destinos através de arquétipos: trata-se dos casos em que os *arquétipos* humanos ou animais servem de modelo ou de lição de vida, motivo pelo qual os heróis e outros atores dessas histórias não possuem a identidade específica,

como revelam enunciados do tipo - *Havia, contam, um homem que estava passando fome;*

- identificação e caracterização: o uso do nome próprio, sobretudo na tradição romanesca realista, serve não só para atribuir um rótulo aos personagens, mas também para caracterizá-los juntamente com suas qualidades, manias, defeitos etc.

³³⁰ Assim *Passos Dias Aguiar*, por exemplo, é um personagem cujo nome está relacionado a sua profissão de motorista.

- identificação de *corpo e mito*: *Madame Bovary, Jean Valjean dentre outros.* ³³¹

No entanto, vale ressaltarmos que o uso do nome ³³² pode adquirir outra dimensão, além de classificação e identificação do ser, dentro de uma determinada situação de comunicação. Assim, quando empregado no plural, como já verificamos neste trabalho, o nome próprio perde grande parte de sua função individualizante ao adquirir a função extra de uma predicação apreciativa.

³³⁰ Charaudeau (1992: 687) faz menção a Barthes que, a respeito dos nomes próprios na literatura, defende o seguinte:

(...) *impossível ler um romance, memórias, sem essa guloseima particular... O que se precisa não é somente uma lingüística dos nomes próprios, mas também uma ciência erótica: o nome, como a voz, como o odor, seria o termo de um langor: desejo e morte; "o último suspiro que resta das coisas" no dizer de um autor do século passado. Roland Barthes, Barthes Col. "Écrivains de toujours", Le Seuil, 1975).*

³³¹ Barthes (1974: 59) a propósito de Proust nos esclarece que o nome próprio e, singularmente o nome proustiano, possui uma densa espessura de sentido.

³³² Lévi-Strauss defende que:

Enquanto proveniente de um conjunto paradigmático, os nomes próprios formam, então, a franja de um sistema geral de classificação; eles são, ao mesmo tempo, seu limite e prolongamento. Quando entram em cena, a cortina se ergue para o último ato da representação lógica. Mas a extensão da peça e o número de atos são fatos de civilização não de língua. O caráter mais ou menos "próprio" dos nomes não é determinável de maneira intrínseca nem por sua comparação com as outras palavras da linguagem; ele depende do momento em que cada sociedade declara terminada a sua obra de classificação. Dizer que uma palavra é percebida como nome próprio é dizer que ela está situada num nível além do qual não se requer nenhuma classificação, não absolutamente, mas no seio de um sistema cultural determinado. O nome próprio sempre permanece do lado da classificação.

Por conseguinte, em cada sistema, os nomes próprios representam o quanta de significação, abaixo dos quais nada se faz, além de mostrar. Atingimos assim na raiz o erro paralelo cometido por Peirce e por Russel, o primeiro definindo o nome próprio como "index", o segundo acreditando descobrir o modelo lógico do nome próprio no pronome demonstrativo. É admitir, com efeito, que o ato de nomear está situado num contínuo no qual insensivelmente se afetaria a passagem do ato de significar ao de mostrar. (LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem, Papirus Editora, 8ª edição, 239 - 40.

“É um alívio saber que neste mundo cheio de **Elianas Tranchesis** as autoridades brasileiras estão cumprindo as leis”.³³³

(Lian Carla Lago Neiva, Sessão *Leitor*, *Veja*, 08/04/2009, 36)

Ou seja, o nome próprio, quando modificado, mantém relação com um *referente inicial* – o portador do nome – e, ao mesmo tempo, remete à característica particular que deve ser levada em conta no ato de enunciação.³³⁴

b) A **Indeterminação**: encontra-se nos gêneros que inscrevem o relato – *récit* -³³⁵ numa certa atemporalidade e em lugares não identificados. No caso de ocorrer esse procedimento com os personagens, a denominação se dá por um *nome comum* ou, às vezes, pela inicial de um nome próprio, criando, assim, efeitos de mistério - gênero fantástico -, de suspense, de falso anonimato.

c) A **Atualização (ou concretização)**: o uso de artigos possibilita produzir efeitos discursivos como de *singularidade*, de insólito (marcado por *um*) e um efeito de *familiaridade*, de *evidência* ou de *idealização* (nesse caso, marcado pelo artigo definido).³³⁶

d) A **Dependência**: permite, por intermédio dos possessivos, produzir outros efeitos discursivos, como *efeito de apreciação*.

e) A **Designação**: propicia, através do uso dos demonstrativos, produzir efeitos discursivos como, por exemplo, efeito de *tipificação*.

f) A **Quantificação**: permite, com o subsídio de quantificadores, produzir efeitos discursivos como de *subjetividade*.

g) A **Enumeração**: possibilita, a partir do uso de *dêiticos*, de *artigos* ou de *nomes no plural*, listar *seres* (humanos ou não), *qualidades*, *lugares* e *ações* de modo a produzir efeitos discursivos os mais variados.

³³³ Grifos nossos.

³³⁴ Sugerimos consulta às *tipologias* em que analisamos, dentre outros, esse exemplo.

³³⁵ Faleiros (2007: 13) nos esclarece que o termo *récit*, no *Littré*, refere-se tanto a “relato” – *action de raconter une chose* –, quanto a “narrativa” – *dans l’art dramatique, la narration détaillée d’un événement qui vient de se passer*. No entanto, o primeiro é mais abrangente do que o segundo. Para o autor, *uma opção pelo termo “narrativa” se justificaria por uma vontade de salientar o campo semântico do teatro (e da ópera), [...], onde se fala em encenação, em verossimilhança e em ficção*.

³³⁶ Charaudeau, na primeira parte de sua *Grammaire du sens* (1992:24), ao descrever as *Características formais do nome próprio*, nos esclarece sobre a presença do artigo diante de nomes próprios, apontando para o valor de designação.

3.2.2. Procedimentos linguísticos para *Localizar-situar e Qualificar*

Há dois tipos de procedimentos que estão aqui relacionados com a função de identificação.

- a) No primeiro, estão inseridas as categorias gramaticais que propiciam ao relato um quadro espaço-temporal que joga, essencialmente, com a precisão, o detalhe e a identificação dos lugares e épocas de um relato, como na tradição do romance realista.

Nessa perspectiva, apresentamos, a título de exemplificação, o seguinte enunciado:

Ucrânia vai às urnas eleger presidente neste domingo.³³⁷

UOL, 07/02/2010.

- b) Ou, contrariamente no segundo, que engloba as categorias gramaticais que deixam os lugares e o tempo improváveis, vagos, *sem identificação* particular, pelo fato de o relato não se ancorar em uma realidade específica, mas por colocar em cena destinos, arquétipos que são atemporais. Na mídia, pode ocorrer de a identificação dos lugares ser feita de modo vago, tornando-a nada particularizada. É o caso do enunciado que apresentamos a seguir:

Casa paulistana serve massa oriental em ambiente moderninho.

UOL, 07/02/2010.

Feita a identificação de maneira vaga, fica a questão: qual casa paulistana oferece esse tipo de serviço? Em meio a tantas casas paulistanas, em qual delas, em particular, é servida a *massa oriental em ambiente moderninho*? Ora, o leitor que se interessar pela tal massa e quiser experimentá-la, não poderá fazê-lo até que se obtenha a referência ao nome do estabelecimento.

³³⁷ Grifos nossos..

Quanto à categoria da *qualificação*, ela está associada a outras e permite não somente construir uma visão *objetiva* ou *subjetiva* do mundo, mas também de produzir efeitos de realidade/ficção. Estão relacionadas a esta atividade as descrições tanto dos seres humanos - aspectos físico, gestual, indumentário, postural, identitário (idade, sexo, altura, peso, endereço etc.), comportamental dentre outros -, como também em relação aos seres *não humanos*, aos seres *conceituais* ou aos *fenômenos* que são objeto de definições. Dentre tais procedimentos, Charaudeau (1992) destaca:

- a) *Acumulação de detalhes e de precisão* de tipo factual a propósito das maneiras de ser e de fazer, às vezes com recursos a termos especializados, mais ou menos técnicos, acompanhados de definições como num texto científico, com o propósito de produzir um efeito de coerência realista (*verismo*). Entretanto, a falta de precisão pode ser índice de um tipo do qual os heróis, os lugares e os objetos são arquétipos.
- b) *Utilização de analogia*, isto é, do procedimento que consiste em *pôr em correspondência* os seres do universo e as qualidades que pertencem a domínios diferentes. Esta analogia pode ser
- *explícita*: através do emprego de termos comparativos;
 - *implícita*: pelo uso da transferência de sentido (metáforas, metonímias etc.) que, às vezes, *antropomorfizam*, ou seja, personificam seres não-humanos.

Cabe enfatizarmos que Charaudeau (1992) adota uma concepção de *designação* que é distinta daquela que escolhemos investigar, nem por isso inválida. Constatamos, em Charaudeau (1992: 24), uma passagem em que ele emprega o termo *designação* numa acepção mais clássica, no início de sua *Grammaire*, ao descrever - *a presença de artigos diante dos nomes próprios, designando pessoas*. O autor aponta, nesse caso, que *o valor de designação não é mais específico, mas parcial e de vários pontos de vista*. Desse modo, ele nos apresenta:

- *designação da unidade de um conjunto*: **um Rodan** (significando *uma escultura de Rodan*).
- *designação de uma característica que se apresenta como um tipo, um exemplo, um modelo*: ser **um Casanova**.
- *designação de uma propriedade como subconjunto das propriedades que definem o ser*: **O Drummond** que eu prefiro é o das crônicas.

- *designação do conjunto dos membros de uma mesma família ou do conjunto de pessoas que portam o mesmo nome*: **Os Oliveiras** são muito numerosos nesta cidade.

- *designação específica* - geralmente afetiva, de uma pessoa: **A Maria, O José** etc..

Cabe lembrarmos aqui que, para o Nome próprio (**Npr**) **não modificado**, isto é, aquele que não é acompanhado de determinante, Kleiber aponta um sentido chamado *instrucional* -exemplo: Paulo, em *Paulo bebe vinho*. Todo sentido, esclarece-nos o autor, não tem de ser exprimido em termos descritivos ou predicativos; um **estatuto de instrução** guia o destinatário no caminho que conduz ao referente. Assim é salvaguardada a hipótese de um sentido denominativo para o nome próprio. Quanto aos **Npr modificados**, ou seja, aqueles que vêm acompanhados de um determinante, Kleiber os considera como predicados, isto é, como termos gerais. Eles não se confundem, no entanto, com os nomes comuns (Nc), na medida em que podem ser interpretados apenas a partir de Npr não modificado e onde eles não têm o sentido intrinsecamente descritivo *a priori*. O uso predicativo do Npr conduz aos exemplos metafóricos, metonímicos etc. Nessa dimensão, a denominação, particularmente, cria um espaço de pertinência.

Em outro momento da *Grammaire*, Charaudeau trabalha o conceito de *designação* fundamentado na função de **mostração** e, por conseguinte, ligado à noção de *atualização* de um ser do discurso, não só *mostrando* sua presença efetiva, como também o *situando* no tempo e no espaço:

A designação consiste, para o sujeito falante, em atualizar (atualização) um ser do discurso, mostrando ao mesmo tempo (mostração) a presença efetiva de um referente (ser da realidade extralinguística) e situando-o (situação) no espaço e no tempo.³³⁸

Nessa perspectiva, o autor adota uma abordagem que inclui, no âmbito do que ele adota como designação, os adjetivos e os pronomes demonstrativos, quando

³³⁸ Tradução nossa de: *La désignation consiste, pour le sujet parlant, à actualiser (actualisation) un être du discours, tout en montrant (monstration) la présence effective d'un référent (être de la réalité extra-linguistique) et en le situant (situation) dans l'espace et dans le temps.* (CHARAUDEAU, 1992: 215.).

considera os dois últimos como integrantes de um conjunto de marcas cuja função é de *designar*.

Ora, o emprego de um adjetivo ou de um pronome demonstrativo (“Este copo é teu, este aqui é meu”) parece substituir pura e simplesmente toda argumentação, explicação ou descrição: ele designa diretamente sem que se tenha necessidade de demonstrar.³³⁹

Nesse caso, o autor aponta para a ideia de haver uma *designação direta*, isto é, a que não passa pela mediação de um raciocínio.

Ora, como se vê o termo *designação* usado por Charaudeau não tem a mesma acepção do termo *designação* que estamos investigando. Contudo, analisando a função do que estamos tratando como *designação*, podemos considerá-la, nos moldes do *Modo descritivo* de Charaudeau (1992), como um tipo de identificação à qual se acrescenta um valor qualificativo, levando em consideração, inclusive, a determinação, a localização.

³³⁹ Tradução nossa de: Or, l'emploi d'un adjectif ou d'un pronom démonstratif (« **Ce** verre est à toi, **celui-ci** est à moi ») semble se substituer purement et simplement à toute argumentation, explication ou description : il désigne directement sans que l'on ait besoin de démontrer. (CHARAUDEAU, 1992: 213.).

Capítulo 4. A dimensão argumentativa da *designação* na mídia

Captar o leitor pelo discurso, gerenciando palavras ou conjugando-as com imagem(s) - ora enfatizando um, ora outro aspecto - faz parte da rotina do mundo da mídia há algum tempo. Tirar vantagem disso tornou-se, nos tempos atuais, um desafio ainda maior para a comunicação midiática, principalmente, ao se levar em conta que, na sociedade moderna, o consumidor de informação tem se tornado mais exigente, mais bem informado, mais atento e, com muita frequência, mais apressado. Disso resulta uma dinamicidade na produção do discurso, traduzida pela constante necessidade de ajustamento das intenções da instância midiática ao perfil do seu interlocutor, atentando-se para aspectos que vão além do que já é de praxe - clareza, concisão, pertinência, coerência – para mobilizar até o leitor mais desligado: as inovações nos mais variados níveis tanto no plano verbal quanto no icônico.

Nessa dimensão, a escolha das palavras adquire um estatuto de influência na dimensão argumentativa de um discurso, seja ele qual for. Cabe dizer, no entanto, que a argumentação, segundo Breton, é um vínculo criado a partir de um “acordo prévio” que “inscreve o ato de convencer em uma perspectiva comunicacional.³⁴⁰ Ela é um “meio poderoso para fazer partilhar uma opinião”, diferenciando-se tanto da “violência persuasiva” quanto do recurso à sedução ou à demonstração científica.³⁴¹

Em se tratando do exercício da argumentação no campo da mídia, já que esta última possui sutis técnicas de “(in)formar” fatos e acontecimentos e dispõe de recursos “criativos” e mobilizadores de movimentos reflexivos cada vez maiores sobre as condições de emprego de certas palavras – a questão que se pode colocar é: o uso da *designação* poderia abrigar um viés argumentativo no discurso?

Todo discurso é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. O que, para a Teoria dos Atos de Fala, significa dizer que toda enunciação constitui um ato que visa à modificação de uma situação. Nessa dimensão, saber argumentar tem uma extrema relevância em qualquer situação

³⁴⁰ BRETON, 2003: 21

³⁴¹ BRETON, 2003: 11

comunicativa, por envolver uma complexidade de meios que podem ser utilizados para convencer.

Plantin (1998) defende que as palavras possuem uma dupla função: designar e orientar, ou seja, *longe de ser um simples “elemento” do discurso, a palavra é, assim, o holograma do discurso.*³⁴² Sendo assim, *ao designar as coisas de uma determinada forma, a palavra revela a orientação do discurso.*³⁴³ Desse modo, as designações manifestam assim, tomadas de posição, em outros termos, ao mesmo tempo em que designam, os nomes supõem atributos que vinculam aos seres, e o fazem sempre a partir de determinados **pontos de vista**:³⁴⁴

Designando o indivíduo X como um fanático, atribuo-lhe uma série de estereótipos: um fanático é um ser perigoso, de que é necessário proteger-se, ao qual é necessário dominar, prender, ver morto... Esses estereótipos vão se não determinar os comportamentos, ao menos orientar os discursos.
345

Nesse sentido, o autor defende a seguinte ideia: *Se a utilização de certas palavras tem que estar justificada é porque seu uso tem consequências. Quem designa adquire compromissos discursivos.*³⁴⁶ Sobre essas afirmações do autor cabe, de um lado, ressaltar a parcela de responsabilidade daquele que designa, pelo fato de ser investido de *compromissos discursivos* que são adquiridos no ato mesmo da enunciação e que, para nós, estariam relacionados com os possíveis desdobramentos de uma *designação*. Por outro lado, cabe relacionar essa reflexão sobre o sentido das palavras à seguinte proposição de Plantin - *Nossa linguagem*

³⁴² PLANTIN, 1998: 103.

³⁴³ PLANTIN, 1998: 103.

³⁴⁴ A título de exemplificação, temos:

Fugitivo da Bósnia permanece herói para alguns, um açougueiro para outros.

(<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2008/08/05/ult574u8703.jhtm>.)

Ratko Mladic, acusado do pior massacre na Europa desde a Segunda Guerra Mundial e atualmente o fugitivo mais procurado pelas atrocidades nas guerras dos Bálcãs, cresceu nesta pobre aldeia montanhosa remota que é coberta por corvos. Aqui, como em muitos lugares onde vivem os sérvios, sua proeza militar, seu inegável sofrimento e a escala imponderável dos crimes dos quais é acusado o transformaram em um mito nacional. [...] (Idem.).

³⁴⁵ Tradução nossa de: *Al designar al individuo X como un fanático, le asigno una serie de estereotipos: un fanático es un ser peligroso, del que hay que protegerse, al que hay que dominar, encerrar, ver muerto... Esos estereotipos van si no a determinar los comportamientos, sí al menos a orientar los discursos.* (PLANTIN, 1998: 102.).

³⁴⁶ Tradução nossa de: *Si la utilización de ciertas palabras tiene que estar justificada es porque su uso tiene consecuencias. Quien designa adquire compromisos discursivos.* (PLANTIN, 1998: 102.).

*nos submete continuamente a todo tipo de doutrinas.*³⁴⁷ Nos moldes propostos pelo autor, o verbo “submeter”, nesse enunciado, é portador de um discurso de resistência a essa tendência da linguagem. Propondo uma substituição desse verbo pela palavra *oferecer*, nos é mostrado que a mudança gerada incita-nos a ceder a essas mesmas *invitaciones*, a fim de tirar proveito delas: *o uso do verbo “submeter” condensa conseqüentemente, toda uma tese que anuncia e resume.*³⁴⁸

De acordo com Plantin, os mecanismos da *designação* permitem dissimular o viés argumentativo, nos discursos monológicos, “pelo eixo de forçar as conclusões”. Contextualizando, o autor aponta para os discursos cuja linguagem encontra-se *marcada emotivamente*. O uso de **insultos** desempenha, primeiramente, o efeito de neutralização da discussão, por desviar o debate para questões pessoais (*al desviar el debate de fondo hacia cuestiones personales*), constituindo, assim, uma medida eficaz, segundo ele, de evitar a argumentação: *ao fazer desviar a interação verbal há o pugilato não-verbal.*³⁴⁹

Do mesmo modo, ele inclui as reações que, significando “sim” ou “não”, são acompanhadas de marcadores de ênfases, de subjetividade (de emoção) quando aparecem após proposições. Nessa dimensão, ressalta o autor, *evitar a linguagem “marcada” deveria conduzir a uma forma de depuração, a uma preocupação pela objetividade*. No entanto, o que se observa, no discurso dos partidários do aborto, segundo o autor, é o emprego da palavra “feto” e, em posição inversa, os que se opõem ao aborto, falam de “bebê”. Trata-se, portanto, de um ponto de vista, ou seja, se irá conceder ou não o estatuto de pessoa ao objeto do debate. Nota-se, contudo, que *o emprego de um nome está associado a um posicionamento que não pode dissociar-se de uma discussão mais aprofundada. Será vencedor, na prática, aquele que tiver conseguido “impor seu vocabulário” no sentido que o havia atribuído no debate.*³⁵⁰

³⁴⁷ Tradução nossa de: *Nuestra lenguaje nos somete continuamente a todo tipo de doutrinas.* (PLANTIN, 1998: 102.).

³⁴⁸ Tradução nossa de: *El uso del verbo “someter” condensa, así pues, toda una tesis que anuncia y resume.* (PLANTIN, 1998: 102.).

³⁴⁹ Tradução nossa de: *al hacer **desviar** la interacción verbal hacia el pugilato no verbal.* (PLANTIN, 1998: 104.).

³⁵⁰ PLANTIN, 1998: 105.

Nessa mesma direção, Breton (2003: 103) defende que o argumento de nomeação é uma forma de qualificação. Dar um novo nome a uma coisa requalifica, em certas ocasiões, suas qualidades.³⁵¹ E isso, em se tratando de mídia, acreditamos, é ponto para a formação de opinião.

O uso de certos vocábulos ou até enunciados designativos pode, portanto, abrigar um interesse estratégico tão discreto e sutil quanto eficaz. Vejamos o exemplo abaixo:

CPI do Sistema Carcerário "ameniza" relatório e aprova troca de indiciamento por "responsabilização".

NotíciasUOL, 08/07/08.

O enunciado acima ilustra de modo claro, a denúncia da instância midiática a respeito de uma mudança no uso de termos jurídicos no Relatório da CPI do Sistema Carcerário. Esse título incita a instância cidadã a perceber que se trata de uma *atitude estratégica* da *Comissão Parlamentar de Inquérito* que alvejou atenuar a situação criminosa praticada pelos envolvidos. Assim, a *recategorização* da ação praticada pelos envolvidos no crime, traduzida por uma mudança de nomenclatura, dá um novo formato, no âmbito jurídico, a partir do emprego do novo nome – “responsabilização” - que vem intencionalmente requalificar, de modo favorável, a situação dos envolvidos.

O ato de uma enunciação designativa pode adquirir um estatuto argumentativo por se tratar, sobretudo, de apreciações. Como aponta Perelman,

Se se trata não de fatos, mas de opiniões e, sobretudo, de apreciações, não somente a pessoa do orador, mas também a função que ele exerce, o papel que ele assume, influenciam de modo incontestável a maneira pela qual o auditório acolherá suas palavras [...].³⁵²

³⁵¹ BRETON, 2003: 103.

³⁵² PERELMAN, 1977: 111 *apud* ADAM, 2005: 93.

Conforme distingue Maingueneau ³⁵³, a *apreciação* está relacionada ao conjunto de marcas por meio das quais o enunciador exprime um julgamento de valor ou uma reação afetiva e não deve, no entanto, ser confundida com “opinião”. Enquanto a “opinião” decorre de *um cálculo de probabilidade ao termo do qual o sujeito define uma atitude intelectual a favor ou contra a verossimilhança do mundo* ³⁵⁴; a “apreciação”, inversamente, é o efeito *de uma reação do sujeito mediante um fato* ³⁵⁵ em relação ao qual *o sujeito exprime uma visão positiva ou negativa, contudo, não calculada.* ³⁵⁶ Assim, o enunciado “*Creio que a inflação retornará*” revela uma “opinião”, ao passo que “*Acho desastroso o retorno da inflação*” retrata uma “apreciação”.

4.1. O pré-construído e seu papel argumentativo junto à *designação*

A importância de assinalarmos aqui a noção de pré-construído se dá pelo fato de ela fundar uma argumentação baseada na evocação de um real. Diante disso, a noção de pré-construído deve, no entanto, ser vista como algo que já tenha sido objeto de operações de asserções que ocorrem no processo da enunciação exterior àquela que é assumida pelo enunciador.

A noção de “pré-construído”, elaborada por Henry (1975) e desenvolvida por autores como Pêcheux (1975), ressalta Sériot (1986), é uma reformulação das teorias de Ducrot sobre pressuposição e pode ser compreendida como a marca, no enunciado, de um discurso precedente. Desse modo, o pré-construído se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação, isto é, são enunciados exteriores ao ato de enunciação atual que, conforme aponta Sériot (1986: 24), são **importados como relações predicativas** onde cada elemento aparece munido de operações de asserção efetuadas ou supostamente efetuadas por ocasião de um ato de enunciação anterior e que é interior ou exterior àquele determinado discurso. O pré-construído cria, então, uma sensação de evidência pela associação a um “já dito”.

³⁵³ MAINGUENEAU *apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: 49.

³⁵⁴ CHARAUDEAU, 1997: 97.

³⁵⁵ CHARAUDEAU, 1997: 97.

³⁵⁶ CHARAUDEAU, 1997: 97.

Ora, no caso da *designação*, a noção de pré-construído fundamenta a dimensão argumentativa criada através de uma forma nominal qualquer que, concomitantemente, não só nomeia, predica e reconfigura (ou se preferir, re-categoriza), mas estabelece uma relação de associação a um “já dito” como também a um “já sabido, um já conhecido”.

Assim, para melhor compreendermos a implicação da noção de pré-construído no fenômeno da *designação*, retomemos o enunciado “Os PT bulls”³⁵⁷. Essa *designação* cria associações referenciais que nomeiam, predicam e recategorizam o “fato-notícia” – invasão dos membros do MLST no Congresso Nacional. No entanto, esse enunciado envia a um pré-construído que relaciona *pit bull* à violência e à agressividade da ação praticada pelos membros do MLST e, ao mesmo tempo, estende essa associação para o partido dos trabalhadores (PT), produzindo, desse modo, um “efeito de evidência”, de um *dèjà-là*, de um construído não no e pelo discurso, mas no real. O sujeito designador tira vantagem desse efeito de evidência para instanciar um lugar de relação predicativa que ele assume a responsabilidade e pode, dessa maneira, fundar sua argumentação.

O que se pode deduzir das relações predicativas implícitas é que elas podem ser recuperadas no enunciado, permitindo reconstituir, em função das inferências e hipóteses, parte do que é dado a conhecer “apenas nomeando”. Importa ressaltarmos aqui o poder do sujeito de transformar relações predicativas em pré-construídos, onde, em situação de analogia e também de confronto, encontram-se *référénts tout prêts*³⁵⁸, isto é, referentes prontos que circulam nos imaginários sócio-discursivos.

Pêcheux define o *pré-construído* como os *traços no discurso de elementos discursivos anteriores dos quais esquecemos o enunciadador*.³⁵⁹ De modo mais amplo, o termo é usado, conforme salienta Maingueneau (2000), para *designar qualquer conteúdo admitido numa coletividade*.

³⁵⁷ O enunciado foi extraído da capa da revista *Veja* de 14/06/2006.

³⁵⁸ SÉRIOT, 1981: 29.

³⁵⁹ PÊCHEUX, 1990: 43 *apud* MAINGUENEAU, 2000: 114.

4.2. A dimensão argumentativa da *designação* e a mobilização do “ethos” no discurso midiático

Captar o leitor pelo discurso, ordenando apenas palavras ou conjugando palavras e imagem(s), com ênfase maior num ou noutra aspecto, faz parte da rotina do mundo da mídia já faz algum tempo. Tirar vantagem disso tem sido, nos tempos atuais, um desafio ainda maior para a comunicação midiática, principalmente ao se levar em conta que, na sociedade moderna, o consumidor de informação tem se tornado ainda mais exigente, mais bem informado, mais atento e mais apressado. Disso resulta a necessidade de a mídia adequar suas intenções ao perfil do seu interlocutor, atentando-se para que seu texto seja claro, conciso e capaz de mobilizar até o leitor mais desligado.

Em se tratando do exercício da argumentação no campo da mídia, já que esta última possui sutis técnicas de “(in)formar” fatos e acontecimentos e dispõe de recursos “criativos” e mobilizadores de movimentos reflexivos cada vez maiores sobre as condições de emprego de certas palavras - caber-nos-ia perguntar como se daria a argumentação através do uso da *designação* no discurso?

O uso de certas palavras ou enunciados no ato de referir pode, portanto, abrigar um interesse estratégico tão discreto e sutil quanto eficaz. O ato de uma enunciação designativa pode adquirir um estatuto argumentativo por se tratar, sobretudo, de apreciações. Como aponta Perelman, “Se se trata não de fatos, mas de opiniões, e sobretudo de apreciações, não somente a pessoa do orador, mas também a função que ele exerce, o papel que ele assume, influenciam de modo incontestável a maneira pela qual o auditório acolherá suas palavras [...]”.³⁶⁰

Adam (2005), partindo das considerações de Perelman acerca do mecanismo argumentativo, aponta que a ênfase dada por Perelman, situa-se, por um lado, à pessoa, incluindo aí seu papel de orador e sua função e, por outro, à imagem que seu discurso faz de si. Nessa perspectiva, são enumerados três componentes ou pólos presentes em qualquer movimento argumentativo, e que seriam elementos

³⁶⁰ PERELMAN, 1977: 111 *apud* ADAM, J-M. 2005: 93.

“mais complementares do que concorrentes”. São eles o “ethos”, o “pathos” e o “logos”. Entretanto, priorizar um componente ou outro, em qualquer movimento argumentativo, trará efeitos tanto sobre sua composição quanto sobre seu estilo, nos detalhes de sua verbalização. Nessa dimensão, acreditamos que o aspecto argumentativo de um discurso manteria estreita relação com o modo de se fazer referência a um ser, um objeto ou um acontecimento. No entanto, ocorre que há uma diversidade de modos de apresentação de um mesmo referente: nomes próprios, substantivos com determinante definido, substantivos com determinante indefinido, com determinante demonstrativo, pronomes e embreantes, só para citar alguns casos. Porém, o problema que se coloca para nós, analistas do discurso, está em compreender os desdobramentos enunciativos advindos de uma nomenclatura que é mobilizada e escolhida por um sujeito para um determinado referente, principalmente, ao se levar em conta que esse sujeito se coloca como responsável pelo dito, e, ao mesmo tempo, o “fiador de sua veracidade” (Maingueneau, 2002: 55). Na verdade, ele tem uma intenção ao fazer determinada escolha enunciativa que, não fica só no âmbito da identificação: ela toca a dinâmica do mecanismo argumentativo.

Isso posto, podemos, a título de curiosidade, apresentar alguns *slogans* designativos do campo político que já circularam na mídia e que, além de uma função de caracterização identificatória a serviço da tríade captação/influência/adesão, possui, como pano de fundo, a questão do desenvolvimentismo³⁶¹, uma espécie de “ethos” da campanha e, é claro, possui o viés designativo – nomeia, predica e recategoriza ao mesmo tempo e só se aplica àquela determinada campanha e a mais nenhuma outra, sendo, por esse motivo, considerada por nós como circunstancial:

- o *slogan* “Avança Brasil” dá o tom da campanha de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que apresentava uma seta apontando para o alto e o enunciado à frente da bandeira nacional e que trouxe, conscientemente, a associação com otimismo e ascensão, como também, indiretamente, com a impressão de capacidade de liderar e unanimidade na campanha.

³⁶¹ Cabe dizer que a questão do desenvolvimentismo presente no *slogan* – “Cinquenta anos [de desenvolvimento] em cinco [de governo]”, representa o principal traço do “ethos” do governo de Juscelino Kubitschek e, tem servido de “modelo a ser seguido” para vários políticos na atualidade.

- No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), houve o lançamento, por exemplo, do PAC - “Programa de Aceleração do Crescimento” -, embasado no anúncio feito pelo Presidente, em 2003, sobre o “espetáculo do crescimento” da economia.

Por se tratar de *slogans*, a função é, de modo geral, aceder um objeto qualquer à existência discursiva por um ato de nomear com vistas no sujeito destinatário. Sendo enunciados designativos, eles estão a serviço de um procedimento característico do discurso político: apresentar ao destinatário, no primeiro caso, o lema de um presidencial; e, no segundo caso, nomear uma programa de governo. Através do ato de nomear, o *slogan* entra a serviço de um contrato de campanha publicitária de cunho político, cujo objetivo é *criar imagem*.

4.3. O papel da *designação* no tratamento da informação e sua orientação argumentativa

No bojo da questão da informação encontra-se a linguagem, através da qual se constrói um sentido particular do mundo. A linguagem seja ela verbal ou não, apresenta uma opacidade que pode ser utilizada a serviço de objetivos dos mais variados. Para Charaudeau, por exemplo, “As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social; elas impõem o que constroem do espaço público”.³⁶² Assim, movida pela

[...] ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é o mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes, ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira,³⁶³ um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo.³⁶⁴

Em consonância com o que nos aponta Charaudeau, a título de ilustração, trazemos um caso ocorrido num exemplar da *Veja*.³⁶⁵ O caso nos leva a observar esse efeito apontado por Charaudeau, onde se pode perceber a construção da imagem dos fatos, através de um paralelo entre o título que aparece enunciado no índice e aquele que é apresentado no interior da revista.

Antes de prosseguirmos, cabe salientar que os títulos de jornais, conforme destaca Emediato (2000), apresentam um sistema discursivo autônomo e possuem pelo menos duas funções pragmáticas:

- (a) Orientar a interpretação do acontecimento de par das informações explícitas e implícitas que visam a produzir efeitos contextuais e discursivos potenciais e precisos;
- (b) Estabelecer relações intersubjetivas entre instância de produção e seus destinatários ideais pelo viés das informações específicas e genéricas através dos quais cada jornal busca dar ao contexto um valor particular

³⁶² CHARAUDEAU, 2006: 19-20.

³⁶³ Grifos nossos.

³⁶⁴ CHARAUDEAU, 2006: 20.

³⁶⁵ Revista *Veja* de 20/02/2008.

tanto quanto uma representação de um sub-contrato de comunicação pretendido.³⁶⁶

Para o autor, os títulos em forma nominal são de fato muito complexos e parecem ser agenciados em vista de vários objetivos.

Vejamos, a seguir, alguns casos, colhidos *ad hoc*, do exemplar mencionado, e que apresentamos na *figura 8*:

ÍNDICE			INTERIOR DA REVISTA
RUBRICA ³⁶⁷		TÍTULO/Página	MANCHETE
BRASIL	CPI dos Cartões	<i>Por trás do acordo entre governo e oposição.....</i> 50	A FÁBULA DA CPI DOS CARTÕES
	Partidos	<i>José Aníbal assume liderança na Câmara.</i> 56	ANÍBAL, OS LOUROS E O SONHO
	Congresso	<i>Ética à moda do Senado</i> 57	A ÉTICA DO IOGURTE
ECONOMIA	Bancos	<i>Brasileiros mais rentáveis do que estrangeiros</i> 88	O ANO DO COFRE CHEIO
	Capitalismo	<i>Warren Buffett: oportunidades onde outros vêem risco</i> 90	O ANTÍDOTO NATURAL
GERAL	Inovação	<i>A Índia lança o celular de 20 dólares</i> 58	O TELEFONE DO POVO
	Sociedade	<i>O fim do casamento de Pelé... 96</i>	O REI ESTÁ SOLTEIRO

Figura 8 – Paralelo entre índice e manchete de reportagem em espaços distintos da revista

Ora, não encontrar a mesma manchete tanto no índice quanto no interior da revista quebra a expectativa de qualquer leitor, principalmente, quando se obtém, como resultado da comparação desses dois espaços de leitura, o que denominamos aqui de *transfiguração enunciativa*: os enunciados são metamorfoseados, isto é, adquirem outra “roupagem”³⁶⁸ no interior da revista.

³⁶⁶ EMEDIATO, 2000: 162.

³⁶⁷ Estamos utilizando esse termo na acepção de Moirand (2001: 106), para quem a *rubrica* tem por chamada de título um enunciado correspondente à demanda de explicação imaginada pelos leitores e serve para introduzir o tema.

³⁶⁸ Moirand (1975: 67) aponta mudanças ocorridas em títulos de jornais colocados na primeira página e em páginas interiores, salientando o fenômeno de «déprédicativisée». Segundo ela, *quando o artigo começa o jornal e prossegue-se nas páginas internas, o título interno apresenta-se como a*

Essa *transfiguração* das manchetes empresta traços apreciativos para aquilo que anuncia. Para compor esse processo enunciativo, o locutor lança mão de designações que atuam tanto (i) no plano da palavra: “rei” para se referir a Pelé, (ii) quanto no plano do sintagma : “telefone do povo” para se referir ao celular indiano de 20 dólares; “A fábula da CPI dos cartões” para se referir a um acordo entre governo e oposição que limitaria as investigações sobre os gastos milionários do governo com despesas que deveriam ser emergenciais e esporádicas etc.

O resultado disso são enunciações *subjetivizadas* que revelam um viés opinativo ou apreciativo a respeito daquilo que está sendo enunciado. E mais: ao mesmo tempo em que toca o “ethos” do sujeito designado, mobiliza o “pathos” pelo viés do agradar, seduzir e emocionar o interlocutor. Porém, não se pode desconsiderar que, numa relação comunicativa triádica ³⁶⁹, ocorra que, ao se tentar agradar a uns, desagrade-se a outros, pois estão em jogo imaginários, saberes e crenças socialmente partilhadas. Nesse caso, o interlocutor pode validar ou não o conteúdo ali exposto e isso vai depender de suas crenças, valores, modelos e convicções. Cabe ainda mencionar que o “ethos” do locutor se manifesta no discurso como o de alguém que, ao fazer o trabalho de ordenação do sentido que ele percebe no mundo fenomenal, revela-se como um aliado de seu interlocutor, seja para informar, criticar ou denunciar ou até ambos ao mesmo tempo. Emanando desse sujeito uma intencionalidade orientada para a relação com seu interlocutor, cuja mediação se dá através das formas de *designação*, muitas vezes, fortemente reveladoras de ponto de vista. Por outro lado, o interlocutor é revelado a partir da imagem que a instância de produção projeta no discurso e que, nesse caso, configura a de um sujeito que precisa, simultaneamente, ser informado sobre a verdade dos fatos e ser persuadido a partilhar dos mesmos pontos de vista. Nesse sentido, o uso do artigo nos títulos

forma “*déprédicativisée*” da frase-título do mesmo artigo em primeira página. A autora faz uma correlação entre os títulos verbalizados e os mesmos títulos nominalizados. Ela ressalta ainda que a economia e a concisão nos títulos nominalizados se fazem em prejuízo de certas informações e de uma certa precisão (traços típicos de todo procedimento de nominalização verbo-afixal): desaparecimento das marcas de tempo e de aspecto; eliminação no título nominalizado das circunstâncias, dos complementos e até mesmo do agente.

³⁶⁹ Estamos nos referindo à situação de comunicação em que estão envolvidos três parceiros na interação: o designador – sujeito que “cria” a *designação*, seu interlocutor/auditório e o *designato* – alvo da *designação*.

não somente coloca o referente como existente, mas também como conhecido dos co-enunciadores. Uma vez designado, torna-se legitimado pela mídia e pode vir a circular amplamente no espaço público. Ao empregar a *designação*, cria-se espaço para o co-enunciador estabelecer liames interpretativos para o acontecimento que está sendo enunciado. Seja como for - por metáfora, por analogia ou mesmo pelo uso de nomes e apelidos, como vimos nos exemplos acima -, o locutor não somente cria uma “simplificação” para o tratamento da informação, mas também mobiliza o co-enunciador para a crítica e a opinião. Concomitantemente, ele toca o “pathos” de seu público leitor, podendo evocar sentimentos de indignação, antipatia, raiva diante dos fatos ali relatados, como também o inverso.

4.4. O lugar da *designação* nos enunciados *objetivizados*

Há que se concordar com Charaudeau sobre a variedade e a liberdade de escolha de escritura do locutor, apesar das *contraintes* - isto é, das limitações - de gêneros, textuais e situacionais. Entretanto, a respeito dos enunciados em que o locutor busca ocultar as marcas de sua inscrição no discurso pelo *effacement énonciatif* (Vion), de agora em diante (EE) - *desinscrição enunciativa* -, Rabatel (2004, §58) salienta que ela favorece um regime específico de argumentação que Amossy (2000) nomeia de *dimension argumentative* – *dimensão argumentativa*:

Tanto do ponto de vista da lógica quanto do ponto de vista interacional, os enunciados que ocultam a origem enunciativa do locutor comportam conteúdos mais diretamente aceitáveis pelo co-enunciador que aqueles que passam pela mediação do locutor/enunciador. Isto explica porque estes enunciados com EE vão frequentemente de par com as esquematizações³⁷⁰ de Grize (Rabatel 2000: 247). É sobre a base de representações partilhadas e aparentemente objetivas que se constroem raciocínios

³⁷⁰ Achamos por bem acrescentar aqui esta nota, visando salientar que a *esquematização* repousa, segundo Maingueneau (2000: 58), sobre a problemática da *lógica natural* de Grize, que a articula sobre o esquema da comunicação. Um locutor, para enunciar, *deve possuir uma representação de sua situação de comunicação, do tema de seu discurso e também dele próprio, de seu co-enunciador, da maneira pela qual o co-enunciador percebe sua relação, da relação entre o co-enunciador e o tema do discurso, da relação entre o enunciador e esse mesmo tema etc.* Tais representações interferem e influenciam na comunicação – condições de produção - e no discurso, apresentam-se como *imagens*, produtos de uma atividade discursiva de *esquematização* que organiza o material verbal para levar o co-enunciador a um certo universo de sentido que este deve reconstruir em função de sua própria esquematização (Grize, 1990: cap. 5).

comuns e valores comuns sobre a base de dados e de experiências do mundo comuns.³⁷¹

Essa tentativa do locutor de “objetivizar” seu discurso, ocultando não somente as marcas mais manifestas de sua presença (os *embrayeurs*), mas igualmente a marcação de toda fonte enunciativa identificável, permite ao locutor dar a impressão de que ele se retira da enunciação. Como indica Vion³⁷², o EE responde a um simulacro em que o locutor não pode manifestar de uma maneira ou de outra sua presença.

Para clarear um pouco mais essa concepção de EE, Rabatel (2004) explicita que, sobre o *plano linguístico*, como a EE é sensível através da referenciação, ela repousa sobre as marcas que favorecem o surgimento do objeto do discurso independentemente do locutor, quais sejam: as marcas que afetam a referência nominal e a verbal.

(i) No plano da referência nominal, os fenômenos de substantivação dos adjetivos –; as nominalizações; os SN precedidos de determinantes com valor genérico; o emprego de termos “neutros”, não marcados, parecem escapar à problemática da conotação (Jaubert 1990: 83, Koren 1996:72); a escolha de um pronome indefinido, conforme os respectivos exemplos dados pelo autor:

- (1) A fragilidade da vitória (no lugar de “uma vitória frágil).
- (2) A produção de bombas se faz sem descontinuar.
- (3) O cão é um mamífero.
- (4) As ausências dos assalariados (no lugar de ‘O absentismo dos trabalhadores’)
- (4a) Serão observadas as ausências dos assalariados (no lugar de “Eu critico o absentismo dos trabalhadores).³⁷³

³⁷¹ Tradução nossa de: *Tant du point de vue de la logique que du point de vue interactionnel, les énoncés qui effacent l’origine énonciative du locuteur comportent des contenus plus directement acceptables pour le coénonciateur que ceux qui passent par la médiation du locuteur/énonciateur. C’est pourquoi ces énoncés avec EE vont souvent de pair avec les schématisations de Grize (Rabatel 2000 : 247). C’est sur la base de représentations partagées et comme quasi objectives que se construisent des raisonnements communs et des valeurs communes sur la base de données et d’expériences du monde communes.* (RABATEL, 2004, §58).

³⁷² VION, 2001: 334 *apud* RABATEL, 2004, §3)

³⁷³ Tradução nossa de :

(ii) No plano da referência verbal, Rabatel destaca: frases averbais; infinitivações; certas impessoalizações, as quais, segundo o autor, *diluem a responsabilidade inerente ao ato de asserção*, de acordo com a fórmula de Nølke (1994: 87, 89); passivações; emprego de planos de enunciação histórico ou impessoal; enunciados genéricos, estereotípicos ou dóxicos, conforme mostram os exemplos dados pelo autor:

(5) *Batalhas em Bagdá* (Libération 8 avril 2003, p 1).

(6) *Lançar bombas sobre Bagdá.*

(7) *Produzem-se, a cada ano, dezenas de milhões de armas.*

(7a) *Parece que Maria está doente* (polifonia externa, Nølke 1994: 86)

(7b) *É possível que Maria esteja doente* (polifonia interna, BID: 87-89)

(8) *Milhares de bombas foram lançadas sobre o Iraque.*

(9) *Um soldado defende sua pátria.*

(10) *Não há boa política sem boa diplomacia.*

(11) *O cão é um fiel amigo do homem.*³⁷⁴

No entanto, títulos de reportagens e manchetes de capas de revistas informativas que apresentam essa forma dita *desinscrição enunciativa - effacement énonciatif* (EE) e que possuem designação, como nos exemplos seguintes, nos leva a colocar a seguinte questão: qual é o lugar da designação nesses enunciados com EE?

<i>Os PT bulls.</i>

Veja, 14/06/2006.

(1) La fragilité de la victoire (au lieu de « une victoire fragile »).(2) La production des bombes se fait sans discontinuer.(3) Le chien est un mammifère.(4) Les absences des salariés (au lieu de « l'absentéisme des travailleurs »).(4a) On remarquera les absences des salariés (au lieu de « Je critique l'absentéisme des travailleurs »).

³⁷⁴ Tradução nossa de:

(5) Batailles à Bagdad (Libération 8 avril 2003, page 1).(6) Lâcher de bombes sur Bagdad.(7) Il se produit chaque année des dizaines de millions d'armes. (7a) Il paraît que Marie est malade (polyphonie externe, Nølke 1994 : 86) (7b) Il semble que Marie soit malade (polyphonie interne, *ibid.* : 87-89) (8) Des milliers de bombes ont été lâchées sur l'Irak. (9) Un soldat défend sa patrie. (10) Pas de bonne politique sans bonne diplomatie. (11) Le chien est un fidèle ami de l'homme.

O Palácio dos Horrores.

Isto é, 29/04/2009.

O Senado acoelhado.

Carta Capital, 1º/07/2009.

Percebe-se, nos enunciados acima, o emprego de determinantes genéricos; ausência de verbos; apagamento das marcas de tempo e lugar, como estratégia do locutor para dissimular sua presença. No entanto, lança-se mão do uso de designações – *PT bulls; Palácio dos Horrores; Senado acoelhado*. Ora, a designação é alimentada por uma dramatização do acontecimento e se configura como marca de alocação em que se pode perceber a presença do locutor. Através dela, ele deixa entrever sua subjetividade, expõe conteúdos axiológicos e afetivos. Nesse sentido, entendemos que a designação se configura como uma marca sobre a qual se pode também reconstruir o jogo de imagens que se estabelece na enunciação. Nesse sentido, ela resguarda um viés argumentativo no plano discursivo e, nessa dimensão, pode ser considerada como um dos elementos do dispositivo enunciativo que integra o jogo de imagens. Seguindo Amossy:

Essa reconstrução do dispositivo de enunciação e do jogo de imagens que aí se estabelece é capital para situar a argumentação no plano discursivo em que ela emerge e no qual ela adquire sentido. Ela permite ver as modalidades segundo as quais a argumentação explícita ou implícita depende ao mesmo tempo do público cuja imagem é projetada no discurso e do locutor cujo ethos se constrói também nas trocas verbais.³⁷⁵

Se, por um lado, através da designação, a imagem que o locutor constrói em seu discurso pode ser reconstruída, combinando o valor descritivo dos estados de coisas e o valor interpretativo das informações fornecidas pelo enunciado, ou seja, no modo de fazer salientar o referente. Por outro, a construção da imagem dos fatos feita delocutivamente em enunciados portadores de designação cria um certo efeito de

³⁷⁵ AMOSSY, 2008: 130.

“objetividade” que é concorrente da subjetividade nascida da apreciação - elemento constitutivo de toda designação.

Parte III
CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de partida para refletirmos sobre as consequências dessa pesquisa subjaz a seguinte indagação: *qual é a importância da designação para a compreensão dos fatos de linguagem*, na medida em que, estando inserida num ato de enunciação, a designação envolve, concomitantemente, uma dimensão político-social entre os parceiros da interação, a identidade desses parceiros, as condições de produção dos enunciados e os efeitos e resultados a que ela reporta. Assim, alguns procedimentos linguísticos como as identificações, a metáfora, a ironia, a gíria, a neologia dentre tantos outros entram a serviço da designação e são produzidos, de modo intencional (e não convencional), para gerar efeitos de sentido.

Em nossa pesquisa, a constituição de uma conceitualização nos mobilizou a assinalar uma diferenciação terminológica - *denominação e designação* - que, muito frequentemente, são tratados no âmbito da sinonímia pela linguística. Entretanto, para que um conceito possa existir dentro de um campo de conhecimento, é necessário que ele se imponha e estabeleça sua legitimidade, na medida em que constitui uma nova forma ou um modo novo de relação com certos dados da realidade. Foi preciso, primeiramente, denominar, isto é, criar uma categoria conceitual e atribuir-lhe um justo lugar, para que, em seguida, fosse possível estimular as condições de um certo “aparelhamento” cognitivo que nos propiciasse inventariar as ocorrências de modo a arrolar, configurar ou categorizar os fatos linguísticos.

Quando se está diante de operações que envolvem o ato de nomear, a construção do sentido, bem como os desdobramentos decorrentes dessa operação, é difícil pensarmos numa dimensão em que não estejam envolvidos o semântico, o pragmático e o discursivo.

Ao se fazer referência ao mundo, põe-se em consideração aspectos fundamentais da linguagem, como aponta Guimarães ³⁷⁶ para as considerações de Condillac que vê o aspecto subjetivo como o fundamental da linguagem e, ao mesmo tempo, ligado à vontade.

Para nós, a *subjetividade* é constitutiva da designação e estaria ligada:

- (i) à criatividade, considerando as escolhas realizadas por um sujeito no plano léxico-semântico-referencial e o espaço de “margem de manobra” que as autorizam: o sujeito se mostra a partir das escolhas linguísticas;
- (ii) ao aspecto apreciativo que, no nosso entendimento, é constitutivo de toda *designação*: o locutor busca compartilhar seu posicionamento, seu estado mental – indignação, entusiasmo etc. - com finalidades distintas, inclusive de captação e influência no caso, por exemplo, da mídia;
- (iii) à construção identitária. O ato de designar ou de interpelar alguém através de um (re)nome que a aponta e predica de modo apreciativo, ao mesmo tempo, cria para o designado uma identidade;
- (iv) à própria plasticidade da *designação* que parece não se exaurir nas noções de empréstimo, de desvio, de substituição e, principalmente, de mesclagem.

É bastante comum a mídia apresentar suas notícias, buscando ser menos subjetiva na descrição dos acontecimentos, no entanto, nem sempre isso ocorre. Quando ela lança mão da designação para integrar esse “*espaço descritivo* (Emediato, 2007) -, isto é, a serviço de uma classificação e de uma transformação do real, ela perde espaço para sua pretensa “objetividade”. A designação possibilita informar, partilhar uma opinião, expor a expressão do sujeito e seus estados de alma, suas emoções, ou seja, seu *pathos*. Em outros termos, o locutor adapta o conteúdo informativo à sua impressão pessoal, portanto, “reconstrói” a realidade: ele, ao mesmo tempo, nomeia o referente e comenta-o através da designação.

Fica uma questão: por que tem havido uma tendência a se confeccionar capas de revistas, usando a designação – tanto na imagem quanto no verbal - como uma estratégia discursiva de peso? Essa questão se coloca pelo fato de termos

³⁷⁶ GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. São Paulo: Pontes, 1995, 17.

observado a adoção do emprego da designação em capas de revistas que ainda não adotavam esse procedimento, por isso, nossa intenção inicial era lidar apenas com a revista *Veja*. Com o desenrolar da pesquisa e o passar do tempo, nossa surpresa foi perceber o uso da designação também em outros suportes como a *Isto é* e a *Carta Capital* e, menos frequente, também em jornais populares.

Ora, não se pode negar que comparar uma capa de revista - contendo ilustração pura - com uma capa - contendo uma designação na ilustração -, o poder de captação desta última é, sem dúvida, muito maior, capaz de atrair a atenção do leitor mais desatento e apressado. Nesse mundo competitivo e cada vez mais entregue às facilidades da tecnologia digital, o mercado que vende informação - estamos falando de revistas informativas e também jornais - precisa driblar as crises e buscar estratégias de *marketing* mais eficazes. A instância de produção midiática precisa se tornar ainda mais criativa e moderna para alcançar seus objetivos.

É preciso salientar que a dinamicidade que envolve os processos de que dispomos para representar aquilo que percebemos da realidade nos faz reconhecer que o tipo de emprego efetivamente realizado a partir de uma categoria nominal – nomes e sintagmas nominais – traz implicações para as relações entre linguagem, práticas discursivas e realidade. Cabe, portanto, indagar sobre os reflexos desse uso, quando um nome ou um enunciado concentra, simultaneamente, as funções de nomear e predicar de modo apreciativo. Do mesmo modo, isso nos aponta para uma *mise en relation* do locutor com o referente, bem como para os usos comuns da linguagem em que o sujeito, pela ação de nomear, desencadeia acordos e desacordos no âmbito do processo intercomunicativo. Nessa perspectiva, a análise das designações oferece um acesso à construção das representações do mundo, dos imaginários sócio-discursivos, dos posicionamentos e pontos de vista.

Em resumo, o fenômeno da designação aparece instaurado como o resultado de operações mais ou menos conscientes e que orienta, assim, a interpretação do leitor, levado a inferir por ele mesmo um julgamento de valor, uma apreciação, um posicionamento de que a designação, frequentemente, é portadora. Nesse sentido, uma parte do que retorna à enunciação na mídia escapa, em parte, ao *scripteur* e retorna à responsabilidade do leitor. Este se apropria das evidências perceptuais

para construir suas inferências interpretativas em razão da ausência aparente da mediação do locutor. Nesse tipo de situação, *a conclusão é sempre mais rica que suas premissas*. (Grize, 2002: 22). Entretanto, não se pode exonerar a instância midiática, mais especificamente, os jornalistas, de sua responsabilidade. Os profissionais da informação são responsáveis não apenas pelas escolhas das palavras (Moirand), pela seleção e combinação das informações, pela gestão da polifonia (Rabatel), mas ainda pelos quadros a partir dos quais a realidade é apreendida. São responsáveis também, do ponto de vista de uma ética social, sobre a cena pública, em função das concepções que se faz do debate público. Na verdade, a questão perpassa o âmbito jurídico da responsabilidade como técnica, de modo a evitar proposições suscetíveis de incorrer nas censuras da justiça.

Merece destacarmos também um aspecto interessante ligado à função de “nomear” que, na tradição gramatical, recebe um tratamento que gera uma imagem insuficiente do processo complexo que é o “ato de nomear”, na medida em que sendo “ato” deveria pressupor um locutor. No entanto, o que se percebe na perspectiva adotada pelas gramáticas tradicionais é que se desvinculam as atribuições da língua das condições e situações variadas de seu uso na interação. Grosso modo, o que se vê por aí é que os nomes servem para identificar os seres; os adjetivos, para qualificá-los; os advérbios, para indicar o modo e as circunstâncias de uma ação, sem mencionar as outras categorias, como é o caso dos verbos que servem para nomear ações, e por aí vai. Ora, essa abordagem apreende a compreensão dessas categorias da língua tratando-as isoladas de sua situação de comunicação. No entanto, o que se viu a partir da *designação*, mais especificamente, é que, conjuntamente, se podem exercer duas funções - nomear e predicar – seja a partir de uma forma e/ou expressão linguística, seja usando um ou mais enunciados com uma orientação referencial que está investida de certo posicionamento. Como vimos, a designação tem em sua base uma denominação. Assim, uma palavra que é considerada nome, do ponto de vista gramatical, pode ser empregada em um discurso X com determinada intenção para nomear e qualificar ao mesmo tempo.

Diante disso, falar em *designação* convoca, de início, um exame específico do ato de nomear, e, simultaneamente, de fazer referência e comentar a partir de um nome

ou uma expressão nominal que, contudo, não fica só nisso. Nesse processo, o locutor deixa entrever seu estado mental, seu posicionamento e suas crenças, muitas das vezes, com uma certa finalidade: pela enunciação de X, o locutor designa e julga. Nessa dimensão, lembrando Siblot, *Não se nomeia por nomear, nomeia-se algo sempre e com alguma intenção.*³⁷⁷ No entanto, não se pode perder de vista o que Vion³⁷⁸ denomina *effacement énonciatif* (EE) que consiste justamente na tentativa estratégica do locutor, não necessariamente consciente, de dar a impressão de que ele se retira da enunciação, que ele “objetiviza” seu discurso, “ocultando” não somente as marcas mais manifestas da sua presença (os embreantes), mas igualmente a marcação de qualquer fonte enunciativa identificável. Para isso, vários tipos de figuras são possíveis. Uma delas seria a de fazer jogar a linguagem uma função puramente descritiva, segundo a qual ele se contentaria de constatar e de relatar as disposições de um mundo tal que ele seria sem a intervenção de um sujeito falante.

Trata-se de uma trama na gestão do dialogismo que envolve as relações entre locutor e enunciador. Nesse sentido, esbarra-se na questão da *argumentação indireta ou effacement argumentativo* (EA) de que trata Rabatel em suas publicações (2003 c, d; 2004): a argumentação que se dá à forma de percepções delocutivizadas, portanto desconectadas da subjetividade (aparentemente, pelo menos, mas esta aparência é essencial), torna-se mais propositiva do que impositiva. Segundo Rabatel, esse tipo de argumentação não busca *demonstrar*, mas *mostrar* uma situação. Ela repousa sobre o “como se” e, especificamente, sobre o papel das “evidências sensíveis”, apresentadas como evidências para outro já que o locutor as evoca como independentes de si. Esse mecanismo em “como se” cria um efeito de evidência e provoca um *efeito de validade, que só é concebível em uma concepção estratificada da história de nossa racionalidade, que teria guardado a memória de um velho estatuto epistemológico da evidência sensível.* (Danblon, 2002: 131 *apud* Rabatel, 2004, §59).

Segundo Rabatel (2004), o “como se” das evidências sensíveis é uma máquina a inferências que sustenta a interpretação de textos à *dimensão argumentativa*

³⁷⁷ SIBLOT, 2004: 17-18.

³⁷⁸ VION, 2001 *apud* RABATEL, 2004.

indireta. Nesse caso, afirma o autor, todo *récit*, toda descrição com EE joga o papel de premissas, mas de premissas consistentes em fatos confirmados, credíveis.

Sobre o plano interpretativo, o EE, através das descrições perceptuais objetivantes, corresponde a este “reflexo da realidade” que evoca Grize (1990), e dá a estes últimos um estatuto de “evidência”, em razão da ausência aparente da mediação do locutor. Ora, sobre o plano argumentativo, esta colocação entre parênteses do sujeito percebedor - *sujet percevant*) - possibilita ao leitor/*co-enunciador*, endossar o lugar “vazio” e, portanto, de apoiar uma maneira de ver tanto mais e principalmente confiável que as evidências perceptuais que não parecem poluídas por uma subjetividade. Com o emprego de designações em enunciados do tipo EE fica também sob os cuidados do co-enunciador ativar as inferências e de tomá-las sob sua responsabilidade. No entanto, ela é a menção explícita, isto é, “o termômetro de leitura” que denuncia a presença de uma *subjetividade*.

A designação, de certa forma, revela ou deixa em evidência que o lugar do *sujeito percebedor* – o locutor - não está tão vago: há uma presença naquela “ausência”, o que torna maior o trabalho interpretativo do co-enunciador, à condição que o que está implicado possa fazer o objeto de um trabalho inferencial sobre a base das instruções do texto. Em todo caso, pelo viés das evidências perceptuais – seja por falta ou por excesso – através dos mecanismos inferenciais, o efeito argumentativo funciona eficazmente.

Nosso estudo, contudo, aponta esse *fenômeno* - é assim que consideramos a *designação*, por sua extensão psico-sócio-linguístico-discursiva - não só como expressão consciente, mas e/ou inconsciente também (os *chistes* representariam uma manifestação dessa outra dimensão). Para lidar com as configurações discursivas no campo das interações, a *designação* foi abordada como *estratégia discursiva*, o que leva em conta as *escolhas* e a *intenção* do sujeito, bem como o espaço de manobras.

Ao assumirmos a *designação* como objeto reflexivo, procuramos - dentro dos limites espaço-temporais a que um pesquisador hoje é submetido – destacar alguns aspectos de sua fundamentalidade, partindo de questões que, de algum modo, nos

mobilizassem compreender sua dimensão no campo da linguagem. Considerando sua natureza, a *designação* está relacionada à maneira como se percebe o mundo, concebe-o, categoriza-o e diz, ou seja, o (re)nomeia: anterior a uma designação há sempre uma denominação, ou seja, há sempre um nome.

A partir de nossa pesquisa sobre a *designação*, além da distinção terminológica dos termos *denominação* e *designação*, verificamos que se dá pouca importância a essa categoria que envolve não somente relações referenciais e associativas, mas também de leitura, envolvendo competências discursivas e construção de inferências.

Um dos pontos importantes a serem mencionados a propósito desse trabalho complexo, de literatura ainda escassa no Brasil, é que conseguimos tatear um percurso teórico de modo a estabilizar um olhar sobre esse objeto a partir da interface entre a Semântica Referencial e a Análise do discurso.

Embora ainda se faça necessária uma continuidade da pesquisa, entendemos que se trata de uma forte candidata a se tornar instrumento de análise em pesquisas futuras, envolvendo a “teatralização” nas operações em que estão envolvidos o ato de nomear e as práticas discursivas. As projeções que se poderiam, então, lançar seriam, por exemplo: (i) *como cada comunidade discursiva utiliza a designação, ou seja, como se dá o uso da designação no discurso publicitário, no discurso político, no discurso jurídico, no discurso esportivo etc.*; e (ii) *quais os efeitos discursivos de seu uso numa e noutra situação de comunicação?* Enfim, muitas são as possibilidades de investigação e inúmeros os contextos em que a *designação* estaria exercendo sua força enunciativa a partir de suas diferentes manifestações plásticas: ora por neónimia, ora por metáfora, ora através de paródia, ora através de interpelações sem desconsiderar sua sutil capacidade de mesclagem.

Outro ponto que merece destacarmos abre uma questão que coloca acento sobre o ensino da língua. Merece menção, de um lado, o ensino que considera, como ponto de partida, as classes gramaticais por elas mesmas, usando, quando muito um texto – como pretexto para se ensinar gramática; e de outro, o ensino da língua atrelado

aos desdobramentos político-sócio-linguístico-discursivos, quando se abstrai as categorias da língua e as insere na enunciação.

Assim, dizer, por exemplo, que o substantivo identifica ou nomeia os seres é insuficiente e, diríamos, pobre em relação ao que, discursivamente um nome ou uma expressão nominal representa e gera na interação discursiva. O enunciado do tipo - *Você não tem um Severino em casa, né?! –* quando analisado pelo viés da identificação e classificação morfossintática - classes gramaticais - muito provavelmente, deixaria escapar a(s) intenção(ões) do locutor autorizada(s) pela escolha léxico-semântica do nome inserido na enunciação. *Não ter um Severino em casa* mobiliza, nesse contexto, no mínimo, dois sentidos: (i) não ter alguém com esse nome na família; (ii) esse enunciado - sendo dirigido a alguém que precisa resolver pequenos trabalhos domésticos que exijam um perfil mais versátil de quem, por exemplo, usa escada para trocar lâmpadas, conserta chuveiro, arruma torneiras etc. - produz um efeito de sentido outro que, numa análise mais discursiva, apontaria para o viés designativo através, inclusive, do emprego do *nome próprio*. Para tanto, seria necessário lançar mão de conhecimentos prévios socialmente partilhados, como: *Severino* (Paulo Silvino) é um personagem do semanário humorístico *Zorra Total*, da Rede Globo de Televisão, que é sempre chamado pelo Diretor do quadro, para contracenar seja como algum objeto do cenário, seja como ator quando o elenco encontra-se desfalcado na hora das gravações, ou seja, ele serve de *quebra galho, é pau pra toda obra*.

Desse modo, o enunciado em questão, quando proferido entre duas vizinhas, pode derivar sentidos implícitos, do tipo:

- “Eu tenho em casa alguém que faz esses pequenos serviços e você não tem!” (competição);
- “É bom quando temos alguém em casa para consertar coisas que não são de nossa alçada!” (constatação);
- “Se você tivesse alguém assim na sua casa, já teria resolvido esse problema!” (previsão);
- e, até mesmo, “Meu marido é melhor do que o seu, pois ele é versátil!” (comparação).

Ora, é consenso entre vários autores que o sentido de um enunciado implica não somente a referência à situação de discurso, mas também a atitude do locutor. Em contrapartida, o interlocutor, tendo feito suas inferências de leitura, poderá validar ou não o conceito de “melhor” que estaria embutido na enunciação. Nota-se, no exemplo dado, que o nome próprio perde o estatuto de identificação específica e adquire um estatuto de identificação genérica: ao receber a companhia do determinante *um*, o nome *Severino* ganha estatuto metafórico. Nesse contexto, *um Severino* representa uma pessoa versátil, portadora de competências variadas para desempenhar funções as mais distintas.

Há que ressaltar, por fim, que a abordagem de Kleiber sobre as categorias *denominação* e *designação* representa para nós um novo paradigma e nos propiciou outra perspectiva para a compreensão do processo de construção do sentido e da referência, como contribuição para os estudos no campo da Análise do Discurso. Embora tenhamos apontado um novo caminho, a contribuição de nossa pesquisa é ainda bastante tímida, dado o enorme campo que se inaugura e que precisa ainda ser explorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da memória**. Campinas, SP, Pontes, 1999.

ALVES, Ieda M^a. Aspectos criativos da linguagem: a neologia lexical. In: VALENTE, André. (Org.). **Aulas de Português – Perspectivas inovadoras**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008, p. 159 – 168.

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia. lingüística. Port.**, 9, 2008, p. 121 - 146.

AMOSSY, Ruth [et al]. **Images de soi dans le discours: la construction de l'éthos**. Delachaux et Niestlé S.A., Lausanne, Paris, 1999.

APOTHÉLOZ, Denis; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernardete B.; CIULLA, Alena. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo, Contexto, 2003, p. 131 - 176.

AUHLIN, Antoine. *Ethos* e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Faculdade de Letras da UFMG, NAD, Belo Horizonte, 2001, p. 201 - 225.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas, SP, UNICAMP, 1998.

AVANCINI, A. A arte da fidelidade. In: **Reescrita**, São Paulo, 2002. URL: <<http://www.reescrita.jor.br/fotocirio.htm>>. (Consulta eletrônica em 12/06/2002.).

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10^a ed., São Paulo, Hucitec, 2002.

BARBOSA, P. L. N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. R. (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos - São Paulo, Claraluz, 2003, p. 111 - 124.

BARTHES, Roland. Proust e os nomes. In: _____. **O grau zero da escritura**. São Paulo, Ed. Cultrix, 1974, p. 55 – 67.

BERRENDONNER, Alain. Avant-propos: système et interactions. In: BERRENDONNER, A. e PARRET, H. (Orgs.). **L'intéraction communicative**. Berne, Peter Lang, 1990.

BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Bauru, SP, EDUSC, 2003.

CADIOT, Pierre. La métaphore, ou l'entrelacs des motifs et des thèmes. In: **Semen**, 15, *Figures du discours et ambiguïté*, 2002. URL: <<http://semen.revues.org/document2374.html>>. (Consulta eletrônica em 08/05/2009.).

CALABRESE, Laura. Quel(s) objet(s) de discours sous la dénomination le voile ? In: CISLARU, Georgeta ; GUERIN, Olivia; MORIN, Katia; NEE, Emilie ; PAGNIER, Thierry; VENIARD, Marie. **L'Acte de nommer. Une dynamique entre langue et discours**. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 135 – 48.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. As nomeações em diferentes gêneros textuais. In: **Cadernos de estudos lingüísticos**, nº 41. Campinas, IEL / Editora da Unicamp, jul./dez., 2001, p. 127 - 40.

CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernardete B.; CIULLA, Alena. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo, Contexto, 2003.

CHANAY, Constantin de. Et c'est avec ce bibelot-là que vous comptez aller sur la Lune? : nomination, énonciation, dialogisme. In: DUFOUR, Françoise ; DUTILLEUL-GUERROUDJ, Élise ; LAURENT, Bénédicte.(Orgs.). **La nomination : quelles problématiques, quelles orientations, quelles applications ?** Université Paul-Valéry, Montpellier III, 2004, p. 25 – 76

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso – Modos de organização**. São Paulo, Contexto, 2008.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo, Contexto, 2006.

_____. **Discurso Político**. São Paulo, Contexto, 2006b.

_____. Langue, discours et identité culturelle, **Revue de didactologie des langues-cultures**, 2001/3-4, n° 123, p. 341 - 348.

URL: <www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ELA_123_0341> (Consulta eletrônica em 02/03/2009.).

_____. Une problématique discursive de l'émotion. A propos des effets de pathémisation à la télévision. In: PLANTIN, C. ; DOURY, M ; TRAVERSO, V. (Eds). **Les émotions dans les interactions**. Lyon, Press Universitaires de Lyon, 2000, p. 125 - 55.

_____. Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H; PIRES, S.; CRUZ, A. R.; MACHADO, I. L. (Orgs.). **Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte, Carol Borges, 1999, p. 27 – 43.

_____. **Le discours de l'information médiatique. La construction du miroir social**. Paris, Nathan, 1997.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: **Langages**, n° 117, *Les analyses du discours en France*, Paris, Larousse, Mars 1995, p. 96-111.

_____. Les conditions de compréhension du sens de discours. In: **Langage en F.L.E. Texte et compréhension**, Madrid, Éd. ADEF/revue *Ici et Là*, 1994.

_____. **Grammaire du sens et de l' expression**. Paris, Hachette, 1992.

_____. Une théorie des sujets du langage. In: **Langage et Société**, n°28, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, juin, 1984.

_____. **Langage et discours. Éléments de sémiolinguistique**. Paris, Hachette, 1983.

_____. Éléments de sémiolinguistique: d'une théorie du langage à une analyse du discours. In: **Connexion**, nº 38, Paris, ARIP-EPI, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo, Contexto, 2004.

CISLARU, G. ; GUÉRIN, O. ; VENIARD, M. La nomination : quel rapport à la langue ? In: DUFOUR, Françoise ; DUTILLEUL-GUERROUDJ, Élise ; LAURENT, Bénédicte.(Orgs.) **La nomination : quelles problématiques, quelles orientations, quelles applications ?** Université Paul-Valéry, Montpellier III, 2004, p. 187 - 205.

COSCARELLI, Carla Viana. Espaços hipertextuais – leitura, hipertexto, espaços mentais. II ENCONTRO INTERNACIONAL LINGUAGEM, CULTURA E COGNIÇÃO - REFLEXÕES PARA O ENSINO. Belo Horizonte, 16-18 julho, 2003, FALE/UFMG. Disponível em <bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/espacoshtpx.pdf>. (Consulta eletrônica em 05/10/2009.).

CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Leitura: inferências e contexto sócio-cultural**. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1991.

DUFOUR, Françoise ; DUTILLEUL-GUERROUDJ, Élise ; LAURENT, Bénédicte.(Orgs.) **La nomination : quelles problématiques, quelles orientations, quelles applications?** Université Paul-Valéry, Montpellier III, 2004.

DUFOUR, Françoise ; DUTILLEUL-GUERROUDJ, Élise ; LAURENT, Bénédicte. Catégorisation, stéréotypie et dialogisme : la nomination comme expression de points de vue . In: DUFOUR, Françoise ; DUTILLEUL-GUERROUDJ, Élise ; LAURENT, Bénédicte.(Orgs.) **La nomination : quelles problématiques, quelles orientations, quelles applications ?** Université Paul-Valéry, Montpellier III, 2004. p. 153 – 171.

EMEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Orgs.) **Análises do Discurso Hoje**. Vol. 1, Rio de Janeiro, Lucerna, 2008, p. 71 - 91.

_____. Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor. In: MARI, Hugo; WALTY, Ivete; FONSECA, Nazareth. (Orgs). **Ensaio sobre leitura 2**. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2007, p. 83 - 98.

_____. Organização enunciativa e modalização no discurso didático. In: LARA, Gláucia M. P. (Org.). **Lingua(gem), texto e discurso: entre a reflexão e a prática**. Vol.1, Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2006a, p. 137 - 54.

_____. A enunciação comunitária dos gêneros discursivos. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida L.; MENEZES, William. (Orgs.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2006b, p. 299 - 310.

_____. O problema da informação midiática entre as Ciências da Comunicação e a Análise do Discurso. In: MACHADO, Ida L.; SANTOS, João Bosco C.; MENEZES, William A. (Orgs.). **Movimentos de um percurso em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2005, p. 99 - 115.

_____. **Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français et brésiliens**. Université de Paris III, Faculté de Lettres, des Sciences de L'homme et des sociétés, 2000. (Tese de doutorado).

FALEIROS, Álvaro. Um lance de dados: contrapontos à sinfonia Haroldiana. In: **Revista de Letras**. São Paulo, v.47, n.1, 2007, p. 11 – 30.

URL: <www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=letras>. (Consulta eletrônica em 30/09/09.).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, J.E.M.M., 1986.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1981. (Trad. Salma T. Muchail.).

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. La modalisation du nom propre. In: **Langue Française**, 1991, v. 92, nº 1, p. 46-63.

_____. **L'individu pluriel: les noms propres et le nombre.** Paris, CNRS Editions, 2001.

GATEAUX-MENNECIER, Jacqueline. Loi du 15 avril, loi de l'exclusion. In: **Revue Educations** n. 17, 1999.

GHIGLIONE, Rodolphe. Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs. In: **Verbum**, Nancy, v. 7, 1984.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GOHN, M^a da Glória. O poder e o fascínio da mídia. In: **Mídia, terceiro setor e MST.** Petrópolis, Vozes, 2000, p. 19 - 38.

GONAC'H, Jeanne. Pratiques de redénomination des rues à Vitrolles. In: CISLARU, Georgeta ; GUERIN, Olivia; MORIN, Katia; NEE, Emilie ; PAGNIER, Thierry; VENIARD, Marie. **L 'Acte de nommer. Une dynamique entre langue et discours.** Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 101-114.

GRIZE, J. –B. Les deux faces de l'argumentation. L'inférence et la déduction. In: DE FORNEL, M. ; PASSERON, J-C. (éds). **L'argumentation, preuve et persuasion,** Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002, p. 22.

GUADANINI, Sandra Magna. M. A Designação na Mídia Impressa. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Orgs.). **Múltiplas Perspectivas em Lingüística.** Uberlândia, Ileel, 2008, 2710 – 2717, ISBN 978-85-7078-200-7. (Formato eletrônico).

_____. A gestão da informação no discurso publicitário: um estudo de caso. In: **Revista Vertentes**, São João del-Rei, UFSJ, nº 30, jul./dez. 2007, p.155 - 64.

_____. **Estratégias discursivas em peças publicitárias brasileiras de produtos infantis.** Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2002. (Dissertação de mestrado.).

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento.** Campinas, São Paulo, Pontes, 2005.

JACQUES, Francis. Do Dialogismo à forma dialogada: sobre os fundamentos da abordagem pragmática. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 1985, nº 9, p. 23 - 48. (Trad. de Lígia Fonseca Ferreira.).

JONASSON, Kerstin. Les noms propres métaphoriques : construction et interprétation. In: **Langue Française**, 1991, Vol. 92, N° 1, p. 64 – 81.

JOVCHELOVITCH, Sandra, GUARESCHI, Pedrinho. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, São Paulo, Papyrus, 1996. (Trad. Marina Appenzeller.).

KLEIBER, Georges. Remarques sur la Dénomination. In: **Cahiers de Praxématique**, n° 36, 2001, p. 21 - 41.

_____. Sur le sens des proverbes. In: **Langages**, n° 139, Paris, Larousse, 2000, p. 39 - 58.

_____. *Sens, référence et existence : que faire de l'extra-linguistique?*. In: **Langages**, n° 127, Paris, Larousse, 1997, p. 9 - 37.

_____. **Nominales – Essais de sémantique référentielle**. Paris, Armand Colin, 1994.

_____. Dénomination et relations dénominatives. In: **Langages**, n° 76, Paris, Larousse, 1984.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo, Contexto, 1991.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antonio. Processos de referenciação na produção discursiva/referencial. **D.E.L.T.A**, São Paulo, EDUC, 14, 1998, p. 169 - 90.

KOCH, Ingedore V.; MORATO, Edwiges M^a.; BENTES, Anna C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo, Contexto, 2005.

KOREN, Roselyne. La responsabilité des Uns dans le regard des Autres : l'effacement énonciatif au prisme de la prise de position argumentative. In: **Semen**, 22, *Énonciation et responsabilité dans les médias*, 2006.

URL: <<http://semen.revues.org/document2820.html>>. (Consulta eletrônica em 08/05/2009.).

LEROY, Sara. En guise de conclusion. In: DUFOUR, Françoise ; DUTILLEUL-GUERROUDJ, Élise ; LAURENT, Bénédicte. (Orgs.). **La nomination: quelles problématiques, quelles orientations, quelles applications ?** Université Paul-Valéry, Montpellier III, 2004, p. 237 – 40.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Papyrus Editora, 8ª edição, 239-40. URL: <http://books.google.com.br/books?id=z6NmxUGkI0gC&pg=PA236&lpg=PA236&dq=o+problema+dos+nomes+pr%C3%B3prios+e+nomes+comuns+n%C3%A3o+%C3%A9+o+da+nomea%C3%A7%C3%A3o+e+significa%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=VZp6PXP MJQ&sig=oDK1b5ht8xlfU67YlelCvEX1POE&hl=pt-BR&ei=WqrfSfLLCpKclAe5ksHgDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2#PPA240,M1>. (Consulta eletrônica em 10/04/09.).

LONGHI, Julien. L'objet discursif intermitent: construction d'une forme sémantique et évolution des topoï dans un corpus de presse. In: CISLARU, Georgeta ; GUERIN, Olivia; MORIN, Katia; NEE, Emilie ; PAGNIER, Thierry; VENIARD, Marie. **L 'Acte de nommer. Une dynamique entre langue et discours**. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 149-163.

LOUYEST, B. Une linguistique « realiste », **Acta Fabula**. 2007, Vol. 8, nº 6, URL, <<http://www.fabula.org/revue/document3590.php>>. (Consulta eletrônica em 28/04/08.).

LYSARDO-DIAS, D. O discurso de estereótipo na mídia. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L. e MENEZES, W. A. (Orgs.). **Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte, NAD, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2006, p. 25 - 51.

MACHADO, Ida Lúcia. Paródia, *fait divers* e Análise do Discurso. In: MACHADO, Ida L.; MARI, Hugo; MELLO, Renato de (orgs.). **Ensaio em Análise do Discurso**. Belo Horizonte, NAD, Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2002, p. 59 – 73.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

_____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas, São Paulo, Ed. Pontes, UNICAMP, 1997.

MARI, Hugo. Os lugares do sentido. In: **Cadernos de Pesquisa NAPq**, FALE/UFMG, N° 1, julho, 1991.

_____. Categorização. In: MARTINS, Rogério P.; MARI, Hugo. **Universos do conhecimento**. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2002, 67 - 89.

_____. Linguagem e intencionalidade: a propósito das práticas interlocutivas. (**Texto-resumo**). IV CONFERÊNCIA DE LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2007.

MARI, Hugo; MENDES, Paulo Henrique A. Mendes. Produção do Sentido e Leitura: Gênero e Intencionalidade. In: MARI, H.; WALTY, I.; FONSECA, M^a NAZARETH S. (Orgs.). **Ensaio sobre Leitura 2**. Belo Horizonte, Ed. PUCMINAS, 2007, p. 11 – 53.

MEDINA, José. **Linguagem: conceitos-chave em filosofia**. São Paulo, Artmed Editora, 2007.

MOIRAND, Sophie. Énonciation et responsabilité dans les médias. In: **Semen**, 22-2006. URL: <<http://semen.revues.org/document2798.html>>. (Consulta eletrônica em 10/05/09.).

_____. Du traitement different de l'intertexte selon les genres convoqués – dans les événements scientifiques à caractère politique. In: **Semen**, 13, (2000-2), Paris, PUFC, 2001, p. 97 - 117.

_____. Le role anaphorique de la nominalisation dans La presse écrite. In: **Langue Française**, 28, Paris, 1975, p. 60 - 75.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo, Contexto, 2003, p. 17 - 52.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 179 - 93.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. Nominalização, Memória Discursiva e Argumentação. VIII FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Nov./2005. URL: <<http://www.filologia.org.br/soletras/12/07.htm>>. (Consulta eletrônica em 10/04/09.).

PACHI FILHO, Fernando Felício. **Privatizar para tornar “público”: uma análise do discurso sobre a privatização das telecomunicações em jornais**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2008. (Tese Doutorado).

PAVEAU, Marie-Anne. Laurence Rosier et Philippe Ernotte, Le lexique clandestin. La dynamique sociale des insultes et appellatifs à Bruxelles. In: **Mots. Les langages du politique**, 75, *Émotion dans les médias*, juillet 2004. URL: <<http://mots.revues.org/index3553.html>>. (Consulta eletrônica em 04/10/2008.).

PLANTIN, Christian. **La argumentación**. Barcelona, Editorial Ariel, 1998.

RABATEL, Alain. Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du *Mort qu'il faut* de Semprun. In: **Semen**, 17, Argumentation et prise de position: pratiques discursives, 2004. URL : <<http://semen.revues.org/document2334.html>>. (Consulta eletrônica em 13/12/2009.).

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: _____. **Por uma lingüística crítica – linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo, Parábola Editorial, 2003, p. 81 - 87.

RASO, Tommaso. Prosódia e estrutura informacional. (Texto-resumo). IV CONFERÊNCIA DE LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2007.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo, Ed. Loyola, 2ª ed., 2005 [1975].

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. A nominalização no português o Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 1999, p. 5 - 52.

SANTOS, M^a Francisca Oliveira. As nominalizações em sala de aula como marcas de não-comprometimento do sujeito. **Revista do GELNE**, vol.3, nº 1, 2001. URL: <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano3_no1_19.pdf>. (Consulta eletrônica em 10/04/09.).

SCHEPENS, Philippe. Médias et responsabilité : pour un point de vue bakhtinien. In: **Semen**, 22-2006. URL: <<http://semen.revues.org>>. (Consulta eletrônica em 15/09/08.).

SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations. In: **Langages**, 81, 1986, p. 11 - 41.

SIBLOT, Paul. Nomination et point de vue : la composante déictique des catégorisations lexicales. In: CISLARU, Georgeta ; GUERIN, Olivia; MORIN, Katia; NEE, Emilie ; PAGNIER, Thierry; VENIARD, Marie. **L'Acte de nommer. Une dynamique entre langue et discours**. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 25 - 38.

_____. Préface. In: DUFOUR, Françoise ; DUTILLEUL-GUERROUDJ, Élise ; LAURENT, Bénédicte.(Orgs.) **La nomination : quelles problématiques, quelles orientations, quelles applications ?** Université Paul-Valéry, Montpellier III, 2004, p. 13 - 22.

_____. De l'un à l'autre: dialectique et dialogisme de La nomination identitaire. In: BRES, Jacques ; SELAMOTTE-LEGRAND, Régine ; MADRAY-LESIGNE, Françoise ; SIBLOT, Paul (éditeurs). **L'autre en discours**. Praxiling, ESA CNRS 5475, Montpellier III, 1998, p. 27 – 43.

_____. Présentation. In: **Langages**, 127, 1997, 3 - 8.

_____. Nomination et production de sens : le praxème. In: **Langages**, 127, 1997, p. 38 - 54.

SIMÃO, José. Socuerro! A Clodovéia quebrou o salto!. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mai. 2007. Caderno *Ilustrada*.

_____. Ueba! Relaxa e goza em Gozonhas!. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2007. Caderno *Ilustrada*.

_____. Buemba! A Hebe vem com tudo!. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 fev. 2009. Caderno *Ilustrada*.

_____. Buemba! O Brasil vai ter mais uma CPI: Comissão de Perguntas Imbecis! **NotíciasUOL**, 27 mai. 2009.

URL: <<http://noticias.uol.com.br/monkeynews/ultnot/2009/05/27/ult2529u491.jhtm>> (Consulta eletrônica em 27/05/2009.).

SOUZA, Heberth Paulo de. Metáfora x não-metáfora: alguns aspectos sobre a fronteira entre o sentido literal e figurado na linguagem. **Cadernos de estudos lingüísticos**, 45, Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, jul-dez/2003, 99-106. URL: <[letras.ufmg.br/incognito/arquivos/metafora vs nao metafora](http://letras.ufmg.br/incognito/arquivos/metafora_vs_nao_metafora)> (Consulta eletrônica em 1º/09/2009).

VION, Robert. Modalités, modalisations et activités langagières. **Marges linguistiques**, 2, Novembro 2001. URL: <<http://www.marges-linguistiques.com>> - M.L.M.S. éditeur - 13250 Saint-Chamas. (Consulta eletrônica em 13/12/2009).

Parte IV
GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Cida Diogo - Maria Aparecida Diogo Braga é deputada federal pelo PT (Partido dos Trabalhadores) - Rio de Janeiro, médica e professora secundarista. Começou carreira política na década de 70, nos movimentos estudantis, já ocupou outros cargos eleitos antes de chegar ao Congresso Nacional. Entre 1997 e 1999, Cida foi vice-prefeita de Volta Redonda (RJ), e por duas vezes deputada estadual no Rio de Janeiro (1999-2007). Em maio de 2007, se envolveu em um bate-boca com o deputado Clodovil no plenário durante sessão da Câmara. A discussão teve início quando Clodovil afirmou que "as mulheres ficaram muito ordinárias, vulgares, cheias de silicone" e que as mulheres na atualidade "trabalham deitadas e descansam em pé". Após ser questionado pela deputada sobre a declaração, Clodovil afirmou: "Digamos que uma moça bonita se ofendesse porque ela pode se prostituir. Não é o seu caso. A senhora é uma mulher feia". O fato causou uma confusão geral. A deputada entrou com um processo contra Clodovil por quebra de decoro parlamentar, no Conselho de Ética da Câmara, onde ele teria que dar explicações.³⁷⁹

Clodovil Hernandes - Deputado federal, ex-apresentador de televisão e estilista. Sua carreira tanto no campo da moda quanto na televisão e na política foi marcada por pontos de vista defendidos sem "papas na língua". Tornou-se um dos picos de ibope do "TV Mulher", início dos anos 80, programa da Rede Globo que mudou as manhãs da TV brasileira. Conseguia oscilar e ser desagradável, simpático, agressivo, doce, carente, estúpido ou gentil durante uma pequena conversa. Como resultado do seu tipo intempestivo, foi perdendo um a um seu espaço na TV brasileira. Em diversas ocasiões, Clodovil satirizou personalidades e sustentou discussões, algumas das quais lhe renderam até processos judiciais. Sem espaço na mídia, Clodovil candidatou-se a deputado federal por São Paulo nas eleições de 2006, pelo PTC (Partido Trabalhista Cristão): obteve 493.951 votos. Foi o terceiro

³⁷⁹ Contém informações da *Folha Online* de 18/03/2009 e reportagem de Piero Locatelli, do *UOL Notícias em Brasília*. Consulta ao <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u535759.shtml>>, em 18/03/2009 e <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL34672-5601,00.html>>, consulta feita em 18/03/2009.

deputado mais votado em todo o Estado, perdendo apenas para Paulo Maluf e Celso Russomano, ambos do PP (Partido Progressista). Ao longo de seu mandato, Clodovil foi titular nas comissões de Educação e Cultura e Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e suplente na Comissão de Seguridade Social e Família. Seu último foi como titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Clodovil também apresentou alguns projetos de lei, dentre os quais o que proíbe a fabricação e comercialização de produtos infantis que reproduzam a forma de cigarros ou similares. Morreu dia 17/03/2009, aos 71 anos, em Brasília.³⁸⁰

Eliana Tranchesi - Sócia da loja de luxo *Daslu*, a empresária se envolveu em crime contra o sistema financeiro e foi condenada, em abril de 2009, a 94 anos e seis meses de prisão por importação fraudulenta, visando à sonegação de impostos.

Hebe Camargo - Após ser cantora, em certo momento de sua vida artística, decidiu iniciar carreira solo, interpretando algumas músicas, como: "Moreno Lindo" e "Dora Dora". Como atriz, participou do filme "Quase no Céu", de Oduvaldo Vianna, lançado em maio de 1949. Hebe participou ainda da última edição do Festival de Música Popular, defendendo a música "Volta Amanhã". Com o passar do tempo, a carreira de cantora deu lugar à de apresentadora. Atualmente, no rádio, Hebe apresenta o programa "Hebe & Você", pela *Nativa FM*, de segunda à sexta, das 11 às 12h. Em agosto de 2001, Hebe lançou "Como é grande o meu amor por você - Hebe e convidados". Em 1994, Hebe recebeu da Câmara Municipal o título de Cidadã Paulistana. É, no momento, uma das apresentadoras de programas do *SBT*. Seus cabelos louros e bem arrumados despertam a atenção, sendo, por isso, já sido chamada de *Lourebe* pelo colunista José Simão.³⁸¹

José Simão - Cronista, jornalista e humorista, além de dois livros publicados – *Folias Brejeiras* (1972) e *José Simão No País da Piada Pronta* (2007), Simão atua em três mídias: impressa, radiofônica e TV da internet. Escreve uma coluna diária na

³⁸⁰ A partir das informações de

<http://noticias.uol.com.br/especiais/reportagens/2009/03/17/morre_clodovil.jhtm>.

³⁸¹ Consulta realizada em 27/10/2009: <<http://br.geocities.com/tevebrasil/hebe.htm>>.

Folha de São Paulo; apresenta ao vivo no jornal da manhã da *BandNews FM*; mantém um site oficial próprio *MonkeyNews*, diariamente, atualizado no Portal *UOL*; além de possuir um programa musical de rádio na internet – o *Ondas Latinas*. Sua agilidade para lidar com o humor não deixa escapar qualquer elemento capaz de provocar o riso, seja pelo conteúdo do fato, seja pelo desvio no uso padrão da língua: tudo serve de instrumento para Simão buscar uma “sacada” de língua(gem) e criar suas “tiradas”, “chistes”, “trocadilhos”, “formas neológicas”...³⁸²

Luciana Gimenez - Apresentadora do *SuperPop* da *Rede TV!*, programa onde ela apresenta entrevistas com famosos e trata de fatos polêmicos em que eles aparecem envolvidos. Já foi muito criticada, principalmente, pelas gafes e pelos erros de português que cometia durante o programa, sendo, no início, até chamada de “burra” por alguns jornalistas. Por ocasião de uma de suas gafes, ganhou o apelido de *Lucianta* em um dos textos de José Simão, no caderno *Ilustrada*, da *Folha de São Paulo*.

SuperPop – Programa de auditório apresentado por Luciana Gimenez, na *Rede TV!* O programa virou alvo de críticas, ficando conhecido pelo seu excesso de sensacionalismo. As frases chamativas, destacadas na tela durante o programa, são de temática controversa – prostituição, homossexualismo, cirurgia plástica etc. – na maioria, a partir de entrevistas com personalidades de potencial polêmico. Em um de seus textos de humor, José Simão apelidou esse programa de *SuperPobre*.

³⁸² Contém informações colhidas da revista *Língua Portuguesa*, nº 24, 2007, reportagem *O macaco está certo*, de Marco Antonio Araujo.